



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



A ASFIXIA DO CAPITAL SOBRE O TRABALHO NO ESPAÇO
AGRÁRIO NO LITORAL SUL DA BAHIA

DAYSE MARIA SOUZA

São Cristóvão

2017

DAYSE MARIA SOUZA

**A ASFIXIA DO CAPITAL SOBRE O TRABALHO NO ESPAÇO
AGRÁRIA NO LITORAL SUL DA BAHIA**

Tese apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção de título de doutora em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alexandrina Luz
Conceição

São Cristóvão

2017

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S729a Souza, Dayse Maria
A asfixia do capital sobre o trabalho no espaço agrário no litoral Sul da Bahia / Dayse Maria Souza ; orientadora Alexandrina Luz Conceição. – São Cristóvão, 2017.
231 f. : il.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2017.

1. Geografia agrícola – Bahia. 2. Capital (Economia). 3. Força de trabalho. 4. Mobilidade ocupacional. 5. Desemprego. I. Conceição, Alexandrina Luz, orient. II. Título.

CDU 911.3:63(813.8)

Dayse Maria Souza

**A ASFIXIA DO CAPITAL SOBRE O TRABALHO NO ESPAÇO
AGRÁRIO NO LITORAL SUL DA BAHIA**

Tese apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora.

Banca Examinadora

Alexandrina Luz Conceição

Presidente: Prof.^a Dr.^a Alexandrina Luz Conceição (NPGEU/UFS)

Arthur Bispo dos Santos Neto

1º Examinador: Prof. Dr. Arthur Bispo dos Santos Neto
(ICHCA/UFAL)

Suzane Tosta Souza

2º Examinadora: Prof.^a Dr.^a Suzane Tosta Souza
(DG/UESB)

Sócrates Oliveira Menezes

3º Examinador: Prof. Dr. Sócrates de Oliveira Menezes
DG/UESB

Celso Donizete Locatel

4º Examinador: Prof. Dr. Celso Donizete Locatel
DG/UFRN

São Cristóvão/SE, 31 de março de 2017.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

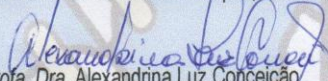


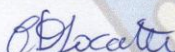
Ata da Sessão de Defesa da Tese de Doutorado de


Dayse Maria Souza.

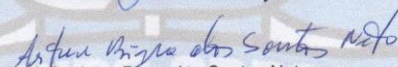
Aos trinta e hum dias do mês de março de dois mil e dezessete, com início às quatorze horas, realizou-se no Auditório do Programa de Pós-Graduação em Geografia, bloco de Didática II, da Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, em São Cristóvão-SE, a sessão pública da defesa de Tese de Doutorado em Geografia de **Dayse Maria Souza**, intitulada: "A Asfixia do Capital sobre o Trabalho no Espaço Agrário no Litoral Sul da Bahia". A Banca Examinadora foi presidida pela Professora Doutora Alexandrina Luz Conceição, que abriu a sessão pública e passou a palavra para a doutoranda proceder a apresentação de sua Tese. Logo após a apresentação, cada membro da Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores Celso Donizete Locatel, Sócrates Oliveira Menezes, Artur Bispo dos Santos Neto, e Suzane Tosta Souza arguiu a candidata, que teve igual período para sua defesa. Na sequência, a Professora Doutora Alexandrina Luz Conceição, na condição de orientadora, teceu comentários sobre a tese apresentada e destacou a trajetória para a sua construção. Por fim, a banca examinadora reuniu-se para avaliação e decidiu **aprovar a candidata**. Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEPE, que regula a apresentação e defesa de Tese de Doutorado.


Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 31 de março de 2017.

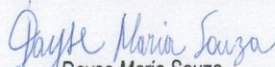

Prof. Dra. Alexandrina Luz Conceição
Orientadora e presidente da banca


Prof. Dr. Celso Donizete Locatel
Examinador Interno ao Programa


Prof. Dr. Sócrates Oliveira Menezes
Examinador Externo a Instituição


Prof. Dr. Artur Bispo dos Santos Neto
Examinador Externo a Instituição


Prof. Dra. Suzane Tosta Souza
Examinadora Externa à Instituição


Dayse Maria Souza
-Doutoranda-

*À minha mãe Lindomar, dona Linda.
Uma Andarilha, uma poesia em forma de amor.*

AGRADECIMENTOS

*A água arrepiada pelo vento
A água e seu cochicho
A água e seu rugido
A água e seu silêncio*

*A água me contou muitos segredos
Guardou os meus segredos
Refez os meus desenhos
Trouxe e levou meus medos*

*A grande mãe me viu num quarto cheio d'água
Num enorme quarto lindo e cheio d'água
E eu nunca me afogava*

*O mar total e eu dentro do eterno ventre
E a voz do meu pai, voz de muitas águas
Depois o rio passa
Eu e água, eu e água
Eu*

*Cachoeira, lago, onda, gota
Chuva miúda, fonte, neve, mar
A vida que me é dada
Eu e água*

*Água
Lava as mazelas do mundo
E lava a minha alma.*

(Eu e água - Caetano Veloso)

Agradecer e abraçar...

À minha orientadora e amiga, Alexandrina Luz Conceição, pelo companheirismo, pela dedicação e zelo com o fazer geográfico; pelos ricos ensinamentos passados, os quais foram primordiais para a construção da nossa Tese. Meu eterno agradecimento.

À minha mãe, Lindomar da Silva Santos, exemplo de luta e amor. Por está ao meu lado em todas as horas. Mesmo ao longe, sempre se fez presente e, neste momento final de construção da Tese foi o meu acalento. A ti dedico o meu amor.

A meu pai, Denison José Souza, pelo amor e carinho. Também um andarilho, resistente e, fiel ao zelo com que conduz a vida. Admirável és tu. Te amo painho!

À minha Família nas pessoas dos meus tios, Magnólia, Maria Marlúcia, Maria da Soledade, Vera Lúcia, José Railton, José Carlos, José Crispim, José Nilton, José Raimundo, Claudia Maria Moura de Oliveira, Arlete Souza. Exemplos de laço, por

acreditarem em mim e serem compreensivos com a distância e os silêncios, inevitáveis durante o percurso deste trabalho. Amo todos vocês!

Aos meus irmãos, Deniley, Thais, Denison Junior, Débora e Daniele. Mesmo com a distância entre nós, sabemos dar amor um ao outro. Amo vocês!

Aos amigos de sempre, Suzane Tosta e Jânio Diniz, pela confiança e amor, por estarem sempre ao meu lado, sendo companheiros para todas as horas, no trabalho, na vida, na luta por um mundo melhor. Agradeço também pelo presente concedido a mim de ser madrinha dos nossos queridos e amados Helena Maria e Walter. Vocês fazem parte da minha família. Amo vocês!

Ao meu amor, meu bem, presente das forças da natureza, Lázaro Vieira dos Santos. Agradeço pelo companheirismo, pelas palavras certas nos momentos certos, pelo cuidado e por todo amor que me tem. Sou feliz de tê-lo ao meu lado. Eu te amo!

Aos trabalhadores e trabalhadoras nas pessoas de Joaquim e Rita moradores dos bairros pesquisados; e Joelson e José Nailton ambos dos movimentos de luta pela terra. A eles, andarilhos, que no percurso desta vida, seguem na luta por uma vida de igualdade e de uma sociabilidade mais justa e humana.

Agradeço aos professores, Suzane Tosta Souza e Celso Donizete Locatel, por terem aceitado o convite para participarem do exame de qualificação, dando ricas contribuições para o aperfeiçoamento da Tese. Meu muito obrigada.

Aos professores doutores, Arthur Bispo dos Santos Neto, Suzane Tosta Souza, Sócrates Oliveira Menezes e Celso Donizete Locatel pelas valiosas contribuições na defesa dessa tese.

À amiga Lia Presgrave Reis, pela revisão ortográfica, por estar junto comigo, indo além do que lhe cabia. Agradeço pelo excelente trabalho e pelo companheirismo.

À Altemar Amaral Rocha, pela elaboração dos lindos mapas. Pela paciência e pela parceria. Meu muito obrigada.

À Hortência Brito e a Milton Leiturga, pelos suportes com os dados. Aprendi muito com vocês. Serei eternamente grata.

À Leidiane Pires e Bruna Carolina pelas transcrições das entrevistas. Vocês foram primordiais.

Aos meus tios Magnólia Queiroz, Eduardo Queiroz, José Carlos Rodrigues e Odelita Silva, por me acolherem tão carinhosamente em seus lares durante a

pesquisa de campo nas cidades de Itabuna e Ilhéus. Vocês fazem parte da construção deste trabalho. Serei eternamente grata.

À Dayane Silva e a Uelber Silva, companheiros de luta e amigos de longas datas. Sei que não tenho palavras para agradecer por tudo que fizeram por mim nestes anos de retorno a Vitória da Conquista, por fazer da casa de vocês também a minha casa. A minha eterna gratidão. Amo vocês.

Aos amigos por estarem comigo na tarefa de conduzir as demandas apresentadas nos trabalhos de condução da Tese: Jânio Diniz, Suzane Tosta Souza, José Reis Martins, Fátima Rocha, Esmon Primo, Arthur Queiroz, Jonathan Rodrigues e Vanessa Queiroz. Meu muito obrigada!

À minha amiga Rosana Batista, pelo incentivo para que eu fizesse este doutorado, pelo companheirismo e carinho. Saiba, que mesmo com a distância entre nós por conta da minha vinda para Vitória da Conquista a trabalho, não diminuir o amor e gratidão que sinto por você.

Aos amigos e aos novos amigos: Telma Alves Silva, Dona Dalva, Morgana Barbosa, Dona Helena, Dayane Silva, Uelber Silva, Fátima Rocha, Jânio Diniz, Suzane Tosta, João Diógenes, Marco Mitidiero, Gedeval Paiva, Daisy Rocha, Esmon Primo, Selma Costa, Joaquim, Ronaldo Ross, Bárbara Rocha, Indira Curcino, Roberta Flor, Terezinha Pereira, Cao Alves, João Omar, Bianca Ferraz, Fábila Oliveira, Gutemberg Vieira, George Neri, José Reis Martins, João Acyr, Hugo Lima, Adriana Santos, Alisson Laerty, Valéria Ferreira, Guiliana Magalhães, André Maurício, Rosana Batista, Sheila Andrade, Katinei Costa, Raimunda Áurea, Shiziele Shimada, Nivalda Santos, Vanessa Paloma Rodrigues, Michele Felix, Luana Rodrigues. Sou feliz em tê-los em minha vida.

Ao Centro Educacional de Treinamento Arte e Movimento Capoeira Escola – CETA na pessoa do Mestre Dendê, Lázaro Vieira dos Santos, por terem me acolhido como corpo deste grupo, e por ter construído momentos importantes para minha vida. Principalmente pela diferença no fazer capoeira, pela formação e pelo despertar crítico social. Costumo dizer que faço uma Capoeira revolucionária, porque o meu Mestre é radical e acredita em uma sociabilidade humanamente melhor. Salve a Capoeira! Salve Capoeira de resistência!

Ao Mestre Joel da Conceição Filho, pela amizade, pela admiração e por caminhar junto comigo. Serei eternamente grata a acolhida do SAGA – Capoeira em minha vida.

À área de Geografia Regional, nas pessoas dos professores Jânio Roberto Diniz dos Santos e Mário Rubem Santana. Sei que sem vocês não seria possível ter conciliado as tarefas com a sala de aula e a construção da escrita da Tese. Serei eternamente Grata.

Ao Departamento de Geografia e ao Colegiado de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, nas pessoas dos professores Jânio Roberto Diniz dos Santos e Arthur José Veiga. Obrigada pela compreensão e pelo apoio concedido nos momentos que tive que conciliar as demandas com a docência e o doutorado. Meu muito obrigada.

Ao Laboratório de Estudos Agrários e Urbanos, na pessoa da professora Suzane Tosta Souza e do professor Sócrates Oliveira Menezes. Agradeço pela acolhida e pelos momentos de trabalho conduzidos durante este período, aprendi muito com todos vocês.

Ao Laboratório de Estudos Agrários – LEA e do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais – GPECT na pessoa da professora Alexandrina Luz Conceição.

Ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo/UFS nas pessoas do Prof. Eloízio da Costa, Everton Santos, France Pereira e Matheus.

A todos os professores que contribuíram para as reflexões desse trabalho.

Aos amigos e professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

Por fim, agradecer e abraçar.

“O grande papel histórico do capital é o de criar esse trabalho excedente, trabalho supérfluo do ponto de vista do simples valor de uso, da mera subsistência, e seu destino histórico está consumado tão logo, por um lado, as necessidades são desenvolvidas a tal ponto que o próprio trabalho excedente acima do necessário é necessidade universal derivada das próprias necessidades individuais; por outro, a laboriosidade universal mediante a estrita disciplina do capital, pela qual passaram sucessivas gerações, é o desenvolvimento como propriedade universal da nova geração; tão logo, finalmente, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, que o capital incita continuamente em sua ilimitada mania de enriquecimento e nas condições em que exclusivamente ele pode realiza-lo, avançou a tal ponto que a posse e a conservação da riqueza universal, por um lado, só requer um tempo de trabalho mínimo de toda a sociedade, e por outro lado, a sociedade que trabalha se comporta cientificamente como o processo de sua reprodução progressiva, com sua reprodução em uma abundância constantemente maior;”

(Karl Marx, Grundrisse).

RESUMO

A presente Tese de Doutorado analisa o processo de mobilidade do trabalho no litoral Sul da Bahia. Inicialmente foi desenvolvida uma leitura sobre os aspectos que envolvem a submissão do trabalho ao capital através da sua lógica de valorização. A tendência da reprodução sociometabólica do capital é tornar a força de trabalho cada vez mais supérflua, representando uma das contradições da lógica irracional e destrutiva do seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que apresenta a necessidade de ampliar o seu caráter produtivo, ele cria a sua própria negação. Compreende-se que, a lógica da expansão capitalista, ao desenvolver suas potencialidades criadoras de valor por meio do aumento da capacidade produtiva da força de trabalho, tende a diminuir sua parte variável, empregando uma quantidade cada vez menor de força de trabalho, intensificando os níveis de exploração, criando, assim, uma asfixia necessária aos verdadeiros criadores de valor. A asfixia necessária se materializa, por um lado, em um campo perverso de ampliação da camada do exército industrial de reserva, negando a venda da força de trabalho para grande parte dos trabalhadores (em toda a hierarquia social da divisão do trabalho); e por outro lado, aqueles que conseguem vender sua mercadoria força de trabalho, acabam realizando extensas horas de trabalho, submetidos a elevados níveis de exploração, acarretando um aumento do processo de degradação da vida humana em seus aspectos mais gerais. Atrelada à crise e ao desemprego estrutural, a condição do caráter móvel do trabalho ganha uma materialidade diferenciada nas formas de reprodução do capital no século XXI. Há uma intensificação das formas perversas de submissão do trabalho ao capital, seguida do movimento de precarização e fluidez da força de trabalho. Com a tendência asfixiante do capital sobre o trabalho, as determinações que envolvem as relações de trabalho na realidade estudada, por exemplo, acompanhadas do caráter expansivo do sistema do capital evidenciam uma reestruturação espacial que repõe uma nova lógica de sua reprodução no litoral Sul da Bahia. Constatam-se, nesse processo, uma maior desvalorização da força de trabalho e uma intensificação do seu caráter móvel, ampliando a camada dos supérfluos, pondo os verdadeiros produtores de mais-valor rumo aos caminhos da incerteza do labor.

Palavras-chave: trabalho, mobilidade do trabalho, desemprego estrutural.

ABSTRACT

This PhD thesis analyzes labor mobility on the southern coast of Bahia. Initially, a reading was developed on the aspects that involve the submission of work to capital through its valorization logic. The tendency of the sociometabolic reproduction of capital is to make the labor force more and more superfluous, representing one of the contradictions of the irrational and destructive logic of its development. At the same time that it presents the need to expand its productive character, it creates its own denial. It is understood that the logic of capitalist expansion, by developing its value-creating potentialities by increasing the productive capacity of the labor force, tends to decrease its variable part by employing an ever smaller amount of labor power, increasing the levels of exploitation, thus creating a necessary suffocation for true value-makers. On one hand, the necessary suffocation materializes itself in a perverse expansion of the reserve industrial army, denying the sale of the labor force for most of the workers (throughout the social hierarchy of labor's division); on the other hand, those who manage to sell their merchandise labor force, end up performing long work hours, subjected to high levels of exploitation, leading to an increase in the process of degradation of human life in a more general aspect. Linked to the crisis and to structural unemployment, the condition of the mobile character of labor gains a differentiated materiality in the forms of reproduction of capital in the 21st century. There is an intensification of the perverse forms of submission of labor to capital, followed by a precariousness and fluidity of the labor force. For example, with the suffocating tendency of capital over labor, the determinations involving labor relations in the studied reality, accompanied by the expansive character of the capital system show a spatial restructuring that restores a new logic of its reproduction in the southern coast of Bahia. In this process, we observe a greater devaluation of the labor force and an intensification of its mobile character, extending the layer of the superfluous, placing the true producers of the surplus-value towards the paths of labor uncertainty.

Keywords: labor, labor mobility, structural unemployment.

RESUMEN

La presente Tesis de doctorado analiza el proceso de movilidad del trabajo en el Litoral Sur del estado de Bahía. Inicialmente se ha desarrollado una lectura referente a los aspectos que envuelven el sometimiento del trabajo al capital a través de su lógica de valoración. La tendencia de la reproducción socio-metabólica del capital es que la fuerza del trabajo se vuelva cada vez más superflua, representando una de las contradicciones de la lógica irracional y destructiva de su desarrollo. Al mismo tiempo en el que presenta la necesidad de ampliar su carácter productivo, él crea su propia negación. Se entiende que, la lógica de la expansión capitalista, al desarrollar sus potencialidades creadoras de valor mediante el aumento de la capacidad productiva de la fuerza de trabajo, tiende a disminuir su parte variable, empleando una cantidad cada vez menor de fuerza de trabajo, intensificando los niveles de exploración, creando así, una asfixia necesaria a quienes se consideran los verdaderos creadores de valor. La asfixia necesaria se materializa, por un lado, para un campo cada vez más perverso de ampliación de la camada del ejército industrial de reserva, negando la venta de la fuerza de trabajo para una gran proporción de los trabajadores (en todas las jerarquías sociales de la división laboral); y por otro lado, son aquellos que consiguen vender su mercadería que es la fuerza de su trabajo, acaban realizando extensas horas de trabajo, sometidos a elevados niveles de exploración, cargando de esa manera con un aumento del proceso de degradación de la vida humana en sus aspectos más generales. Trabada por la crisis y el desempleo estructural, la condición del carácter móvil del trabajo se convierte en una materialidad diferenciada en las formas de reproducción del capital en el siglo XXI. Hay una intensificación de las formas de sometimiento cada vez más perversa del trabajo al capital, seguida del movimiento de precariedad y fluidez de la fuerza trabajo. Con la tendencia asfixiante del capital sobre el trabajo, las determinaciones que envuelven las relaciones de trabajo en la realidad estudiada, por ejemplo, acompañada del carácter expansivo del sistema del capital evidencia una reestructuración espacial que repone una nueva lógica de su reproducción en el Litoral Sur del estado de Bahía. Se constata, en ese proceso, un mayor crecimiento a la no valoración de la fuerza del trabajo y una intensificación de su carácter móvil, ampliando la capa de los superfluos, poniendo así, a los verdaderos productores del más-valor rumbo a los caminos de la inseguridad del labor.

Palabras-clave: trabajo, movilidad del trabajo, desempleo estructural.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa do Litoral Sul da Bahia.....	24
FIGURA 2 - Famílias que residem no Bairro Fernando Gomes – Itabuna/BA.....	129
FIGURA 3 - Mapa de localização das cidades de Itabuna e Ilhéus-BA.....	152
FIGURA 4 - Principais Estados da mobilidade do trabalho partindo de Itabuna e Ilhéus-BA.....	153
FIGURA 5 - Área de experimentos do Centro de Pesquisa do Cacau da Mars em Barro Preto-BA.....	156
FIGURA 6 - Propriedade credenciada pelo Projeto Barro Preto – Barro Preto-BA.....	157
FIGURA 7 - Assentamento Terra a Vista – Arataca/BA.....	161
FIGURA 8 - Evento realizado para assinatura do termo de concessão do terreno doado pela CEPLAC e UESB no ano de 2015 – Itabuna-BA.....	164
FIGURA 9 - Localização dos bairros Nova Ferradas, Fernando Gomes e Nova Esperança em Itabuna-BA.....	183
FIGURA 10 - Bairro Fernando Gomes em Itabuna-BA.....	174
FIGURA 11 - Bairro Nova Esperança em Itabuna-BA.....	185
FIGURA 12 - Roça do Povo, Itabuna-BA.....	186
FIGURA 13 - Cidade de origem dos trabalhadores em Itabuna e Ilhéus-BA.....	189
FIGURA 14 - Localização dos bairros Teotônio Vilela e Novo Ilhéus – Ilhéus-BA.....	190
FIGURA 15 - Bairro Teotônio Vilela – Ilhéus-BA.....	191
FIGURA 16 - Bairro Teotônio Vilela – Ilhéus-BA.....	192
FIGURA 17 - Bairro Novo Ilhéus – Ilhéus-BA.....	194
FIGURA 18 - Trabalhadores chegando do trabalho nas áreas de construção do projeto Minha Casa e Minha Vida. Bairro Fernando Gomes – Itabuna-BA.....	195

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Números de trabalhadores desempregados em relação ao sexo (Itabuna e Ilhéus-BA).....	127
GRÁFICO 2 - Formas de trabalho realizadas pelos trabalhadores de Itabuna e Ilhéus- BA.....	198
GRÁFICO 3 - Números de trabalhadores empregados em Itabuna e Ilhéus- BA.....	201
GRÁFICO 4 - Números de trabalhadores que já trabalharam em outras cidades, Estados ou países em Itabuna e Ilhéus-BA.....	201

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Taxa de desocupação no Brasil entre os anos de 2006 e 2016.....	128
TABELA 2 - Evolução da Taxa de desemprego no Brasil entre 2012 / 2015.....	129
TABELA 3 - Taxa de desemprego dos países que compõem a OCDE – 2012/2015.....	131
TABELA 4 - População residente total dos municípios do território de identidade do litoral Sul - Bahia - 1980/2015.....	188
TABELA 5 - Os setores de atividade e a situação do emprego e desligamentos em Itabuna-BA.....	199
TABELA 6 - Os setores de atividade e a situação do emprego e desligamentos em Ilhéus-BA.....	200

LISTA DE SIGLAS

BNB – Banco do Nordeste do Brasil
CEPLAC Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CCQS – Círculos de Controle de Qualidade
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária
FETAG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Bahia
IBGE – Instituto de Geografia e Estatística
IMAFLOA – Certificação Ambiental e Agrícola
INSS – Instituto Nacional de Seguro Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MLT – Movimento de Luta pela Terra
ONU – Organização das Nações Unidas
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROCACAU – Programa Nacional para Expansão da Cacaucultura Brasileira
PROBAHIA - Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia
PRLCB – Programa de recuperação da Lavoura Cacaueira
SEAGRI – Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz
UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	21
2 TRABALHO E MOBILIDADE DO TRABALHO: A CONDIÇÃO DA EXISTÊNCIA DA LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO.....	31
2.1 O processo da acumulação primitiva: algumas pontuações necessárias.....	31
2.1.1 A subsunção do trabalho ao capital e a criação do valor.....	40
2.2 A mobilidade da força de trabalho e o processo de produção de mais-valor.....	48
3 O PAPEL DA SUPERPOPULAÇÃO NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E A AMPLIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO “SUPÉRFLUA”	69
3.1 A lei geral da acumulação e o exército industrial de reserva.....	75
3.2 O caráter produtivo do trabalho e seu movimento “fluído” enquanto mercadoria cada vez mais “supérflua”	91
4 OS SUJEITOS “SUPÉRFLUOS”: ASFIXIA NECESSÁRIA EM TEMPOS E ESPAÇOS DE BARBÁRIE.....	103
4.1 Crises e os limites da reprodução ampliada.....	104
4.2 Os efeitos do desemprego estrutural sob a crise estrutural.....	115
4.3 Quem garante a geração do mais-valor são os sujeitos reais da produção.....	134
5 A AMPLIAÇÃO DOS TRABALHADORES “SUPÉRFLUOS” NO LITORAL SUL DA BAHIA PÓS “CRISE” DA LAVOURA CACAUEIRA.....	146
5.1 As novas investidas do capital no Espaço Agrário.....	151
5.2. A relação Estado-Capital-Trabalho – e os espaços possíveis para a exploração.....	166
5.2.1 Os eternos Andarilhos rumo ao desconhecido: a ampliação da camada do exercito industrial de reserva e os caminhos da incerteza.....	172
5.2.2 A questão da cidade como “possível”: a intensificação das migrações no Litoral Sul da Bahia.....	179
5.3 Os andarilhos sem trabalho: submissão do trabalho ao capital em tempos de desemprego estrutural.....	196

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	204
REFERENCIAIS.....	210
APÊNCIDES	
APÊNDICE 1	

INTRODUÇÃO

Pontuar as reflexões de um conceito e compreender uma dada realidade concreta estabelecida no espaço geográfico no contexto atual das relações de produção requer do geógrafo percorrer minuciosamente a sua ontologia, buscando uma abstração teórica capaz de resgatar as determinações que envolvem sua fundamentação. Ao mesmo tempo, tais reflexões necessitam de uma abstração do real concreto a fim de encontrar caminhos capazes de alcançar o objetivo traçado na mediação da produção do conhecimento e, sobretudo, na totalidade das relações sociais estabelecidas a partir da realidade estudada.

As determinações que envolvem a produção do espaço são estabelecidas a partir da relação homem e natureza pelo trabalho. Esta é a condição ontológica do ser social, realizar trabalho a fim de garantir as necessidades de uso. Porém, afirma Marx (2011) em *Para a crítica da Economia Política*, que na “sociedade burguesa” esta condição expõe o caráter social coletivo ao seu contrário. Este passa a realizar trabalho, não pelas necessidades de uso, mas como simples meio de realizar seus fins privados, ou seja, estabelecer as relações de trabalho por meio da troca. O caráter social da relação homem, sociedade e natureza se alteram fazendo parte da mediação da troca para fins lucrativos.

São as relações estabelecidas no espaço, mediadas pelo trabalho, que irão definir a materialização do caráter da produção na sociedade capitalista. Mas como será transformada essa mediação que antes se dava pelo valor de uso e agora se estabelece a através do valor de troca? Como se configura a exploração do trabalho humano submetido aos lucros do capital na atual sociedade “burguesa”? Qual o sentido de resgatar o conceito de mobilidade do trabalho para compreender a lei geral que garante a existência do modo de produção capitalista, que se estabelece de forma cada vez mais intensa, no caráter móvel do trabalho? Esta é a nossa preocupação.

Tal análise será guiada à luz do materialismo histórico dialético, estabelecendo a abstração do real concreto, considerando que “todas as épocas da produção têm certas características comuns, certas determinações comuns”, ou seja, o grau de desenvolvimento social produzido pelos indivíduos sociais é preenchido por “um conjunto de determinações que são diferentes e divergentes”. O movimento dos contrários que configura a totalidade social é o desafio de se pensar

o espaço produzido pela relação capital-trabalho e seu movimento contraditório. Neste sentido, como afirma Marx, as determinações históricas estabelecidas nas sociedades precisam ser abstraídas, considerando que o “sujeito (a humanidade) e o objeto (a natureza) são os mesmos”, ou seja, o grau que nos permite pensar as relações sociais que produz o espaço historicamente são aquelas que consideram a relação homem e natureza não como algo naturalizado, mas como algo produzido pelo trabalho (MARX, 1978, p.105).

Foi a partir desse pressuposto que compreendemos a importância de ampliar o debate dos aspectos que norteiam a mobilidade do trabalho para os estudos na Geografia, uma vez que tal debate passou a ser compreendido recentemente nos trabalhos acadêmicos. Grande parte das análises existentes consideram as migrações pondo em evidência os fatores de deslocamento espacial, fluxos de produção e de trabalho como ideias de equilíbrio espacial.

As análises são direcionadas através das bases teóricas dos economistas clássicos e neoclássicos, tendo como principal foco as ideias de Adam Smith. Estas consideram a mobilidade do trabalho como sendo necessária e natural pela qual os indivíduos se movimentam em busca da satisfação dos seus rendimentos, melhores empregos, melhor salário. Consideram que a “liberdade” dos sujeitos em migrar parte de uma vontade individual, do grau de satisfação, ou seja, o indivíduo tem livre arbítrio para migrar, portanto, não haveria contradição em relação ao caráter móvel do trabalho.

Neste sentido, o desafio aqui proposto foi elaborar uma reflexão crítica dos aspectos da mobilidade do trabalho, considerando que a “liberdade” dos sujeitos não é um fator natural, mas uma determinação contraditória do modo da produção capitalista. A análise marxiana da mobilidade do trabalho contribui para desmistificar todas as assertivas defendidas pelos autores, clássicos e neoclássicos da Economia Política, de que o trabalho nos marcos do capitalismo, enquanto mercadoria que gera valor ao capital é apenas um elemento a mais na dinâmica econômica.

Assim, a proposta de trabalho traça o desafio de revelar a essência das relações sociais que envolvem a mobilidade do trabalho, apontando sua abstração mais geral dentro dos preceitos de retomada histórica que materializa o caráter móvel do trabalho. Logo, delinearemos as fases históricas processuais de desenvolvimento capitalista através do seu processo de valorização, evidenciando que tais condições que perpassam a submissão do trabalho ao capital são geridas

pela lei de acumulação que envolve primeiramente a expropriação dos trabalhadores dos seus meios de produção e a transformação da sua condição “livre” que se materializa no trabalho enquanto mercadoria. A força de trabalho, conduzida pelos preceitos perversos do caminho da acumulação, estará disponível no mercado capitalista para fins de sua submissão real ao capital, logo de sua condição móvel para venderem sua força de trabalho e serem “escravos do sistema”, que ao definir a propriedade privada como condição de sua existência, assim como a existência da divisão social do trabalho em classes sociais, funda as premissas necessárias para seu desenvolvimento histórico social.

A presente Tese buscou compreender como a tendência do aumento dos “supérfluos” no litoral Sul da Bahia (figura 1) aponta uma intensificação do caráter móvel do trabalho. Compreende-se que a lógica da expansão capitalista, ao desenvolver suas potencialidades criadoras de valor por meio do aumento da capacidade produtiva da força de trabalho, tende a diminuir sua parte variável, empregando uma quantidade cada vez menor de força de trabalho, intensificando os níveis de exploração, criando, assim, uma asfixia necessária aos verdadeiros criadores de valor.

A necessidade de compreender a mobilidade do trabalho no litoral Sul da Bahia partiu dos caminhos apontados nas discussões elaboradas na dissertação de Mestrado intitulada *Do chão da terra ao chão da fábrica: as formas contraditórias da apropriação do capital no espaço agrário*, vinculado ao Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamento Territorial. Nesse momento, foi possível perceber as novas investidas do capital no espaço agrário a partir dos efeitos da “crise” cacaueira e como, mesmo no processo de diminuição da produção, com o “esvaziamento” do campo e a intensificação da migração, a força de trabalho ganha outra materialidade no processo de exploração capitalista. Primeiro, há um aumento das relações de parcerias e arrendamentos, que garante aos latifundiários a extração da renda da terra, e segundo, a intensificação da mobilidade do trabalho, na qual os trabalhadores passam a vender sua força de trabalho em outros setores da economia, a exemplo do capital industrial.

realidade estudada, por exemplo, acompanhadas do caráter expansivo do sistema do capital, evidenciam uma reestruturação espacial que repõe uma nova lógica de sua reprodução no litoral Sul da Bahia. Constatam-se, nesse processo, uma maior desvalorização da força de trabalho e uma intensificação do seu caráter móvel, ampliando a camada dos supérfluos, pondo os verdadeiros produtores de mais-valor rumo aos caminhos da incerteza do labor.

Para o aprofundamento dos principais conceitos e categorias que dão suporte à nossa pesquisa, sustentamos o debate partindo da teoria do valor elaborada por Marx, a fim de compreendermos como se dá a exploração da força de trabalho nas formas de produção capitalistas, focalizando o conceito de trabalho e mobilidade do trabalho. Defendemos que o fundamento do trabalho enquanto condição ontológica do ser social necessita em cada tempo histórico de meios de produção que proporcionam ao homem, por meio de suas necessidades, criar possibilidades de transformar esta natureza em qualquer construção social.

Nos marcos do capitalismo, esta característica tem um fundamento: criar as possibilidades de forma a proporcionar ao capital extrair mais-valor do trabalho. Ou seja, os avanços na ciência, e conseqüentemente da técnica, no atual desenvolvimento das forças produtivas, permitem ao capital produzir mercadorias no menor tempo possível, diminuindo o trabalho necessário (a jornada necessária para o trabalhador se manter) e conseqüentemente extraindo mais sobretrabalho. Porém, nessa mediação o trabalho não deixa de ser responsável por produzir a riqueza social – como defendem os teóricos que apontam a perda da centralidade do trabalho nos marcos do capitalismo contemporâneo –, por garantir o processo de valorização do capital. Este é o único responsável pela geração do valor, alcançando maior produtividade proporcionada pelo desenvolvimento das forças produtivas atuais.

A questão que envolve a produtividade do trabalho e o processo de valorização do trabalho através da extração do mais-valor foi fundamental para os caminhos norteadores da nossa pesquisa, assim como a lei geral que rege a acumulação de riqueza por meio da geração de uma superpopulação (exército industrial de reserva) que permite ao capital uma autovalorização, partindo de uma maior exploração da força de trabalho, logo de um caráter móvel, fluido e flexível do trabalho.

A busca pelo processo de valorização, ou seja, da exploração da força de trabalho pelo capital, se dá de forma diferenciada ao longo da sua existência. Neste momento foi necessário no percurso da nossa análise fundamentar que, quem produz a verdadeira substância do valor é o trabalho objetivado, e o processo de valorização se expressa na relação capital e trabalho. Nas formas do capital se reproduzir, ele necessita da força de trabalho cada vez mais móvel, tendência que se apresenta com maior intensidade na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas possibilita ao capital aumentar os investimentos em capital constante e diminuir o trabalho necessário à produção. Assim, aparentemente, este processo leva a entender que, na medida em que a força produtiva se desenvolve (ciência, tecnologia, etc.), o trabalho tende a perder sua importância no processo produtivo.

Veremos que, pelo contrário, o processo de valorização, que busca cada vez mais aumentar a produtividade do trabalho, tende a diminuir sua parte necessária intensificando a extração do sobretrabalho. Ou seja, as mediações que determinam os investimentos em capital constante como tendência desenfreada do capital em garantir maior quantidade de extração do lucro são as mesmas que intensificam o processo de exploração do trabalho pelo capital (maior extração do mais-valor absoluto – prolongamento da jornada de trabalho – e relativo – redução do tempo de trabalho necessário), causando, ao mesmo tempo, a ampliação da camada dos supérfluos e as formas mais degradantes de trabalho, uma asfixia aos verdadeiros produtores de valor.

As mediações que levam à intensificação do processo de valorização pelo aumento da produtividade do trabalho foram compreendidas pelas reflexões do papel da extração do mais-valor (absoluto e relativo) nas diferentes formas de subsumção do trabalho ao capital ao longo do seu desenvolvimento histórico. A fase da cooperação, manufatura e grande indústria, por exemplo, revela a tendência asfixiante do capital sobre o trabalho na medida em que tende como lei absoluta a ampliação da camada do exército industrial de reserva, tão necessário à produção. A transformação dos instrumentos de trabalho em força produtiva (que se fortalece na grande indústria) aponta uma nova etapa de extração do mais-valor relativo. Como veremos, o processo de trabalho se converte numa necessidade técnica ditada pelos meios de trabalho, ocorrendo assim uma diminuição do trabalho

necessário na produção, desvalorizando a força de trabalho e aumentando a camada dos “supérfluos”.

O que se evidencia na tendência do capital em investir de forma mais acentuada em meios de produção é a possibilidade que estes investimentos exercem na extração cada vez maior de seus lucros, uma vez que tais investimentos requerem menor quantidade de força de trabalho empregada na produção. Ou seja, tais investimentos possibilitados pelo desenvolvimento da força produtiva aumentam a produtividade do trabalho ao mesmo tempo em que garantem mais lucros para o capitalista. Entretanto, para o trabalhador isto significa uma maior exploração da sua força de trabalho.

Assim, as necessidades do sistema sociometabólico do capital em sua ânsia de ampliar constantemente a extração de mais-valor são as mesmas que põem um número excessivo de força de trabalho (ampliando a camada dos “supérfluos”). Tais aspectos são garantidos pelo aumento da produtividade do trabalho, o que significa que o desenvolvimento da força produtiva social de trabalho se expressa, por um lado, em uma tendência da queda progressiva da taxa de lucro, e por outro, em crescimento constante da massa absoluta de mais-valia ou do lucro apropriado. Tal processo impõe limites ao capital, à medida que, ao elevar a taxa de lucro por meio do investimento em capital constante diminuindo o tempo de trabalho necessário à produção, ele aumenta a superpopulação relativa sem limite, criando uma contradição em seu modo de funcionamento, pois ao ampliar os “supérfluos”, ele cria as condições da sua própria negação.

Sendo assim, para entendermos o papel da superpopulação no atual processo de acumulação capitalista, foi necessário elaborar um debate sobre a crise estrutural e o desemprego estrutural do capital, compreendendo como a ampliação da camada dos superfluos impõe limites ao próprio funcionamento do sistema sociometabólico do capital e, partindo da análise de István Mészáros (2002; 2011), entender como este aspecto contraditório revela um aumento do desemprego crônico, considerado para o autor, o aspecto mais explosivo da crise estrutural do capital. Veremos que tais efeitos atingem não apenas os países subdesenvolvidos, mas também as principais potências mundiais, abrangendo a totalidade dos trabalhadores em toda hierarquia social. A ativação dos limites absolutos do capital representado no desemprego estrutural potencializa a ofensiva do capital sobre o trabalho. Seu aspecto destrutivo impõe uma verdadeira asfixia do capital sobre o

trabalho movido tanto pela diminuição do trabalho necessário, ampliando a camada dos supérfluos, assim como acentuando os níveis de exploração.

Ao compreendemos a mobilidade do trabalho no litoral Sul da Bahia, delimitamos a área de pesquisa nas cidades de Itabuna e Ilhéus-BA. Em um primeiro momento, definimos que o foco na análise no espaço agrário nos daria o suporte para compreender como se estabelecem as condições do caráter móvel do trabalho, porém nas primeiras visitas a campo, percebeu-se um elevado “esvaziamento” populacional do espaço rural. Nas primeiras entrevistas realizadas com os trabalhadores, assim como de trabalhadores assentados e ocupados, ficou evidente que precisávamos direcionar a nossa análise para o espaço urbano das principais cidades do litoral Sul da Bahia, uma vez que a maior parte dos que migram do campo se depara como única alternativa vender a sua força de trabalho nesses espaços, passando a residir em bairros distantes do centro urbano ou a participar dos movimentos de luta pela terra na região.

Entendemos que o espaço urbano é reflexo das formas contraditórias do processo de reprodução do capital através das ações de valorização (valor do solo urbano, ações de especulação imobiliária, apropriação desigual da cidade, entre outros). De um lado, defendemos como aponta Carlos (2008), que considerar as relações do espaço urbano, implica compreendê-lo “como condição geral da realização do processo de reprodução do capital, e de outro, como produto deste processo, como fruto das contradições emergentes do conflito entre as necessidades do capital e as necessidades da sociedade como um todo” (CARLOS, 2008, p. 14). Sendo assim, partindo deste entendimento, foi estabelecido o recorte espacial das cidades de Itabuna e Ilhéus. Em ambas foram escolhidos bairros que se localizam na zona periférica e que possuem um histórico de ocupações urbanas de trabalhadores que migram para estas localidades, sobretudo após a “crise” do monocultivo do cacau no final da década de 1980.

Escolhemos respectivamente os bairros: Nova Ferradas, Fernando Gomes e Nova Esperança na cidade de Itabuna-BA, e os bairros Teotônio Vilela e Novo Ilhéus na cidade de Ilhéus-BA. Nestes, foram realizadas entrevistas abertas e fechadas com cento e treze questionários a fim de que compreendêssemos como se processava o caráter móvel do trabalho; como estes trabalhadores, expropriados do campo, se reproduziam neste espaço e na condição de migrantes, como se estabeleciam as novas formas de venda da sua força de trabalho.

Também foi possível compreender através da pesquisa empírica, os novos investimentos do Estado e parcerias privadas para o fortalecimento da monocultura do cacau, a exemplo da criação do Polo Tecnológico do Sul da Bahia, além dos projetos vinculados aos sistemas agroflorestais, representando a nova lógica de reprodução do capital neste espaço. Para compreender melhor estas novas relações, foram realizadas entrevistas com diversos segmentos da sociedade, a exemplo do superintendente da *Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira* (CEPLAC); o representante do *Projeto Barro Preto* do Centro de Pesquisa do Cacau da *Mars Incorporated* e os movimentos sociais – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Movimento de Luta pela Terra (MLT).

Neste sentido, a presente tese está estruturada da seguinte forma: no primeiro capítulo *Trabalho e mobilidade do trabalho: a condição da existência da lei geral da acumulação*, procuramos estabelecer algumas reflexões que envolvem a retomada de alguns pontos essenciais da compreensão do processo da acumulação primitiva do capital, meio pelo qual este determina sua própria existência enquanto modo de produção social. Karl Marx em *A origem do capital: a acumulação primitiva* nos possibilita revelar como se processaram as formas de “expropriação do povo trabalhador”, que significaram a “separação radical entre o produtor e os meios de produção”. Traçamos uma análise partindo da leitura de Marx em *O Capital*, assim como dos trabalhos desenvolvidos por Jean Paul de Gaudemar em obra intitulada *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*, buscando entender o fundamento da *Lei geral de acumulação capitalista* baseada na submissão do trabalho ao capital, ou seja, da transformação do trabalho em mercadoria, logo, do caráter móvel que permite que a força de trabalho esteja disponível ao movimento de valorização do capital.

No segundo capítulo, *O papel da superpopulação no processo de acumulação capitalista e a ampliação da força de trabalho “supérflua”*, estabelecemos uma reflexão sobre os aspectos que envolvem o papel da superpopulação na geração do mais-valor, e como esta intensificação do aumento desenfreado dos “supérfluos” aponta as contradições do processo sociometabólico do capital no atual estágio de desenvolvimento. Observa-se como o caráter móvel do trabalho (materializado na real submissão do trabalho ao capital) torna a vida dos reais sujeitos da produção na incerteza do labor, ampliando a camada dos superfluos, traços que definem um processo asfixiante da classe trabalhadora. Nesta inevitável tendência, como

veremos por meio das contribuições teóricas de Marx (2011; 2013) e Mészáros (2002), levantamos alguns questionamentos necessários: como, na ânsia feroz pelo lucro garantido pela sua expansão, o capital tende a negar a substância que o faz existir? Até que ponto o uso irracional da força de trabalho “supérflua” que evidencia o desemprego estrutural no atual estágio de desenvolvimento assegurará ao capital subsistir aos imperativos da “explosão populacional”? Considerando que esta irracionalidade do aumento do supérfluo cria limites para a garantia do ciclo do consumo, como pensar que estas lacunas poderão ser corrigidas pela dinâmica cada vez mais destrutiva da sua fase autoexpansiva?

No terceiro capítulo *Os sujeitos “supérfluos”: asfixia necessária em tempos e espaços de barbárie*, apontamos os aspectos da crise no sistema capitalista dando ênfase à atual crise estrutural e em como a taxa decrescente de lucro influencia diretamente no excesso de população, aumentando assim a camada dos supérfluos. Buscamos, em seguida, aprofundar os efeitos que a tendência do aumento da camada dos supérfluos provoca nas condições de trabalho e como se dá, em plena crise estrutural, a asfixia do capital sobre o trabalho.

Por fim, no quarto capítulo *A ampliação dos trabalhadores “supérfluos” no litoral Sul da Bahia pós “crise” da lavoura cacaueira* buscamos compreender a ampliação dos trabalhadores “supérfluos” no litoral Sul da Bahia, e como as novas determinações que envolvem as relações capitalistas e suas formas de se reproduzir no espaço trazem subjacentes um fortalecimento das políticas de investimentos via Estado e parcerias privadas a fim de fortalecer a produção do cacau. Observou-se uma intensificação do caráter móvel do trabalho que se materializa por um caminho cada vez mais incerto de venda da força de trabalho seja no campo ou na cidade. A maior parte dos trabalhadores que migram passam a viver os efeitos do desemprego estrutural, tornam-se “supérfluos”, integrando, assim, o exército industrial de reserva – que transita pelo caminho da informalidade na realização dos trabalhos temporários, mas também abrange os que possuem trabalho –, tendendo a ocupar os setores de serviços, construção civil, entre outros. Uma vez que as “garantias trabalhistas” representadas no sistema de carteira assinada quase não existem mais, os trabalhadores são levados a uma asfixia necessária pelos imperativos do lucro capitalista em sua reprodução ampliada, no qual as contradições que envolvem a relação capital e trabalho são cada vez mais evidentes.

“Esta dolorosa, esta espantosa expropriação do povo trabalhador, eis as origens, eis a gênese do capital.”

(Karl Marx)

2 TRABALHO E MOBILIDADE DO TRABALHO: A CONDIÇÃO DA EXISTÊNCIA DA LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO

2.1 O processo da acumulação primitiva: algumas pontuações necessárias

A preocupação analítica em desenvolver uma leitura pontual do processo de acumulação primitiva – aparentemente tão distante na fase atual da reprodução ampliada do capital – ocorre no sentido de resgatar, a partir da totalidade, como se estabelece os caminhos iniciais da submissão do trabalho ao capital. Por outro lado, evidenciar como o caráter móvel do trabalho se estabelece com a submissão do trabalho ao capital, e tal processo se materializa com as ações do capital já em sua fase de acumulação primitiva, se complexificando, como veremos, a partir da submissão real do trabalho ao capital. Posteriormente será dada a devida atenção aos caminhos que perpassam a elaboração do conceito de mobilidade do trabalho e às formas que a submissão do trabalho ao capital adquire na fase atual de acumulação.

Nas palavras iniciais do capítulo I do livro *A origem do capital: a acumulação primitiva*, Marx afirma que a essência do sistema capitalista está, pois, na separação radical entre o produtor e os meios de produção. Tal condição torna-se cada vez mais acentuada numa escala progressiva e constitui a base de sua existência. Os trabalhadores despojados dos meios de produção e de todas as garantias oferecidas pelo antigo modo de produção feudal serão, dentro do desenvolvimento das forças capitalistas em ascensão, meros “servidores”, principalmente devido à materialização do assalariamento que altera toda a forma de sujeição do trabalho ao capital.

Assim, a etapa de instauração do sistema capitalista a partir do processo de submissão do trabalho ao capital se estabelece, como apontou Marx (2013) em *O Capital*, a partir do movimento histórico que provoca o divórcio entre o trabalho e as condições exteriores, e supõe as condições de servidão que ligam o trabalhador a

terra e ao seu senhor e sua dissolução – ainda que dentro das formas contraditórias de reprodução do capital. Há no percurso do seu desenvolvimento histórico, como já afirmava Rosa Luxemburgo¹ (1969), formas de exploração de relações não capitalistas de produção que representam – no percurso das suas formas iniciais (acumulação primitiva), nas ações imperialistas do século XIX até a lógica de acumulação ampliada – uma condição *sine qua non* para a sua reprodução.

Gaudemar (1977), de posse das análises de Marx sobre as formas de sujeição tanto formais quanto reais do trabalho ao capital, afirma ser o processo de submissão formal do trabalho ao capital o ponto de partida para o início da extração da força de trabalho para fora do seu meio de origem. É ela o primeiro modo encontrado pelo capital para lançar suas redes no mundo pré-capitalista conduzido pelas formas de extração do mais-valor absoluto. Neste contexto transitório, afirma o autor, a *mobilidade primitiva* do trabalho encontra seu campo de definição. Tal processo relaciona-se aos fundamentos envolvidos na separação do produtor camponês dos seus meios de produção dentro do sistema de servidão (expropriação camponesa) e seu indício de trabalhador móvel.

Durante todo o percurso de sua obra, Marx aponta como se processa a expropriação dos camponeses na Europa, principalmente na Inglaterra, o papel da Igreja, do Estado e das leis que regem tanto a propriedade privada da terra como posteriormente as leis trabalhistas seguidas do assalariamento. O centro das questões pontuadas envolve a estrutura do aparelho estatal (formado neste contexto inicialmente pelos proprietários de terras, arrendatários capitalistas, entre outros) e as ações que intensificam o processo de expropriação alicerçado em pilhagem das terras comunais, transformando-as em propriedade privada e traçando os caminhos que constituirão o grande exército de expropriados. Tais processos declara o autor, levaram à “conquista da terra para os capitalistas, incorporando o solo ao capital e entregaram à indústria das cidades os braços dóceis de um proletariado sem lar e sem pão” (MARX, 1964, p. 55).

O processo de intensificação da espoliação dos camponeses (ou camponeses expropriados) se fortalece através de leis condutoras das ações das disciplinas punitivas, desde as torturas, sistemas salariais até as classes denominadas

¹ “O capitalismo necessita, para sua própria existência e desenvolvimento, estar cercado por formas de produção não-capitalistas. Não se trata, porém, de qualquer forma. Necessita de camadas sociais não-capitalistas como mercado para colocar sua mais-valia, como fonte de meios de produção e como reservatórios de mão-de-obra para seu sistema assalariado” (LUXEMBURGO, 1969, p. 317).

“mendigos, ladrões e vagabundos” pelos preceitos da legislação burguesa, as quais sofreram violentamente o processo de expropriação:

a criação do proletariado sem lar nem pão – despedido pelos grandes senhores feudais e cultivadores, vítima de repetidas e violentas expropriações – era necessariamente mais rápida que a sua absorção pelas manufaturas nascentes. Por outro lado, estes homens, bruscamente arrancados de suas ocupações habituais, não se podiam adaptar prontamente à disciplina do novo sistema social [...]. Daí a legislação contra a vadiagem, promulgada nos fins do século XVI no oeste da Europa. Os pais da atual classe operária foram duramente castigados por terem sido reduzidos ao estado de vagabundos e de pobres. A legislação os tratou como criminosos voluntários, supondo que dependia de seu livre arbítrio o continuar trabalhando como no passado e como se não tivesse sobrevindo nenhuma mudança em sua condição de existência. (MARX, 1964, p. 57).

O autor descreve minuciosamente as leis que violentamente expropriaram a população dos campos e marcaram uma definição clara das classes em ascensão (burguesia, proletariado, proprietários fundiários)². Assim, se apresentam, de um lado, “as condições materiais do trabalho sob a forma de capital, e de outro lado homens que nada mais têm para vender senão a sua força de trabalho” (MARX, 1964 p. 64):

desde que o modo de produção capitalista adquiriu certo desenvolvimento, o seu mecanismo passou a quebrar toda resistência; a presença constante de um relativo excesso de população mantém a lei da oferta e da procura do trabalho e, portanto, o salário, nos limites das necessidades do capital, ao mesmo tempo que a surda pressão das relações econômicas completa o despotismo do capitalista sobre o trabalhador. De vez em quando recorre-se ainda à violência, ao emprego da força bruta, mas isso não é senão uma exceção. No curso ordinário das coisas, o trabalhador pode ser abandonado à ação das “leis naturais” da sociedade, isto é, à dependência do capital, engendrada, garantida e perpetuada pelo mecanismo da produção. Não sucede o mesmo durante a gênese histórica da produção capitalista. A nascente burguesia nada poderia sem intervenção constante do Estado, do qual se serve para “regular” o salário, isto é, para rebaixá-lo a um

² É importante considerar, como afirma Lessa, que “as classes sociais se diferenciam e se determinam mutuamente pelas respectivas inserções na estrutura produtiva”. Assim, “a relação entre estas determinações e a atuação das classes nos processos sociais é mediada necessariamente pela consciência dos indivíduos que os compõem”. Neste sentido, o autor reforça que “o ser histórico das classes, portanto, nem é apenas decorrente do lugar que ocupa na estrutura produtiva das sociedades, nem é apenas uma consequência da esfera ideológica. É uma síntese muito mais complexa das determinações econômicas e ideológicas que consubstancia a ação real, efetiva, das classes sociais a partir das possibilidades e limites de cada momento histórico” (LESSA, 2011, p. 178).

nível conveniente, para prolongar a jornada de trabalho e manter o trabalhador no grau desejado de dependência. É esse um momento essencial da acumulação primitiva. (MARX, 1964, p. 64-65, grifos do autor)³.

No esboço de *Para a crítica da Economia política*, à luz dos caminhos que regem o método para pensar a totalidade das relações sociais e as formas de abstração dessa realidade conforme as diferentes determinações históricas, Marx considera necessário refletir sobre a categoria trabalho e suas transformações a partir da abstração geral não apenas por meio do processo intelectual de resgate histórico processual envolvido na totalidade concreta de trabalho, mas compreendendo-a na sua

indiferença em relação ao trabalho determinado correspondente a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar com facilidade dum trabalho a outro e na qual o gênero determinado de trabalho é fortuito, portanto é-lhe indiferente. (MARX, 1978, p. 120).

A leitura histórica processual segundo Marx é, portanto, essencial para o entendimento de que há em todas as formas sociais uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e influência sobre as outras, ou seja,

é uma luz universal de que se embebem todas as cores, e que se modifica em sua particularidade. É um ter especial, que determina o peso específico de todas as coisas emprestando relevo a seu modo de ser. (MARX, 1978, p. 121).

Além do avanço da classe capitalista em formação, há uma revolução central como lei geral da acumulação capitalista que precisa ser considerada, isto é, a formação de

grandes massas humanas que são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente “livres”. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês constitui a base de todo o processo. (MARX, 2013, p. 787, grifos do autor).

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender a não ser sua força de trabalho. Tampouco basta obrigá-las a se

³ Aqui cabe um apontamento acerca dos importantes estudos desenvolvidos por Mészáros (2002) na obra *Para além do capital* sobre o papel da relação Estado, capital e trabalho nos processos de sociometabolismo do sistema do capital. O referido autor aponta que o Estado moderno pertence à materialidade do sistema do capital e “corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para a extração do trabalho excedente”. Desse modo, seu princípio estruturador trata de “garantir e proteger as condições gerais da extração da mais-valia do trabalho excedente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 121).

venderem voluntariamente. No envolver da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas. A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho, e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. (MARX, 2013, p. 808).

A gênese histórica que constituiu as formas de acumulação na pré-história do capital é, portanto, a expropriação dos produtores diretos – a qual despoja grande massa de população de sua própria terra, meios de subsistência e instrumentos de trabalho –, a dissolução da propriedade privada fundada no trabalho. Esta pode ser compreendida como “o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais infames, abjetas e mesquinamente execráveis”. A propriedade privada constituída por meio do trabalho próprio – fundada, por assim dizer, na fusão do indivíduo trabalhador isolado, independente com suas condições de trabalho – cede lugar à propriedade privada capitalista que repousa na exploração de trabalhos alheios, mais formalmente livres⁴ (MARX, 2013, p. 830-831).

Assim, o momento da acumulação primitiva será gerido pela produção das forças de trabalho, que significa o momento da aquisição da sua mobilidade por parte do trabalhador anteriormente submetido a outros modos de produção. Além da transformação do trabalho em condição móvel para o capital, estabelece-se também a transformação do dinheiro em capital e a formação do proletariado. A força de trabalho, por conseguinte, torna-se útil ao capital, possuindo o caráter de valor de troca⁵, tornando-se mercadoria capaz de ser vendida ao mercado. Portanto, a

⁴ De acordo com Harvey, em seu pensamento, Marx elabora uma distinção entre subsunção “formal e real do trabalho ao capital”. A primeira, “é suficiente para a produção de mais-valor absoluto e surge assim que os trabalhadores são impelidos a vender sua força de trabalho para sobreviver”; a segunda, a real submissão do trabalho ao capital “surge quando os capitalistas começam a reorganizar o próprio processo de trabalho para obter mais-valor relativo”. Neste momento, “as relações de classe que prevalecem dentro do capitalismo em geral agora penetram dentro do processo de trabalho por meio da reorganização das forças produtivas” (HARVEY, 2013a, p. 167-168).

⁵ Em *Grundrisse*, na discussão referente ao *Capítulo do Capital*, Marx traça reflexões necessárias sobre as determinações envolvidas na relação entre capital e trabalho. A partir das reflexões do autor, é fundamental considerar que na relação recíproca conflitante de ambos está embutido o valor de troca e o valor de uso, “um lado (o capital) é o primeiro posto diante dos outros como valor de troca, e o outro (o trabalho) é posto diante do capital como valor de uso”. Na relação de troca entre capital e trabalho, o trabalho enquanto valor de uso é posto na relação de troca enquanto mercadoria. Este se caracteriza como trabalho produtivo que gera valor (mais-valor). Assim, a condição de expropriação

submissão do trabalho enquanto mercadoria geradora de valor será finalmente submetida às exigências do modo de produção capitalista. O caráter produtivo do trabalho deve ser compreendido pelos aspectos gerais que determinam a mercadoria força de trabalho. Tais aspectos são definidos pela transformação do trabalho concreto em trabalho humano abstrato, ou seja, o caráter útil do trabalho se materializa com a própria negação do trabalho real, o próprio trabalho humano passa a possuir sua forma concreta. Conforme análise de Gaudemar, a mercadoria força de trabalho acaba reduzindo o caráter do trabalho a uma mera relação entre coisas, perdendo sua forma social de ser “relação social dos homens entre si”. Desse modo,

a mobilidade da força de trabalho como condição da sua mercantilização participa assim na constituição da forma “fantástica” que tomam as relações sociais sob o capitalismo, contrariamente a certos modos de produção anteriores. Mas, enquanto permite a edificação deste sistema de representação, ela contribui para desmistificar a outra grande relação vivida como imaginária, a relação monetária. Mercadoria força de trabalho e mercadoria dinheiro devolvem permanente a bola, num duplo reflexo imaginário. O mito advém alternadamente de um e outro. (GAUDEMAR 1977, p. 198-199, grifos do autor).

O valor do dinheiro não é definido conforme sua própria grandeza, mas pelo próprio trabalho determinado e embutido nas mercadorias de acordo com o tempo de trabalho necessário na produção. Portanto, o meio de circulação tendo como intermediário o dinheiro, afirma Marx, configura o ponto de partida e o ponto final de todo o processo de expansão do valor; todavia, a transformação do dinheiro em capital tem como condição a esfera da circulação. Apesar disso, o mercado é o local onde será vendida a força de trabalho para aí ser explorada; na esfera da produção o dinheiro será transformado em capital, e a condição para essa transformação é encontrar a mercadoria trabalho para ser vendida no mercado. Portanto, a condição histórica de existência do capital não se concretiza apenas pela circulação de mercadoria e de dinheiro (caracterizada na sua forma simples), mas, sobretudo, na condição móvel do trabalho enquanto mercadoria. Dessa maneira,

suas condições históricas de existência [do capital] não estão de modo algum dadas com a circulação das mercadorias e do dinheiro.

do trabalhador dos seus meios de produção é a primeira condição para a transformação do trabalho em mercadoria (MARX, 2011, p. 204-207).

Ele só surge quando o possuidor dos meios de produção e de subsistência encontra no mercado o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho, e essa condição histórica compreende toda uma história mundial. O capital anuncia, portanto, desde seu primeiro surgimento, uma nova época no processo social de produção. (MARX, 2013, p. 245).

A produtividade do trabalho define-se segundo a exploração do trabalho concreto pelo capital, ou ainda, quando “o capital encontra a mercadoria força de trabalho no sistema de troca”. Dessa forma, afirma Gaudemar:

a produtividade do trabalho supõe assim diretamente a mobilidade do trabalho, quer esta mobilidade permita a extração de força de trabalho de esferas em que o capital não estabeleceu ainda o seu domínio, quer ela modele estas forças de trabalho segundo as exigências do capital ou quer assegure a sua circulação. A mobilidade do trabalho supõe a mobilidade como elasticidade do seu uso. (GAUDEMAR, 1977, p. 207-208).

As tendências históricas da acumulação capitalista que têm seu marco na expropriação dos produtores imediatos são a condição fundamental para a lógica da propriedade privada, assim como a posterior divisão do trabalho, iniciada na fase da manufatura. Aqui se estabelece uma condição essencial quando se evidencia nas condições atuais de reprodução a intensificação dos níveis de exploração da força de trabalho. Em sua crise estrutural, o capital reproduz formas primitivas de exploração do trabalho (mais-valia absoluta), caminhando lado a lado da extração do valor a partir da mais-valia relativa. Taís aspectos na realidade estudada releva que estas condições se estabelecem atrelada ao aumento dos trabalhadores “supérfluos”, logo de sua mobilidade.

O processo da acumulação primitiva, portanto, leva à consolidação da propriedade privada (trabalhadores despossuídos dos seus meios de produção) dentro dos preceitos da sociedade burguesa em construção. Diz Marx: é o “corolário da pequena indústria, agrícola ou manufatureira”, constituindo a “sementeira da produção social, a escola onde se elaboram a habilidade manual, a destreza engenhosa e a livre individualidade do trabalhador” (MARX, 1964, p. 115-116):

A propriedade privada, fundada sobre o trabalho pessoal, esta propriedade que, por assim dizer, solda o trabalhador isolado e autônomo às condições exteriores de trabalho, vai ser suplantada pela propriedade privada capitalista, fundada sobre a exploração do trabalho de outrem, sobre o assalariado. (MARX, 1964, p. 117).

Assim, comenta nosso autor, “a produção baseada no capital e no trabalho assalariado não é formalmente diferente de outros modos de produção, mas pressupõe também uma revolução e um desenvolvimento total da produção material” (MARX, 2011, p. 215-216).

Entre os preceitos da consolidação da propriedade capitalista se assenta a gênese do capital; a relação do homem com a natureza passa a ser regida sob o controle do capitalista, a produção, a qual anteriormente garantia suas necessidades, trabalho como condição de uso passa a ser materializada em forma de valor de troca, garantindo então o lucro capitalista. Para Carvalho (2008), numa sociedade capitalista, o valor de uso não se encontra mais em um estado puro; em outras palavras, não se efetiva mais a realização do homem com a natureza, mas o seu estranhamento com o objeto e os meios de seu trabalho. O significado do trabalho enquanto valor de uso torna-se agora valor de troca, isto é, “trabalho abstrato que plasma valor que deve multiplicar-se”. A regra de produzir valor e sobrevalor passa a ser a lógica dominante (CARVALHO, 2008, p. 35).

O aprisionamento das relações do homem com a natureza passa a ser conduzido pela possibilidade de se criar valor, sua racionalidade sofre então uma ruptura, sendo conduzida pela “encarnação ontológica da irracionalidade capitalista”:

a racionalidade que preside a produção de valores de uso (suportes materiais dos valores de troca) choca-se com a irracionalidade da sociedade produtora de mercadorias, presidida, como tal, pela relação-capital. Ela já não se manifesta pelo propósito de produzir mais, em menor tempo e com melhor qualidade para a sociedade, mas de produzir mais, muito mais em tempo menor, para efeito de obtenção de uma crescente massa e taxa de mais-valia, portanto, da massa e taxa de lucro no âmbito da concorrência e no espaço social do mercado. E nem se faz necessário nenhum rodeio para descobrir que, na “racionalidade” inerente à busca do lucro no embate intercapitalista que preside a produção de valores de troca, pode ser racional até mesmo produzir pior, como produzir supérfluos ou produzir para necessidades não-vitais, ou até antivitais – como produzir meios de matança à escala de seres humanos, animais e a própria natureza (movida portanto de forma contraditória, a condição ontológica baseia-se na própria irracionalidade capitalista sendo portanto um traço imanente ao modo de produção capitalista). (CARVALHO, 2008, p. 36, grifo do autor).

Na concepção marxista, o trabalho ganha uma dimensão ontológica para a garantia da valorização. Desde a sua existência ocorre a subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca. O homem torna-se objeto

alienante capaz de garantir a existência do próprio modo de produção capitalista. O homem torna-se então “livre” para o capital, um ser estranhado reificado pela lógica do lucro capitalista, pela produção ilimitada de valor baseada na produção de mercadorias, na exploração da força de trabalho que, no processo histórico de crise estrutural do capital, ganha dimensões desumanas, e até mesmo catastróficas para a existência do seu próprio sistema sociometabólico. Paniago (2012) aponta que a imposição da “escravidão assalariada”, escravidão cerceada pelo desemprego crônico, transforma num paradoxo insolúvel a base da acumulação do capital, pois convivem lado a lado a necessidade ilimitada de trabalho vivo e a produção crescente de trabalho supérfluo expulso da produção.

Na medida em que ocorre o processo de valorização, baseada na exploração da força de trabalho – com a ampliação da jornada ou alteração na divisão do trabalho (mais-valor absoluto) –, seja no processo de avanço das forças produtivas apoiada na técnica (mais-valor relativo), há conseqüentemente a maior intensificação da geração do valor. Logo, ocorre um aumento no processo de exploração da força de trabalho e ampliação do mais-valor, possibilitando maior ampliação do exército de reserva o qual, ao passo que desvaloriza os salários, subjuga cada vez mais a força de trabalho ao capital, tornando os trabalhadores mais móveis, incertos em relação às possibilidades da venda de força de trabalho, portanto de garantir minimamente a sua existência.

Veremos na realidade estudada que os aspectos atuais da reprodução se estabelecem com ampliação do desemprego e de um acentuada mobilidade do trabalho, trabalhadores do campo que vivem um constante ir e vir para vender sua força de trabalho, andarilhos que se móvel em ciclo cada vez mais curtos, incerto.

A leitura do processo de acumulação primitiva torna-se condição necessária para a compreensão dos aspectos envolvidos na origem do capital, centrada principalmente nos processos de expropriação do trabalhador dos seus meios de produção, a transformação do seu trabalho em mercadoria, ou seja, a transformação da força de trabalho em força de trabalho produtiva para ser vendida ao mercado e assegurar seu processo de valorização, materializando o seu caráter móvel. Esta condição de expropriação é, como afirma o próprio Marx, a essência do sistema capitalista:

na história da acumulação primitiva, faz época toda revolução que serve de alavanca ao avanço da classe capitalista em vias de formação, sobretudo aqueles que, despojando as grandes massas de seus meios de produção e de existência tradicionais, as lançam de improviso no mercado de trabalho. Mas, a base de toda esta evolução é a expropriação dos cultivadores. (MARX, 1964, p. 17).

Para aprofundarmos o entendimento dos processos que regem as formas de reprodução capitalista na atualidade e progressivamente tendem a tornar móvel a força de trabalho para o capital, serão pontuadas condições históricas que conduzem à submissão do trabalho ao capital tais como preceitos de “liberdade” (a mobilidade do trabalho), e também aspectos que envolvem a produção de mais-valia absoluta e relativa ao longo do desenvolvimento histórico do sistema capitalista.

2.1.1 A subsunção do trabalho ao capital e a criação do valor

O trabalho enquanto condição da mediação entre o homem e a natureza é parte fundante do ser social, independente das formas sociais historicamente estabelecidas. Marx (2013) afirma ser “um processo que participam homem e natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula, controla seu intercâmbio material com a natureza”. Este ato se caracteriza pela produção de valores de uso (caráter simples do trabalho), processo comum a todas as formas sociais, “apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana” (MARX, 2013, p. 211 e 261).

Em *Para compreender a Ontologia de Lukács*, Lessa conclui:

nossas vidas são crescentemente determinadas socialmente. As determinações naturais, os processos naturais não determinam o conteúdo e o sentido da história humana. O devir-humano dos homens se consubstancia na constituição, historicamente determinada, de um gênero humano cada vez mais socialmente articulado e portador de uma consciência crescentemente genérica. E o impulso detonador desse processo é a tendência à generalização inerente ao trabalho: por isso o trabalho é a categoria fundante do ser social. (LESSA, 2004, p. 50).

Nesta eterna mediação entre homem e natureza a partir do trabalho, “não há qualquer possibilidade de reprodução social sem a transformação da natureza nos meios de produção e meios de subsistência imprescindíveis a qualquer sociedade”. Esta existe em sua relação com a natureza. Assim, o que se altera historicamente “é

a modalidade de organização dos homens para transformarem a natureza”. Uma condição é apresentada igualmente para a sociedade capitalista: sem transformar a natureza não seria possível garantir o processo de valorização a partir da exploração do trabalho abstrato (LESSA, 2011, p. 132).

Importa identificar a relação estabelecida nos marcos da sociabilidade capitalista entre o trabalho e o trabalho abstrato. Ainda conforme Lessa, esta relação diz respeito à essência do modo de produção enquanto “forma histórica-particular do desenvolvimento universal do gênero humano” “de modo historicamente inédito o trabalho enquanto categoria fundante, ainda que apenas venha a cumprir esta sua função social se travestida pela alienação do trabalho abstrato, do assalariamento” (LESSA, 2011, p. 197):

ao apenas satisfazer às necessidades humanas que podem ser atendidas por mercadorias – ou seja, por apenas poderem entrar no sistema do capital as necessidades humanas que podem ser lucrativas –, o trabalho tem que deixar de incorporar prioritariamente as necessidades humanas para atender prioritariamente às necessidades da reprodução do capital. O que equivale dizer que abre um amplíssimo campo de antagonismo entre o que somos enquanto seres humanos concretos, historicamente determinados, e as possibilidades e necessidades de desenvolvimento do sistema do capital. (LESSA, 2011, p. 197).

Nos marcos da sociabilidade capitalista, tal relação de trabalho (entre homem, natureza e sua transformação) terá outra finalidade a qual, como observado nas primeiras discussões, advém principalmente da expropriação do trabalhador de seu meio de produção, logo da transformação do trabalho em mercadoria.

Nas formas capitalistas de produção, a força de trabalho é uma mercadoria peculiar:

é a única mercadoria que tem capacidade de criar valor. É o tempo de trabalho incorporado nas mercadorias, e são os trabalhadores que vendem sua força de trabalho ao capitalista. Este, por sua vez, usa essa força de trabalho para organizar a produção de mais-valor. (HARVEY, 2013b, p. 105).

Aqui se manifestam as condições objetivas para a existência do modo de produção capitalista: a transformação da força de trabalho em mercadoria. O trabalhador despido de qualquer possibilidade de se reproduzir torna-se “livre” e móvel para vender sua força de trabalho ao capital. Portanto, a existência do capital requer a

dissolução de todas as condições objetivas do trabalhador, ou seja, da possibilidade ser proprietário dos seus meios de produção e de sua força de trabalho.

Paniago (2012) considera o capital uma relação social fundada no trabalho social e no trabalho assalariado, cujo requisito histórico foi a completa separação – a quebra da unidade – do trabalho vivo das condições objetivas de sua atividade produtiva. O capital encontra sua base de existência na sujeição do trabalho vivo, ao passo que apenas pode se apresentar como a contrapartida – sob a forma de trabalho acumulado, objetivado e alienado – do sujeito trabalhador. Ao estudar as formas de comando do capital sobre o trabalho, baseada em Mészáros, a autora aponta que o círculo vicioso da relação capital-trabalho “é condição inexorável de sua autorreprodução, e possui uma lógica autorreferente que precede a vontade capitalista e se impõe sobre o trabalhador por meio de formas mutáveis de dominação”. A dominação hierárquica e totalizante que exerce sobre o trabalho é condição ineliminável desse modo de controle metabólico (PANIAGO, 2012, p. 23 e p. 25-26).

Para Marx, primeiramente deve haver a dissolução do comportamento em relação a terra [...] – território – como condição natural de produção; segundo, dissolução das relações em que ele figura como proprietário do instrumento; terceiro os meios de consumo necessários para viver como produtor; e, por fim, dissolução na mesma medida das relações em que os trabalhadores, as capacidades de trabalho vivas ainda participam diretamente das condições objetivas de produção e são apropriadas como tal. Assim, “para o capital, o trabalhador não é uma condição de produção, mas só o trabalho, apropriado pela mediação da troca, a troca de mercadoria a partir da compra e venda da força de trabalho” (MARX, 2011, p. 408-409).

Para o nosso autor, na relação de troca entre capital e trabalho ocorrem dois processos opostos:

no primeiro, o trabalhador troca sua mercadoria (o trabalho) como valor de uso, o qual como mercadoria tem seu preço, valores de troca materializada em quantidade determinada de dinheiro concedida pelo capital; no segundo o capitalista recebe em troca seu trabalho, o qual atribui o valor de trabalho produtivo. (MARX, 2011, p. 213).

Esta força produtiva multiplica o capital e necessitam também de força reprodutiva do capital, a qual pertence ao próprio capital. Sendo assim,

a troca do trabalhador com o capitalista é uma troca simples, cada um obtém um equivalente, o primeiro recebe o dinheiro, o segundo a mercadoria (trabalho), que nela está objetivado o valor de uso, representado pelo sobre trabalho alheio. (MARX, 2011, p. 220 e 221).

Portanto, a relação de troca entre capital e trabalho evidencia a possibilidade de geração do valor à luz da transformação do trabalho (valor de uso) em mercadoria (valor de troca). Esta relação permite garantir a substância da produção do lucro capitalista (representado na extração do mais-valor) e do trabalhador (garantir suas necessidades imediatas).

Deve-se considerar que a finalidade da relação de troca para o trabalhador é a satisfação de suas necessidades. Desse modo, ele negocia não o valor de troca, tampouco a riqueza, mas meios de subsistência, valores de uso para garantir sua vitalidade, suas necessidades físicas e sociais. Nesta relação, o trabalhador não se defronta com o capitalista como valor de troca, mas este último que se defronta com o trabalhador assumindo tal valor. A sua ausência de valor e desvalorização são os pressupostos do capital e a condição do trabalho livre de modo geral. Assim, nesta relação,

o trabalho não é somente valor de uso que se defronta como capital, mas é o valor de uso do próprio capital, o trabalho é a possibilidade dos valores e, como atividade, o pôr do valor, simples forma abstrata, a simples possibilidade da atividade que põe valor, que só existe como habilidade, faculdade, na corporalidade do trabalhador. (MARX, 2011, p. 226).

Por meio da troca com o trabalhador, o capital apropriou-se do trabalho. Aqui é central a posição do autor, quando aponta ser o trabalho objetivado a verdadeira substância do valor, “fermento que é jogado no capital e produz sua fermentação” (MARX, 2011, p. 231-232):

para o próprio trabalhador, o trabalho só tem valor de uso na medida em que é valor de troca, não porque produz valor de troca. Para o capital, o trabalho só tem valor de troca na medida em que é valor de uso. O trabalho é valor de uso, diferente do seu valor de troca, não para o próprio trabalhador, mas somente para o capital. O trabalhador, troca, portanto, o trabalho como valor de troca simples, predeterminado, determinado por um processo passado – ele troca o trabalho mesmo como trabalho objetivado; somente na medida em que o trabalho já objetiva um determinado quantum de trabalho que, por conseguinte, seu equivalente é um equivalente medido, dado –; o capital o compra como trabalho vivo, como a força produtiva

universal da riqueza; a atividade que aumenta a riqueza. (MARX, 2011, p. 240).

Neste processo de troca, o trabalhador cede seu potencial criativo ao capital havendo um estranhamento entre seu ser e o seu trabalho, alienação do seu próprio trabalho, garantida assim a produção de riqueza para o capital. A produtividade do seu trabalho “devém um poder estranho, na medida em que não é capacidade, mas movimento, trabalho efetivo; o capital inversamente valoriza-se a si mesmo pela apropriação do trabalho alheio” (MARX, 2011, p. 240).

Nesta relação, há uma desrealização do trabalho como menciona Menezes, ocorrendo “uma inversão estruturalmente necessária para a reprodução e valorização do capital”. O objetivo da produção, do processo de trabalho nos marcos da sociabilidade capitalista não mais se define pelas necessidades humanas, mas sim em usá-las para vender mercadorias, trocá-las por dinheiro, acumular mais dinheiro, isto é, para o lucro. O valor de troca se sobrepõe ao valor de uso (MENEZES, 2007, p. 107).

Assim, “a ‘perpetuação’ da sociedade pautada no modo de reprodução sociometabólico do capital”, afirma Dutra Júnior (2010, p. 33-34, grifo do autor), “viabiliza-se a partir da expansão do valor de troca”, sendo que a

poderosa estrutura totalizadora da reprodução capitalista, em suas diversas dimensões, apreende a totalidade da vida humana; assim, a propriedade privada dos meios de produção e o trabalho assalariado (condição da existência do sistema do capital) são garantidos a partir das estruturas políticas e ideológicas sem as quais a manutenção de uma sociedade de classes não se daria. (DUTRA JÚNIOR, 2010, p. 33-34).

Constituem-se, portanto, as condições estruturais da formação do valor. Por um lado, “é preciso que haja capital-dinheiro disposto a comprar força de trabalho” e, por outro, “que haja trabalhadores dispostos a vender a sua força de trabalho no chamado *mercado de trabalho*”. Ou seja, a força de trabalho se encontra neste momento subordinada ao capital como força de trabalho abstrata geradora de valor (PRADO, 2013, p. 117, grifo nosso).

O processo de valorização se caracteriza então pela produção de capitalistas e trabalhadores assalariados. O trabalho objetivado, define Marx, é estabelecido como a não-objetividade do trabalhador, aparecendo como uma propriedade que lhe é estranha. A produção baseada no valor de troca, na qual ocorre “aquela troca livre

e igual de equivalentes, é no fundo troca de trabalho objetivado como valor de trabalho pelo trabalho vivo como valor de uso”, ou seja, trabalho que lhe é estranho e alheio. Como propriedade alheia, este processo estabelece a própria alienação do trabalho, porém, reforça o autor, “não é somente a troca de trabalho objetivado por trabalho vivo que constitui o capital” (trabalho assalariado), mas igualmente a troca do trabalho objetivado – como valor que se conserva em si mesmo – por trabalho vivo como seu valor de uso não para um uso ou consumo determinado e particular, mas como valor de uso para o valor. A valorização que expressa a partir da relação capital e trabalho abriga o processo de apropriação do valor extraído do próprio trabalho. Assim sendo, o capital é o próprio trabalho vivo acumulado (trabalho excedente) que gera valor (MARX, 2011, p. 385-386 e 424-426).

No conceito de trabalhador livre está implícita a sua pobreza; ele, o trabalhador, “é simples capacidade de trabalho vivo”. Nestas condições de liberdade sob os preceitos das formas de produção capitalista, o trabalho não aparece como existência objetiva, capacidade para sua realização; ao contrário, “o trabalhador não pode executar o seu trabalho necessário; não pode produzir seus meios de existência”. Logo, “essa própria troca está ligada a condições contingentes para o trabalhador e indiferentes em relação ao seu ser orgânico. Ele é, portanto, pobre em potência” (MARX, 2011, p. 502-503).

A valorização do capital é caracterizada pela própria negação do trabalho livre, da liberdade produtiva dos homens. Basta ao capital

[...] manter o trabalhador vivo para manter trabalhando de nada o impede, pelas ‘justas’ leis do mercado, mantê-lo miseravelmente vivo para que vivo realize um trabalho miserável, de nada impede matá-lo de fome e de desgosto. (MENEZES, 2007, p. 109).

A perda da sua condição humana livre e natural se transfigura em mercadoria para o processo de valorização do capital; “o que era do homem para o homem passa a ser do capital para o capital” (MENEZES, 2007, p. 109-110):

o trabalho gera as riquezas para a sociedade. Na sociedade ordenada pelo dogma do lucro e pelo Deus do dinheiro, o trabalho gera riqueza para o capital e o capital gera pobreza para os trabalhadores. A reprodução e manutenção dessa relação desigual e combinada só pode se efetivar a partir do consumo do trabalhador alienado: do trabalhador separado da riqueza social; e separado de sua história enquanto sujeito produtor de riquezas. Trabalho alienado

está para o capital como trabalhadores pobres estão para os capitalistas. (MENEZES, 2007, p. 111).

Desprovido de qualquer forma de realização pelo trabalho, a condição de liberdade do trabalhador torna-se, portanto, a de sujeitar o trabalho ao capital, uma liberdade que conduz à possibilidade do trabalhador de escolher o seu trabalho e o local onde exercê-lo e, por outro lado, conduz às exigências do capital e ao seu poder de despedir em qualquer altura um trabalhador, ou de transformar o seu trabalho assim como as condições em que ele o exerce:

em ambos os casos, a força de trabalho deve ser móvel, isto é, capaz de manter os locais preparados pelo capital, quer tenham sido escolhidos quer impostos; móvel quer dizer apta para as deslocações e modificações do seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório. (GAUDEMAR, 1977, p. 190).

A mobilidade é a própria “liberdade”, condição necessária para submeter o trabalho ao capital, logo ao modo de produção capitalista. Este se afirma na força de trabalho como mercadoria para garantir a existência do capitalismo, ou seja, a mobilidade do trabalho surge como condição necessária para a gênese do capitalismo e como garantia do seu desenvolvimento. Isso significa que “a mobilidade da força de trabalho conduz assim imediatamente às exigências do capitalismo que são a produção das forças de trabalho, sua utilização no processo de produção e sua circulação entre as diferentes esferas de atividade” (GAUDEMAR, 1977, p. 192-193):

utilização da força de trabalho: é o momento da submissão da mobilidade do trabalho às exigências do capital. Ela deve prestar-se às formas e transformações da organização do processo de trabalho. Duração, intensidade, produtividade de trabalho são as suas palavras-chave. A mobilidade é a capacidade que permite à força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos de uma divisão do trabalho cada vez maior. Circulação das forças de trabalho: é momento da submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do mercado, aquele em que o trabalhador, à mercê do capital e das suas crises periódicas, se descola de uma esfera de atividade para outra; ou por vezes aquele em que sucede o trabalhador ser “sensível” a toda a variação da sua força de trabalho e da sua atividade, que lhe deixa antever um melhor salário. (GAUDEMAR, 1977, p. 193-194, grifo do autor).

Como afirma Silva (2003), a mobilidade do trabalhador não é mais do que a sua qualidade, a propriedade que lhe permite ser produtivo e capaz de realizar as necessidades que se exprimem e, portanto, do crescimento, da própria acumulação do capital, “cada um “de per si”, ou simultaneamente, tanto em termos de qualificação quanto em termos de repartição espacial e setorial dos homens, que determinam assim as múltiplas formas concretas de mobilidade” (SILVA, 2003, p. 37).

Tornando-se livre para o capital, ou seja, para vender sua força de trabalho enquanto mercadoria, sua condição de liberdade é na verdade o seu aprisionamento total à exploração capitalista. Na relação de compra da força de trabalho, a alma do capitalista é a alma do capital, e as formas para que ocorra o processo de valorização, de criação de mais-valor manifestam-se através do trabalho excedente:

mas o capital tem um único impulso vital, o impulso de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constante, que são os meios de produção, a maior quantidade possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou do trabalhador. Se este consome seu tempo disponível para si mesmo ele furta o capitalista. O capitalista se apoia, portanto, na lei da troca de mercadorias. Como qualquer outro comprador, ele busca tirar o maior proveito possível do valor de uso de mercadorias. (MARX, 2013, p. 307-308).

No processo de compra e venda do trabalho entre capitalista e trabalhador, o trabalhador não é agente livre: “o tempo que livremente dispõe para vender sua força de trabalho é o tempo em que é forçado a vendê-la, que, na verdade, seu parasita [Souger] não o deixará enquanto houver um músculo, um nervo, uma gota de sangue para explorar” (MARX, 2013, p. 373).

Neste sentido, a mobilidade do trabalho pode ser compreendida pela submissão do trabalhador ao capital e pela transformação da força de trabalho em mercadoria. Essa dinâmica ocorre, sobretudo, com a ideia de trabalhadores “livres” que vendem sua força de trabalho, estes submetidos à regra acumulativa do capital com a transformação da propriedade privada em mercadoria movida pela busca do lucro.

Ao passo que se estabelece esta “liberdade”, o capital se apropria da força de trabalho e a submete ao seu desejo e às suas exigências. Ela necessita de

mobilidade para manter os locais preparados para o capital. Importam a extração do lucro e a negação da liberdade do indivíduo de ser possuidor dos resultados do seu trabalho. Neste sentido, para Gaudemar (1977), a mobilidade da força de trabalho é assim introduzida, em primeiro lugar, como a condição de exercício da “liberdade” de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar a mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital.

2.2 A mobilidade da força de trabalho e o processo de produção de mais-valor

O uso da força de trabalho no sistema capitalista diz respeito à origem da produção de mais-valor. Segundo Marx (2013), ela se estabelece de duas formas: na produção de mais-valor absoluto e relativo. Ambas constituem exploração do trabalho concretizado no excedente de valor, porém a distinção está no fato de a primeira se estabelecer com o prolongamento da jornada do trabalho e a segunda corresponde à redução do tempo de trabalho necessário⁶ à produção com base de investimento em capital constante, mais precisamente as modificações das técnicas empregadas no processo de produção.

Segundo o autor, é preciso compreender a jornada de trabalho como uma grandeza variável (ao invés de constante). Sua magnitude total varia conforme a duração do trabalho excedente. No processo de compra e venda do trabalho, a jornada precisa ultrapassar o tempo necessário para produzir uma mercadoria a fim de que o capitalista possa extrair o mais-valor, ou seja, o sobretrabalho.

De acordo com Luxemburgo (1969), o sobretrabalho corresponde ao tempo de trabalho excedente despendido pelo trabalhador no processo de produção de mercadorias, produzindo assim mais-valor para o capitalista. Para a autora, apesar de a exploração do sobretrabalho existir desde tempos antigos – nas relações de trabalho no sistema escravagista e na servidão, por exemplo –, o empresário moderno foi pioneiro na descoberta desta propriedade da força de trabalho. Entretanto, o que a torna particular nas relações capitalistas definidas segundo o trabalho assalariado é a condição de “liberdade do trabalhador” (LUXEMBURGO, 1969, p. 301). Neste sentido, a venda da força de trabalho como mercadoria é

⁶ Marx (2013) denomina “tempo de trabalho necessário” a quantidade de horas de trabalho despendidas no processo de reprodução, ou seja, o tempo socialmente necessário à produção de mercadorias.

condição determinante para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, sendo então necessário que o trabalho esteja sob o controle do capitalista.

Conforme Luxemburgo, a venda da força de trabalho como mercadoria implica relações históricas e sociais determinantes para efetivar a exploração capitalista. Dessa forma, o aparecimento da “força de trabalho” no mercado indica quatro pré-requisitos: a liberdade do trabalhador; sua separação dos meios de produção; um grau de produtividade do trabalho capaz de fornecer o sobretrabalho; a venda deste último sob a forma de mercadoria. Portanto, a compra e a venda de trabalho pressupõem a produção de mercadoria para obtenção do sobretrabalho, ou seja, do mais-valor para o capitalista. Assim,

a jornada de trabalho de todo operário compõe-se de duas formas: uma parte paga, em que o operário não faz mais do que restituir o valor da sua subsistência em que ele trabalha por assim dizer para ele mesmo, e uma parte não paga, na qual faz trabalho gratuito ou sobretrabalho para o capitalista. (LUXEMBURGO, 1969, p. 304-305).

Na interpretação de Gaudemar (1977), a duração da jornada de trabalho significa para os capitalistas e para os trabalhadores interesses distintos. Enquanto aqueles consideram a necessidade de o dia de trabalho despendido pelo trabalhador ser o mais prolongado, estes últimos tendem a limitar o tempo de uso de sua mercadoria. De acordo com o autor, a mobilidade temporal da força de trabalho é o significado da produção de mais-valor absoluto. Esta é definida devido à intensidade da mobilização ocorrida diferenciadamente entre classes distintas. Desse modo, a primeira forma pela qual a mobilidade da força de trabalho se manifesta no tempo é a extensão máxima da jornada de trabalho, a extração do tempo de trabalho além do limite necessário ao processo de produção.

Para Marx (2013), tal processo gera para o capitalista mais-valor como um “encanto de uma criação que surgiu do nada”. Na verdade, trata-se de trabalho explorado, mercadoria necessária para o processo de valorização do capital. A condição de exploração com base no prolongamento da jornada de trabalho é a possibilidade de o capital extrair o mais-valor absoluto. As investidas do sistema de produção capitalista objetivando a posse legal do uso da força de trabalho significam “apropriar-se durante todas as 24 horas do dia” a fim de permanecer acumulando, extraindo mais-valor. Não interessam as condições a que esses trabalhadores serão submetidos no processo de trabalho; o que importa é o lucro advindo da compra da

mercadoria trabalho. Para o capital, a vida da força de trabalho não é importante, mas o máximo da força de trabalho que dela possa ser executada:

[...] o trabalhador, durante toda a sua vida, não é senão força de trabalho, razão pela qual todo o seu tempo disponível é, por natureza e por direito, tempo de trabalho, que pertence, portanto, à autovalorização do capital. Tempo para a formação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o cumprimento de funções sociais, para relações sociais, para o livre jogo das forças vitais físicas e intelectuais, mesmo o tempo livre do domingo [...] é pura futilidade! Mas em seu impulso cego e desmedido, sua voracidade de lobsomem por mais-trabalho, o capital transgride não apenas os limites puramente físicos. Ele usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo. Rouba o tempo requerido para o consumo de ar puro e de luz solar. (MARX, 2013, p. 337).

Assim, a produção capitalista materializada na produção do mais-valor, na sucção de mais-trabalho com base no prolongamento da jornada de trabalho “não apenas provoca a debilitação da força humana de trabalho, que se vê roubada [...] [em] suas condições normais, morais e físicas de desenvolvimento e atuação”; ela produz “o esgotamento e a morte prematura da própria força de trabalho e estende o tempo de produção do trabalhador durante certo período mediante o encurtamento de seu tempo de vida” (MARX, 2013, p. 338).

A primeira forma pela qual se manifesta no tempo a mobilidade do trabalho é a extensão máxima deste e, conseqüentemente, das formas definidas por determinada organização do trabalho. A existência da mobilidade do trabalho expressa-se na capacidade de o capital utilizar o máximo de tempo da força de trabalho, mostrando-se indiferente a qualquer possibilidade de doar o tempo desse trabalhador conforme seu ritmo individual. Importa, sobretudo, garantir a extração do lucro em meio ao investimento realizado pela compra da força de trabalho. Todavia, essa forma de exploração do tempo excedente de trabalho necessário à produção, contraditoriamente, impõe problemas para o capital. Considerando o encurtamento da vida do trabalhador resultante do prolongamento de sua jornada de trabalho, será necessário substituir essa força de trabalho por outra visando satisfazer o processo de produção de mercadorias.

De acordo com Luxemburgo (1969), quando a carga de trabalho é aumentada, o nível de vida do trabalhador diminui. Conseqüentemente, o sistema de produção capitalista cria o que antes era desconhecido nos sistemas de produção

existentes: o “não emprego” e, por conseguinte, o “não consumo”, denominados exército de reserva. Conforme a autora, nessa condição, o capital deve necessariamente manter uma quantidade de trabalhadores em reserva a fim de suprir alterações constantes no processo de acumulação:

deve, para ter constantemente à sua disposição a quantidade necessária de força de trabalho que responda mesmo às exigências mais elevadas do mercado, manter em reserva um número importante de trabalhadores desempregados ao lado dos que estão empregados [...]. Ao capital não interessa como é que os desempregados conseguem viver e repele qualquer tentativa de suprimir o exército de reserva como uma ameaça contra os seus próprios interesses vitais. (LUXEMBURGO, 1969, p. 319).

Lei geral da acumulação capitalista, o aumento constante de uma superpopulação relativa (exército industrial de reserva) é a “alavanca da acumulação capitalista”, fornecendo “a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado” (MARX, 2013, p. 707). Em períodos de estagnação e prosperidade média, o exército industrial de reserva tem a função de pressionar o exército ativo de trabalhadores já no período de superprodução e paroxismo, barrando suas pretensões. A superpopulação relativa é, então,

o pano de fundo sobre o qual se move a lei da oferta e da demanda, esta reduz o campo de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a avidez de exploração e a mania de dominação próprias do capital. (MARX, 2013, p. 714).

A superpopulação relativa, portanto, possui três formas, além do lumpemproletariado: flutuante, latente e estagnada. A primeira inclui os trabalhadores da indústria moderna ora repelidos, ora atraídos sendo predominante uma proporção sempre decrescente em relação à escala de produção. Aqui se apresentam os trabalhadores das fábricas, considerados com duração de vida mais curta. A segunda é composta pela população rural (proletariados sem qualificação), a qual flui continuamente. Reduzida ao salário mínimo, está sempre com um pé no lodaçal do pauperismo. A terceira, uma parte é ativa do exército de trabalhadores, porém sua ocupação é totalmente irregular. Esta proporciona ao capital um depósito inesgotável de força de trabalho disponível, sempre possuindo horas de trabalho mais extensas e salários menores. O lumpemproletariado forma o sedimento mais baixo da superpopulação relativa – a esfera do pauperismo – formada por três categorias: a dos aptos ao trabalho; a dos órfãos e indigentes; e a dos degradados,

maltrapilhos e incapacitados para o trabalho. Todos esses são empregados parcialmente ainda que não estejam aptos ao trabalho. Trata-se de indivíduos que sucumbem por sua imobilidade, cuja produção e necessidade incluem-se na produção da superpopulação relativa. Juntos eles constroem a condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza⁷ (MARX, 2013).

Assim, sob a lei geral da acumulação capitalista e seu caráter expansivo estão o aumento do exército industrial de reserva e, ao lado, o seu pauperismo:

quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. (MARX, 2013, p. 719).

É importante considerar um dos aspectos que caracterizam os limites absolutos do sistema metabólico do capital (e seu caráter destrutivo) em plena crise estrutural: o agravamento do desemprego crônico. Mészáros (2002b) aponta o quanto os aspectos que regem a lei geral da acumulação capitalista materializada na existência do exército industrial de reserva foram e são fundamentais para a manutenção da tendência do crescimento do capital. Contudo, nos limites absolutos do desemprego crônico, a contraditória relação entre capital e trabalho torna-se uma ameaça para a existência do próprio capital, subvertendo as condições vitais de sua reprodução ampliada. O capital globalmente competitivo, afirma o autor, “tende a reduzir a um mínimo lucrativo o tempo necessário de trabalho (ou o ‘custo do trabalho na produção’), e assim inevitavelmente tende a transformar os trabalhadores em força de trabalho supérflua”⁸ (MÉSZÁROS, 2002b, p. 226).

⁷ (MARX, 2013, p. 717-719).

⁸ Uma característica particular do desemprego crônico, afirma Paniago (2012, p. 66), é a de não estar “limitado a jovens e mulheres, a trabalhadores manuais, a setores econômicos específicos ou às regiões mais pobres do mundo; ele ocorre em todas as categorias de trabalho qualificado e não qualificado – inclusive da classe média –, generalizando-se por toda a economia mundial, sem fazer exceção mesmo nos países capitalistas mais avançados”. O debate acerca do desemprego estrutural, assim como a ampliação do exército industrial de reserva no atual formato de acumulação capitalista será desenvolvido nos capítulos posteriores.

Ao longo do seu desenvolvimento histórico, a ameaça do desemprego era apenas latente no seu modo de regulação:

o exército de reserva do trabalho não só não representava uma ameaça fundamental para o sistema enquanto se mantivesse a dinâmica da expansão e da acumulação lucrativa do capital, mas, ao contrário, era um elemento bem-vindo e necessário para sua boa saúde. (MÉSZÁROS, 2002b, p. 332).

No entanto, ainda para Mészáros, a situação muda radicalmente uma vez que a dinâmica do deslocamento expansionista e a acumulação do capital sofrem importante interrupção que traz ao longo do tempo uma crise estrutural potencialmente devastadora:

portanto, não estamos diante dos subprodutos “normais” e voluntariamente aceitos do “crescimento e do desenvolvimento”, mas de seu movimento em direção ao um colapso; nem tampouco diante de problemas periféricos dos “bolsões de subdesenvolvimento”, mas diante de uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo, que transforma até mesmo as últimas conquistas do “desenvolvimento”, da “racionalização” e da “modernização” em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico. E o mais importante de tudo é que quem sofre todas as consequências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas “desprivilegiadas”, mas todas as categorias de trabalhadores qualificados e não qualificados: ou seja, obviamente, a totalidade da força de trabalho da sociedade. (MÉSZÁROS, 2002b, p. 1005, grifos do autor).

De acordo com Menezes (2007), no fundamento da existência do capital está o trabalho humano (condição natural de geração de valores). Entretanto, contraditoriamente, ao longo do seu desenvolvimento autodestrutivo e de sua atual crise estrutural, “o próprio capital é o mais poderoso instrumento da história humana de desrealização do trabalho e destruição de seus produtos”; o seu “crescimento global está diretamente ligado ao processo de diminuição do seu componente variável em relação ao seu componente constante” (MENEZES, 2007, p. 57). A diminuição do trabalho vivo é o resultado e a condição do desenvolvimento das forças produtivas do capital. À medida que ele diminui em relação ao trabalho objetivado (instrumento de trabalho, matéria prima, maquinaria, etc., logo capital constante) diminui também sua parte não paga (a mais-valia) em relação ao capital global. Assim sendo, a taxa de lucro tende a cair:

ou seja, da mesma forma que o capital se valoriza pelo aumento da produtividade do trabalho, pela elevação da extração do mais-valor e pelo aumento absoluto dos lucros (possibilitado pela inserção crescente de meios de produção, trabalho morto) a sua desvalorização se dá exatamente pela queda relativa das taxas de lucro e de mais-valia a partir da diminuição do componente variável em relação ao constante, ou ainda, pela diminuição relativa do trabalho vivo em relação ao trabalho morto. O avanço das forças produtivas do capital é, ao mesmo tempo, um processo de valorização e desvalorização. A desvalorização é a própria condição da valorização do capital e vice-versa. (MENEZES, 2007, p. 57-59).

Concomitante à manutenção de uma reserva para suprimento de suas necessidades no processo de produção do valor, segundo Marx, contraditoriamente, o capitalista cria igualmente a degeneração futura da humanidade. Mas, para se proteger deste parasita que os explora e não possui consideração ou remorso algum para com a vida dos trabalhadores, a fim de se resguardar da

serpente de suas aflições, os trabalhadores têm de se unir e, como classe, forçar a aprovação de uma lei, uma barreira social intransponível que os impeça a si mesmos de, por meio de um contrato voluntário com o capital, vender a si e suas famílias à morte e à escravidão. (MARX, 2013, p. 373-374).

Nesta condição, Gaudemar (1977) considera ser a mobilidade do trabalho a condição de liberdade da força de trabalho para o capital. Ao invés de se tornar sua emancipação torna-se um meio de exploração. É necessário, portanto, “que os operários proclamem imobilidade coletiva como sinal de recusa, não do trabalho, mas da exploração capitalista”. Neste sentido, negar as condições de exploração a que os trabalhadores são submetidos pelas tiranias do tempo do capital, é negar o próprio capital (GAUDEMAR, 1977, p. 225).

A condição de extração do mais-valor absoluta no sistema sociometabólico do capital ocorre, portanto, com base na exploração máxima da força de trabalho, do prolongamento das horas de trabalho, mesmo que esta coloque em risco a vida do trabalhador. Para o capital, o fim último para sua realização é a extração do mais-valor, tanto absoluto quanto relativo. É, por conseguinte, o prolongamento da jornada de trabalho – hoje cada vez mais acentuada apesar do atual avanço tecnológico que garante um alto grau de desenvolvimento e produtividade –, e o investimento técnico que configuram o processo de acumulação capitalista.

De acordo com Marx, o processo de produção de mais-valor não requer apenas o prolongamento do tempo de trabalho na produção. São necessárias

também a transformação das condições técnicas e sociais do processo de trabalho e a alteração do próprio modo de produção, sendo possível assim aumentar a produtividade da força de trabalho. Ao se aumentar as condições técnicas de trabalho, ou seja, o investimento em capital constante, é possível que o capital variável (representado na contratação da força de trabalho, por exemplo) seja compensado, possibilitando maior extração de mais-valor, logo de lucro capitalista. Dessa forma, isto diminui o investimento em força de trabalho, reduzindo o seu valor com o rebaixamento do salário ou com a diminuição do pessoal empregado, mantendo o poder de produtividade apoiado no avanço da técnica.

Na obra *Os limites do capital*, Harvey nos proporciona uma lúcida análise sobre as distinções entre os conceitos de tecnologia e força produtiva cuja reflexão e compreensão interessam às análises que se seguem neste trabalho. Ao abordar a tecnologia, afirma aquele autor, Marx refere-se à forma concreta assumida por um processo de trabalho real em um dado momento, à maneira observável da produção dos valores de uso específicos. Essa tecnologia pode ser diretamente descrita de acordo com as ferramentas e as máquinas usadas; a estrutura física dos processos de produção; a divisão técnica do trabalho; o desdobramento real das forças de trabalho (ambas as quantidades e qualidades); os níveis de cooperação; as cadeias de comando e as hierarquias da autoridade e os métodos específicos de coordenação e controle utilizados. Considerando-se “os processos de trabalho em termos das forças produtivas e das relações sociais de produção nele incorporados”, Marx compreende a força produtiva como “o poder absoluto de transformar a natureza”. Para Harvey, identificar a tecnologia como força produtiva é um erro, e também a mola mestra de uma leitura equivocada de Marx que o transforma em um determinista tecnológico. A tecnologia é a forma material do processo de trabalho por meio da qual as forças produtivas e as relações de produção subjacentes são expressas (HARVEY, 2013a, p. 158-159).

É necessário desmistificar a noção comumente sustentada de que o capital é um modo produtivo, de que “o aumento na produtividade física, particularmente aqueles atingidos por meio da aplicação de maquinário, parecem ser um atributo, até um produto do capital”. De acordo com Marx, esta aparência denota a “capacidade do capitalista de se apropriar das forças positivas do trabalho social de tal maneira que estas últimas parecem ser as forças produtivas do capital” (HARVEY, 2013a, p. 165).

No processo de produção capitalista, esclarece Luxemburgo (1969), a parte do produto pertencente ao trabalhador depende do grau de produtividade do seu trabalho, porém, quanto menos trabalho for necessário para se produzir uma mercadoria que garanta seus meios de subsistência, menor será o seu salário. O desenvolvimento da técnica materializada no progresso da indústria possibilitou ao capitalista extrair cada vez mais trabalho não remunerado na produção de mais-valor:

todo o progresso da indústria, todo o aumento da produtividade do trabalho humano levou a que a manutenção dos operários custe cada vez menos trabalho. O operário deve consagrar uma fração sempre menor do seu dia de trabalho para repor o seu salário e uma fração cada vez menor do trabalho não pago na produção de mais-valia para o capitalista. Ora, o progresso contínuo e ininterrupto da técnica é uma necessidade vital para os capitalistas. [...] Todo progresso na produtividade do trabalho se manifesta na diminuição da quantidade de trabalho necessário à manutenção do operário. A produção capitalista não pode dar um passo em frente sem diminuir a participação que pertence aos trabalhadores no produto social. (LUXEMBURGO, 1969, p. 328-329).

A maior produção de mais-valor, anuncia Marx, define-se pela diminuição do tempo de trabalho necessário à produção, prolongando o tempo de trabalho excedente. O autor distingue a produção do mais-valor absoluto e mais-valor relativo da seguinte forma:

o mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo. (MARX, 2013, p. 390).

A produção de mais-valor relativo requer o avanço técnico, intensificando as formas de uso do trabalho e garantindo a sua maior produtividade, ainda que essa condição contraditoriamente tenda a diminuir a quantidade de pessoal empregado no processo de produção. Há neste aspecto uma “modificação real do modo de produção, constituindo-se um modo de produção tecnologicamente específico, que transforma a natureza real do processo de trabalho e suas condições reais; dá-se a submissão real do trabalho ao capital” (ROCHA, 2006, p.11), revolucionando a produtividade do trabalho e a relação entre capitalista e trabalhador:

as duas formas de mais-valia, a absoluta e a relativa, têm a primeira forma como precursora, mas “a mais desenvolvida, a segunda, pode

constituir, por sua vez, a base para a introdução da primeira em novos ramos de produção”. As duas formas de mais-valia são, ao mesmo tempo, sucessivas e podem se realizar simultaneamente. Esta consideração é importante para decifrar as reais condições de trabalho em cada ramo de produção e nos diferentes ramos de produção. Com o desenvolvimento da divisão do trabalho é possível observar, para produzir dado produto, a relação entre ramos produtivos que produzem de modos diferentes, havendo em uns a extração da mais-valia absoluta e em outros a extração da mais-valia relativa. A produção de um mesmo produto pode reunir essas duas formas de mais-valia. (ROCHA, 2006, p.11-12, grifos da autora).

De acordo com Gaudemar (1977), Marx distingue três momentos fundamentais de afirmação do sistema capitalista pelos quais é produzido o mais-valor relativo: o sistema de cooperação simples, manufatura e grande indústria. Esta condição permite observar como a mobilidade do trabalho interfere na produção dessa forma de mais-valor.

A primeira⁹, possibilita um alargamento do espaço de trabalho, portanto, o aumento da intervenção do capital nos espaços. O trabalho que antes permanecia disperso passa a ser agrupado em forma de cooperativa, gerando, assim, novas classes sociais e nova organização do trabalho. A condição é libertar o trabalho manual e estabelecer a dependência com as formas capitalistas de produção, tornando-a cada vez mais móvel para o capital, ou seja, estabelecer uma divisão do trabalho¹⁰ na qual o trabalhador hierarquicamente definido no processo de produção seja comandado em nome do capital.

Nas relações de trabalho estabelecidas no sistema capitalista, a divisão do trabalho se torna complexa: o trabalho é apropriado pelo capital em forma de um pagamento, isto é, o salário, fruto do tempo de trabalho despendido pelo trabalhador em determinado período de tempo no processo de produção de mercadorias. Esta é necessária quando o capital precisa de excedentes de produção para acumular mais

⁹ Marx (2013) denomina cooperação a forma de trabalho dentro da qual muitos indivíduos trabalham de modo planejado, uns ao lado dos outros e em conjunto, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes porém conexos; e cooperação simples os trabalhadores que ao se complementarem mutuamente fazem a mesma tarefa.

¹⁰Para Engels (1986), a divisão do trabalho na sociedade se estabelece a partir da monogamia: o que foi estabelecido entre o homem e a mulher no processo de procriação dos filhos é o primeiro antagonismo de classes que se apresenta na sociedade. “A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou juntamente com a escravidão as riquezas privadas, aquele período, que dura até os nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam à custa da dor e da repressão de outros¹⁰. (ENGELS, 1986, p. 18). Importante contribuição sobre o debate da constituição da família monogâmica como aspecto decisivo da sociedade de classes e da exploração do homem pelo homem encontra-se na obra de Sérgio Lessa *Abaixo a família monogâmica!* publicada pelo Instituto Lukács em 2012.

riquezas. Na fase da manufatura (forma de existência do capital), por exemplo, a mercadoria – a qual era produzida individual e autonomamente e baseada na troca de outras mercadorias tendo como condição primeira o valor de uso –, a partir da divisão do trabalho baseado na cooperação, torna-se valor, participando do processo de circulação e sendo apropriada pelo capitalista. Ele controla a força de trabalho e decompõe as formas de organização social do artesão anteriormente possuidor da sua força de trabalho e do controle do tempo de trabalho necessário à sua produção. Nesse processo, o trabalhador vende sua força de trabalho ao capital por lhe faltar os meios materiais para produzir sua mercadoria¹¹.

No sistema do capital, a relação entre homem e natureza é regida sob o controle do capitalista; o produto do trabalho, antes pertencente ao trabalhador, passa a ser apropriado pelo capital. Nesse sentido, as condições para o estabelecimento da divisão social e territorial do trabalho necessitam primeiramente do controle da força trabalho, ou seja, da perda de potencialidade criativa do homem para o capital que então passa a produzir não para suas necessidades, mas para a necessidade do lucro. Posteriormente, necessitam de uma divisão de classe mais complexa, na qual os que detêm os resultados da produção, nesse caso os capitalistas, exerçam seu domínio sobre outrem a fim de ampliar a força produtiva do trabalho e extrair mais lucro; e por fim, necessitam da articulação do mercado em que o processo de circulação de mercadorias esteja operando em grande escala.

O processo envolvido de produção de mercadorias necessita, em cada tempo histórico, de formas de trabalho específico, em um jogo cada vez mais perverso de exploração – tanto da natureza quanto da força de trabalho –, pois a necessidade de criação do excedente traz consigo uma única garantia: a do lucro, a exploração de uma classe sobre a outra materializada socialmente. Como afirmam Marx e Engels (2002), a produção da vida em sociedade é compreendida à luz da cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. Para ambos,

um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social – modo de cooperação que é, ele próprio, uma “força produtiva” –, que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a “história da humanidade” deve ser estudada

¹¹ (MARX, 2013, p. 404 e 424).

sempre em conexão com a história da indústria e das trocas. (MARX & ENGELS, 2002, p. 34, *grifos dos autores*).

O sistema de cooperação como submissão do trabalho ao capital transforma o produto elaborado pelos trabalhadores em valor, e decompõe junto a ele a liberdade desse trabalhador. Para Gaudemar (1977, p. 228, *grifo do autor*), o sistema de cooperação como forma particular de submissão do trabalho ao capital possibilitará a ampliação do campo de intervenção da mobilidade do trabalho. Nesse processo, surge um novo domínio, “que dá às suas formas um aspecto mais empírico, mais ‘real’, mais precisamente, uma dupla dimensão espacial, por um lado, uma dimensão social por outro”. Segundo o autor, a dimensão espacial se define pelo espaço no qual se estende o trabalho. A mobilidade do trabalho torna-se mobilidade do espaço, permitindo ao mesmo tempo uma melhor circulação de mercadorias, devendo se concentrar nos espaços de produção. A dimensão social é a consequência do trabalho isolado para o social na qual a exploração do trabalho necessita de organização específica. A estrutura hierárquica das oficinas, por exemplo, abre uma nova era nas formas de mobilidade social. Nesse sentido, o trabalho isolado passa a ser social, porém essa conquista do espaço pelo trabalho nada mais é do que o melhor uso do capital dessa força de trabalho:

a passagem do trabalho isolado ao trabalho social implica então que, doravante, a força de trabalho exerça a sua função no seio de unidades de produção. O trabalho constituído em força de trabalho por compra do capitalista perde a sua autonomia. Funciona a partir de então ao serviço do capital. A força de trabalho conquista o espaço de atividade, é limitada ao campo da sua exploração pelo capital no interior dos limites que concede a ele (limites físicos da oficina cooperativa), ao mesmo tempo em que permite ao capital dominar o espaço. (GAUDEMAR, 1977, p. 229).

Nesse processo, segundo Marx, é criada uma nova força produtiva que não se resume individualmente, mas adquire o formato de força coletiva. À medida que a cooperação permite a ampliação do espaço no qual se realiza o trabalho, a jornada coletiva permite maiores quantidades de valor-de-uso, reduzindo assim o tempo de trabalho necessário para produção de determinada mercadoria. Assim, “a produtividade específica da jornada de trabalho coletiva é a força produtiva social do trabalho ou a força produtiva do trabalho social” (MARX, 2013, p. 406).

A intensificação da força produtiva do trabalho é uma das condições determinantes para a maior produção possível de mais-valor baseada nas diferentes

determinações envolvidas no sistema de produção capitalista. Portanto, esclarece Marx, há uma busca pela crescente valorização da maior exploração possível da força de trabalho.

O autor considera que a cooperação capitalista pressupõe o assalariamento livre com o intuito de possibilitar a venda da força de trabalho do trabalhador ao capital. Historicamente, seu desenvolvimento implica a oposição às formas independentes de trabalho, assim como à economia camponesa. Diante delas, declara Marx (2013, p. 409-410):

não é a cooperação capitalista que aparece como uma forma histórica específica da cooperação, mas, ao contrário, é a própria cooperação que aparece como uma forma histórica peculiar do modo de produção capitalista, como algo que o distingue especificamente. Assim como a força produtiva social do trabalho desenvolvida pela cooperação aparece como força produtiva do capital, também a própria cooperação aparece como uma forma específica do processo de produção capitalista, contraposta ao processo de reprodução de trabalhadores autônomos e isolados, ou mesmo de pequenos mestres. É a primeira alteração que o processo de trabalho efetivo experimenta em sua subsunção ao capital. Tal alteração de um número maior de trabalhadores assalariados no mesmo processo de trabalho constitui o ponto de partida da produção capitalista, que por sua vez coincide com a existência do próprio capital. (MARX, 2013, p. 410).

O segundo momento de interferência da mobilidade do trabalho no processo de produção de mais-valia relativa é a manufatura. Baseado na análise marxiana, Gaudemar afirma que a manufatura possibilitará uma cooperação mais complexa no espaço produtivo. A divisão da manufatura torna-se uma divisão diferencial do trabalho, desenvolvendo assim o processo de cooperação simples – anteriormente estabelecido com diferente força de trabalho – e ainda faz do trabalhador coletivo a matriz do processo produtivo. Diante dessa alteração, o fundamento da manufatura é o de criar uma hierarquia das forças de trabalho, à qual corresponde uma escala graduada de salários:

ao lado da graduação hierárquica, toma lugar uma divisão simples de trabalhadores em hábeis e inábeis. É assim que no processo de produção, no processo de trabalho, se manifesta a mobilidade da força de trabalho. Ela permite aos operários prestarem-se a esta hierarquização e diferenciação da sua atividade, e ao mesmo tempo moverem-se no novo espaço assim definido. (GAUDEMAR, 1977, p. 232).

Esta transformação do trabalho, afirma Gaudemar, atinge até mesmo a ciência no que tange à especificidade do saber, tornando-a força produtiva independente do trabalho. Assim, “o capital desapossa o trabalhador coletivo do saber, pois ele apenas é requerido ao nível do trabalhador coletivo”. Este será um especialista do saber cuja utilização para a produção de um produto exigirá uma qualificação. Há, portanto, uma nova determinação na força produtiva do trabalho coletivo, uma nova relação orgânica entre as diferentes formas de qualificação elementares (organização e objetivação da produção), diferenciação e especialização das forças de trabalho e também nos instrumentos de trabalho (revolução tecnológica), alterando a divisão social do trabalho (GAUDEMAR, 1997, p. 232-233):

assim, a divisão manufatureira não é nada mais do que uma forma embrionária da procura de mais-valia relativa. É certo que a divisão do trabalho, que torna mais eficaz cada gesto elementar de cada operação elementar, permite produzir mais no mesmo tempo. Por outras palavras, “ela multiplica a força produtiva de trabalho”. Por outro lado, o fato do operário efetuar doravante operações elementares frequentemente idênticas, faz com que no seu dia de trabalho sobre muito menos interrupções, que seja mais denso do que o do artesão. Daí resulta um ganho de intensidade do trabalho. (GAUDEMAR, 1977, p. 235-236, grifos do autor).

Marx (2013) caracteriza esse processo como desvalorização relativa da força de trabalho, o que para o capital significa um acúmulo maior de mais-valor. Isto ocorre devido à redução do tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho, aumentando assim o domínio do trabalho excedente pelo capital. Para o autor, um grande número de trabalhadores sob o comando de um mesmo capital é o ponto de partida natural, tanto da cooperação em geral quanto da manufatura. A divisão da manufatura torna-se uma necessidade técnica, revolucionando as formas de trabalho:

na manufatura, tal como no regime de cooperação simples, o corpo de trabalho em funcionamento é uma forma de existência do capital. O mecanismo social de produção integrado por muitos trabalhadores parciais individuais pertence ao capitalista. Por isso, a força produtiva que nasce da combinação dos trabalhos aparece como força produtiva do capital. A manufatura propriamente dita não só submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador antes independente como também cria uma estrutura hierárquica entre os próprios trabalhadores. Enquanto a cooperação simples deixa praticamente intocado o modo de trabalho dos indivíduos, a

manufatura o revoluciona desde seus fundamentos e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. (MARX, 2013, p. 434).

A divisão manufatureira torna-se, portanto, uma forma elementar da procura de mais valor-relativo, possibilitando a multiplicação da força produtiva do trabalho e intensificando as formas de trabalho. Na manufatura, afirma Marx, “o enriquecimento do trabalhador coletivo e, por isso, do capital em forças produtivas sociais realiza-se à custa do empobrecimento do trabalhador em forças produtivas individuais” (MARX, 2013, p. 438). Dessa forma, a divisão da manufatura na sociedade é um método especial do modo de produção capitalista de produzir mais-valor relativo, expandindo valor à custa dos trabalhadores:

ela não só desenvolve a força produtiva social do trabalho exclusivamente para o capitalista, em vez de para o trabalhador, como o faz por meio da mutilação do trabalhador individual. Ela produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho. E assim ela aparece, por um lado, como progresso histórico e momento necessário de desenvolvimento do processo de formação econômica da sociedade e, por outro, como meio para uma exploração civilizada e refinada. (MARX, 2013, p. 438).

O aumento da intensidade do trabalho não leva o ponto extremo à mobilização da força de trabalho no tempo e no espaço, porém, com a manufatura, é importante considerar que todo trabalho produtivo participante da valorização do capital é suscetível a modificações e deve adaptar-se ao que a valorização ótima do capital necessita, ocorrendo assim uma mobilidade generalizada do trabalho. Outro aspecto a levar em conta é o fato de que a força coletiva do trabalho assume uma estrutura complexa concebida como um vetor (qualificações requeridas pelas diferentes produções), acarretando uma nova dimensão da mobilidade do trabalho. Um terceiro aspecto trata da separação fundamental entre campo e cidade, a qual desenvolve a divisão territorial pela exploração sistemática de todas as possibilidades de especializações vantajosas oferecidas por um país ou região, surgindo então as diferentes formas espaciais de mobilidade do trabalho.

A terceira condição para a intensificação da mobilidade do trabalho na produção de mais-valor relativo é a Grande Indústria. Ela surge a partir da transformação dos instrumentos de trabalho no processo de produção; desenvolve-se a maquinaria e abre-se uma nova etapa para a extração de mais-valor relativo e com ela a intensidade da exploração do tempo de trabalho. Para Marx, a força de trabalho foi o ponto de partida para a revolução do modo de produção na

manufatura. Com o advento da indústria moderna, este processo ocorre com o meio de trabalho:

na manufatura, a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetiva, combinação de trabalhadores parciais; no sistema da maquinaria, a grande indústria é dotada de um organismo de produção inteiramente objetivo, que o trabalhador encontra já dado como condição material da produção. Na cooperação simples, e mesmo na cooperação especificada pela divisão do trabalho, a suplantação do trabalhador isolado pelo socializado aparece ainda como mais ou menos accidental. A maquinaria [...] funciona apenas como base no trabalho imediatamente socializado ou coletivo. O carácter cooperativo do processo de trabalho se converte agora, portanto, numa necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho. (MARX, 2013, p. 459).

A transformação do instrumento de trabalho pela maquinaria adquire uma forma emancipadora das forças de trabalho, ampliando a capacidade produtiva da extração do mais-valor. No processo produtivo, que antes aglomerava homens especializados e qualificados de forma diferenciada, há agora um aglomerado de máquinas. Os ganhos do capital estabelecido na extração do mais-valor relativo seguem do seguinte modo: ganhos de intensidade do trabalho; introdução da máquina para aumentar a produtividade; concentração da produção nas cidades. Movido por estes aspectos, o desenvolvimento da indústria amplia-se pelos avanços de sua base técnica, em especial os meios de comunicação e de transporte que permitem realizar sua expansão. Inicialmente há uma divisão alargada do trabalho social, sua concentração de operários e meios de trabalho, seus mercados colônias e, em seguida, “o lançamento contínuo de capitais e trabalhadores de uma esfera de produção para outra” (GAUDEMAR, 1997, p. 239-240).

Para ocorrer o desenvolvimento da maquinaria, foi necessário complexificar as formas de trabalho para daí revolucionar os instrumentos de produção. A mobilidade do trabalho como condição para acumulação eleva seu grau de importância com esse processo, criando assim um novo tipo de divisão do trabalho. Gaudemar afirma que com o desenvolvimento da indústria amplia-se a divisão do trabalho, bem como a possibilidade do carácter móvel do trabalho de uma esfera da produção para a outra:

com o desenvolvimento do maquinismo, vê-se então que a mobilidade da força de trabalho é colocada em novas bases. Onde a força de trabalho era não só elemento subjetivo do processo de trabalho, mas o seu princípio regulador, tornando-se produtivos os

instrumentos apenas pelo uso do operário qualificado, o homem é doravante submetido à máquina. [...] Esta transformação do trabalhador em acessório consciente da máquina define as formas industriais da mobilidade do trabalho como efeitos da plasticidade da força de trabalho face às exigências da grande indústria e da maquinaria. (GAUDEMAR, 1977, p. 240).

É importante observar que a alteração dos instrumentos de trabalho, assim como das formas de trabalho na maquinaria acrescentarão novo valor aos produtos. Ao se elevar a técnica, aumenta-se a produtividade do trabalho; logo, há produção de mercadorias em menor espaço de tempo fazendo aparecer um novo operário. Dessa forma, contraditoriamente, ao se aumentar o grau de produtividade com base no avanço dos instrumentos de trabalho, cresce junto a ele a exploração do trabalho. As máquinas possibilitam maior produtividade; haverá uma variação nos investimentos que o capitalista fará tanto no capital constante quanto no capital variável.

Neil Smith discute o processo de diferenciação e igualização a partir do sistema de acumulação que tanto centraliza como concentra capitais, materializando o caráter desigual das leis que regem a produção do espaço com o intuito de compreender o papel da concentração social do capital. Na obra *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*, em comentário sobre Marx, Smith (1984) pontua que o processo de concentração é tanto uma necessidade de acumulação como também sua premissa; e na medida em que a concentração do capital facilita o aumento da divisão do trabalho, o capital deve também encontrar os meios de reunir o que está sempre dividido. E, como sempre, o capital transforma a necessidade em vantagem:

assim, o capital se beneficia com as forças sociais de cooperação inerentes aos trabalhadores e as usa não somente para executar uma recombinação técnica do trabalho na fábrica, mas simultaneamente para reduzir os custos da produção e tornar possível uma variedade de processos de produção que, sem a cooperação seria impossível. (SMITH, 1984, p. 177).

Interessa mencionar nesta contribuição do autor o questionamento da abrangência do caráter social do trabalho e como ele se manifesta no capitalismo como o seu oposto, ocultando a forma de apropriação do trabalho gratuito produzido com base na força de trabalho, única mercadoria geradora de valor. Paralelo a isso, outro fator importante é que ao transformar o trabalhador em mero apêndice das forças

produtivas, ou seja, com a submissão real do trabalho ao capital, a complexificação da cooperação permite uma maior extração de mais-valor relativo. Portanto, Smith reforça que “as forças produtivas resultantes da cooperação são, desse modo, ‘forças naturais de trabalho social’ das quais o capital se apropria gratuitamente”. (SMITH, 1984, p. 177).

Apesar de a máquina não criar valor, observa Marx, ela como qualquer outro componente do capital constante transfere seu próprio valor ao produto, para cuja produção ela serve. Portanto,

quanto maior a esfera de atuação produtiva da maquinaria em relação à da ferramenta, tanto maior a esfera de seu serviço não remunerado em comparação com o da ferramenta. É somente na grande indústria que os homens aprendem a fazer o produto de seu trabalho anterior, já objetivado, atuar gratuitamente, em larga escala, como uma força da natureza. (MARX, 2013, p. 461).

Conforme Luxemburgo (1969), as invenções técnicas tornaram-se “o pão de cada dia” em todos os domínios da produção. Assim, todo progresso na produtividade do trabalho se manifesta na diminuição da quantidade de trabalho necessário à manutenção do operário¹². Segundo a autora, esses fatores desencadearão a formação de um exército de reserva, permanecendo um fenômeno constante e vital para a indústria moderna. Para a autora:

as dimensões do mercado de trabalho na indústria não são determinadas pela posteridade natural dos trabalhadores, mas pela relação contínua das camadas proletárias que vêm do campo, do artesanato e da pequena indústria, e pelas mulheres e filhos dos trabalhadores. A saturação do mercado de trabalho, sob a forma de um exército de reserva, é um fenômeno constante e uma necessidade vital para a indústria moderna. Consequentemente, não é a alteração na oferta da força de trabalho, nem o movimento da classe operária que é determinante para o nível de salários, mas a alteração na procura do capital, *o movimento do capital*. A força de trabalho, mercadoria sempre excedente, está em reserva, é mais ou menos bem remunerada conforme convenha ao capital absorvê-la em grande escala em período de alta conjuntura ou recusá-la maciçamente em período de crise. (LUXEMBURGO, 1969, p. 337, grifo da autora).

Exemplo característico da função do exército de reserva desenvolvido por Marx trata-se da Inglaterra no século XIX, a respeito da qual são relatadas as consequências da produção mecanizada sobre os trabalhadores. Em pleno

¹² Esta lógica é expressa por Marx (2013) ao afirmar ser a produtividade da máquina medida pelo grau que ela substituiu a força humana de trabalho.

processo de desenvolvimento da técnica, no princípio da Revolução Industrial, a força de trabalho é colocada à míngua pelas ruas da Europa: pobreza, fome, miséria, expulsão intensiva dos trabalhadores do campo são realidades operadas a fim de fazer funcionar a indústria nascente.

O avanço da maquinaria na Inglaterra ganhou sustentação, sobretudo, com o trabalho de mulheres e crianças. Neste processo, ao estabelecer o assalariamento, estrategicamente o capital, ao passo que substituiu em grande proporção a força de trabalho pela máquina, diminuindo os quadros do operariado no sistema de produção, aumentou seu exército de reserva. Na condição de trabalhadores “supérfluos”, tanto os trabalhadores do campo como os da manufatura submeteram-se às mais horrendas formas de trabalho. Ao se tornarem livres, acorrentaram-se em outras formas de escravidão, a exploração capitalista. O homem é tornado então objeto para ser espoliado pelos capitalistas, simples máquina de fabricar mais-valor.

Na obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, mais precisamente no capítulo sobre *As Grandes Cidades*, Friedrich Engels (2008) analisa o estado de degradação que os operários das grandes cidades europeias – advindos do campo ou expulsos do trabalho na manufatura – estavam submetidos devido aos efeitos da indústria moderna. A situação de miséria – a exemplo de Londres, Dublin, Manchester, dentre outras – sobretudo nos bairros operários, localizados estrategicamente próximos às fábricas, foi relatada por Engels (2008) como “condições indignas de seres humanos”. A condição desumana em que inúmeros deles se encontravam se resumia na morte por fome ou quando por sorte encontravam trabalho recebiam um salário somente para sobreviver. Para o autor, toda a miséria e escravidão que assolava a vida dos operários era exclusivamente consequência da indústria, visto que ela não poderia existir sem esses operários.

Para Marx, o método para a produção da força de trabalho relativa consiste em criar possibilidades de o trabalhador acrescentar mais produtividade à sua força de trabalho. Esse caminho é caracterizado pelo acréscimo de mais valor ao produto produzido em menor tempo pelos trabalhadores com base nos investimentos técnicos, reduzindo-se o número de operários no processo de trabalho e estendendo seu dia de trabalho. Nesse processo, o tempo de trabalho é medido segundo sua extensão (duração) e sua intensidade. Para o autor de *O capital*, o instrumento de trabalho, ao adquirir forma de máquina, torna-se concorrente do próprio trabalhador.

Na autoexpansão do capital pela máquina inscrevem-se a destruição e a desvalorização completa da existência do sujeito trabalhador:

a autovalorização do capital por meio da máquina é diretamente proporcional ao número de trabalhadores cujas condições de existência ela aniquila. O sistema inteiro da produção baseia-se no fato de que o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria [...]. Assim que o manuseio da ferramenta é transferido para a máquina, extingue-se, juntamente com o valor de uso, o valor de troca da força de trabalho. O trabalhador se torna invendável, como papel-moeda tirado de circulação. A parcela da classe trabalhadora que a máquina transforma em população supérflua, isto é, não mais diretamente necessária para a autovalorização do capital, sucumbe, por um lado, na luta desigual da velha produção artesanal e manufatureira contra a indústria mecanizada e, por outro, inunda todos os ramos industriais mais acessíveis, abarrotando o mercado de trabalho, reduzindo assim o preço da força de trabalho abaixo do seu valor [...]. Onde a máquina se apodera pouco a pouco de um setor da produção se produz uma miséria crônica nas camadas operárias que concorrem com ela. (MARX, 2013, p. 502-503).

Observa-se que as mediações postas para o inevitável processo de desvalorização da força de trabalho requer, por um lado, a ampliação dos supérfluos acompanhado da intensificação da miséria e da pobreza. Na realidade estudada, o nível de pobreza que alimenta o processo de valorização se materializa na ampliação dos despossuídos de vender sua força de trabalho, dos que não têm condições de desfrutar humanamente do seu tempo de vida; o processo inevitável da degradação da vida humana sobre os preceitos do lucro resulta em uma asfixia do capital sob o trabalho.

Como resultado dessa desvalorização, é criada a superpopulação denominada por Marx exército de reserva. Esses sujeitos supérfluos tornar-se-ão o trunfo dos capitalistas para garantir uma acumulação mais elevada de mais-valor. Percebe-se como o avanço da maquinaria ao passo que explora a força de trabalho em menor tempo, coloca no mercado uma quantidade cada vez maior de sujeitos supérfluos sempre disponíveis às necessidades do tempo do capital e às formas mais perversas de exploração. A maquinaria representa a forma de tornar miseráveis os verdadeiros produtores de mercadorias. Conforme Gaudemar (1977), a natureza da grande indústria necessita de alterações no trabalho, criando, assim, diferentes funções e definindo uma mobilidade universal de trabalho, ao mesmo tempo em que produz uma nova divisão do trabalho com suas formas particulares.

Marx (2013) considera a indústria moderna revolucionária em si mesma. Ela não define por completo um processo de produção, pois sua transformação é contínua. A base técnica, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho serão constantemente alteradas, revolucionando, portanto, a divisão do trabalho no interior da sociedade e lançando um grande contingente de trabalhadores e de capital de um ramo de produção a outro:

a natureza da grande indústria condiciona, assim, a variação do trabalho, a fluidez da função, a mobilidade pluridimensional do trabalhador. Por outro lado, ela reproduz, em sua forma capitalista, a velha divisão do trabalho com suas particularidades ossificadas. Vimos como essa contradição absoluta suprime toda tranquilidade, solidez e segurança na condição de vida do trabalhador, a quem ela ameaça constantemente com privar-lhe, juntamente com o meio de trabalho, de seu meio de subsistência; como, juntamente com sua função parcial, ela torna supérfluo o próprio trabalhador [...]. Ela transforma numa questão de vida ou morte a substituição dessa realidade monstruosa, na qual uma miserável população trabalhadora é mantida como reserva, pronta a satisfazer as necessidades mutáveis de exploração que experimenta o capital, pela disponibilidade absoluta do homem para cumprir as exigências variáveis do trabalho; a substituição do indivíduo plenamente desenvolvido para o qual as diversas funções sociais são modos alternantes de sua atividade. (MARX, 2013, p. 557-558).

Alterações históricas nas formas de produção capitalista tornaram as condições de exploração do trabalho mais perversas. Enquanto o desenvolvimento das forças produtivas ocasionou um aumento de produtividade aumentando as possibilidades de extrair mais-valor, aquela proporcionou também um maior controle do trabalho pelo capital. A extração de mais-valor, tanto relativo quanto absoluto, é ampliada com base nos avanços técnicos e igualmente dos níveis de prolongamento da força de trabalho que significam a retirada de qualquer possibilidade de reprodução da vida dos trabalhadores. Nesse sentido, os verdadeiros produtores de mercadoria, ao contribuírem com a ampliação do lucro capitalista, representam contraditoriamente a ampliação da sua própria miséria. Entretanto, é necessário considerar, conclui Marx, que o desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é a única condição para sua superação.

*“A Acumulação do capital é, portanto,
multiplicação do proletariado” (O
Capital, Karl Marx).*

3 O PAPEL DA SUPERPOPULAÇÃO NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E A AMPLIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO “SUPÉRFLUA”

Marx é contundente ao afirmar ser “a produção capitalista não [...] apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor”. Isso implica dizer que a relação específica deste modo de produção social se estabelece com o trabalhador enquanto meio direto de valorização do capital e que ser trabalhador produtivo (gerador de valor para o capital) não é sorte, mas azar. O que antes era produzido pelo trabalho no ato individual visando garantir as necessidades vitais, passa a ser produzido pelo trabalho coletivo que garante o processo de valorização, logo, a produção de mais-valor¹³ (MARX, 2013, p. 57-58).

Discutindo as reflexões de Marx no volume I de *O Capital* acerca da relação entre trabalho e trabalho abstrato, Lessa desenvolve suas reflexões a fim de reafirmar como as determinações do trabalho produtivo nos marcos do capitalismo apresentam característica peculiar e são elas mesmas trabalho coletivo gerador de mercadoria e valor para o processo de valorização. Contudo, é importante esclarecer que embora todo trabalhador coletivo produza mais-valor, nem todos participam do processo direto da produção de mercadorias.

Segundo Lessa, a ampliação do trabalho produtivo, agora controlado pelo capitalista individual, somente é possível sob três condições: a primeira trata-se de “uma situação histórica na qual o trabalhador” que antes controlava a si mesmo passará a ser controlado; a segunda uma “manutenção nas novas condições da sociedade capitalista madura, da ‘oposição como inimigos’ do trabalho manual com o trabalho intelectual decorrente do caráter ‘controlado’ do trabalho”; e a terceira “que essa ampliação do trabalho produtivo de modo a conter outras atividades além

¹³ O processo de produção como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor é processo de produção de mercadorias. Como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias (MARX, 2013, p. 273).

da transformação da natureza [...] [seja], ao mesmo tempo, um ‘estreitamento’ dele” (LESSA, 2011, p. 152-153, grifos do autor).

A apropriação do processo de produção pelo capital visa à transformação do trabalho em trabalho abstrato. Sendo tal apropriação condição *sine qua non* da produção de valor, o trabalho abstrato então se apresenta como a negação da realização do trabalhador com o seu próprio trabalho. Desse modo, as determinações do modo de produção que constituem a existência do capital transformam tudo em mercadoria, abstraindo a condição do ser a um objeto que nega a sua existência, criando alienação e desumanização intensificadas à medida que o desenvolvimento das formas produtivas possibilita ao capital um processo de autoampliação.

Sob o comando do capital, o sujeito trabalhador não pode mais considerar as condições de sua produção e reprodução como sendo de sua propriedade. Elas agora pertencem a um “ser estranho”, reificado que confronta os produtores com suas demandas e os subjugua aos imperativos materiais de sua própria constituição. Esta relação reduz o ser humano ao status desumanizado de mera “condição material de produção”. Consequentemente, através da fragmentação e degradação do trabalho, os reais sujeitos produtivos são destruídos na medida em que são subjugados às exigências brutais do trabalho capitalista (MÉSZÁROS, 2002b, p. 611).

Como foi possível observar com base nas contribuições de Marx (2013), a lógica de valorização do capital, a produção de mais-valor absoluto e relativo ao longo da transformação da divisão do trabalho caracteriza-se, desde a cooperação até a grande indústria, como o mais valioso aspecto do desenvolvimento capitalista. As necessidades técnicas e o aumento da produtividade do trabalho alcançado na grande indústria marcam a crescente perda das garantias mínimas de vida dos trabalhadores, tornando-os cada vez mais “supérfluos”, móveis para o processo de valorização. Ancorados nesse fundamento teórico, apresentamos nos debates anteriores a tese segundo a qual a existência de uma população superflua (a formação do exército industrial de reserva ou superpopulação) é uma das leis gerais do modo de produção capitalista. No seu atual estágio de desenvolvimento, o caráter móvel do trabalho (materializado na real submissão do trabalho ao capital)¹⁴

¹⁴ Quando discute as formas mutantes de controle do capital, Mézáros (2002b, p. 708-710) afirma que, segundo Marx, as formas de dominação pela qual o capital comanda o trabalho na sua

torna incerta a vida dos reais sujeitos da produção do labor, ampliando a camada dos “supérfluos”, traços que definem a “asfixia” da classe trabalhadora.

O conceito de asfixia necessária se materializa nas recentes determinações envolvidas na extração de mais-valor, a qual caracteriza uma força de trabalho progressivamente supérflua. Conforme tese definida por Marx em *O capital*, tal condição é uma inevitabilidade da lógica da expansão capitalista. Sua tendência é desenvolver as potencialidades criadoras de valor a partir do aumento da capacidade produtiva da força de trabalho e diminuir sua parte variável, empregando uma quantidade cada vez menor de força de trabalho, enquanto, por outro lado, aumenta a extensão da jornada de trabalho intensificando os níveis de exploração. Ao negar trabalho a milhões de sujeitos supérfluos pelo mundo, ou seja, ao criar uma asfixia necessária aos verdadeiros criadores de valor em uma lógica irracional e destrutiva, como afirma Mészáros, a contradição da dinâmica capitalista é que esta cria as condições de sua própria extinção, inviabilizando sua continuidade histórica como modo de produção dominante.

Para Mészáros, o desenvolvimento capitalista culminou em proporcionar um número crescente de seres humanos supérfluos para o seu mecanismo de produção, colocando-os na condição de não-consumidores. A novidade histórica desse tipo de desemprego é que o efeito contraditório desse processo ocorrido em qualquer uma de suas partes específicas agrava os problemas de outras partes, atingindo a sua totalidade:

a necessidade de produzir desemprego, “diminuição de custos” etc. necessariamente surge dos imperativos antagônicos do capital, da busca do lucro e da acumulação, aos quais não se pode renunciar e aos quais tampouco se pode restringir segundo princípios racionais e humanamente gratificantes. Ou o capital mantém seu inexorável impulso em direção aos objetivos de auto-expansão, não importa quão devastadora sejam as consequências, ou se torna incapaz de controlar o metabolismo social da reprodução. A esse respeito, as

autorreprodução ocorrem diferentemente das formas anteriores de dominação (as pré-capitalistas). Na especificidade histórica da forma de dominação capitalista desenvolvida, a dominação do trabalho passa de submissão formal à submissão real. Isto significa que as condições da submissão real do trabalho ao capital são possíveis somente graças ao grau de desenvolvimento alcançado pela produção em larga escala que envolve “ciência e maquinaria e assegurando o predomínio da mais-valia relativa, em contraste com a prevalência da mais-valia absoluta sob as condições da submissão formal do trabalho”. De acordo com o autor, a condição crucial para a existência e funcionamento do capital é sua capacidade de exercer comando sobre o trabalho. A modalidade de comando está sujeita a mudanças históricas desconcertantes, mas a condição absoluta do comando objetivado e alienado sobre o trabalho deve permanecer sempre; sem ela, o capital deixaria de existir, desapareceria da cena histórica.

soluções parciais não serão capazes de prestar sequer a mais superficial atenção aos sofrimentos humanos, até porque é a primeira vez na história que a dinâmica – e, em suas implicações finais, dinamicamente destrutivas – do controle social metabólico auto-expansivo do sistema expõe, brutalmente se necessário, uma maioria esmagadora de seres humanos do processo de trabalho. Esse é o sentido profundamente perturbador da “globalização”. (MÉSZÁROS, 2006, p. 32, grifos do autor).

De um lado, a asfixia necessária se materializa em um campo perverso de ampliação da camada do exército industrial de reserva, negando a venda da força de trabalho para grande parte dos trabalhadores em toda a hierarquia social da divisão do trabalho; de outro, aqueles que conseguem vender sua mercadoria força de trabalho acabam realizando extensas horas de trabalho, intensificando os níveis de exploração. Dessa maneira, a produtividade da força de trabalho é aumentada, o que gera uma extração de mais-valor nunca antes alcançada pelo desenvolvimento das forças produtivas, acarretando um aumento na degradação da vida humana em seus aspectos mais gerais.

As características apresentadas nas diferentes formas de exploração da força de trabalho no capitalismo contemporâneo materializam-se no aumento do trabalho terceirizado, informal e temporário, bem como na ampliação das formas de trabalho no setor de serviços, entre outras. No caso brasileiro, estudos desenvolvidos por Ricardo Antunes apresentam claros exemplos das determinações envolvidas na exploração da força de trabalho no país, representando desde o aumento dos casos de terceirização a exemplos de trabalho escravo, além dos níveis crescentes de desemprego¹⁵, os quais acarretam a intensificação das migrações no país e no mundo¹⁶.

Na publicação do segundo volume de *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, Antunes aponta em um de seus artigos as principais tendências caracterizadoras do trabalho na atualidade, exemplificando as formas de trabalho informal. Para o autor, este é o marco de rupturas com os laços formais de contratação e regulação da

¹⁵ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016 o número de desempregados no Brasil atingiu 12,3 milhões de pessoas (IBGE, 2016).

¹⁶ Contribuições a respeito das futuras transformações do trabalho nos marcos do capitalismo contemporâneo podem ser encontradas nos debates desenvolvidos por autores, a exemplo dos estudos Ruy Carvalho (1987) sobre a relação entre as novas tecnologias e as alterações no trabalho; a análise de Helena Hirata (2002) acerca da nova divisão sexual do trabalho, abordando o papel da ampliação do trabalho feminino nas formas de exploração; e os trabalhos de Geovani Alves (2005) e Graça Druck (1995; 2013; 2014) que enfatizam respectivamente os aspectos da precarização e da terceirização a partir da reestruturação produtiva.

força de trabalho que caracterizam formas de trabalho desprovidas de direitos. Tal tendência “vem se constituindo como mecanismo central utilizado pela engenharia do capital para ampliar a intensificação dos ritmos e dos movimentos do trabalho e ampliar seu processo de valorização”, desencadeando a denominada precarização estrutural do trabalho (ANTUNES, 2013, p. 17).

O campo que envolve as formas características do trabalho informal, afirma o autor, parece assumir – ao contrário do que defendem os desconstrutores da teoria do valor – um importante elemento de ampliação, de potencialização e mesmo de realização do mais-valor. Esta tendência pode ser evidenciada quando, em pleno século XXI, há jornadas de trabalho de dezesseis horas por dia nas indústrias de confecções no centro da cidade de São Paulo por intermédio da contratação informal de trabalhadores bolivianos ou peruanos; ou ainda, trabalhadores africanos que ensacam e embalam produtos têxteis em confecções nos bairros do Bom Retiro e do Brás, trabalho extenuante e altamente manual ou “braçal”. No âmbito do agronegócio brasileiro, a burla desses direitos é constante no caso dos “boias-frias”, trabalhadores rurais que cortam em média mais de dez toneladas de cana por dia em São Paulo – quantidade que pode atingir dezoito toneladas diárias no Nordeste – para produzir combustíveis extraídos da cana-de-açúcar (etanol) (ANTUNES, 2013, p. 17-18)¹⁷.

Ainda para Antunes, o desenho das transformações do trabalho e a intensificação da precarização não se resumem apenas à realidade brasileira. Ele considerou o exemplo dos imigrantes talvez o mais exacerbado dessa tendência estrutural:

[...] com o enorme incremento do *novo proletariado informal*, do subproletariado fabril e de serviços, novos postos de trabalho são preenchidos por imigrantes, como o *gastarbeiter* na Alemanha, o *lavoro nero* na Itália, o *chicano* nos Estados Unidos, o imigrante do

¹⁷ A respeito das condições de trabalho realizado pelos trabalhadores da cana, veja-se tese – vinculada ao Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamento Territorial – de Doutorado de Shiziele Shimada *Dos ciclos e das crises do capital às formas de travestimento da barbárie do trabalho canavieiro* cuja discussão aborda as condições de trabalho nos canaviais do Estado de Sergipe. Analisando as reconfigurações espaciais estabelecidas nos territórios do capital sob o jugo do agronegócio da cana-de-açúcar, a autora defende a tese de que, ao invés da perda da centralidade do trabalho, há em plena crise estrutural do capital uma intensificação das formas de extração do mais-valor que caracteriza o não-cumprimento e a alteração oficial da legislação e dos direitos trabalhistas. Esta tendência evidencia um alto nível de superexploração do tempo de trabalho não pago dos cortadores de cana-de-açúcar, os quais realizam trabalho precarizado, o que intensifica seu caráter móvel. Estas formas de trabalho no campo garantem ao capital, representado pelo agronegócio, uma extração intensificada de mais-valor.

Leste Europeu (poloneses, húngaros, romenos, albaneses etc.) na Europa ocidental, o decasségui no Japão, os latino-americanos (em particular o boliviano) e os africanos em geral no Brasil etc. (ANTUNES, 2013, p. 18, grifos do autor).

No caso específico das imigrações no Brasil, Villen trava um prolífico debate sobre como o marco legal das políticas migratórias envolvidas na entrada e saída de estrangeiros define-se segundo o papel da contribuição da força de trabalho do migrante para as necessidades do mercado de trabalho. Esses casos evidenciam uma garantia efetiva da entrada de estrangeiros no país condicionada a sua qualificação e vinculação sobretudo às demandas das grandes transnacionais e aos polos tecnológicos do país que necessitam dessa força de trabalho qualificada¹⁸.

Para Villen, a migração qualificada no Brasil ocorre por meio de circuitos legalizados e de fácil entrada para a atuação em diversos setores de peso da economia nacional. É representada oficialmente como um produto da forte seletividade do mercado de trabalho, bem como das diretrizes da política nacional de desenvolvimento, principalmente para suprir a “escassez” de profissionais qualificados no país. No caso de trabalhadores sem qualificação, há leis mais rígidas, e os que conseguem adentrar o país na maior parte das vezes praticam os piores trabalhos, muitos até sendo vítimas de condições de trabalho análogas à escravidão, as quais a autora denomina “as novas formas de escravidão”. O caso dos bolivianos na indústria têxtil paulista é um dos exemplos. Normalmente há um vocabulário específico para caracterizar as experiências dos imigrantes nas oficinas de costura como “vida insalubre”, “condições degradantes de trabalho”, “segregação no interior do espaço urbano”, “preconceito/discriminação dos agentes públicos e da população local”, “degradação nas condições de saúde”, “trabalho forçado”, “clandestinidade”, “racismo”, “xenofobia” e muitos outros (VILLEN, 2014, p. 92-93).

De acordo com Mészáros, é necessário, no interior do processo de precarização acentuada das relações de trabalho, compreender como os trabalhadores – desempregados ou não – irão vivenciar a precarização e principalmente o problema de ordem estrutural que põe em risco a própria existência do capital: o desemprego. Nos limites da crise estrutural do capital, seu poder de “degradação” como regra geral é uma estratégia absurda e totalmente inviável para o seu próprio sistema, isto é, para assegurar a saúde do sistema em sua

¹⁸ Artigo publicado em 2014 no terceiro volume de *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*.

integridade, visto que “o capital necessita de trabalhadores não somente como propósito da produção lucrativa, mas também como consumidores produtores de lucro”¹⁹:

degradação generalizada, como uma panaceia universal de racionalização, é bastante irracional. Se isso fosse estendido à força de trabalho como um todo, resultaria na implosão do capitalismo enquanto tal, como resultado da totalmente fracassada acumulação de capital, devido à ausência de produção lucrativa que só pode se realizar mediante o necessário consumo das massas, produtor de lucro, em grande escala. (MÉSZÁROS, 2009, p. 10).

Neste sentido, abordaremos no próximo ponto os aspectos envolvidos no papel da superpopulação na geração do mais-valor, e como a intensificação dos supérfluos aponta as contradições do processo sociometabólico do capital no seu atual estágio de desenvolvimento. Posteriormente, no capítulo que sucede a este debate, atentar-se-á aos aspectos que caracterizam os limites do capitalismo em plena crise estrutural; às alterações estabelecidas nas formas de exploração da força de trabalho e ao seu caráter cada vez mais móvel evidenciado em suas formas materiais, uma asfixia necessária para assegurar a extração de mais-valor.

3.1 A lei geral da acumulação e o exército industrial de reserva

No que tange à lei geral da acumulação do capital e à função da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, as reflexões de Marx já indicavam que o desenvolvimento do capitalismo correspondente à força produtiva do trabalho requer modificações das partes constantes e variáveis do capital. A tendência do aumento do capital global e o aspecto da centralização exigem o aumento absoluto do seu capital variável, ou seja, o aumento da “força de trabalho nele incorporada, porém em proporção cada vez menor”. O aumento do componente do capital variável, explica o autor, estrategicamente resulta na expansão absoluta da classe trabalhadora. A acumulação do capital necessita de uma “população trabalhadora relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua”. No entanto, ao se aumentar sua parte variável é igualmente uma condição para o capital a

¹⁹ (MÉSZÁROS, 2009 p. 10)

diminuição da contratação de força de trabalho, tendência mais determinante ao passo que o desenvolvimento capitalista se intensifica (MARX, 2013, p. 704-705).

No terceiro volume de *O Capital*²⁰, ao discutir a lei da queda tendencial da taxa de lucro, Marx aponta que esta ocorre com a “diminuição relativa do componente variável do capital global, de sua diminuição comparada com o componente constante”. Segundo o autor, a lei da queda progressiva da taxa de lucro não exclui de maneira alguma que “a massa absoluta de trabalho posta em movimento e explorada pelo capital social cresça, e, portanto, a massa absoluta de mais-trabalho por ele apropriado também cresça”. Nessa dinâmica, o processo de produção capitalista é essencialmente processo de acumulação e a própria acumulação e concentração de capitais é “em si mesma, um meio material de elevação da força produtiva”. Isto significa que o crescimento dos meios de produção implica também o crescimento da população trabalhadora, “a criação de uma população correspondente ao capital excedente e que em linhas gerais sempre sobrepassa suas necessidades, portanto uma superpopulação de trabalhadores” (MARX, 1993, p. 166-168).

O excedente momentâneo de capital e uma população excedente de trabalhadores ocasionariam, segundo o autor, um duplo efeito: um deles, e não menos importante, seria “por meio dos métodos que geram a mais-valia relativa (introdução e aperfeiçoamento da maquinaria) um aumento mais rápido de uma superpopulação relativa”. Neste sentido, a natureza do processo capitalista de acumulação, seguido do crescimento dos meios de produção destinados a serem transformados em capital “encontra[m] sempre à mão uma população trabalhadora, correspondentemente elevada e mesmo excedente, explorável”. Entretanto, esta relação impõe limites à acumulação uma vez que, contraditoriamente, as mesmas leis que garantem o aumento do lucro tornam sua taxa decrescente, contribuindo então para a sua própria queda (MARX, 1993, p. 168):

com o progresso do processo de produção e de acumulação a massa de mais-trabalho apropriável e apropriado tem de crescer, e

²⁰ As edições dos volumes I e II de *O Capital* utilizadas neste trabalho são ambas referentes à Boitempo Editorial, respectivamente dos anos de 2013 e 2014. Já em relação ao volume III, tomo I, emprega-se a edição da Abril Cultural de 1993. Outro ponto importante a considerar corresponde ao uso do conceito de “mais-valia” e “mais-valor”. Na tradução da Boitempo Editorial utiliza-se o conceito de “mais-valor”, entretanto, na edição da Abril Cultural usa-se “mais-valia”. Diante disso, quando utilizarmos no texto a expressão “mais-valia” trata-se das interpretações de Marx na edição traduzida da Abril Cultural.

portanto a massa absoluta de lucro apropriado pelo capital social. Mas as mesmas leis da produção e da acumulação elevam, com a massa, o valor do capital constante em progressão crescente de modo mais rápido do que o da parte de capital variável convertida em trabalho vivo. As mesmas leis produzem, portanto, para o capital social uma massa absoluta crescente de lucro e uma taxa decrescente de lucro. (MARX, 1993, p. 168).

Consequentemente, o curso do desenvolvimento da produção e acumulação capitalistas, aliado à concentração de capitais resulta para os capitalistas individuais no fato de que eles passam a comandar, por um lado, uma camada de exército de trabalhadores cada vez maior – ainda que sua parte constante se amplie mais do que a variável – e, por outro, que a massa de mais-valor ou lucro cresça ainda que paralela à queda da taxa de lucro. Dessa maneira, na lógica do desenvolvimento, as mesmas causas concentradoras das massas de exército de trabalhadores sob o comando de capitalistas individuais são as que “inflamam a massa do capital fixo empregado, assim como a das matérias-primas e auxiliares, em proporção crescente em face da massa do trabalho vivo empregado” (MARX, 1993, p. 168).

Ansiando ampliar constantemente a extração de mais-valor, a necessidade do sistema sociometabólico do capital exige um número excessivo de força de trabalho, garantido pelo aumento da sua produtividade. Isto significa que o desenvolvimento da força produtiva social de trabalho se expressa, por um lado, na tendência da queda progressiva da taxa de lucro e, por outro, no crescimento constante da massa absoluta de mais-valia ou do lucro apropriado.

Como observamos na exposição anterior, o grau de exploração do trabalho aliado à apropriação de mais-valor é elevado por meio do prolongamento da jornada de trabalho e da intensificação do trabalho. A ampliação desta exploração é assegurada por meio da extração de mais-valor relativo que implica duas consequências conflitantes: transformar o máximo possível da massa de trabalho em mais-valor e empregar em geral um mínimo possível de trabalho. As mesmas razões que permitem elevar o grau de exploração impedem o mesmo capital global de explorar tanto trabalho quanto antes. Essas, para Marx, são tendências conflitantes da queda da taxa de lucro; “enquanto provocam uma elevação na taxa de mais-valia, ao mesmo tempo acarretam uma queda da massa de mais-valia gerada por dado capital, e, portanto da taxa de lucro” (MARX, 1993, p. 178).

Assim, as influências ou contratendências apontadas pelo autor que caracterizam a queda da taxa de lucro são: a elevação do grau de exploração do

trabalho, a diminuição do salário abaixo do valor da força de trabalho, o barateamento do capital constante, a superpopulação relativa (ou exército industrial de reserva), o comércio exterior e o aumento do capital por ação. Na dinâmica contraditória do desenvolvimento e do processo de acumulação, as tendências acabam conferindo, segundo Marx, um caráter de lei. Essas contradições dificultam a ação da lei da queda da taxa de lucro, provocando assim sua lentidão ou diminuição da queda, embora seja preciso considerar que elas não anulam a queda, mas a inibem (MARX, 1993, p. 79-82).

A dinâmica da lei da acumulação nos ajuda a compreender, portanto, o porquê de a função da superpopulação relativa revelar o caráter contraditório dos aspectos da acumulação no capitalismo contemporâneo e o aumento sem limites da população supérflua. Mészáros ao avaliar os efeitos do desemprego estrutural em diferentes países capitalistas avançados e criticar incisivamente os teóricos da ordem burguesa, especificamente Thomas Malthus em seu *Ensaio sobre a população*, afirma ser a tendência da concentração e da centralização do capital sobre os imperativos da reprodução autoampliada a multiplicação incontável da “força de trabalho supérflua”. A ameaça do desemprego crônico torna-se uma carga potencialmente explosiva e extremamente instável na atual crise estrutural do capital (2002b, p. 332 e 340):

assim, a atual “explosão populacional” sob a forma do aumento do desemprego crônico nos países capitalistas mais avançados representa um perigo sério para a totalidade do sistema, pois acreditava-se que o desemprego maciço fosse algo que só afetasse as áreas mais “atrasadas” e “subdesenvolvidas” do planeta. Na verdade, a ideologia associada a este estado de coisas poderia ser – e, com um toque de cinismo, ainda é – usada para acalmar o operariado dos países “avançados” com relação à sua suposta superioridade concedida por deus. Entretanto, como uma grande ironia da história, a dinâmica interna antagonista do sistema do capital agora se afirma – no seu impulso inexorável para reduzir globalmente *o tempo de trabalho necessário* a um valor mínimo que otimize o lucro – como uma tendência devastadora da humanidade que transforma por toda parte a população trabalhadora numa força de trabalho crescentemente supérflua. (MÉSZÁROS, 2002b, p. 341, grifos do autor).

De acordo com o autor, o problema da explosão populacional ou do aumento da população na sociedade capitalista foi inicialmente elaborado por Thomas Malthus. Tecendo críticas relevantes a este último, Mészáros declara que, ao analisar de forma conservadora os problemas do aumento da população, Malthus

separou as tendências correntes de desenvolvimento de suas determinantes sociais, na tentativa de tratar questões inerentemente históricas sobre por que e como as populações mudam sob ‘uma lei natural’ mecânica profetizadora de catástrofe. (MÉSZÁROS, 2002b, p. 310, grifo do autor).

Segundo Mészáros, a lei do aumento da população para Malthus é determinada por uma lei puramente natural, ligada à natureza do próprio homem. A tendência do crescimento populacional além de alimento para Malthus participa do ciclo natural da vida dos homens. Mészáros defende que aquele propõe “soluções corretivas” em nome de uma falsa lei natural para garantir, sobretudo, a ordem existente de reprodução sociometabólica²¹.

A leitura crítica da obra de Malthus revela seu propósito ao naturalizar o aumento populacional e considerar ações solucionadoras apenas os aspectos de controle populacional “numa razão geométrica”. Ao afirmar o caráter de subsistência como o grande obstáculo que atua sobre a população, ele aponta que o “o poder de crescimento da população é indefinidamente maior do que o poder que tem a terra de produzir meios de subsistência para o homem”. Logo, a população, quando não controlada, cresce em progressão geométrica e os meios de subsistência crescem em progressão aritmética (MALTHUS, 1986, p. 282).

Considerando a teoria de Malthus “falsa e pueril” embora tenha apontado significativos aspectos do seu trabalho – a exemplo da sua leitura do capital, assim como importantes afirmações acerca da existência da superpopulação em todas as formas de sociedade –, segundo Marx, Malthus resume os aspectos da superpopulação a uma relação numérica abstrata e a-histórica, analisando “o aumento do ser humano [...] [como] um processo puramente natural que precisa de limitações, controle externos para não continuar em uma progressão geométrica”, e constata que na história “a população evolui em ritmos muito diferentes e que a superpopulação, da mesma forma, é uma relação determinada por números ou pelos limites postos por condições de produção determinada” (MARX, 2011, p. 504).

²¹ O contexto histórico dos escritos de Malthus corresponde aos séculos XVIII e o início do XIX. Vivem-se os efeitos da Grande Indústria desencadeando uma revolução no meio de trabalho com o surgimento de sistemas de máquinas organizados na fábrica, alterando a vida de milhares de trabalhadores, expulsando-os de seus empregos. O trabalho do homem adulto em determinadas fases produtivas é substituído pelo trabalho de crianças e mulheres. Tais modificações significaram desemprego, movimentação do trabalhador de um lugar para outro, transformação na vida familiar, aumento da mortalidade infantil, etc. (DAMIANI, 2011, p. 12).

O indivíduo malthusiano – ao considerar suas leis naturais não como processo histórico determinado, mas como relações numéricas – é totalmente abstraído a partir da reprodução geométrica, conclui Marx. Portanto, os

limites imanentes, historicamente mutáveis do processo de reprodução humana, Malthus [os] transforma em obstáculos externos; as limitações externas da reprodução natural, em limites imanentes ou leis naturais da reprodução. A história real se apresenta para ele, por conseguinte, não de forma que a reprodução do ser humano natural é uma abstração do processo histórico, da reprodução real, mas, ao contrário, que a reprodução real é uma aplicação da teoria malthusiana. Em consequência, o que na história são as condições imanentes em cada nível, tanto da população como da superpopulação, aparece nele como uma série de limitações exteriores que impediram a população de se desenvolver na sua forma malthusiana. As condições nas quais os seres humanos se produzem e reproduzem historicamente parecem como obstáculos da reprodução do ser humano natural malthusiano. Por outro lado, a produção de meios de subsistência – marcada e determinada pela ação humana como o é – aparece como limitação que ela põe a si mesma. (MARX, 2011, p. 505).

Umas das principais contraposições de Malthus especificamente em seu *Ensaio sobre a população* é a oposição contra a projeção socialista, libertária e utópica de William Godwin de uma ordem social alternativa orientada para o estabelecimento da verdadeira igualdade e para as relações correspondentes de regulação dos intercâmbios sociais. Ao criticar os benefícios apresentados por Godwin num sistema de igualdade, Malthus afirma categoricamente serem tais afirmações simplesmente um quadro imaginário, quase sem um traço próximo da verdade. Para ele, o homem não pode viver em meio à abundância, muito menos partilhar da mesma forma das dádivas da natureza.

Segundo Amélia Damiani (2011), na primeira versão de sua obra Malthus polemiza com os chamados socialistas utópicos Condorcet, Godwin e Wallace, cujas obras propunham uma sociedade igualitária como alternativa à situação de miséria vivida. Para a autora, Malthus defende que a causa dessa miséria humana não era a sociedade dividida entre proprietários e trabalhadores, ricos e pobres, pois este seria um obstáculo positivo atuante no decorrer de toda história humana visando reequilibrar a desproporção natural entre a multiplicação dos homens (crescimento populacional) e a produção dos meios de subsistência (produção de alimentos). Nas suas concepções, tanto a miséria quanto o vício são obstáculos positivos ao

crescimento, uma vez que têm efeito direto no reequilíbrio de duas forças tão desiguais. A miséria para Malthus seria, portanto, necessária:

em outras palavras, o crescimento natural da população, que é determinado pela paixão entre os sexos, excede a capacidade da terra para produzir alimentos para os homens. A dificuldade da subsistência exerce uma forte e constante pressão restritiva, sentida em um amplo setor da humanidade: os mais pobres ficam com a pior parte e a menor parte, vivendo com fome e miséria. A miséria para Malthus é, portanto, necessária. Ela aparece na fome, no desemprego, no rebaixamento dos salários; então ela mata, ela faz adoecer, ela reduz o número de matrimônio, pois será mais difícil sustentar filhos (obstáculo preventivo ou “obrigação moral”). Por outro lado, ela incita os cultivadores a aumentar o emprego da mão-de-obra disponível, a abrir novas terras ao cultivo, a re-harmonizar a relação população/recursos. (DAMIANI, 2011, p. 13-14, grifo da autora).

No argumento utilizado por Malthus para desenvolver sua crítica, é perceptível a naturalização das condições apresentadas pela sociedade em termos da miséria, a qual para ele acometeria a população inevitavelmente e não seria definitivamente solucionada. Ele é categórico ao julgar que as leis elaboradas para atenuar a pobreza e a miséria da classe trabalhadora inglesa do século XVIII, especificamente a Lei dos Pobres, comprometem o equilíbrio da população, uma vez que contribuem “para aumentar a população sem o aumento dos meios de subsistência para sustentá-la”. Para ele, eliminar a miséria é tarefa árdua, uma vez que a pressão da miséria sobre esta parcela da comunidade é um mal tão profundamente arraigado que “nenhuma habilidade humana pode atingi-lo”.²²

fosse eu propor um paliativo – e paliativos são tudo o que a natureza do caso admitirá –, seria, em primeiro lugar, a revogação completa de todas as atuais leis paroquiais de auxílio aos pobres. Isto daria, em certa proporção, liberdade e autonomia de ação para os camponeses da Inglaterra, o que dificilmente se pode afirmar que eles possuam atualmente. Eles seriam capazes de se estabelecer permanentemente em qualquer lugar onde houvesse uma perspectiva de grande abundância de trabalho e maior remuneração pelos serviços. O mercado de trabalho então ficaria livre e seriam removidos aqueles obstáculos que, tal como as coisas se encontram agora, frequentemente e por um tempo considerável, impedem o preço de se elevar de acordo com a demanda. (MALTHUS, 1986, p. 302).

Neste aspecto, Godwin, criticado por Malthus, critica incisivamente as instituições políticas reguladoras das leis da propriedade burguesa e como estas são

²² (MALTHUS, 1986, p. 302)

“o foco de todos os crimes que degradam a humanidade”. Contudo, Malthus o contesta afirmando que

nenhuma instituição humana existiu aqui pela maldade à qual o Sr. Godwin atribui o pecado original dos piores homens. Nenhuma oposição entre o bem-estar público e privado foi causado pelas instituições. (MALTHUS, 1986, p. 326-329).

Para Malthus, o grau de miséria existente – resultado inevitável das leis da natureza – é um fator que as instituições, as quais jamais poderiam ser eliminadas, ao invés de agravarem, seriam responsáveis por atenuar.

As reflexões teóricas de Malthus esclarecem uma defesa da ordem burguesa em seu aspecto mais substancial. Seu objetivo era garantir a existência da ordem estabelecida naturalizando tanto a pobreza e a miséria, assim como o trabalho árduo realizado pelos camponeses expropriados neste contexto histórico definidor do início da ampliação da acumulação capitalista, considerada por Malthus um “ato de liberdade”.

Em seu *Ensaio sobre população*, Malthus enfatiza a ordem estabelecida como surgida de “inevitáveis leis da natureza” e devendo ser preservada como tal; e que a miséria existente é um resultado “inevitável das leis da natureza”. Por outro lado, assegura que “sempre haverá mais pessoas em necessidade do que pessoas adequadamente supridas”, esta também uma lei natural; ou ainda, “por mais que o trabalho de fato seja árduo, este é um mal menor e menos propenso a aviltar o espírito humano do que a dependência” (das instituições de poder e suas leis ou das esmolas paroquiais). E declara que a troca entre trabalhadores e proprietários privados e a venda da força de trabalho daqueles é uma verdadeira “troca amigável”, cuja relação não coloca o pobre submisso a nenhum poder, sendo, por conseguinte, um “ato de liberdade” (MALTHUS, 1986, p. 357-358).

Para Mészáros (2002b, p. 310), o aspecto ideológico subjacente à teoria malthusiana se manifesta quando as “soluções corretivas” propostas por ela em nome de uma falsa lei natural buscam não somente atender “à conveniência da ordem existente de reprodução sociometabólica, mas também reforçam suas alegações justificadoras de permanência absoluta”:

essa ordem merecia a permanência por causa de sua capacidade de administrar a “lei natural” sem alterar como sistema social articulado, por meio de parâmetros estruturais de distribuição iníqua da propriedade privada e da correspondente dominação de classe. Assim, de acordo com a intenção ideológica implícita, a lei

pseudonatural malthusiana do aumento da população – proposta para se afirmar numa “razão geométrica”, e também descrita pelo autor do *Ensaio sobre o princípio da população* como o “efeito de uma grande causa intimamente ligada à natureza do próprio homem” cuja especificidade foi curiosamente classificada de modo geral como “a tendência constante de toda vida animada de crescer além do alimento à sua disposição” – poderia ser complementada por Malthus com a ordem pseudonatural da sociedade capitalista, estruturalmente imutável. O sistema estabelecido de dominação estrutural, as iníquas relações de propriedade representavam para Malthus o melhor de todos os mundos possíveis. O objetivo apologético de sua teoria era o de oferecer uma justificação racional – que, em sua opinião deveria ser visível e convincente também para a classe trabalhadora e para os pobres – da legitimidade e da validade da ordem estabelecida. Todos os melhoramentos deveriam ser encarados estritamente dentro dos parâmetros estruturais supostamente eternos dessa ordem. (MÉSZÁROS, 2002b, p. 310-311, grifos do autor).

A leitura malthusiana é um dos exemplos dos aportes teóricos que não admitem a existência do exército industrial de reserva ou superpopulação como lei absoluta do funcionamento do sistema sociometabólico do capital. É preciso observar que, no contexto histórico da elaboração de sua teoria, há uma intensificação da mobilidade da força de trabalho que significou, por um lado, o aumento da expropriação da população camponesa em diversas partes da Europa a fim de suprir o mercado de trabalho em expansão e, por outro, uma intensificação da exploração da força de trabalho operária existente nos interstícios da Revolução Industrial.

Ao apresentar as ideias da possibilidade de equilíbrio dos problemas de aumento populacional com o controle da produção de alimentos; da condição do trabalho “livre” ser um mal menor aos pobres e miseráveis ingleses; e a de um possível benefício com os ganhos econômicos na troca “amigável” entre mercado e trabalhadores, Malthus, longe de considerar as contradições que emanam do cerne do capitalismo, naturaliza a exploração e o caráter móvel do trabalho, enaltece o sistema de produção (para ele a principal alternativa para a resolução do problema do aumento populacional) e estabelece o equilíbrio social baseado no controle da população em uma progressão geométrica.

Não será apenas Malthus que ocultará em suas análises o caráter móvel do trabalho como lei da acumulação capitalista. Jean-Paul de Gaudemar – ao empreender críticas aos economistas clássicos (Ricardo, Say, entre outros) por ocultarem em suas observações os aspectos da mobilidade do trabalho como condição de garantia da valorização do capital – afirma que os demais autores

citados, ao considerarem a mobilidade perfeita do trabalho²³ à luz de agentes econômicos e aspectos da oferta e procura, priorizaram apenas a dimensão espacial do movimento do trabalho. Em outras palavras, eles naturalizaram o conceito, considerando “a análise do movimento do trabalho somente como deslocamentos, movimentos migratórios que precisam ser mais bem equilibrados para favorecer o crescimento econômico”. Neste sentido, ao passo que ocultaram os aspectos das determinações gerais do conceito, admitiram em suas análises (a exemplo do modelo neoclássico) “a necessidade de estabelecer o equilíbrio geral conforme uma mobilidade perfeita, ou seja, buscar meios de melhor mobilizar os homens no espaço”²⁴.

assim, os modelos empíricos e a hipótese de mobilidade perfeita do trabalho, não são mais do que dois aspectos da batalha pela validade dos fundamentos do modelo neoclássico de equilíbrio geral, as notas à margem a um texto já escrito; operam como maquinistas obscuros mas indispensáveis dos bastidores de um teatro. É assim que é necessário ligar a conformação geralmente microeconômica dos modelos de mobilidade: o comportamento de mobilidade é um campo privilegiado para a demonstração da racionalidade individual dos agentes econômicos. Que as formas de mobilidade estudadas sejam as migrações setoriais, geográficas, interempresas, internacionais, diárias, etc., quer sejam deslocamentos num espaço geográfico, geonômico ou em qualquer espaço abstrato, isso apenas importa como deslocamento individual que ilustra a racionalidade de um indivíduo capaz isoladamente de maximizar os seus ganhos e de minimizar os seus ganhos. (GAUDEMAR, 1977, p. 70-71)²⁵.

²³ A hipótese da mobilidade perfeita do trabalho significa para clássicos e neoclássicos um ponto de partida para a análise dos movimentos migratórios. Tal ponto de partida apresenta duas facetas: expressa tanto um diagnóstico acerca da natureza das migrações quanto um objetivo a ser perseguido com a eliminação de obstáculos à mobilidade porventura existente. Trata-se, portanto, de hipótese que conduz necessariamente a um encaminhamento político da questão migratória (PÓVOA NETO, 1997, p. 16).

²⁴ Neste aspecto, o Estado é um agente importante para conduzir as políticas de melhor mobilidade dos homens no espaço, o uso dos corpos dos homens como força de trabalho para o processo de valorização em seu “continuum mobile” (GAUDEMAR, 1997). Enfatizando o papel do Estado na elaboração de políticas de controle migratório, as dissertações de Leite e Kluck são representativas no debate sobre a mobilidade dos trabalhos e das migrações nos Estados de Minas Gerais e Bahia respectivamente: LEITE, ANA Carolina. **A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de transformação do trabalhador “boia-fria” em suas condições regionais de mobilização do trabalho**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, USP, São Paulo, 2011; KLUCK, Erick. **O trabalho vai para o brejo: mobilização, migração e colapso da modernização**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, USP, São Paulo, 2011.

²⁵ Aqui defendemos, como exposto no capítulo anterior, que o caráter móvel do trabalho definido pelas necessidades de valorização do capital, a força de trabalho, portanto, se materializa em um *continuum móvel*, o que significa que qualquer movimento do trabalho ocorre devido às necessidades da acumulação. Analisando as configurações espaciais da produção capitalista a partir da mobilidade do trabalho e do capital, para Harvey, ainda que haja um movimento livre dos sujeitos trabalhadores, os capitalistas acabam definindo a melhor forma de controlar as reservas de mão-de-obra. Para estes, é necessário “manter os mercados de trabalho segmentados como um meio de

Criticando os autores que concebem a mobilidade da força de trabalho em termos simplistas como deslocamento ou movimento, Gaudemar focaliza em sua análise as principais problemáticas concernentes às reflexões sobre a mobilidade do trabalho tais como “conceito que faltam” e “noção perdida”. Retomando os debates fundamentais da Economia Política sobre os conceitos de trabalho, valor, produtividade do trabalho e espaço econômico, o autor defende a hipótese de que ao considerarem os aspectos da mobilidade do trabalho como secundários em suas análises houve uma ocultação do conceito. É necessário, nesse sentido, apontar as contradições presentes no discurso econômico, “no seio d[a]s quais se poderia introduzir a presença silenciosa de um conceito que *a priori* pensamos situar na esteira dos conceitos de valor e de produtividade do trabalho” (GAUDEMAR, 1997, p. 87).

A intenção de Gaudemar em suas análises é situar o conceito de mobilidade do trabalho como dimensão que falta ou como noção incompreendida por outras leituras da teoria econômica²⁶. Segundo aquele autor, Adam Smith, por exemplo, afirma que a mobilidade do trabalho “não é mais do que a expressão da liberdade dos homens, figura teológica da sua predestinação para a riqueza e a felicidade”, havendo assim “liberdade” tanto dos portadores do trabalho como do capital:

a mobilidade do trabalho não é mais do que a sua qualidade e propriedade do trabalho que lhe permite ser trabalho produtivo, isto é, capaz de satisfazer as necessidades de acumulação do capital e portanto do crescimento, necessidades que se podem exprimir, cada um de per si, ou simultaneamente, tanto em termos de qualificação como em termos de repartição espacial e sectorial dos homens, e que determinam assim as múltiplas formas concretas de mobilidade. (GAUDEMAR, 1997, p. 87).

Gaudemar observa que através dos estudos de Adam Smith se delineia pela primeira vez uma abordagem da mobilidade do trabalho em relação ao próprio trabalho. Smith consegue efetivamente esboçar uma problemática original a respeito da mobilidade do trabalho: “sua reflexão acerca da produtividade do trabalho lhe

controle social” e qualquer caminho escolhido pelo trabalhador para migrar tem o potencial para ser convertido em algo vantajoso para o capital (HARVEY, 2013, p. 490-491).

²⁶ De acordo com Perpetua, em termos históricos, as origens da compreensão das matrizes clássicas e neoclássicas datam dos marcos da Revolução Industrial em meados do século XVIII, visando à compreensão dos processos dinâmicos de transformação social dela derivados: “Diante dos novos fenômenos, numa Europa marcada pelo liberalismo econômico e por suas relações com o ‘mundo colonial’, teóricos burgueses como Adam Smith atribuíram à ‘mão invisível’ do mercado um papel quase místico de organização das ações individuais e de harmonização de todo e qualquer conflito social” (PERPETUA, 2012, p. 68, grifos do autor).

permite descobrir ao mesmo tempo o que esta produtividade requer quanto às formas de existência e à estrutura do próprio trabalho, e [à] natureza do modo de produção que se instaura”. Por outro lado, mostra “a acumulação do capital no seu movimento real e as relações que o conectam às transformações quantitativas e qualitativas do trabalho”. Assim, embora Smith não consiga definir conceitualmente a mobilidade do trabalho, desenha o importante quadro para análise de tal definição (GAUDEMAR, 1997, p. 91).

Para Gaudemar, a ausência de um estatuto teórico explicativo da mobilidade do trabalho nos principais autores liberais não significa que tal conceito esteja ausente em suas obras, pois ele surge tanto nas reflexões sobre o trabalho como conceito econômico quanto em apontamentos de algumas formas concretas de mobilidade. No caso de Say, Ricardo e List, embora suas obras apresentem diferenças, eles consideram a mobilidade do trabalho

hipótese fundamental englobando deste modo as formas concretas nas quais o trabalho se deixa permanentemente sujeitar ao capital, isto é, adaptar-se sempre e em todos os locais às funções que o capital reclama e tanto às transformações destas funções como dos seus locais de exercício. (GAUDEMAR, 1997, p. 94)²⁷.

Nesta concepção, a mobilidade do trabalho se resume a uma política econômica destinada a assegurar o equilíbrio econômico e social:

assim, a mobilidade do trabalho não coloca outros problemas que não sejam os que podem eventualmente surgir pela força das coisas e das instituições caducas, mais do que pela dos homens, na realização das suas formas concretas: obstáculos à deslocação dos homens, insuficiência do sistema educativo, êxodo rural demasiado importante em relação à capacidade de absorção da indústria, etc. (GAUDEMAR, 1997, p. 94).

Segundo Gaudemar, outro economista que elaborará uma axiomática da mobilidade do trabalho é o francês Marie Éspirit Léon Walras. Partindo do princípio da raridade, ele rejeitará a teoria do valor-trabalho pensada por seus antecessores – Adam Smith, David Ricardo e McCulloch –, considerando-a “teoria completamente vazia” e defenderá em suas análises a teoria da utilidade.

²⁷ “Em Say esta concepção não aprofunda o sentido da hipótese da mobilidade perfeita do trabalho e nem a problemática dos aspectos políticos dos obstáculos à mobilidade. Já para Ricardo, que leva ao extremo a lógica do valor-trabalho, a mobilidade perfeita é justificada pela defesa do trabalho enquanto mercadoria. O autor aproxima-se de uma explicação da noção de mobilidade do trabalho, porém não a alcança pela importância dada às imperfeições do mercado e à rigidez da oferta de trabalho” (GAUDEMAR, 1977, p. 94-95).

Para Walras, o trabalho raro, útil em qualidade limitada, “é uma mercadoria como as outras, já que a raridade caracteriza as coisas válidas e intermutáveis que são as mercadorias”. Em suas análises guiadas pelo princípio da raridade, prescinde do campo epistemológico definido pelo valor trabalho afirmando que: “do mesmo modo que as outras mercadorias, o trabalho vale e troca-se porque é raro. Pela sua raridade, o trabalho é mercadoria”. O trabalho como qualquer outra mercadoria “será submetido às regras do mercado de serviços tanto quanto à sua oferta e procura como quanto ao seu preço”. Assim, o trabalho deve se submeter à regra do princípio da raridade e da livre concorrência (GAUDEMAR, 1997, p. 105-108 e p. 112).

Walras traçará um primeiro elemento que indica o modo pelo qual a conformação do trabalho como mercadoria implica a sua mobilidade. Apesar de o conceito não surgir com ele e de sua análise ser revestida por um caráter axiomático do capital, o foco da divisão do trabalho estabelecido por ele será um elemento importante para a elaboração do conceito. Walras defende que a divisão do trabalho é a própria condição de sua existência e da subsistência do trabalhador, e que o indivíduo deve viver e trabalhar nos únicos lugares que a sociedade lhe atribui:

esta mobilidade é imediatamente mobilidade de *ajustamento*, pois que é o efeito de um comportamento do trabalho que satisfaz as exigências desta boa proporcionalidade. A mobilidade do trabalho pode ser aqui entendida tanto como mobilidade dos homens (capitais humanos) quanto como mobilidade dos seus serviços (dos seus trabalhos), se pelo menos respeitar a terminologia walrasiana. Sendo mobilidade dos homens, ela portanto é mobilidade de capitais através do espaço e do tempo econômico (migração, formações profissionais...). Sendo mobilidade dos seus trabalhos ela é mobilidade dos seus serviços, mantendo-se os próprios homens imóveis, e conduz assim às formas quotidianas da divisão do trabalho, à circulação dos trabalhadores no interior de um mesmo espaço de trabalho. (GAUDEMAR, 1977, p. 114, grifo do autor).

Segundo Perpetua, o marco teórico-conceitual elaborado por Walras sustentará as teorias mais célebres da Economia espacial neoclássica, produzidas sob a pena de autores como Von Thünen, Cristaller, Weber, Lösch, Isard “cujos trabalhos foram ornamentados com equações e modelos matemáticos de localização dos elementos do processo econômico (mão de obra, capitais,

mercados, etc.), partindo do positivismo lógico como método” (PERPETUA, 2012, p. 69)²⁸.

Estas bases teóricas servirão de suporte para diferentes análises sobre migrações tanto na Geografia quanto em outras disciplinas. A influência da teoria neoclássica nas migrações, por exemplo, é entendida como expressão demográfica e econômica; o foco é o deslocamento dos trabalhadores no espaço geográfico:

o migrante significa um portador de trabalho, fator produtivo que, em combinações adequadas como a terra e o capital, apresenta interesse para os processos de desenvolvimento econômico. O espaço pode ser tido, para os neoclássicos, como “equilibrado” ou “desequilibrado”, conforme a combinação de fatores esteja mais ou menos próxima de um determinado “ótimo”. (PÓVOA NETO, 1997, p. 15-16, grifos do autor).

Nesta concepção, trabalhadores e capitalistas orientam seu comportamento econômico, deslocando-se pelo espaço segundo um desejo de maximizar os seus ganhos em termos de remuneração de trabalho, ou seja, melhores salários, e para os capitalistas, melhores espaços para investimentos de seus capitais. O indivíduo, portanto, possuiu uma necessidade “natural” de se movimentar.

Salim (1992, p. 123-124, grifo do autor) demonstra claramente que o enfoque teórico das migrações como “equilíbrio” remete toda a variabilidade do comportamento econômico às condições de mercado. Para este, é “a desigual dotação de recursos ou de ‘fatores de produção’ nos diversos subespaços que, ao provocar diferenciação na relação capital/trabalho, altera os níveis de produtividade do trabalho, acelerando a migração”. A força de trabalho (capital humano) se caracteriza como fator de produção de mobilidade extremada e tem oferta determinada pelos níveis de salário vigentes e demanda definida por sua produtividade marginal. As diferenciações de salário constituem um fator básico dos motivos das migrações. Portanto, para o autor, as migrações nos marcos teóricos da concepção neoclássica

pressupõem um cálculo racional e a livre decisão dos indivíduos, ou seja, a mesma lógica locacional das firmas. Esta é a razão do livre

²⁸ De acordo com Salim (1992, p. 124), “o sistema neoclássico de compreensão das migrações e do próprio trabalho demonstra um pensamento análogo ao das Ciências Exatas (Matemática, Estatística) e Naturais (Física). Neste caso particular, destacam-se os trabalhos desenvolvidos por Ravenstein com seu modelo dito *gravitacional*, o qual, a partir dos efeitos *pult* e *push* transpõe para a migração a mesma problemática do espaço intersideral. Noções de fluxos se associam aos conceitos de distância, volume, etc., em uma ordem linear que situa a atração entre duas áreas como relação direta dos volumes das populações e inversa às suas distâncias”.

transcrito de corpos no espaço: o movimento dirime a heterogeneidade espacial e propicia o equilíbrio no sentido da igualdade possível. (SALIM, 1992, p. 123-124).

Nesta perspectiva, de acordo com Póvoa Neto, o espaço geográfico caminha em direção à homogeneização na medida em que os desequilíbrios locais são resolvidos principalmente a partir da combinação de fatores produtivos. As análises que enfatizam os “modelos ‘gravitacionais’ da migração, que trabalham com a problemática dos fluxos, distâncias e volumes da matéria no espaço físico” são influenciadas por esta base teórica. Assim, as leituras de base neoclássica desconsideram a dimensão histórica das migrações. Estas surgem como “decorrência de impulsos, supostamente ‘eternos’, do indivíduo que busca se deslocar rumo a melhores condições de vida, entendidas em função da remuneração do trabalho” (PÓVOA NETO, 1997, p. 16-17, grifos do autor).

Percebe-se nas teorias elaboradas pelos economistas clássicos e neoclássicos um ocultamento do debate acerca do caráter móvel do trabalho, do fundamento que move as contradições da relação capital e trabalho e do papel da superpopulação no processo de valorização do capital. Como afirma Gaudemar, apenas com Marx será elaborada uma análise da mobilidade do trabalho. Ele formula o conceito e a crítica baseada nas manifestações concretas próprias do modo de produção capitalista. A análise não se restringe aos deslocamentos espaciais dos trabalhadores, mas aborda também o caráter móvel do trabalho como estratégia fundamental para o desenvolvimento capitalista.

A análise do crescimento populacional em Marx não se restringe aos aspectos de tal crescimento e aos meios de subsistência. Para o autor, o pobre não é apenas o indivíduo privado de recursos, mas igualmente aquele incapaz de se apropriar dos meios de subsistência. É a mediação social que define esta relação. De acordo com Damiani, “a qualidade de necessitado do trabalhador decorre do fato de ele depender sempre da necessidade que o capitalista – seu empregador – tem de seu trabalho”. Portanto, “as condições que o colocam diante dos meios de subsistência – a partir de seu salário – são fortuitas a seu ser orgânico”. Isso ocorre porque no capitalismo a finalidade da produção é o lucro, ou melhor, a produção de mais capital, e não a satisfação das necessidades da população (DAMIANI, 2011, p. 17).

A análise marxiana da mobilidade do trabalho contribui para desmistificar, portanto, todas as assertivas – defendidas pelos autores clássicos e neoclássicos da Economia Política ainda que assumam diferentes posições teóricas entre si – de que o trabalho nos marcos do capitalismo, enquanto mercadoria geradora de valor ao capital é apenas um elemento a mais na dinâmica econômica. Mesmo as contribuições teóricas malthusianas sobre os estudos da população, ao naturalizarem as determinações do aumento populacional nos marcos do capitalismo, ocultam ideologicamente as contradições imanentes a este modo de produção, ao passo que defendem sua permanência como única forma possível de sociabilidade humana.

Neste contexto, o desenvolvimento histórico do sistema capitalista possui como condição absoluta o aumento acentuado da camada dos supérfluos, o que significa um processo irracional de qualquer possibilidade de “equilíbrio”. A “explosão populacional” mencionada por Mészáros evidencia um quadro concretizado de desemprego estrutural, intensificando as contradições do funcionamento do capital. Na atualidade, tais efeitos se materializam, não como sendo uma categoria genérica de “gente demais”, mas sendo definidos por determinações sociais muito precisas e perigosas em suas implicações:

pois o que hoje se chama de “excesso de população” significa, cada vez mais, “trabalho supérfluo”. Pior que isso, esse “excesso de população” não pode ser simplesmente deduzido de um número total abstrato, como faziam os tradicionais contos de fadas sobre o crescimento da população e de seu controle malthusiano ou neomalthusiano. (MÉSZÁROS, 2002b, p. 321, grifos do autor).

Os problemas da “explosão populacional” da qual nos fala o autor, apresentada nas determinações históricas atuais deste modo de produção, estão longe de ser solucionados por meio de ações contendo algum planejamento efetivo (através de política de pleno emprego, controle de natalidade, por exemplo) que garantam a partir do equilíbrio numérico uma real solução para o aumento da camada dos supérfluos. Por outro lado, negar totalmente o consumo dos supérfluos é intensificar os limites do processo de autovalorização:

o atual “excesso” ou “população redundante” se refere ao “excesso em relação às necessidades” num sentido muito limitado. Como acontece com tudo o que é submetido ao domínio do capital, também aqui testemunhamos o impacto de um processo contraditório. Pois as grandes massas de pessoas – em praticamente todos os campos de

atividade – que continuam a ser impiedosamente expulsas do processo de trabalho e consideradas “redundantes” pelos imperativos da expansão lucrativa do capital estão longe de poder ser consideradas supérfluas como *consumidoras* que asseguram a continuidade da reprodução ampliada e da autovalorização do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 321-322, grifos do/a autor/a).

Assim, pode-se questionar como na ânsia pelo lucro garantido em virtude de sua expansão o capital tende a negar a substância que o faz existir. Até que ponto o uso irracional da força de trabalho supérfluo que evidencia o desemprego estrutural no atual estágio de desenvolvimento assegurará ao capital subsistir aos imperativos da “explosão populacional”? Considerando que a irracionalidade do aumento dos supérfluos limita a garantia do ciclo do consumo, é possível pensar na correção dessas lacunas através da dinâmica cada vez mais destrutiva da sua fase autoexpansiva?

Essas reflexões nos indicam a necessidade de compreensão do modo pelo qual a lei geral da acumulação capitalista cria uma superpopulação relativa e, contraditoriamente, ao se desenvolver e alcançar maior produtividade do trabalho expande irracionalmente esta mesma força de trabalho. Tal análise pode ser mais bem compreendida através da tendência inevitável do sistema do capital em ampliar a parte do capital constante, investindo em meios de produção que elevam a capacidade produtiva do trabalho, porém diminuem a parte do capital variável. As consequências desse processo auxiliam-nos na reflexão das razões pelas quais há, no atual estágio de desenvolvimento capitalista, uma inevitabilidade na ampliação da camada dos supérfluos, tornando a mercadoria força de trabalho descartável aos imperativos da reprodução autoampliada do capital.

3.2 O caráter produtivo do trabalho e seu movimento “fluido” enquanto mercadoria cada vez mais “supérflua”

Ao longo do desenvolvimento histórico do sistema capitalista, o exército industrial de reserva representa, nas palavras de Marx, um dos mais energéticos agentes de sua reprodução e uma alavanca da acumulação capitalista. Com o avanço da força produtiva do trabalho com base nas condições técnicas do processo de produção, a existência de massas humanas disponíveis torna-se fundamental para a reprodução ampliada do capital. O momento de aumento de produção, de

crises e estagnação requer uma forma constante de reconstituição da superpopulação.

Toda forma de movimento da indústria moderna deriva da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou semiempregada. Isso implica dizer que a condição da produção capitalista requer não apenas uma quantidade de força de trabalho disponível em razão do crescimento natural da população mas, sobretudo, um exército industrial de reserva. Portanto, “o acréscimo ou decréscimo do capital variável corresponde exatamente ao acréscimo ou decréscimo do número de trabalhadores ocupados”. Tal relação significa dizer que “o crescimento do capital variável torna-se, então, o índice de mais trabalho, mas não de mais trabalhadores ocupados” (MARX, 2013, p. 706-710):

a produção de uma superpopulação relativa ou a liberação de trabalhadores avança com rapidez ainda maior do que a – já acelerada com o progresso da acumulação – revolução técnica do processo de produção e a correspondente redução proporcional da parte variável do capital em relação à parte constante. Se os meios de produção, crescendo em volume e eficiência, tornam-se meios de ocupação dos trabalhadores em menor grau, essa mesma relação é novamente modificada pelo fato de que, à medida que cresce a força produtiva do trabalho, o capital eleva mais rapidamente sua oferta de trabalho do que sua demanda de trabalhadores. O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo em que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo em que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social. (MARX, 2013, p. 711-712).

A lei de criar trabalho excedente significa criar a possibilidade de maior disponibilidade do trabalho ao capital, porém, contraditoriamente, é também uma tendência de reduzir o trabalho necessário ao mínimo. Em *Grundrisse*, Marx (2011, p. 323-324) é categórico ao declarar que “o capital, como pôr do trabalho excedente, é igualmente e no mesmo momento pôr e não pôr do trabalho necessário; o capital só é à medida que o trabalho é e ao mesmo tempo não é”:

é tendência do capital tanto tornar o trabalho humano (relativamente) supérfluo como pressionar simultaneamente o trabalho humano de maneira desmedida. O valor é apenas trabalho objetivado, e valor excedente (valorização do capital) é somente excedente para além

da parte do trabalho objetivado que é necessário para a reprodução da capacidade de trabalho. Mas o trabalho é e continua sendo o pressuposto, e o trabalho excedente só existe em relação ao necessário, portanto, só à medida que este existe. Por isso, o capital tem de pôr continuamente trabalho necessário para pôr trabalho excedente; tem de aumentá-lo (a saber, as jornadas de trabalho simultâneas) para poder aumentar o excedente; mas tem igualmente de superá-lo como trabalho necessário para colocá-lo como excedente. (MARX, 2011, p. 323).

O aumento do excedente a partir do trabalho necessário é estabelecido pelo tempo definido da jornada de trabalho. O interesse do capital é possuir o máximo de força de trabalho posta em movimento numa jornada de trabalho mesmo que estas condições comprometam a duração de vida da força de trabalho. Esta criará as condições para estabelecer maior extração de mais valor. Por essa razão, os capitalistas necessitam de uma constante superpopulação para satisfazer às necessidades momentâneas de valorização do capital. A produção de mais-valor absoluto na grande indústria, por exemplo, só é possível pela extensão desmedida da jornada de trabalho. Por outro lado, com o avanço dos meios de trabalho (maior produtividade), a ampliação da jornada e o lucro daí extraído pelo capitalista crescerão proporcionalmente à diminuição da sua parte variável, ocorrendo a extração de mais-valor relativo ao lado do mais-valor absoluto. Desse modo, a economia de trabalho nos marcos do capitalismo por meio do desenvolvimento de sua força produtiva não visa à redução da jornada de trabalho, mas apenas à redução do tempo de trabalho necessário para a produção.²⁹

Na obra *Salário, preço e lucro* Marx explica os aspectos fundamentais envolvidos no valor da força de trabalho no processo de extração do lucro capitalista e o movimento dos salários. Nesta interpretação, importa considerar que “o capital tende constantemente a dilatar ao máximo a jornada de trabalho de sua possibilidade física, pois na mesma proporção aumenta o sobretrabalho e, portanto, o lucro dele derivado”. Para nosso autor, “quanto mais as pretensões do capital tiverem êxito para alongar a jornada de trabalho (intensificando a produtividade do trabalho), maior será a quantidade de trabalho alheio a se apropriar”. Logo, os movimentos dos salários tendem a ser reduzidos ao passo que a produção capitalista se desenvolve. Assim, a tendência geral não é elevar o nível médio normal do salário, mas, ao contrário, diminuí-lo, pressionando o valor do trabalho

²⁹ (MARX, 2013, p. 338; 340; 341; 395; 578; 579).

mais ou menos até o seu limite mínimo. Segundo Marx, lutar pelos salários é, para o autor, reforçar a escravização que o sistema de salários implica. Portanto, “deve-se lutar contra os efeitos e não contra suas causas, sendo necessário, no seio da luta anticapitalista, abolir o próprio trabalho assalariado” (MARX, 1978, p. 95; 98-99).

Tanto o valor da força de trabalho como o mais-valor serão definidos com base em três leis. A primeira: “a jornada de trabalho de grandeza dada representa-se sempre no mesmo produto de valor, seja qual for a variação da produtividade do trabalho” (MARX, 2013, p. 588). A segunda:

o valor da força de trabalho e o mais-valor variam em sentido inverso. Variando a força produtiva do trabalho, seu aumento ou diminuição atuam em sentido inverso sobre o valor da força de trabalho e em sentido direto sobre o mais-valor. (MARX, 2013, p. 589).

E a terceira lei: “o aumento ou a diminuição do mais-valor é sempre efeito, e jamais causa do aumento ou diminuição correspondente ao valor da força de trabalho”. Portanto, quanto mais cresce a força produtiva do trabalho, maior é a possibilidade de redução da jornada de trabalho, esta última correspondendo ao crescimento da intensidade do trabalho (MARX, 2013, p. 597) ³⁰.

Ao discutir o desenvolvimento da maquinaria e da indústria moderna no século XVIII examinando especificamente o efeito dessas alterações sobre os trabalhadores, Karl Marx nos adverte que, enquanto o avanço da maquinaria proporciona maior produtividade do capital, diminuindo o tempo necessário de trabalho na produção de mercadorias, ela se torna o meio mais potente para prolongar a jornada de trabalho. De acordo com Souza (2011), a tendência deste processo apontado pelo autor pode ser observada na ocorrência do avanço das forças produtivas do sistema capitalista. Quanto mais se acentua a exploração do trabalho, mais intensificado ele se torna, isto é, extrai-se mais trabalho em menor espaço de tempo. Esses fatores ocorrem por uma relação contraditória do próprio funcionamento do sistema capitalista. Este último, ao mesmo tempo em que diminui o trabalho necessário, investindo em capital constante, ou seja, em maquinaria, aumenta a jornada de trabalho. Todavia, com o poder de produtividade subjetivado na maquinaria, ele mantém a produção da mercadoria no grau mais elevado,

³⁰ Ao analisar o processo de trabalho e valorização, Marx considera o desenvolvimento da força produtiva do trabalho condição necessária para o crescimento do valor ou para a valorização do capital. Como “o capital é impulsionado para o seu crescimento, tende ao impulso infinito do aumento das forças produtivas do trabalho” (MARX, 2011, p. 270). No próximo debate sobre a crise e os limites impostos pela reprodução do capital retornaremos a esta questão.

diminuindo também o número de trabalhadores no processo produtivo, ao passo que acentua a exploração (SOUZA, 2011).

Harvey, ao analisar na obra de Marx o papel da superpopulação na extração do mais-valor, declara a contundência da observação daquele quando observa que a acumulação e a mudança tecnológica no capitalismo representam um aumento do número absoluto de desempregados, além de evidenciar um empobrecimento do proletariado. Tanto o desemprego quanto o emprego são produzidos pelo capital: “a classe trabalhadora fica diante de uma crise endêmica com respeito à segurança do emprego, taxas salariais, condições de trabalho, etc.”. Assim, Marx demonstra de maneira incisiva que “se a miséria, a pobreza, e o desemprego são encontrados no capitalismo, eles têm de ser interpretados como produto desse modo de produção e não atribuído à ‘natureza’” (HARVEY, 2013a, p. 230 e 236, grifo do autor).

É preciso considerar que a facilidade encontrada pelos capitalistas a partir dos investimentos em meios de produção não substitui a importância exercida pela força de trabalho no processo produtivo. Ela é a única substância garantidora da existência do modo de produção capitalista. Evidente na tendência do capital em investir mais acentuadamente em meios de produção é a possibilidade que estes investimentos exercem na extração crescente de seus lucros, uma vez que eles requerem menor quantidade de força de trabalho empregada na produção. Em outras palavras, os investimentos possibilitados pelo desenvolvimento da força produtiva aumentam a produtividade do trabalho, além de garantirem mais lucros para o capitalista. Entretanto, para o trabalhador isto significa maior exploração da sua força de trabalho, afirma Marx, ao reiterar a importância da produção do mais-valor relativo para o sistema capitalista:

todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho aplicam-se à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, fazendo dele um ser parcial, degradam-no à condição de um apêndice da máquina, aniquilam o conteúdo do seu trabalho ao transformá-lo num suplício, alienam ao trabalhador as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a tal processo se incorpora a ciência como potência autônoma, desfiguram as condições nas quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, aos despotismos mais mesquinhos e odiosos, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, arrastam sua mulher e seu filho sob a roda do carro de Jagrená do capital. (MARX, 2013, p. 720).

Essas determinações históricas que marcam os avanços das relações capitalistas analisadas por Marx nos reportam à atualidade, pois é característico das formas de reprodução um aumento extensivo de horas de trabalho dedicadas ao capitalista, além da evidência da diminuição do trabalho necessário, ampliando a camada de “supérfluos”.

Ao estabelecer o movimento contraditório entre o trabalho “supérfluo” e o necessário, o incansável impulso do capital no seu processo de autorreprodução cada vez mais ampliado o impede de perceber os aspectos destrutivos inevitavelmente gerados por ele. Assim, o capital apenas existe “enquanto o trabalho necessário simultaneamente existir e não existir”, ou seja, “enquanto ele tiver sucesso em reproduzir as contradições subjacentes (por mais precária que seja a situação) e desse modo reproduzir a si próprio enquanto tal” (MÉSZÁROS, 2002b, p. 621). Esta dinâmica diz respeito às contradições presentes na produção e reprodução do capital ao longo do seu percurso histórico em busca da extração de mais-valor, almejando atingir maior produtividade no trabalho. Seu esforço desmedido para garantir sua expansão constrói relações contraditórias limitadoras do processo produtivo. Ao elevar a produtividade do trabalho através de investimentos em meios de produção diminuindo sua parte variável, ele se contradiz destruindo os meios garantidores da sua existência, o próprio trabalho vivo.

De acordo com Santos (2013), os elementos que constituem o ciclo de valorização – o crescimento do capital constante em sobreposição ao capital variável – tornam-se mais evidentes nas reestruturações produtivas. Com as alterações da composição orgânica do capital, Marx afirma a centralidade do trabalho vivo na produção capitalista. Contraditoriamente aos fatores envolvidos na combinação de trabalhadores no processo produtivo em grande escala, o capital tende a economizar o máximo possível de trabalho vivo (SANTOS, 2013, p. 123-124).

A tendência das formas históricas que movem a irracionalidade capitalista com sua lógica de produção pautada na destruição tanto da natureza como da humanidade apresenta, mesmo nos países mais desenvolvidos, o aumento do desemprego crônico, intensificando os movimentos migratórios colocando em cheque o próprio funcionamento do capitalismo em sua atual crise estrutural. Os casos dos graves problemas apresentados pela forte emigração e imigração para a Europa, por exemplo, demonstram como esses sujeitos expropriados de seus países de origem são descartados pela lógica do lucro capitalista e pelos interesses que

regem as grandes potências europeias, as quais historicamente vêm realizando, segundo políticas imperialistas, a expropriação da população de diferentes países que sofrem com os problemas da emigração.

Na obra *O Brasil e o capital-imperialismo*, Virgínia Fontes, ao abordar os processos de expropriação no solo social do capitalismo, considera que, mesmo sendo um processo insuficiente para explicar a totalidade das relações capitalistas, aqueles são condição necessária para a compreensão da relação do capital. Conforme Fontes, desconsiderar que das expropriações emanam as condições de possibilidade do capital implica riscos severos. Esquecer-se do fato de que populações expropriadas em meio à situação social mercantil precisam objetivamente subsistir no mercado e, objetiva e subjetivamente demandar mercado e “empregabilidade”, é desconsiderar que essas populações constituem a base de um mercado de força de trabalho. O “predomínio do capital no plano mundial tende a exigir e impulsionar constantes expropriações, além de nutrir-se, como aves de rapina, da concentração de recursos que a desgraça alheia favorece” (FONTES, 2010, p. 44):

desiguais segundo os países e regiões nos quais nasceram, forjadas segundo direitos e costumes tradicionais diversos, constituem extensa massa de força de trabalho desigualmente liberada para o capital internacional, diferencialmente formada, mas igualmente disponível (e necessitada) para as variadas formas de exploração de mais-valor e para as mais diversas modalidades de concorrência entre os próprios trabalhadores. (FONTES, 2010, p. 45).

Segundo Fontes, as expropriações constituem a permanente condição de constituição e expansão da base social capitalista e, longe de se estabilizarem, aprofundam-se e generalizam-se com a expansão capitalista. Em nota correspondente a este ponto, a autora afirma que, a intensificação da expropriação é uma das mais dramáticas situações na atualidade, dada a intensificação, nas últimas décadas, das expropriações de enormes contingentes populacionais em especial na Ásia, América Latina e África, analisadas como produção de populações “excedentes” ou “sobrantes e sem sentido”, gerando um reforço de argumento de cunho humanitário e filantrópico. Ainda mais inquietante é o fato de que o ritmo de expropriações não parece amainar, mais, ao contrário, intensifica-se (FONTES, 2010, p. 45).

Os diversos noticiários pelo mundo anunciaram, mais precisamente no ano de 2015 – ainda que tenham ocultado na maior parte das vezes a real questão envolvida nas razões das migrações e emigrações pelo mundo – o tratamento desumano concedido pelas grandes potências europeias³¹ aos emigrantes advindos, sobretudo, dos países árabes (sírios, árabes atingidos pela guerra civil, africanos, gregos, etc.) os quais, submetidos aos efeitos dos problemas econômicos implementados pelas principais potências imperialistas do mundo (Estados Unidos, França, Inglaterra, entre outros), culminando no constante estado de guerra civil, estes se tornam andarilhos sem teto, sem pão, desterritorializados de sua história e cultura.

No caso dos refugiados, estes tentam sobreviver em campos de concentração construídos por alguns poucos países que possuem políticas públicas de “apoio” aos emigrantes, considerando que o número desses é, na realidade, muito maior do que os campos de concentração existentes. Por essa razão, a maioria vive em busca da possibilidade de atravessar ilegalmente as fronteiras, seja a partir do pagamento pela travessia no mercado de tráfico humano – tornado um dos grandes negócios nos locais de forte imigração –, seja pela ação individual estabelecendo um êxodo constante entre países fronteiriços com a Europa.

De acordo com Marinucci e Milesi, um dos desafios da mobilidade humana contemporânea é o aumento da migração clandestina, diretamente relacionada às políticas migratórias restritivas elaboradas pelos países. Os migrantes em situação irregular vivem em condições extremas de vulnerabilidade, “sujeitos à extorsão, aos abusos e à exploração por parte de empregadores, agentes de migração e burocratas”. As restrições das políticas migratórias incentivaram “a formação de organização destinada a favorecer o ingresso, legal ou ilegal, de migrantes nos países mais cobiçados”. O que torna mais dramática a situação dessas políticas para os autores é o fato de o tráfico não se limitar apenas em contrabandear

³¹ No artigo *Imigração na Europa: características e perspectivas*, Pietro Basso apresenta dados atuais dos imigrantes da Europa: “22% dos imigrantes provêm da África, 16% da Ásia, dos quais a metade do Extremo Oriente, sobretudo da China, e a outra metade do subcontinente indiano, 15 % vêm da América Central e do Sul e o restante, de 45% a 47%, é composto de imigrantes com cidadania de um dos países da ‘Europa dos 27’ e daqueles provenientes de países europeus no sentido lato (turcos, balcânicos, ucranianos, russos)”. Há, segundo o autor, uma significativa concentração de imigrantes nas áreas metropolitanas da França, por exemplo, 40% dos imigrantes vivem na zona de Paris; na Grã-Bretanha um terço vive na “Grande Londres”; na Itália, apesar de a presença dos imigrantes ser observada também nas cidades, há maior concentração nas áreas metropolitanas, especificamente em Milão e Roma (BASSO, 2013, p. 29, grifo do autor).

peessoas para os países de imigração (o chamado *smuggling*), mas também desenvolver um verdadeiro tráfico de pessoas (*trafficking*) (MARINUCCI; MILESI, 2005, p. 8).

Uma reportagem do Le Monde Diplomatique Brasil publicada no mês de maio de 2015 intitulada *Quarenta anos de imigração nas mídias francesa e norte-americana* aponta a importância de se desvendar os pontos cegos omitidos pelos meios de comunicação quando estes se concentram em direcionar suas reportagens aos sofrimentos humanos e à repressão policial. Quando o tema é de “ordem pública”, a reportagem mostra como os jornalistas franceses e norte-americanos tendem a produzir com frequência informações baseadas em fontes oficiais: ministérios, prefeituras, governos etc. Suas preocupações tendem, portanto, a se alinhar com as dos representantes de Estado e seus líderes políticos. E, como os governos enxergam com frequência a imigração em termos de ameaça à ordem pública, eles acabam tomando a mesma atitude. Segundo a matéria, temas como “ações humanitárias” e garantia da “ordem pública” conquistam a audiência. Nos Estados Unidos, esta narrativa floresce nos meios de comunicação. Tanto neste país como na França a mídia oferece um quadro incompleto, reduzindo o tema da emigração à sua dimensão emocional, jogando com o medo ou a piedade da população, tendendo “a enfraquecer o poder democrático dos cidadãos, preparando o terreno para uma instalação durável da extrema direita”. Podemos perceber claramente ao longo da história dos movimentos migratórios na Europa ou em outras partes do mundo o aumento do preconceito materializado em racismo, xenofobia, conflito religioso, entre outros (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 2015, p. 27-29).

Fontes é contundente ao pontuar que as novas expropriações garantidoras da existência do capital e sua reprodução exigem o alastramento permanente da população em condições críticas de intensa e exasperada disponibilidade ao mercado. Conforme a autora, para os “neoconservadores ou pós-modernos que consideraram terminada a época do ‘trabalho’, a velocidade e extensão das expropriações dizem o contrario” (FONTES, 2010, p. 50). O exemplo apresentado por Fontes trata do aprofundamento contemporâneo das expropriações que incidem sobre os trabalhadores da terra com a continuidade do êxodo rural em direção às cidades. Ao destacar alguns pontos envolvidos no processo concreto de expropriação ela destaca:

[...] em todo o mundo, um contingente ligeiramente superior a 50% da população mundial depende na atualidade integral ou parcial do mercado para subsistir. Isso se traduz em profundas transformações no entorno físico – nas cidades, no meio ambiente – e nas relações sociais. Extensas faixas populares disponíveis para o mercado – com maior ou menor possibilidade de encontrar alguma forma de ocupação regular – constituem uma população livre (sem os laços do patrono rural tradicional), despossuída dos meios para assegurar sua sobrevivência e em competição acirrada para garantir sua subsistência, em condições fortemente desiguais entre os países e entre os diferentes segmentos dos trabalhadores, internamente a cada país. (FONTES, 2010, p. 50).

Um dos efeitos da ampliação da expropriação na fase atual do capitalismo trata-se da intensificação da precarização estrutural do trabalho indicada por Antunes. Segundo este, mais de um bilhão de homens e mulheres – grande parte da força humana disponível para o trabalho em escala global – padecem das vicissitudes do trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado, entre eles, centenas de milhões têm o seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural. Assim, “cada vez mais homens e mulheres trabalhadores encontram menos trabalho, esparramando-se pelo mundo em busca de qualquer labor, configurando uma crescente tendência de precarização do trabalho em escala global” (ANTUNES, 2008, p. 103).

Neste sentido, com os expropriados do campo ou da cidade incorporados ao mercado, a reprodução da própria vida passa a depender do seu funcionamento, buscando assim a adequação e sobrevivência sob suas imposições. Mesmo quando se mantêm em seus territórios nacionais de origem “mesclam-se com população já urbana, competem com ela de maneira mais ou menos indistinguível dos demais, e deverão defrontar-se com a instauração de novas barreiras, físicas, sociais, culturais” (FONTES, 2010, p. 51). Construindo suas análises com base no trabalho de Davis em *Planeta Favela*³², a autora confirma que esses expropriados na maioria das vezes

são agregados, atrás dos muros, destacados em guetos, favelas ou bairros distantes. Erguem-se “novas” barreiras sociais, que reatualizam antigas discriminações e inventam novas opressões – étnicas, linguísticas, sexuais, culturais, bairristas, geográficas, religiosas, etc. Apesar de serem os mais fragilizados, sua existência contribui para o reforço da subordinação do conjunto, pela pressão que exercem sobre os demais trabalhadores. Encontram-se movidos por sua própria vontade de integrar-se, de incorporar-se à nova vida

³² DAVIS, Mike. **Planeta favela**. Trad de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

(seja ela nova por ser urbana, por estar em outra cidade ou em outro país), de ter “direito à cidade” e, na contraface, são empurrados às atividades ilegais, a suprir de mão de obra as variadas máfias. Vivem sob violência aberta, de inúmeras procedências – vizinhos, concorrentes, policiais, justiça, empregadores informais e/ou ilegais, milícias várias. (FONTES, 2010, p. 52, grifos da autora).

A perversa expropriação da lógica expansionista do capitalismo contemporâneo revela um aumento da submissão de massas de trabalhadores os quais, na condição de supérfluos, vivem em situações de vida cada vez mais degradantes e desumanas, seja no campo ou na cidade. A intensificação da expropriação da força de trabalho que outrora ocorria de forma concentrada no campo com as reestruturações espaciais passa agora a se concentrar nas áreas periféricas dos grandes centros, a exemplo de Itabuna e Ilhéus-BA. Sujeitos que se reproduziam no campo, seja vendendo a sua força de trabalho, seja vivendo da pequena produção foram expelidos para as áreas urbanas a fim de tentar uma vida “possível”. Veremos como esses sujeitos caminham na incerteza do labor, vivenciando o desemprego estrutural, tornando-se, como afirma Conceição (2005), “eternos andarilhos” à procura da garantia da venda de sua força de trabalho.

A lei de acumulação capitalista sempre produz uma população supérflua que excede suas necessidades de expansão em meio ao avanço das forças produtivas do capitalismo mundializado. Ao passo que se acentua a exploração da força de trabalho, paralelamente aumenta-se o exército industrial de reserva para o capital garantir a sua acumulação. Contraditoriamente, ele se esbarra em seu fim último, pois ao negar trabalho a milhões de seres humanos descartáveis provoca sua autodestruição:

eis um dos processos contraditórios que se materializam em meio à crise estrutural do capital; por um lado o desenvolvimento técnico provoca o aumento da produtividade de mercadorias de forma cada vez mais ampliada, e por outro lado, o capital se esbarra na sua contradição última, a negação do próprio trabalho vivo no processo de produção, ampliando a camada de supérfluos. (SOUZA, 2011, p. 141).

A lógica infernal e o impulso infinito do capital para a autoexpansão quantitativa conduzem inexoravelmente a consequências destrutivas, a exemplo da tendência do capital globalmente competitivo em reduzir a um mínimo lucrativo o tempo necessário de trabalho, transformando os trabalhadores em força de trabalho

supérflua e subvertendo as condições vitais de sua própria reprodução ampliada (MÉSZÁROS, 2002b, p. 226):

é assim que atingimos a fase histórica na qual a lógica autocontraditória da autopresentação destrutiva do capital impõe um nível e uma gama antes absolutamente inimagináveis de produção destrutiva. Não há meio de fugir desta regra. Até mesmo as partes mais importantes dos próprios componentes produtivos do capital devem ser periodicamente destruídos, de modo que, em sua forma reconstituída, o capital “reconduza ao ponto de onde ele seja capaz de seguir adiante empregando completamente seus poderes produtivos sem cometer suicídio”. Pois, nos termos da lógica do capital, exterminar a humanidade é muito preferível a permitir que se questione a causa sui desse modo de reprodução. (MÉSZÁROS, 2002b, p. 952, grifo do/a autor/a).

Como afirma Marx, a produção de riqueza como pressuposto da reprodução do capital e, conseqüentemente, o desenvolvimento universal das forças produtivas como a contínua revolução de seus pressupostos existentes apresentam-se como grandes obstáculos que ele próprio luta para superar. As contradições insuperáveis de sua existência abrigam possibilidades efetivas de um desenvolvimento universal da humanidade, a qual é “evanescente e produz as condições reais de sua própria superação” (MARX, 2011, p. 447).

*“[...] bem mais do que qualquer outro sistema de
produção, o sistema capitalista é um esbanjador de
homens, de trabalho vivo,
um dilapidador de carne e sangue, bem como de nervos
e de cérebro.”
(Marx, O Capital).*

4 OS SUJEITOS “SUPÉRFLUOS”: ASFIXIA NECESSÁRIA EM TEMPOS E ESPAÇOS DE BARBÁRIE

A epígrafe de Marx em *O Capital* que ora inicia o debate do presente capítulo aponta o caráter central definidor do processo sociometabólico do modo de produção capitalista: a exploração de trabalho vivo. O capital jamais deixou de ser trabalho acumulado, mais-valor que garante seu processo de valorização. Ao longo do seu desenvolvimento histórico nunca deixou de ser um esbanjador de homens, de trabalho vivo, um dilapidador de carne e sangue, bem como de nervos e de cérebro.

Ainda que algumas teorias elaboradas entre as décadas de 70 e 80 (para citar alguns autores tais como Habermas, Gorz, Negri, entre outros) defendessem em suas análises a perda da centralidade do trabalho – o “adeus ao trabalho”, bem como “o fim do trabalho” segundo uma visão na maioria das vezes economicista – aquele jamais perdeu sua centralidade ou deixou de ser a condição essencial do ciclo de produção, ainda que os atuais meios de produção potencializados pelo desenvolvimento das forças produtivas tendam a, contraditoriamente, diminuir o trabalho necessário, elevando a camada dos “supérfluos”.

O aumento da população supérflua garantiu, ao longo do percurso histórico do desenvolvimento capitalista, uma desvalorização da força de trabalho possibilitada, principalmente, pelo aumento dos investimentos em capital constante, o que tendencialmente leva à diminuição do trabalho necessário no processo de produção, elevando a extração do mais-valor garantido por meio do aumento da produtividade da força de trabalho.

O trabalho não deixou de ser central nas formas de produção de mais-valor; pelo contrário, embora a diminuição do trabalho necessário na produção seja uma

tendência das contradições do capital, percebe-se no histórico do seu desenvolvimento que a extração de mais-valor possibilitada pelo aumento da produtividade do trabalho alcança níveis cada vez mais intensos de exploração. A quantidade de horas de trabalho disponibilizada pelo trabalhador ao vender sua força de trabalho nunca foi tão degradante e precária. Além disso, como vimos, a diminuição do trabalho necessário não significa menos trabalho disponibilizado para produção, mas sim maior extração de mais-valor acompanhada de maior desvalorização da força de trabalho aliada a baixos salários, perdas de direitos trabalhistas, aumento do desemprego, entre outros, o que traça para o capital o desafio da superação das contradições que o negam enquanto modo de produção.

Dentre as determinações históricas atuais envolvidas na ofensiva do capital sobre o trabalho, uma delas trata-se da asfixia dos reais sujeitos produtores do mais-valor. A tendência à diminuição do trabalho necessário seguido da ampliação da população excedente como lei geral da acumulação impõe concomitantemente uma ampliação dos níveis de exploração da força de trabalho e a negação da venda da força de trabalho aos reais sujeitos da produção, provocando uma asfixia do capital sobre o trabalho.

O capítulo objetiva abordar aspectos da crise no sistema capitalista, enfatizando a atual crise estrutural, e analisar como a taxa decrescente de lucro influencia diretamente no excesso de população, aumentando assim a camada dos supérfluos. Buscaremos em seguida aprofundar os efeitos que a tendência do aumento da camada dos supérfluos provoca nas condições de trabalho e como ocorre, em plena crise estrutural, a asfixia do capital sobre o trabalho.

4.1 Crises e os limites da reprodução ampliada

Na obra *O século XXI: socialismo ou barbárie?* Mészáros (2002a) discute como a nova fase do imperialismo hegemônico global se define como uma ordem progressivamente destrutiva da sociabilidade capitalista. Pautado na incontrolabilidade do capital, o autor reforça a tese de que o capital tende a intensificar suas contradições, levando a cabo a existência da própria humanidade. Nas determinações históricas atuais, o modo de produção hegemônico e seu caráter destrutivo têm se intensificado. A tese de Mészáros fundamenta a tarefa que temos

pela frente: “Socialismo ou barbárie?” que, para o autor, significa “Barbárie se tivermos sorte”.

As análises de Marx até Rosa Luxemburgo sobre as contradições que apontam o caráter destrutivo da forma de ser do capital são distintas. Ao mencionar esta difícil indagação (“socialismo ou barbárie?”), o primeiro percebeu no seu tempo histórico as contradições do capitalismo em evolução; o mesmo já tratava das necessidades históricas de uma futura mudança da ordem social estabelecida³³; já Rosa analisou a fase de um imperialismo em ascensão acompanhado de uma escala de destruição inimaginável, porém, afirma Mészáros, conforme a autora, não havia na escala de tempo “nenhuma potência capaz de destruir a humanidade com seus conflitos devastadores” (MÉSZÁROS, 2002b, p. 49):

Hoje a situação é qualitativamente diferente, e por isso, a frase de Rosa Luxemburgo adquiriu uma urgência dramática. Não existem rotas conciliatórias de fuga. Ainda assim, nem mesmo o fato de se poder afirmar com certeza que a fase histórica do imperialismo hegemônico global haverá de fracassar em razão de sua incapacidade de dar solução para as contradições explosivas do sistema, ou mesmo de adiá-lo indefinidamente, é promessa de solução para o futuro. Muitos dos problemas que teremos de enfrentar desde o desemprego estrutural crônico até os graves conflitos econômicos, políticos e militares internacionais indicados acima, e até a destruição ecológica generalizada observada por toda parte – exigem ação combinada em futuro muito próximo. A escala temporal dessa ação talvez possa ser medida em algumas décadas, mas certamente não em séculos. O tempo está se esgotando. Assim, somente uma alternativa radical ao modo estabelecido de controle da reprodução do metabolismo social pode oferecer uma saída da crise estrutural do capital. (MÉSZÁROS, 2002b, p. 49).

De acordo com Mészáros, as contradições do sistema do capital são possíveis de serem administradas apenas medianamente, porém é impossível superá-las definitivamente. Para o autor, “na raiz de todas elas encontramos o antagonismo inconciliável entre capital e trabalho, o qual necessariamente assume a forma de subordinação estrutural e hierárquica do trabalho, não importando o grau

³³ Mészáros enfatiza que “o objetivo da crítica de Marx não era o capitalismo, mas o capital. Ele não estava preocupado em demonstrar as deficiências da produção capitalista, mas imbuído da grande tarefa histórica de livrar a humanidade das condições sob as quais a satisfação das necessidades humanas deve ser subordinada à ‘produção do capital’. Ou seja, livrar a humanidade das condições desumanizadoras sob as quais ganham legitimidade apenas aqueles valores de uso, não importa quão desesperadamente necessários, que possam caber na camisa-de-força dos valores de troca lucrativamente produzidos pelo sistema. Ele tratou, com sarcasmo, todos aqueles que queriam ‘reformular’ o sistema existente de distribuição enquanto mantinham fetichisticamente intacto o modo de produção do capital” (MÉSZÁROS, 2002b, p. 721, grifos do autor).

de elaboração e mistificação com o objetivo de camuflá-la”. Entre as principais contradições apontadas pelo autor a serem enfrentadas no tempo presente estão: produção e controle; produção e consumo; produção e circulação; competição e monopólio; desenvolvimento e subdesenvolvimento; produção de crises; produção e destruição; dominação estrutural do capital sobre o trabalho e sua dependência insuperável do trabalho vivo; produção de tempo livre (sobretrabalho) e sua paralisante negação como imperativo de reproduzir e explorar o trabalho necessário; expansão do emprego e geração do desemprego; impulso de economia de recursos materiais e humanos combinado ao absurdo desperdício deles, entre outros (MÉSZÁROS, 2002b, p. 10).

Portanto, é absolutamente inconcebível para Mészáros superar qualquer dessas contradições sem instituir uma alternativa radical ao modo de controle do metabolismo social do capital, uma alternativa baseada na igualdade substantiva. Diante da crise estrutural e tantas outras crises conjunturais apresentadas pelo capitalismo, o agravamento do atual estágio de desenvolvimento requer uma alteração nas formas de sociabilidade, uma vez que para o autor:

hoje não há sentido em falar de um “desenvolvimento geral da produção” associado à expansão das necessidades humanas. Assim, dada a forma em que se realizou a deformada tendência globalizante do capital – e que continua a se impor –, seria suicídio encarar a realidade destrutiva do capital como o pressuposto do novo e absolutamente necessário modo de reproduzir as condições sustentáveis da existência humana. Na situação de hoje, o capital não tem mais condições de se preocupar com o “aumento do círculo de consumo” para benefício do “indivíduo social pleno” de que falava Marx, mas apenas com sua reprodução ampliada a qualquer custo, que pode ser assegurada, pelo menos por algum tempo, por várias modalidades de destruição. Pois, do perverso ponto de vista do “processo de realização” do capital, consumo e destruição são equivalentes funcionais. (MÉSZÁROS, 2002b, p. 11, grifos do autor).

Maria Cristina Paniago (2012), estudiosa da obra de István Mészáros no Brasil, ressalta, em *Mészáros e a incontrolabilidade do capital*, especificamente no capítulo que aborda a crise estrutural e os limites absolutos do capital, a impossibilidade de eliminar a relação antagônica que sustenta a forma concreta de valorização do capital, a relação irreconciliável entre o capital e o trabalho. Para a autora, “a contradição inexorável entre crescimento da produção de trabalho excedente e diminuição do trabalho necessário, com suas nefastas consequências para a realização do capital, permanece atuante”. Assim, entre outros aspectos

inúteis à solução da crise atual vivenciada pelo capitalismo, a ativação dos seus limites absolutos é o próprio caráter da crise estrutural do capital. Os riscos relativos ao colapso do sistema e à extinção da humanidade surgem pelo fato de como este sistema “transforma suas potencialidades positivas em realidades destrutivas” (PANIAGO, 2012, p. 62-63).

Ainda segundo Paniago, uma das tentativas de atenuar a crise envolve o problema do desemprego, contradição das mais explosivas do sistema capitalista no seu atual estágio de desenvolvimento. Neste aspecto, nem mesmo a política do “pleno emprego” keynesiano conseguiu solucionar tais contradições insolúveis deste sistema; pelo contrário, transformou-se o pleno emprego em “desemprego crônico, e o trabalhador socialista, depois de anos de desenvolvimento planejado, voltou a estar vulnerável às leis de mercado capitalista, [...] alimentando os índices de desemprego mundial” (PANIAGO, 2012, p. 57). Tais fracassos revelam que

as várias soluções tentadas poderiam, por períodos mais longos ou mais curtos, segundo as suas circunstâncias sócio-históricas específicas, apenas aliviar temporariamente o desemprego de massa. Ao fim, os remédios keynesianos tiveram que ser rejeitados nos ‘países capitalistas avançados’ do Ocidente quando seus custos começaram a se tornar inadmissíveis. Contudo, as soluções monetárias alternativas tentadas após a fase keynesiana com enorme zelo e grande entusiasmo político – tanto pelos governos trabalhistas como por seus rivais conservadores –, provaram ser um fracasso não menor que as predecessoras (MÉSZÁROS *apud* PANIAGO, 2012, p. 57, grifo da autora).

É necessário esclarecer a constituição de uma crise estrutural, principalmente quando um dos aspectos mais explosivos de seus efeitos é a negação do trabalho vivo, a qual traz consequências desastrosas para seu ciclo de existência. Como observamos, Marx e Mészáros ambos traçam os caminhos desta inevitável tendência e explicam como esta contradição do capital repercute nas atuais condições da ampliação dos supérfluos e de sua forçosa asfixia.

Inicialmente nos basearemos nas reflexões de Mészáros e Paniago, visando à compreensão do caráter da crise estrutural e dos limites absolutos criados pelas contradições inerentes ao capital, assim como dos efeitos da crise estrutural sobre o trabalho. É necessário, então, destacar que as crises são, além de insuperáveis, inerentes ao modo de funcionamento do sistema capitalista, cujo estabelecimento intenta solucionar os problemas relacionados à sua necessidade de expansão e dominação de todos os espaços do globo. Como aponta Mészáros:

crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. (MESZÁROS, 2002b, p. 795).

Segundo Mészáros, a atual crise possui algumas características as quais, em termos gerais, afetam a totalidade de um complexo social em todas as relações constituintes ou subcomplexas, diferentemente de uma crise não-estrutural que afeta apenas algumas partes desse complexo. Sendo assim, a crise atual se manifesta baseada em quatro aspectos: possui um caráter universal, seu alcance é verdadeiramente global, sua escala de tempo é contínua e seu desdobramento acontece de forma rastejante. Portanto, “uma crise estrutural põe em questão a própria existência do complexo global envolvido”. Assim, o agravamento das contradições leva a uma produção cada vez mais destrutiva do capital, seja com base no poder bélico representando em guerras executadas pelas grandes potências visando à corrida de mercado e ao domínio de território, seja pelo uso destrutivo dos recursos naturais e do próprio desemprego crônico³⁴ (MÉSZÁROS, 2002b, p.796-797).

A acumulação movida à expansão sempre foi definida por crises. A irracionalidade do capital nas condições de uma crise estrutural revela a intensificação da destrutividade desse modelo de produção que deixa

³⁴ Ao analisar a crise estrutural em Mészáros, Paniago considera que as contradições internas do sistema e as consequências do dinamismo produtivo e expansivo do capital apresentam um aspecto negativo da produção capitalista: “o sistema do capital encara de maneira invertida o significado das restrições inerentes à finitude dos recursos materiais e humanos necessários ao seu processo de reprodução ampliada. As condições relativas (históricas e limitadas) – a injustificada e supostamente eterna disponibilidade dos recursos e do espaço necessário para a desejável ‘expansão’ – são *absolutizadas* por ele. A deliberada ignorância dos riscos envolvidos no desperdício vigente dos recursos naturais não renováveis do planeta” visaria relativizar as restrições naturais, de fato, absolutas, como forma de justificar a expansão perdulária [...]. Transforma ilusoriamente as restrições objetivas em instrumento manipulável de acordo com seus imperativos reprodutivos, sem medir as consequências tanto para o futuro da humanidade como para o seu próprio funcionamento, o que resulta no agravamento das contradições e no esgotamento do crescimento fundado na expansão de mercado (PANIAGO, 2012, p. 46). Para Mészáros, uma representação deste desperdício a partir da taxa de utilização decrescente assume na atualidade “uma posição de domínio na estrutura capitalista do metabolismo socioeconômico, não obstante o fato de que, no presente, quantidades astronômicas de desperdício precisem ser produzidas para que se possa impor à sociedade alguma de suas manifestações mais desconcertantes”. Em outras palavras, “o imperativo de fornecer os fundos proibitivamente vastos e necessários à produção cada vez maior de desperdício afirma-se hoje, mesmo nos países capitalisticamente mais avançados, sob uma forma antes inimaginável: pela imposição de ‘cortes’ e ‘economias’ em cada área importante da reprodução social, da educação à saúde, para não mencionar as demandas elementares do sistema de seguridade social. Assim, é como se os governos dos diversos Estados capitalistas quisessem demonstrar todos os dias a verdade da proposição de Marx de que o capital é a ‘contradição viva’” (MÉSZÁROS, 2002b, p. 656-657, grifos da autora).

consequências desastrosas ao longo de sua existência. Seu constituinte destrutivo avança com força extrema, afirma Mészáros, “ativando o espectro da incontrollabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional em si, como para a humanidade em geral” (MÉSZÁROS, 2002b, p. 100). Como consideramos anteriormente, o desemprego crônico é um dos aspectos mais dramáticos da crise, atingindo não apenas os denominados países “subdesenvolvidos” mais as principais potências econômicas do capitalismo global.

Portanto, a incontrollabilidade do capital se estabelece igualmente com o aumento desenfreado da “força de trabalho supérflua” a qual, enquanto representa soluções para o sistema, surge como carga potencialmente explosiva e extremamente instável. A ampliação do desemprego estrutural é um exemplo dessa contradição. Assim, como afirma Mészáros,

acreditava-se que este processo fosse desejável e natural na “periferia do Terceiro Mundo” e devesse ser imposto no interesse dos futuros benefícios que viriam no devido tempo com a mesma certeza de que à noite se segue o dia como resultado do “desenvolvimento” capitalista e da “modernização” também na “periferia”. Entretanto, quando a mesma devastação começa a ser regra também nas partes idealmente “avançadas” do universo social, ninguém mais pode fingir que tudo está bem neste melhor de todos os mundos possíveis. Neste ponto, as pessoas são submetidas à experiência absolutamente desorientadora da inversão da ordem do fluxo histórico como se tivessem de viver a realidade como um filme que fosse projetado do fim para o começo. Pois o que está sendo trazido para as suas condições atuais de vida é o que já deveria ter ficado para trás num passado de pesadelo para nunca mais voltar. (MÉSZÁROS, 2002b, p. 341, grifos do autor).

E reforça:

hoje estamos testemunhando um ataque em duas frentes à classe operária, não apenas nas partes “subdesenvolvidas” do mundo, mas também com implicações perigosas para a viabilidade continuada do modo estabelecido de reprodução sociometabólica nos países capitalistas avançados. Estamos testemunhando: 1) um desemprego que cresce cronicamente em todos os campos de atividade, mesmo quando é disfarçado com “práticas trabalhistas flexíveis” – um eufemismo cínico para a política deliberada de fragmentação e precarização da força de trabalho e para a máxima exploração administrável do trabalho em tempo parcial; 2) uma redução significativa do padrão de vida até mesmo daquela parte da população trabalhadora que é necessária aos requisitos do sistema produtivo em ocupações de tempo integral. (MÉSZÁROS, 2002b, p. 342, grifos do autor).

É necessário considerar que as alterações no sistema sociometabólico do capital ao longo do seu desenvolvimento histórico sempre foram necessárias às inevitáveis crises que acompanham sua estrutura de produção (produção, circulação e consumo). Nas análises de Conceição, a necessidade do capital de sempre se expandir para se reproduzir encontra obstáculos nos momentos de sobreacumulação, ou seja, quando não há possibilidade de garantir escoar o excedente produtivo materializado na mercadoria, o capital entra em crise:

os avanços tecnológicos e o consequente efeito do desemprego estrutural colocam em cheque a reprodução do sistema do capital, e, na atual crise, ela se estabelece por todas as determinações sociais, sejam políticas, econômicas, culturais, isto é, todas as formas da vida humana. O que caracteriza esse período de crise estrutural é, sobretudo, seu efeito global, atingindo a totalidade das relações sociais. Embora a exploração da força de trabalho seja inerente ao sistema capitalista, ela ganha maiores proporções nesse século XXI quando milhões de sem trabalho crescem tanto nos países capitalistas mais avançados como nos países em desenvolvimento (informação verbal)³⁵.

Para Paniago, considerando o capital o valor que se autovaloriza, fruto de uma relação social baseada na exploração do trabalho e no processo de acumulação de valor, “as necessidades humanas são meros veículos para a realização do valor”. A sua lógica de produção é movida por medidas que garantem o aumento do excedente extraído através da mais-valia, sendo que necessitam também de um “aumento crescente da produtividade (e das forças produtivas) ao mesmo tempo em que eliminam trabalho vivo, ou seja, o trabalhador” (PANIAGO, 2012, p. 3):

[...] é um sistema de produção voltado para a expansão e acumulação cega de capital, levando-o a ultrapassar todas as barreiras humano-sociais ou naturais que se ponham em seu caminho. As contradições e barreiras que se constituem no seio de um sistema de produção tão alienado e desumano devem ser permanentemente suplantadas por uma nova expansão, eliminando-se assim os impedimentos ao permanente processo de valor que gera valor. (PANIAGO, 2012, p. 4-3).

Sobre a tendência a eliminar trabalho vivo na produção, Paniago a considera um agravante à contradição entre produção e circulação/consumo, pois o

³⁵ Conferência intitulada *O contexto e o cotidiano do trabalho educativo em Geografia* proferida pela professora Dr.^a Alexandrina Luz Conceição no ano de 2011 na Universidade Federal de Sergipe - UFS.

trabalhador é igualmente consumidor. Uma vez que retira sua capacidade de consumo, novas contradições manifestam-se nas formas de reprodução do capital e, obviamente, a ofensiva sobre o trabalho tende a se intensificar. Paniago é enfática ao afirmar: “o capital não tem alternativa, a não ser acentuar a exploração sobre o trabalho, ao mesmo tempo em que desemprega definitivamente boa parte dele” (PANIAGO, 2012, p. 6).

De acordo com Harvey, o crescimento no capitalismo é movido por contradições frequentemente surgidas sob a forma de crises. O autor, utilizando-se das reflexões marxianas, considera ser o crescimento harmonioso ou equilibrado no capitalismo inteiramente accidental devido à natureza espontânea e caótica da produção de mercadorias. A ocorrência de crises, desse modo, indica algumas tendências inerentes ao capitalismo, produtoras de graves tensões no processo de acumulação. Sua compreensão considera que, “para haver avanço no processo de acumulação, o capital necessita de um excedente de mão-de-obra, um exército industrial de reserva necessário no mercado de meios de produção e da existência de mercado para absorver a quantidade crescente de mercadorias produzidas”. Quando há alguma barreira entre estes três aspectos, pode ocorrer uma crise de determinada natureza (HARVEY, 2005, p.44).

Sendo assim, Harvey conclui que as crises periódicas devem ter necessariamente o efeito de expandir a capacidade produtiva e também de renovar as condições de acumulação. Daí a inevitável alteração nos processos de acumulação, tendo como um dos aspectos a produtividade da mão-de-obra seguida de sua diminuição ou desvalorização, tendo como consequência o aumento do desemprego, entre outros. Neste sentido, para Harvey, “as crises possuem uma função importante: elas impõem algum tipo de ordem e racionalidade no desenvolvimento econômico capitalista”:

isso não quer dizer que as crises sejam ordenadas ou lógicas; de fato, as crises criam as condições que forçam a algum tipo de racionalização arbitrária no sistema de produção capitalista. Essa racionalização apresenta um custo social e, provoca trágicas consequências humanas na forma de falências, colapsos financeiros, desvalorização forçada de ativos fixos, poupanças, pessoas, inflação, concentração crescente de poder econômico e político em poucas mãos, queda dos salários reais e desemprego. (HARVEY, 2005, p. 46-47).

Analisando a taxa decrescente de lucro e seus efeitos negativos sob as três dimensões fundamentais da produção e do consumo capitalista – bens e serviços, instalação e maquinaria, e a própria força de trabalho –, acerca desta última, Mészáros desenvolve suas reflexões no sentido de compreender as contradições que regem a necessidade sempre crescente de o capital necessitar de “consumidores de massa” e sua necessidade decrescente de trabalho vivo.

Com relação ao trabalho, esta tendência, segundo o autor, assume uma fastidiosa contradição, pois “o trabalho não é apenas um ‘fator de produção’, em seu aspecto de força de trabalho, mas também a ‘massa de consumidores’ tão vital para o ciclo normal da reprodução capitalista a da realização da mais-valia”. E ainda acrescenta que embora a taxa de lucro decrescente produza múltiplas possibilidades de expansão para o capital através dos bens e serviços, bem como de instalações de maquinaria, a terceira via pode permanecer obscura, porém não por muito tempo, uma vez que as duas primeiras dimensões podem não conseguir afastar as contradições da taxa de utilização decrescente, sendo inevitável “o selvagem mecanismo de expulsão em quantidades maciças de trabalho vivo no processo de produção” (MÉSZÁROS, 2002b, p. 672-673, grifos do autor).

Tais aspectos inevitáveis para o capital, segundo o autor, levam o capitalista individual a elevar, em alguns momentos do desenvolvimento, o poder de compra do trabalhador contanto que isto não afete a sua lucratividade, elaborando economias de altos salários, ou variedades do “Estado do bem-estar social”, entre outros. Todavia, para Mészáros, a taxa de utilização decrescente da força de trabalho não pode ser revertida por fatores e medidas conjunturais; não se pode tratar o trabalho como mero “fator de produção”, pois em última análise, trabalhador e consumidor são basicamente os mesmos. Assim, aponta Mészáros:

de fato, o estado saudável ou “disfuncional” da economia capitalista é, ao fim e ao cabo, determinado como fundamento nesta identidade estrutural (extremamente incômoda do ponto de vista do capital) entre trabalho e “massa consumidora”, o que confere ao trabalho, em ambas as situações, uma posição estratégica objetiva no sistema como um todo, mesmo que as pessoas envolvidas não estejam ainda conscientes das potencialidades emancipadoras inerentes a esta posição. (MÉSZÁROS, 2002b, p. 672-673, grifos do autor).

No momento de expansão do sistema do capital, especificamente a partir do século XX, segundo Paniago, tais políticas de incentivo ao consumo, direcionadas,

sobretudo pelo Estado keynesiano, promoveram uma incorporação crescente da maioria da classe trabalhadora através de sua participação no consumo de massa, trazendo alguns ganhos materiais, os quais se converteram nos meios de convencimento que sustentaram a política de negociação de classe que caracterizou o *welfare state*. Para Paniago, fundamentada nas reflexões de Mészáros, tais concessões materiais e legais implementadas nesse período serviram de sustentáculo para salvar o capital da crise das décadas de 20 e 30 deste mesmo século³⁶. A mesma força que os trabalhadores tiveram para conseguir do capital melhores condições de vida e trabalho foram as que colaboraram para a revitalização do sistema (PANIAGO, 2012, p. 3):

a ilusão da expansão democrática sem limites no capitalismo, dependente apenas de uma correlação de forças a favor das classes trabalhadoras, sem consideração dos limites objetivos postos pelos imperativos da reprodução ampliada do capital (forma totalizadora de produção e reprodução sociais) impediu que as forças de esquerda democrática percebessem as mudanças substantivas que uma nova crise de acumulação impôs ao capital e às suas formas de dominação e exploração do trabalho. Aquele período dos “30 anos dourados”, em que o ganho de produtividade do sistema favoreceu, ainda numa fase em que havia espaços no planeta a serem ocupados pelo capital, a incorporação de novos consumidores ao mercado global e a realização contínua do capital estavam em sintonia com a dinâmica expansiva do sistema como um todo. Os direitos e as conquistas sociais do trabalho puderam se adequar à lógica do capital em face das altas taxas de crescimento. (PANIAGO, 2012, p. 4 e 5, grifo da autora).

³⁶ Em *A montanha que devemos conquistar* mais recente publicação de Mészáros, este desenvolve uma reflexão importante sobre a atuação do Estado nas necessidades sociometabólicas do capital. Para ele, diante das contradições apresentadas na atualidade histórica do modo de produção e sua lógica cada vez mais destrutiva de reprodução, uma crítica radical ao Estado torna-se necessária, visto que este, “na sua composição de base material antagônica do capital não pode fazer outra coisa senão proteger a ordem sociometabólica estabelecida para defendê-la a todo o custo, independente dos perigos para o futuro da sobrevivência da humanidade. Essa determinação representa um obstáculo do tamanho de uma montanha que não pode ser ignorada ao tentar a transformação positiva tão necessária de nossas condições de existência. Pois, sob as circunstâncias que se desdobram da crise estrutural irreversível do capital, o Estado se afirma e se impõe como a montanha que devemos escalar e conquistar”. Sendo assim, Mészáros afirma que, o sistema do capital possui três pilares interligados fundamentais: o capital, o trabalho e o Estado, as relações que envolvem essa combinação são importantes para tornar “inteligíveis as funções legitimadoras do Estado no sistema do capital”. Portanto, “a questão fundamental, em seus termos materiais de referência, é que a expropriação e a apropriação alienada do *trabalho excedente enquanto tal*, e não apenas esta ou aquela forma particular disso, e em termos da estrutura do comando político geral das determinações regulatórias alienadas de hoje, *o Estado enquanto tal*. Ambos *permanecem ou caem juntos*. O tempo disponível da humanidade não pode ser liberado sem isso. Essa é a montanha que *devemos* escalar e conquistar” (MÉSZÁROS, 2015, p. 28-29 e p. 103, grifos do autor).

Analisando os limites absolutos do capital³⁷ à sombra de sua incontrollabilidade, Mészáros enfatiza que a natureza do relacionamento entre capital e trabalho “é a manifestação tangível da hierarquia estrutural insuperável e da desigualdade substantiva”, a perpetuação da injustiça fundamental (MÉSZÁROS, 2002b, p. 306). Sendo assim, as ações movidas pelo capital para garantir sua valorização desconsideram as necessidades do trabalhador. Pelo contrário, ao se estabelecer tais ações para garantia de sua reprodução ampliada, percebe-se que o sentido de igualdade está mais acentuado pela desigualdade substantiva, pois no seu atual estágio de desenvolvimento, é evidente o aumento do nível de pobreza e a negação de venda da força de trabalho para milhões de pessoas espalhadas pelo mundo:

na realidade até na parte mais privilegiada do sistema do capital o desemprego em massa, a mais grave das doenças sociais, assumiu proporções crônicas, sem que a tendência de piorar tenha algum fim à vista [...]. O remédio para dar seguimento às deficiências e “disfunções” devidas ao desemprego crônico em todos os países sob o domínio do capital, em rigorosa conformidade aos parâmetros causais do sistema do capital, é visto em termos de “maior disciplina do trabalho” e “maior eficiência”, resultando de fato na redução dos níveis salariais, na crescente precarização da força de trabalho até nos países capitalistas avançados e no aumento generalizado do desemprego. (MÉSZÁROS, 2002, p. 225, grifos do autor).

Neste sentido, a ofensiva do capital sobre o trabalho sob os efeitos da crise estrutural atinge de forma perversa a classe trabalhadora. Nas ocorrências de crise estrutural, esta enfrenta não apenas a ampliação das horas de trabalho dedicadas ao capitalista ou a perda de direitos trabalhistas e baixos salários; em momentos como esses, o trabalho vivo é negado pelos verdadeiros produtores de mais-valor, materializando uma asfixia necessária.

Os limites absolutos, cuja manifestação surge sob a forma do desemprego estrutural, revelam que a lei da acumulação capitalista asfixia os verdadeiros produtores de mais-valor. Ou seja, a diminuição do trabalho necessário ampliando a

³⁷ A ativação dos limites absolutos se caracteriza por diferentes formas segundo Mészáros, porém aqueles estão interligados e representam um amplo conjunto de contradições que não podem ser analisadas isoladamente. O antagonismo estrutural entre o capital global e os Estados nacionais, a degradação das condições ambientais, a luta pela emancipação das mulheres e o agravamento do desemprego crônico são a princípio estabelecidos como a ativação dos limites absolutos, materializada pela intensificação das contradições pela sua forma irracional e destrutiva de reprodução.

camada dos sem trabalho, e o aumento no nível de exploração tendem a intensificar as contradições do sistema sociometabólico do capital. No próximo ponto, buscaremos compreender como se estabelece esta ofensiva do capital sobre o trabalho, tecendo algumas considerações acerca dos efeitos da reestruturação produtiva que altera sobremodo a forma de exploração de mais-valor. Pretendemos também compreender como o desemprego estrutural é uma tendência cada vez mais presente nas formas de produção do sistema capitalista em plena crise estrutural.

4.2 Os efeitos do desemprego estrutural sob a crise estrutural

O capitalismo contemporâneo apresenta características importantes nas relações contraditórias inerentes à sua reprodução no que se refere às formas de exploração do trabalho. Considerando que capital é trabalho acumulado e que as mediações que perpassam as suas determinações a fim de gerar valor são caracterizadas pelos processos de exploração da força de trabalho, ainda que haja, no atual desenvolvimento das forças produtivas, uma tendência em tornar essa força de trabalho mais supérflua, é perceptível a necessidade de o capital de trabalho vivo, promover uma asfixia sobre os trabalhadores.

Observa-se que a produtividade alcançada pelo sistema produtivo impele o capital a negar que homens e mulheres tenham ao menos condições de vender sua força de trabalho. A tendência do desemprego é crescente; os trabalhadores são submetidos aos caminhos da incerteza do labor, tornando-se andarilhos a fim de buscar caminhos possíveis de venda da sua força de trabalho.

Porém, não se pode perder de vista que as contradições que emanam do capitalismo em relação à exploração da força de trabalho, revelam-se no quadro cada vez mais acentuado de exploração; se por um lado ele nega uma quantidade cada vez maior de trabalhadores de vender sua força de trabalho pelo mundo, por outro, ele acentua os níveis de exploração daqueles que estão empregados. Casos de trabalho escravo no Brasil, por exemplo, ou mesmo nos grandes centros do capitalismo contemporâneo (China, Japão, entre outros), é uma realidade cada vez mais presente; sem deixar de considerar que em plena reprodução auto-ampliada, o

capital alarga a apropriação das relações de trabalho não-capitalista no campo³⁸ ou ainda força os camponeses, a partir da mobilidade do trabalho, terem que vender sua força de trabalho, como garantia de permanência na terra.

Para o sistema sociometabólico do capital, o desemprego crônico, uma das contradições dos limites absolutos deste sistema, traz consequências perversas para a classe trabalhadora. A partir do início da sua crise estrutural, os antagonismos envolvidos na relação capital e trabalho tendem a se acirrar e a provocar efeitos diversos sobre a classe trabalhadora, desde o aumento do processo de expropriação, seguido de maior exploração do trabalho, ampliação dos movimentos migratórios pelo mundo (representando uma mobilidade acentuada), desvalorização da força de trabalho, perdas de direitos trabalhistas, entre outros.

Na obra *Condição Pós-Moderna*, David Harvey aborda a denominada acumulação flexível (representada nas formas flexíveis de trabalho). Marcada pelo confronto direto com o regime fordista de acumulação prevalecente durante o século XX, a acumulação flexível representa o surgimento de setores produtivos inteiramente novos. Processos como a financeirização da economia, a busca de novos mercados, inovações tecnológicas, dentre outros, marcam o novo regime de acumulação. Tais mudanças têm provocado um acentuado controle do trabalho e evidenciado uma alta taxa de desemprego estrutural, além de significarem grandes perdas de direitos trabalhistas “conquistados” no período fordista de produção. O mercado de trabalho sofre, portanto, uma radical reestruturação:

os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desemprego ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, [...]. Mais importante do que isso é a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. (HARVEY, 1992, p. 143).

Para o mesmo autor, sob os efeitos da crise, a reestruturação econômica e o reajuste social e político no sistema capitalista, além de terem alterado o sistema produtivo representando um trabalho mais flexível, o novo processo de acumulação “envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre

³⁸ Os trabalhos do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira sobre o campo brasileiro reflete as várias formas de apropriação do capital do trabalho camponês, partindo do princípio de que, o mesmo, é parte constituinte das necessidades de reprodução do sistema capitalista, “produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital”. Para o mesmo, “a expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente à sua reprodução”. (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

setores como entre regiões geográficas”, criando empregos no setor de serviços, “bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas”. Tais alterações implicam no maior controle do trabalho, evidenciando níveis altos de desemprego “estrutural” (HARVEY, 2008, p. 36):

esses poderes, aumentados de flexibilidade e mobilidade, permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida por dois surtos selvagens de deflação, força que viu o desemprego aumentar nos países capitalistas avançados (salvo, talvez, o Japão) para níveis sem precedentes no pós-guerra. O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” [...], rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais [...] e o retrocesso do poder sindical – umas das colunas políticas do regime fordista. (HARVEY, 2008, p. 36-41, grifo do autor).

O autor considera o processo de acumulação flexível como podendo ser explicado a partir de três características essenciais no modo de produção capitalista: é orientado para o crescimento; é apoiado na exploração do trabalho vivo; e é, por necessidade, tecnológico e organizacionalmente dinâmico.³⁹

Compreendendo que as modificações do sistema sociometabólico do capital se apresentarão de forma cada vez mais mundializada, conforme Alves, a reestruturação capitalista resultante dos efeitos da crise estrutural surge no interior da Revolução Industrial, impulsionada pela revolução tecnológica da microeletrônica, das redes telemáticas, informacionais e, sobretudo, pela mundialização do capital e do sócio metabolismo da barbárie com a constituição do precário mundo do trabalho. Para o autor,

no século XX, a reestruturação produtiva do capital foi marcada pelas inovações fordistas-tayloristas. Foi um longo processo de mutações sócio-organizacionais e tecnológicas que alteraram a morfologia da produção de mercadorias em vários setores da indústria e dos serviços. Fordismo e taylorismo foram as principais ideologias orgânicas da produção capitalista no século XX, tornando-se “modelos produtivos” do processo de racionalização do trabalho capitalista no século passado [...]. O que surge hoje, com o novo complexo de reestruturação produtiva, o *taylorismo*, é tão somente mais um elemento compositivo do longo processo de racionalização da produção capitalista e de manipulação do trabalho vivo que teve

³⁹ (HARVEY, 2008, p. 163-169).

origem com o fordismo-taylorismo. (ALVEZ, 2007, p. 155, grifos do autor).

Segundo Antunes, as alterações nas formas de produção de mercadorias trouxeram várias repercussões no interior do mundo do trabalho. O sistema fordista, tornado o modelo necessário para o desenvolvimento do sistema capitalista do século XX, é entendido como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho se consolidaram:

[...] cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista, pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. (ANTUNES, 2008, p 24-25).

Antunes observa que os efeitos da crise estrutural do capital – fortalecido, sobretudo, nos anos 1970 – demandaram ao sistema capitalista um amplo processo de reestruturação a fim de recuperar seu ciclo produtivo. Esse marco se efetiva com a transição do padrão taylorista e fordista – baseado no trabalho parcelar, fragmentado, o qual reduzia o operário a agir mecânica e repetitivamente no ambiente da fábrica – adotado para as novas formas de acumulação flexibilizada:

o capital deflagrou então várias transformações no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de acumulação flexível, do *downsizing*, das formas de acumulação, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo-fordismo, em que se destacam especialmente o “toyotismo” ou modelo japonês. Essas transformações da própria concorrência intercapitalista (num momento de crises e disputas intensificadas entre os grandes grupos transnacionais e monopolistas) e, por outro lado, da própria necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do trabalho, acabaram por suscitar a resposta do capital à sua crise estrutural. (ANTUNES, 2009, p. 49-50, grifos do autor).

Em discussões mais recentes, Antunes avalia que o padrão de acumulação flexível articula elementos de continuidade e descontinuidade que materializar algo relativamente novo e bastante distinto do padrão taylorista/fordista de acumulação. Para o autor, aquele se fundamenta em um padrão produtivo organizacional próprio da experiência japonesa do pós-guerra, associando-se ao avanço tecnológico,

resultado da introdução de “técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada de computadores no processo produtivo e de serviços”. Para Antunes, este processo

desenvolve-se numa estrutura produtiva mais flexível, através da desconcentração produtiva, das redes de subcontratação (empresas terceirizadas), do trabalho em equipe, do salário flexível, das “células de produção”, dos “times de trabalho” e dos grupos “semiautônomos”, além de exercitar, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores. O “trabalho polivalente”, “multifuncional”, “qualificado”, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho. Mais recentemente, as práticas das “metas”, das “competências” dos “colaboradores” tornaram-se a regra no ideário empresarial. (ANTUNES & DRUCK, 2014, p. 14, grifos dos autores).

De acordo com Alves, é preciso compreender que o momento predominante do processo de reestruturação produtiva baseado no sistema de produção da Toyota, cujo principal aspecto é articular a continuidade da racionalização do trabalho – intrínseca ao taylorismo e ao fordismo – com as novas necessidades do processo de acumulação do sistema capitalista assumiu um valor universal para o capital em processo, tendo em vista as próprias exigências do capitalismo mundial, das novas condições de concorrência e de valorização do capital surgidas a partir da crise capitalista dos anos 70. O autor considera o toyotismo como a forma mais radical e interessante de experiência de organização social da produção de mercadorias sob a era da mundialização do capital. Ela é adequada tanto às necessidades da acumulação do capital em época de crise como aos ajustes necessários à nova base técnica da produção capitalista, sendo capaz de desenvolver suas plenas potencialidades de flexibilidade e de manipulação da subjetividade operária.

Para Chenais, apesar das grandes diferenças existentes entre os principais países capitalistas, os modelos americano e inglês enquanto eixos na desregulamentação e na “flexibilização” dos contratos de trabalho, vêm ganhando terreno regularmente. Cada passo dado na industrialização da automação contemporânea baseada nos microprocessadores foi uma oportunidade para destruir as formas anteriores de relações contratuais, e também dos meios inventados pelos operários, com base em técnicas de produção estabilizadas, para

resistir à exploração no local de trabalho. Chenaïs considera que o ideário da empresa enxuta, o modelo japonês de organização do trabalho, o sistema “toyotista” de terceirização e o “just-in-time” foram adotados mais rapidamente até mesmo no Japão. Tais alterações impõem aos assalariados o peso da precariedade contratual, combinado a níveis de salários bem inferiores (CHENAIS, 1996, p. 35).

Na obra *Os sentidos do trabalho*, Antunes aponta que o sistema industrial japonês, a partir dos anos 70, teve grande impacto no mundo ocidental quando se mostrou aos países avançados como uma opção possível para a superação capitalista da crise. Tal sistema organizacional, seu avanço tecnológico, sua capacidade intensificada de extração do trabalho, a combinação de trabalho em equipe, o controle sindical, assim como os mecanismos de envolvimento eram vistos pelos capitais do ocidente como possibilidade de superação da crise de acumulação. Segundo Antunes, tais alterações no processo produtivo têm um efeito imediato no mundo do trabalho: na desregulamentação dos direitos do trabalho eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; no aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; na precarização e terceirização da força humana trabalhadora; na destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria (partnership), ou mesmo em um “sindicalismo de empresa” (ANTUNES, 2009, p. 55-56).

Sendo assim, torna-se evidente que as formas organizacionais do trabalho no modelo de produção toyotista provocam maior intensificação da exploração do trabalho. Ao refletir sobre o impacto das novas tecnologias na indústria brasileira, Carvalho (1987) nos auxilia na compreensão de como as alterações das tecnologias de base microeletrônica, ao passo que aumentam o controle do trabalho, intensificam seu ritmo, aumentando a subordinação. Há um maior aproveitamento da jornada de trabalho e o trabalhador tende a trabalhar mais intensamente. Para o autor, a adoção da nova tecnologia abriu a oportunidade de “introduzir certos mecanismos na organização da produção que aumentaram significativamente o controle técnico sobre o conteúdo, o ritmo e a intensidade do trabalho” (CARVALHO, 1987, p. 130).

Na interpretação de Antunes, “presencia-se neste sistema de produção de base toyotista uma reinauguração de um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta de extração da mais-

valia”. A expansão do trabalho *part-time* – como forma pela qual o capital se utiliza da divisão sexual do trabalho e do crescimento dos trabalhadores imigrantes, executantes de trabalhos desqualificados e frequentemente ilegais – abriga claros exemplos da enorme tendência à intensificação e exploração da força de trabalho no universo do toyotismo (ANTUNES, 2008, p. 58). Assim, enfatiza o autor:

a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista. [...] É bastante evidente a redução do trabalho vivo e ampliação do trabalho morto. Mas, exatamente porque o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores, ele deve aumentar a utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido. [...] O capital recorre cada vez mais às formas precarizadas e intensificadas de exploração do trabalho, que se tornam ainda mais fundamentais para a realização do seu ciclo reprodutivo num mundo onde a competitividade é a garantia de sobrevivência das empresas capitalistas. (ANTUNES, 2008, p. 119-120, grifo do autor).

No processo da reestruturação produtiva, as ações do próprio capital em situação de crise necessitam alterar sua forma de exploração do mais-valor como as vividas pelo capitalismo no pós-guerra. Intensificadas com a crise estrutural na década de 70, uma nova forma de explorar a força de trabalho se estabelece, porém os princípios são os mesmos, ainda que a capacidade do desenvolvimento das forças produtivas estabeleça novas necessidades de busca da extração do lucro como, por exemplo, os investimentos em tecnologia microeletrônica que ao invés de diminuir a exploração da força de trabalho, intensificaram a disponibilidade do trabalho ao capital.

Como afirma Menezes, “são alterações da dimensão produtiva-material, ideológica, política e cultural, mas que, para além da superficialidade, têm na intensificação da mais-valia seu fundamento estrutural”, ou seja, “uma nova/velha forma de manter a natureza contraditória do sistema metabólico do capital a partir da inserção de elementos de continuidade e descontinuidade com a própria acumulação fordista” (MENEZES, 2007, p. 70).

Analisando os processos de mobilidade do trabalho no novo padrão de acumulação capitalista, Souza aponta que na reestruturação produtiva do sistema capitalista, baseada no modelo de acumulação flexível, as relações de trabalho são caracterizadas pelo alto grau de precarização e degradação e, sobretudo, pelo

crescimento contínuo dos sujeitos supérfluos. Os trabalhadores do campo e da cidade tornam-se dentro do novo modelo de acumulação capitalista sujeitos disponíveis ao tempo da produção flexibilizada e mundializada, cada vez mais atendendo às necessidades do capital que os autoaliena e os torna cada vez mais móveis. Assim, reforça:

na lógica de usurpação do tempo livre, o capital traz consigo condições cada vez mais degradantes para os indivíduos que trabalham, com o aumento cada vez mais acentuado do exército de reserva. Apesar das contradições que esse fator traz para o processo de acumulação em tempo de crise estrutural do capital, a função dessa sobrepopulação garante níveis de exploração cada vez mais acentuados e uma ampliação do lucro capitalista; na condição de desempregados, os trabalhadores aceitam qualquer tipo de labor, tornando-se cada vez mais móveis a fim de garantir a exploração do seu tempo de vida para o capital. (SOUZA, 2011, p. 217).

É importante considerar, afirma Alves, que a condição da precarização do trabalho vivo é uma forma sempre predominante das sociedades burguesas. Materializado no trabalho assalariado desde o século XVI, o capitalismo moderno tem ampliado a precariedade social. A garantia de sua expansão significou a constituição ampliada de uma superpopulação relativa, totalmente à mercê da lógica do mercado. Nesse sentido, em face da crise estrutural do capital e dos efeitos do desemprego estrutural, a precariedade e a precarização do trabalho ampliam-se de forma exacerbada. O processo de precarização do trabalho que aparece como “neologismo da flexibilidade do trabalho, impõe-se não apenas por meio de alto grau de extração de sobretrabalho de contingentes operários e empregados da produção social”, mas também por meio do crescente contingente de trabalhadores desempregados supérfluos à produção capitalista (ALVEZ, 2007, p. 126).

A lógica do sistema capitalista em qualquer escala de tempo é degradar o tempo de vida significativo tanto dos indivíduos como da humanidade à tirania do imperativo do tempo reificado do capital. A degradação do tempo histórico significativo dos indivíduos é apropriada pelo processo de reprodução do capital sem limites, pois o seu objetivo maior é a garantia de sua expansão, a exploração máxima do valor com base na exploração do trabalho. Nesse sentido, “um dos aspectos mais degradantes da ordem social do capital é reduzir os seres humanos à condição reificada, a fim de adequá-los aos estreitos limites da contabilidade do tempo do sistema” (MÉSZÁROS, 2007, p. 42).

Em *O desafio e o fardo do tempo histórico*, Mészáros afirma que a

cínica camuflagem das condições de trabalho deterioradas, independente do modo como são avidamente distorcidos na santidade “flexibilização”, pode esconder as sérias implicações desta tendência para o futuro da expansão e acumulação do capital. (MÉSZÁROS, 2007, p. 142).

Para Mészáros, “o drástico crescimento do desemprego nos países capitalisticamente avançados não é fenômeno recente”. Surge após duas décadas do pós-guerra e se intensifica com o assalto da crise estrutural (MÉSZÁROS, 2007, p. 142-143). Desse modo, esse processo de flexibilização, bem como a desregulamentação tendem à intensificação dos níveis de precarização da força de trabalho além de elaborações de políticas falsamente atraentes e progressistas, mas embutidas de pretensões antitrabalho. Assim afirma Mészáros:

os verdadeiros obstáculos confrontados pelo trabalho no presente e no futuro próximo podem ser resumidos em duas palavras: “flexibilidade” e “desregulamentação”. Dois dos estimados lemas das “personificações do capital” hoje, tanto no comércio quanto na política. Tais termos têm a intensão de soar bastante atraentes e progressistas. Na verdade, porém, incorporam as mais agressivas aspirações antitrabalho e políticas do neoliberalismo, que se alegam ser tão louváveis a todo ser racional quanto à maternidade ou uma torta de maçã. Pois, a “flexibilidade” com relação às práticas do trabalho – que devem ser facilitadas e aplicadas por meio de vários tipos de “desregulamentação” – equivale, na realidade, à implacável precarização da força de trabalho. (MÉSZÁROS, 2007, p. 148, grifos do autor).

É preciso observar que o capital, longe de considerar as condições humanas uma prioridade, impõe um crescente controle sobre a força de trabalho na atualidade histórica. Além disso, afirma Mészáros, por mais que haja possibilidades cada vez mais acentuadas de proporcionar à classe trabalhadora um menor tempo de dedicação ao trabalho, este tende a assumir uma postura destrutiva e desumanizadora diante dela, como por exemplo, “o repúdio às exigências básicas como educação, saúde, até a eliminação da fome e da desnutrição em todo o mundo” (MÉSZÁROS, 2007, p. 158).

Vasapollo aponta este processo quando analisa os efeitos da pobreza nas formas atuais de produção flexibilizada. Para ele, a nova condição de trabalho está sempre perdendo direitos e garantias sociais, convertendo-se tudo em precariedade, sem qualquer garantia de continuidade. O trabalhador acaba se encontrando em uma fronteira incerta entre ocupação e não ocupação. Assim,

nessa guerra de desgaste, a força de trabalho é deixada completamente desamparada, seja em relação ao próprio trabalho atual, para o qual não possui garantias, seja em relação ao futuro, seja em relação à renda, já que ninguém o assegura nos momentos de não ocupação. (VASAPOLLO, 2004, p. 24).

Apontando os dados dos níveis da pobreza e as formas degradantes de trabalho, o mesmo autor menciona como se configura a pobreza típica e o trabalho atípico no capitalismo contemporâneo. Para ele, tal modelo de produção “se assenta cada vez mais produzindo riqueza que se difunde em pele de leopardo e se caracteriza pelo desaparecimento da estabilidade do trabalho e da segurança econômica” (VASAPOLLO, 2004, p. 25 e p. 42). Vasapollo enfatiza que,

tudo isso se soma – e não substitui – às velhas formas de pobreza. Os dados oficiais continuam a assinalar que no “sul do mundo, são mais de 100 milhões as crianças que vivem nas ruas, são mais de 250 milhões de meninos que trabalham, mais de 300 milhões de meninos que são militares e mais um milhão de mulheres jovens que são obrigadas a se prostituir. E esses dados não consideram o “sul profundo”, onde qualquer estimativa é impossível. É suficiente lembrar apenas que 80% da população do mundo vive no Terceiro Mundo e tem à sua disposição menos de 20% da riqueza mundial e que, a cada ano, mais de 14 milhões de meninos morrem antes de chegar aos 15 anos de idade. Para se ter uma ideia do problema da pobreza, é suficiente pensar que, em 2001, mais 1,2 bilhão de pessoas não dispunham sequer de um dólar por dia para satisfazer suas necessidades básicas (45% da população da África Sub-Saariana, 40% da população da Ásia e 16% da população da América Latina vivem com menos de um dólar/dia). E é sempre importante lembrar que uma sétima parte da população mundial possui quatro quintos da riqueza, consome 70% da energia global e 85% da madeira do planeta. (VASAPOLLO, 2004, p. 25).

Como aponta Menezes, não há mais como separar produção destrutiva da produção do capital. Os efeitos da “globalização” como condição de desenvolvimento tem se apresentado como o seu contrário, se materializando em uma “globalização da miséria e da pobreza”.

A promessa do desenvolvimento social e pleno, tão propalado nos tempos do fordismo-taylorismo como forma de legitimação da ordem sociometabólica do capital, não só foi abandonada pelos seus próprios formuladores como também passou a ser uma utopia impossível para a sociedade atual, afundada na incerteza da crise. Um desenvolvimento que só chegou a um punhado de países centrais da economia capitalista, ainda que para isso todo o mundo subdesenvolvido tenha pagado o seu preço com fome, miséria e

trabalho. A miséria dos trabalhadores revelou-se um verdadeiro par dialético da riqueza dos “padrões globais” (MENEZES, 2007, p. 19).

Em Marx, podemos perceber que o capital põe a própria produção de riqueza como pressuposto de sua reprodução e, conseqüentemente, o desenvolvimento das forças produtivas como revolução dos seus pressupostos. Dessa forma, a ativação dos seus limites paira também sobre este aspecto, uma vez que todo desenvolvimento ocorre de forma contraditória e o aprimoramento das forças produtivas, da riqueza universal, do conhecimento

aparece de tal forma que o próprio indivíduo que trabalha se aliena (*entaüssert*); se relaciona às condições elaboradas a partir dele, não como suas próprias condições, mas como condições de uma riqueza alheia e de sua própria pobreza. (MARX, 2011, p. 447).

Assim, para Menezes, a história do capitalismo e sua forma de existência destinam o sujeito trabalhador sempre para o caminho da pobreza e da miséria. O abismo estrutural da miséria é a própria condição da realização do capital; somente como miserável e alienado que se realiza a subordinação do trabalhador ao mercado e ao seu patrão. O trabalho torna-se subordinado ao capital, e ao mesmo tempo “a ativação extrema da pobreza, pelo processo da desrealização do trabalho, pode representar e ser a evidência de que o capital está com seu sistema valorativo em crise” (MENEZES, 2007, p. 123).

Como afirma Conceição, “o limite da produção capitalista é o próprio capital; a sua valorização é sua partida e meta, motivo e fim da produção para intensificação do lucro. Para conseguir seus fins tudo lhe é permissível: a expropriação e a miséria dos trabalhadores”. Não havendo, portanto, limites de expropriação para extração do mais valor, mantendo assim seu caráter cada vez mais destrutivo (CONCEIÇÃO, 2014, p. 2).

Ainda para autora, o crescente desemprego atual favorece a expropriação intensiva da exploração sobre o trabalho (exploração infantil, trabalho escravo, jornada de trabalho excessiva, baixos salários). Para Conceição, a taxa mundial nesta faixa etária atingiu 13% no ano de 2013, mais do que o dobro da média global de 6%, que inclui todas as idades. O número de novos desempregados aumentou em cinco milhões no mundo, totalizando 202 milhões de pessoas sem emprego (CONCEIÇÃO, 2014, p. 8).

Já no Brasil, os dados do desemprego recentemente divulgados pelo IBGE apontam que o desemprego alcança atualmente 12,6% dos brasileiros. O número de desocupados, definidos como desempregados em busca de oportunidade chegou a 12,9 milhões. Os efeitos do desemprego segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) atingiram mais as mulheres do que os homens, apresentando taxa de ocupação de 13,8%, enquanto a de homens foi de 10,7%. No total de desempregados em busca de oportunidade, a maioria é de mulheres, somando 50,3%. Dentre as faixas etárias, os mais jovens são os mais afetados pelo desemprego, tendo a desocupação entre os jovens de 18 a 24 anos alcançado 25%

⁴⁰.

Na realidade estudada, com os trabalhadores entrevistados o desemprego atinge, sobretudo, os jovens entre 15 e 35 anos, apresentando uma taxa de 64%. Verificou-se também que a taxa de desemprego atinge mais o universo feminino apresentando um total de 70% (gráfico 1). A tabela 1 mostra as variáveis da taxa de desocupação em relação ao sexo nas principais capitais do país entre os anos de 2006 a 2016. Observa-se que nos últimos anos o desemprego tende a atingir mais acentuadamente as mulheres do que os homens. De acordo com os dados, as principais capitais que apresentaram níveis maiores de desocupação entre as mulheres foram, respectivamente, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador.

Segundo Antunes, uma das transformações no mundo do trabalho sob o efeito do desemprego estrutural é a crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário. Para ele, há uma

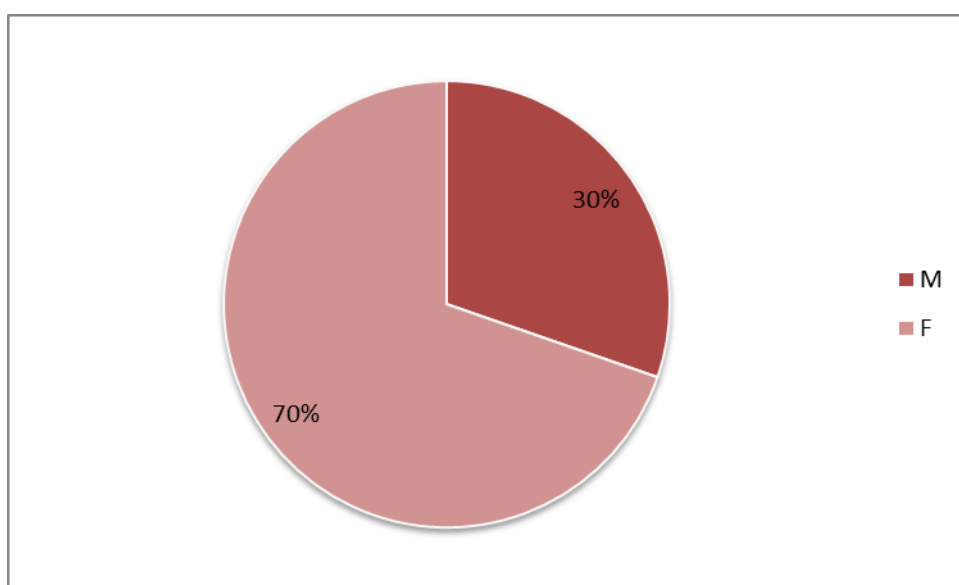
processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operário industrial e fabril; e por outro aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. (ANTUNES, 2008, p. 47).

Hirata (2002) esclarecerá como a nova divisão sexual do trabalho sob os efeitos da transição de produção fordista para o taylorismo evidencia um número maior de mulheres exercendo “trabalho vulneráveis, precários, mal-remuneradas e não valorizados socialmente”. A autora afirma que em relação ao aumento do

⁴⁰ VETORAZZO, Lucas. Desemprego vai a 12,6% no trimestre, maior índice desde 2012. **Folha de São Paulo**, São Paulo, fev. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/02/1861641-desemprego-vai-a-126-no-trimestre-maior-indice-desde-2012.shtml>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

trabalho feminino nos últimos trinta anos, é pouco significativo o número de mulheres que executam trabalhos na categoria de executivas ou profissões que demandem um grau superior (HIRATA, 2002, p. 24). Esta tendência da nova divisão do trabalho representa uma posição hierárquica desigual em vários setores da produção, estabelecendo salários, condições de trabalho e direitos também desiguais⁴¹.

Gráfico 1- Números de trabalhadores desempregados em relação ao sexo (Itabuna e Ilhéus-BA).



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

⁴¹ Em artigo sobre a precarização do trabalho, Hirata considera, além dos efeitos das desigualdades entre homens e mulheres, os níveis de precarização do trabalho os quais, para a autora, nos últimos anos atingem mais as mulheres do que os homens, além de serem “majoritárias no desemprego oculto pelo desalento”. Em suas pesquisas foi constatado que “atualmente as mulheres constituem a minoria na classe fabril; em contrapartida, constituem a maioria no comércio e nos serviços”. Assim, para Hirata, “a precarização do trabalho que atinge a categoria dos trabalhadores do terciário deve ser correlacionada à sua composição sexuada”. Os indicadores apontam que “há uma marcada divisão sexual da precariedade do trabalho, visto que as mulheres são mais numerosas do que os homens tanto no trabalho informal quanto no trabalho de tempo parcial, com um número inferior de horas trabalhadas e também de níveis mais baixos na escala de qualificação formal” (HIRATA, 2011, p. 17).

Tabela 1- Taxa de desocupação no Brasil entre os anos de 2006 e 2016.

Pessoas com 10 anos ou mais de idade, total e por sexo que estiveram desocupadas nas Regiões Metropolitanas - Brasil - 2006/2016												
Região Metropolitana e Total das áreas	Sexo	Mês										
		mar/06	mar/07	mar/08	mar/09	mar/10	mar/11	mar/12	mar/13	mar/14	mar/15	fev/16
Recife - PE	Total	252	179	142	159	128	123	102	117	91	138	175
	Homens	115	81	67	76	56	53	46	51	40	67	90
	Mulheres	137	98	75	83	72	70	57	66	50	71	85
Salvador - BA	Total	228	246	221	211	206	189	147	125	171	231	237
	Homens	97	101	83	88	83	70	57	47	65	99	107
	Mulheres	131	145	138	124	123	118	90	78	106	132	131
Belo Horizonte - MG	Total	211	205	175	160	162	138	136	120	91	121	176
	Homens	101	83	77	71	68	57	56	54	43	56	86
	Mulheres	110	122	98	90	93	81	80	66	48	65	90
Rio de Janeiro - RJ	Total	465	403	373	383	364	284	349	281	202	280	297
	Homens	205	174	146	160	126	115	144	105	73	123	138
	Mulheres	260	229	228	223	238	169	205	177	130	157	160
São Paulo - SP	Total	1.012	1.141	950	1.097	855	740	698	686	626	648	1.001
	Homens	462	540	410	492	375	318	314	321	273	297	473
	Mulheres	550	600	539	605	480	422	383	365	352	351	528
Porto Alegre - RS	Total	152	152	131	121	115	100	107	82	63	106	129
	Homens	68	60	50	51	50	42	49	35	27	54	60
	Mulheres	84	92	81	71	65	59	58	47	36	52	69
Total das áreas	Total	2.320	2.326	1.992	2.133	1.830	1.574	1.539	1.411	1.244	1.523	2.015
	Homens	1.048	1.039	833	937	759	655	665	612	522	695	954
	Mulheres	1.272	1.287	1.160	1.196	1.071	919	873	799	723	829	1.061
Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego												
NOTAS:												
1) Período de referência de 30 dias para procura de trabalho.												
2) O Coeficiente de Variação calculado para cada uma das células das tabelas apresentadas dão uma medida da precisão dos valores. Esses coeficientes têm valores que variam a partir de zero, quando a estimativa coincide com o valor conhecido, aumentando quando o nível de												

Fonte: IBGE, 2016.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), a evolução da taxa de desemprego no Brasil entre os anos de 2012 a 2015 seguiu o ano de 2015 em alta, fechando o último trimestre em 8,96% (Tabela 2). Pondera-se que a intensificação dos índices de desemprego no país desde 2012 não sofria uma alta tão significativa, embora seja preciso considerar que os dados oficiais podem ser facilmente manipulados. É preciso considerar também que as variáveis utilizadas pela maioria dos institutos de pesquisa do país não abrangem a realidade das condições de trabalho em sua totalidade.

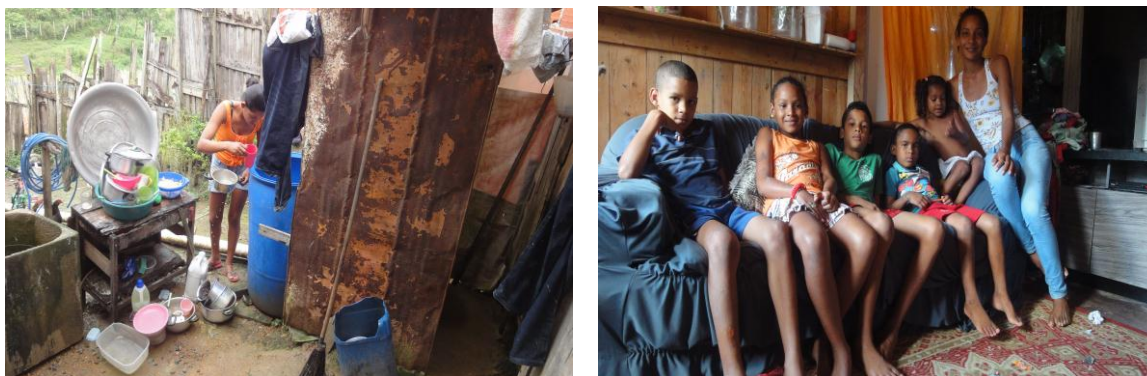
Tabela 2- Evolução da Taxa de desemprego no Brasil entre 2012/2015

Evolução da taxa de desemprego - Brasil - 2012/2015

Ano	Trimestre (%)			
	1º	2º	3º	4º
2012	7,95	7,52	7,07	6,86
2013	7,94	7,43	6,94	6,19
2014	7,17	6,85	6,77	6,5
2015	7,98	8,31	8,88	8,96

Fonte: IPEA, 2016.**Organização:** Souza, 2016.

Por outro lado, o desemprego como mola mestra do sistema capitalista apresenta-se como mero dado quantitativo; se oculta mais a realidade do que de fato a revela. Os trabalhadores que vivenciam o desemprego na atualidade são cada vez mais “supérfluos” e descartáveis para o capital. Na realidade estudada, por exemplo, foi possível observar, como os trabalhadores entrevistadas em sua maioria vivenciam os efeitos do desemprego; a pobreza e a miséria se revela como barbárie social, e aqueles despossuídos da possibilidade de se reproduzirem vivem uma cidade cada vez mais apartada das suas necessidades imediatas (Figura 2).

Figura 2: Famílias que residem no Bairro Fernando Gomes – Itabuna/BA**Fonte:** pesquisa de campo 2015.

Ao analisar os efeitos do “desemprego estrutural” como ativação dos limites absolutos do capital, Menezes aponta como o mesmo se apresenta como uma evidência central da crise, sendo, portanto, “o limite da reversão histórica rumo ao

processo de desvalorização do capital e da própria produção de valor” Para o mesmo, “os sujeitos do mundo do trabalho desrealizados dos territórios do capital” é uma característica da produção flexibilizada e toyotizada. Se por um lado, a mundialização via financeirização se concretiza em poucos “territórios desenvolvidos”, por outro, desenvolve-se um “mar de territórios, onde os limites produtivos do capital, importado via mercado mundializado, concretizam-se pelo uso subumano do trabalho que se tornou excedente e “supérfluo” (MENEZES, 2008, p. 164 e 169). Enfatiza que:

O que existe por trás do desemprego é, estruturalmente, esta condição insuperável do ponto de vista das mediações do capital: manter seu sistema produtivo pela constante produção e reprodução de “trabalhadores sem propriedade”. O desemprego não é somente a clara evidência de que o capitalismo é limitado quanto ao uso da capacidade social e total do trabalho, mais é também a condição da realização do próprio sistema acumulativo do capital. (MENEZES, 2008, p. 172).

Portanto, entre os limites absolutos do sistema do capital, o desemprego crônico é um conjunto de forças mais explosivo. De acordo com Paniago, ao considerar os efeitos do desemprego, Mészáros lembra que nem sempre o desemprego constituiu uma ameaça ao saudável funcionamento do sistema do capital. Este se manteve sempre como ameaça latente, sustentando-se até que fosse garantida a dinâmica da expansão e a acumulação rentável, “sendo que o exército de reserva da força de trabalho cumpriu um papel até benéfico e necessário à manutenção da tendência de crescimento do capital”. Porém, segundo a autora, “o problema assume uma dimensão bem mais incontornável quando a fase de ascendência histórica do capital se esgota e a acumulação enfrenta dificuldades crescentes para a realização de seus objetivos expansionistas” (PANIAGO, 2012, p. 64 - 65).

Ainda conforme Paniago, em artigo a respeito da crise estrutural e seus efeitos sobre a classe trabalhadora, a mesma afirma que os dados recentes neste quadro de crise estrutural são desanimadores:

depois de um período de expansão de consumo incluindo parcela significativa dos trabalhadores, o que poderia, de acordo com a crença democrática, ter levado a avanços crescentes do trabalho em relação ao capital e a uma maior participação nos postos de comando políticos do sistema da democracia burguesa, o que temos é uma distribuição crescente da pobreza e da miséria pelo resto do mundo, a migração de trabalhadores precarizados da periferia para o

centro do capitalismo, a redução dos salários daqueles empregados gerando uma gama de “homens pobres porque trabalham”, a perda dos direitos sociais, a concentração da renda e do capital, o desemprego crônico, a destruição da natureza, a eliminação de populações supérfluas (excedentes) para o capital, etc. (PANIAGO, 2012, p. 7, grifo da autora).

Sendo assim, “o capitalismo avançado” mostra seus limites na medida em que, mesmo nos países mais avançados a possibilidade de atenuação dos efeitos do desemprego crônico é cada vez mais insignificante. Países como Estados Unidos, China, Alemanha, Japão, França, entre outros vivem os efeitos do desemprego crônico sem proporcionar o tão propagandeado pleno emprego. Ainda que sejam dados oficiais, é perceptível como a taxa de desemprego dos principais países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tende a aumentar nos últimos anos, intensificada desde a crise de 2008. A taxa de desemprego apresentou 6,5 % no total dos países que compõem a organização no ano de 2016, o que equivale a 39 milhões de desempregados. Entre os 34 países membros que apresentaram taxas de desemprego mais elevadas, encontra-se Grécia (25,7%), Espanha (23,1%) e Portugal (13,1%) como mostra a Tabela 3.

Tabela 3- Taxa de desemprego dos países que compõem a OCDE – 2012/2015

Taxa de desemprego dos países que compõem a OCDE - 2012/2015				
Países da OCDE	2012	2013	2014	2015
Alemanha	5.4	5.2	5.0	4.8
Austrália	5.3	5.8	6.2	6.2
Áustria	5.0	5.5	5.7	5.6
Bélgica	8.2	8.5	8.5	8.6
Brasil	5.4	5.1	5.0	5.7
Canadá	7.3	7.1	6.7	6.8
Chile	6.5	6.1	6.5	6.2
Coreia	3.1	3.1	3.6	3.6
Dinamarca	7.2	6.9	6.4	6.3
Eslováquia	14.3	14.2	12.6	12.1
Eslovênia	9.6	9.7	9.6	9.1
Espanha	25.8	25.8	23.8	23.1
Estados Unidos	7.8	6.9	5.7	5.5
Estônia	9.3	8.9	6.4	6.3
Finlândia	7.6	8.4	9.1	9.1

França	9.8	9.8	10.5	10.3
Grécia	26.1	27.7	26.0	25.7
Hungria	10.9	9.3	7.3	7.4
Irlanda	14.2	12.2	10.3	10.0
Islândia	5.4	5.1	4.6	4.2
Israel	7.0	5.6	5.7	5.4
Itália	11.2	12.2	12.8	12.2
Japão	4.2	3.9	3.5	3.5
Letônia	14.0	11.3	10.3	10.1
Luxemburgo	5.0	6.1	5.5	7.3
México	5.0	4.8	4.6	4.4
Noruega	3.4	3.4	3.7	4.1
Nova Zelândia	6.2	5.6	5.5	5.4
OCDE - Total	8.0	7.7	7.1	7.0
Países Baixos	6.3	7.7	7.2	7.0
Polônia	10.4	10.0	8.3	8.0
Portugal	16.8	15.3	13.4	13.1
Reino Unido	7.7	7.1	5.6	5.4
República Tcheca	7.2	6.7	5.8	5.7
Suécia	8.2	8.0	7.9	7.7
Suíça	4.4	4.1	4.1	4.4
Turquia	8.3	8.8	10.5	10.2

Fonte: OCDE, 2016. Taxa de desemprego 2012, 2013, 2014 e 2015.

Para Mészáros, os problemas em relação ao desemprego crônico em muitos desses países são cada vez mais grave sem qualquer solução no horizonte. As obrigações mínimas, negadas à classe trabalhadora, deixam-na propensa, segundo o autor, a “produzir dinamite social dentro da estrutura do sistema do capital”. Assim ele, afirma que:

neste sentido, considerado em si mesmo, o desemprego sempre crescente mina a estabilidade social, trazendo consigo o que até os círculos oficiais reconhecem ser “consequências indesejáveis”, depois de muitos anos de negar que as tendências negativas de desenvolvimento denunciadas tivessem algo a ver com o câncer social que é o desemprego crônico. Elas vão desde uma taxa de criminalidade crescente (especialmente entre os jovens), até denúncias violentas de agravos econômicos e formas de ação direta (por exemplo, a revolta de massa contra um “imposto de pedágio” que foi a causa da queda da primeira-ministra Margaret Thatcher na Inglaterra), trazendo o perigo de graves agitações sociais. (MÉSZÁROS, 2002b, p. 343, grifos do autor).

De acordo com Menezes, tanto os efeitos do desemprego e, mais precisamente, os sujeitos do mundo do trabalho desrealizados⁴² nos territórios do capital, “aparecem como a grande característica dos tempos de produção flexibilizada e toyotizada”. Tal tendência leva à procura desenfreada do capital rumo ao “trabalho desefetivado e miserável”. Os efeitos da mundialização via financeirização promovem “a emergência de um específico e seletivo número de ‘territórios desenvolvidos’” ao lado de “um mar de territórios onde os limites produtivos do capital intensificam o uso subumano do trabalho que se tornou excedente e “supérfluo”” (MENEZES, 2007, p. 169, grifo do autor). Para Menezes, na tendência do aumento dos supérfluos, “o capital tende também a tornar “supérfluo” o trabalho, exatamente sua fonte de valor”:

o que aparece na racionalidade produtiva, dispensar trabalho pelo imperativo do “cortar custos” é na sua essência uma “irracionalidade destrutiva”. Do ponto de vista da produção da riqueza social, o capital aparece como o mais poderoso sistema limitante do desenvolvimento livre do trabalho humano. Seja na tecnologia, na ciência, na filosofia ou nas artes, no desenvolvimento da produção humana em si, tudo tem que representar a possibilidade do “ser lucrativo”. O que não pode ser absorvido pelo mercado, não pode ser transformado em mais dinheiro, torna-se “supérfluo”. (MENEZES, 2007, p. 175, grifos do autor).

Para Menezes, “do ponto de vista do trabalho, o que existe subjacente ao desemprego estrutural é a tendência de esgotamento da capacidade de o capital absorver a massa de trabalho e trabalhadores excedentes”, gerada tendencialmente devido ao desenvolvimento das forças produtivas. Portanto, seu aumento ocorre em razão do decréscimo do componente variável (força de trabalho). Assim, o sistema acumulativo do capital, o qual possibilita um aumento progressivo do capital constante em favor do capital variável é, contraditoriamente, um movimento de geração de emprego e de desemprego. O movimento que caracteriza o excedente de trabalho “na figura dos trabalhadores desempregados amontoados nos territórios onde a miséria é a imagem da paisagem é o verdadeiro pano de fundo da acumulação do capital”, é o mesmo que sustenta seu plano expansionista

⁴² Para o autor, o desenvolvimento das forças produtivas responsáveis pelas novas morfologias do (des)trabalho expressas por meio dos globais “descartáveis” e “supérfluos” torna-se a “expressão material e subjetiva da degradação do homem na realização de sua antítese: da transformação da condição natural de sujeito pensante carregado de história e sentimentos à sua condição desumana de ‘mercadoria sem valor’, supérfluo para os objetivos da produção voltado ao mercado” (MENEZES, 2007, p. 86).

contraditoriamente possibilitado “pelo próprio aumento da produtividade do trabalho” (MENEZES, 2007, p. 177-178).

Dessa forma, os limites absolutos do capital representados pelo desemprego estrutural provocam uma inevitável asfixia nos verdadeiros produtores da riqueza social. Como tendência da lei geral da acumulação, a diminuição do capital variável é uma inevitabilidade do processo de produção, assim como a ampliação dos “supérfluos”, estes cada vez mais submetidos à incerteza do labor, o que intensifica as formas de mobilidade do trabalho em tempo e espaços cada vez mais curtos. Por outro lado, as novas formas de exploração do trabalho também provocam uma asfixia sob o trabalho, quando se percebe uma ampliação dos níveis de exploração acompanhada de técnicas produtivas potencializadas para a produção de mercadoria.

Assim, percebe-se que na lógica destrutiva do capital, quanto mais se reproduz, se intensifica o processo de desumanidade em relação aos verdadeiros produtores de mais-valor, evidenciando uma concentração de riqueza ao lado de um aumento intenso da pobreza, seja nas áreas “subdesenvolvidas” ou nas principais potências desenvolvidas do globo. Isto significa que o tão sonhado “desenvolvimento” propagandeado pelos teóricos do capital e sua ideologia dominante está mais distante de ser socializado para toda a humanidade porquê, como afirma Menezes, “é somente pela necessidade do lucro que a produção da riqueza se realiza na desrealização e na miséria de seus reais produtores” (MENEZES, 2007, p. 143).

4.3 Quem garante a geração do mais-valor são os sujeitos reais da produção

Podemos assinalar que o desemprego crônico é uma tendência representativa do aprofundamento da crise estrutural do capital e, como afirma Mészáros, trata-se de uma tendência que intensifica a exploração dos “despossuídos”. Ele atinge os trabalhadores não-qualificados, mas também os que possuem qualificação; além de não estar restrita apenas aos ramos produtivos denominados “obsoletos”, porém as áreas mais desenvolvidas e modernizadas dos setores da produção capitalista (MÉSZÁROS, 2002b, p. 1005).

Uma das questões apontadas por diversos teóricos críticos da teoria do valor trabalho elaborada por Marx relaciona-se às formas de produção atuais do

capitalismo; nelas, o trabalho tende a perder sua centralidade. Eles advogam tal tendência, cada um à sua maneira, argumentando serem os fatores tecnológicos os responsáveis pela perda da importância do trabalho nos processos produtivos. Consideramos o contrário: o trabalho, mais do que nunca, segue como fundamento essencial da extração do lucro capitalista, atrelada a uma intensificação da extração do mais-valor nunca antes alcançado pelo sistema capitalista.

Como observado nas discussões que antecedem este capítulo, Marx já observava a tendência da valorização do capital, a diminuição do trabalho necessário na produção, o que não significa que o trabalho enquanto fonte da riqueza social deixou de ser importante ao longo do processo histórico do desenvolvimento capitalista. O autor é contundente quando menciona que tal tendência eleva as potencialidades de o capital gerar mais-valor, e, portanto, o aumento do sobretrabalho. Tal capacidade de intensificação do processo de valorização é possibilitada pelo desenvolvimento das forças produtivas as quais, longe de representar a diminuição da disponibilidade do trabalho ao capital, despendem maior força de trabalho para o capitalista ampliar seus lucros, seguido de maior desvalorização do trabalho, havendo assim maior produtividade do trabalho ao invés da sua eliminação⁴³.

Os teóricos que advogam a perda da centralidade do trabalho têm como um dos maiores representantes o sociólogo André Gorz⁴⁴. Para ele, os avanços tecnológicos apresentados pelo capitalismo neste século XX seriam o principal fator de supressão do trabalho abstrato como gerador de valor, assim como seriam os responsáveis pela ampliação do desemprego. Dessa maneira, a resolução dos

⁴³ Menezes afirma que “esta tendência se dá da seguinte forma: com o desenvolvimento da acumulação, cresce a capacidade do capital centralizar e se apropriar de um volume crescente de meios de produção e, conseqüentemente, da própria riqueza social produzida. Isso se dá paralelamente ao desenvolvimento da composição orgânica do capital: diminuição relativa da parte variável e o correspondente aumento da parte constante. O aumento da produtividade que se segue a essa dinâmica, a própria dinâmica da acumulação, representa o aumento da capacidade de apropriação do tempo de trabalho não pago, do mais-trabalho, da mais-valia. Assim, a mais-valia é o resultado da exploração do trabalho comandado pelo capital variável. Uma elevação da mais-valia significa que mais trabalho está sendo despendido por um momento ou menos valor de capital variável. Aumenta-se a mais-valia e diminui relativamente o capital variável. Uma quantidade crescente de trabalho é fornecida com menos trabalhadores e, assim sendo, mais trabalhadores se tornarão supérfluos” (MENEZES, 2007, p. 180).

⁴⁴ De acordo com Braga (1996), a defesa central dos trabalhos desenvolvidos por Gorz tem sido a problematização a respeito da abolição do trabalho. Tais efeitos repercutiriam em uma crise da sociedade do trabalho, tendendo a eliminar o trabalho humano como fonte última de toda a riqueza social, havendo uma superação da sociedade estruturada no valor trabalho, nas classes e suas lutas, na racionalidade econômica da lógica do capital, entre outros (BRAGA, 1996, p. 51).

problemas seria a “revolução tecnológica” a qual, ao possibilitar a diminuição do trabalho necessário – ou seja, a desnecessidade no processo de produção de trabalho abstrato – substituiria o trabalho na produção. O trabalhador se tornaria autônomo, responsável pelo seu tempo de trabalho, surgindo assim o não-trabalho, e, conseqüentemente, a não-classe⁴⁵.

Para Lessa, as teses de Gorz possuem inúmeros aspectos que confluem com o predomínio do debate acerca do trabalho e das classes sociais: o desaparecimento do proletariado no interior do assalariado, a esgarçada do sujeito revolucionário, a superação das teses marxianas, a revolução como processo cotidiano não mais centrado na superação da propriedade privada dos meios de produção, a afirmação da compatibilidade entre Estado e liberdade etc. Ainda para o autor,

tais aspectos, mais propriamente democrático-burgueses que revolucionários, possivelmente sejam em não pequena medida responsáveis pela repercussão de seu texto. E, possivelmente também devido a eles, frequentemente cala-se sobre algumas de suas maiores debilidades e inconsistências. (LESSA, 2011, p. 52-54).

Por fim, para Lessa, o texto de Gorz “não é capaz de sustentar consistentemente nem sua proposta de revolução (a superação do trabalho pela autonomia) nem de sujeitos revolucionários (a ‘nebulosa’ composta pela ‘não-classe’ dos ‘não trabalhadores’ ” (LESSA, 2011, p. 52-54, grifos do autor).

Na obra *Adeus ao proletariado* Gorz (1982) enfatiza que a denominada constituição da não-classe não é produzida pelo capitalismo, “mas pela crise do capitalismo e pela dissolução, sob o efeito de técnicas produtivas novas, das relações sociais de produção capitalista” (GORZ, 1982, p. 87). Aqui o autor se contradiz quando, ao analisar a constituição da denominada não-classe, a dissocia das formas sociais analisadas por ele como se seu surgimento se efetivasse em outro plano social idealizado pelo autor. Contudo, o que nos interessa neste

⁴⁵ Conforme Santos (2016), a proposta de Gorz, em *Metamorfoses do trabalho*, de que a sociedade caminha para o seu fim “aponta que de um modo geral, o trabalho tende a tornar-se uma força de produção secundária diante da potência, do automatismo e da complexidade dos equipamentos. Para ele, cada vez mais raros são os empregos em que as noções de esforço e de rendimento individuais fazem ainda sentido, nos quais a quantidade e a qualidade dos produtores dependem da aplicação dos trabalhadores e onde o orgulho pelo bem feito possa ser fonte de identidade social e pessoal. Esta discussão envolve a dupla dimensão presente no processo de trabalho: o trabalho humano em seu caráter emancipador, por outro lado, o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social. Entretanto, apresentamos discordância com a análise do autor, posto que, ainda que o capital constante se expanda, esse jamais será capaz de dispensar totalmente o trabalhador do processo produtivo. Assim sendo, o trabalhador continuará sendo, sempre, a fonte de extração da mais-valia, portanto indispensável ao sistema sociometabólico” (SANTOS, et al., 2016, p. 164).

momento é descobrir até que ponto as “técnicas produtivas” que o autor julga serem responsáveis pela criação da não-classe afetam as relações de trabalho, proporcionando aos trabalhadores autonomia e conforto e, mais do que isso, abolindo o próprio trabalho, criando o denominado não-trabalho. Gorz considera que a evolução tecnológica acabaria abolindo o próprio trabalho⁴⁶:

a evolução tecnológica não caminha no sentido de uma apropriação possível da produção social pelos produtores. Ela caminha no sentido de uma abolição dos produtores sociais, de uma marginalização do trabalho socialmente necessário sob o efeito da revolução informativa. (GORZ, 1982, p. 91).

A consequência deste processo leva, portanto, ao surgimento da não-classe que se constitui no “conjunto de indivíduos que se encontram expulsos da produção pelo processo de abolição do trabalho, ou subempregados em suas capacidades pela industrialização (ou seja, pela automatização e pela informatização) do trabalho intelectual” (GORZ, 1982, p. 87-88). Assim, haveria para Gorz uma decomposição da antiga sociedade fundada no trabalho, o qual não seria mais responsável pela produção da riqueza social, perdendo, então, seu caráter de categoria central do capitalismo contemporâneo. Há uma negação do trabalho como responsável pela geração do mais-valor, o que significa que o capitalismo por ora não necessita mais explorar o trabalho, sendo os meios de produção (tecnologia) os responsáveis pela valorização do capital.

Para Braga (1994), na verdade, a aceitação da inexorabilidade da divisão capitalista do trabalho leva Gorz “a uma apreciação ‘unidimensional’ do imperativo tecnológico. Ao esvaziar de poder a ‘esfera do trabalho’, também a apreciação da dimensão política da tecnologia, de sua produção e execução, é suprimida” (BRAGA, 1996, p. 57):

ao trabalhador, “desfalque do capital”, não resta a possibilidade de resistência. Cabe a ele a aceitar a técnica como realização maior da razão. A própria distinção teórico-metodológica empreendida por Gorz, central em sua análise, entre esfera da “autonomia” (liberdade) e heteronomia (necessidade), representa de forma clara a reificação da divisão capitalista do trabalho e a aceitação do imperativo tecnológico (ideologia do progresso técnico) enquanto critério de

⁴⁶ Na obra, *Miséria do presente, riqueza do possível*, André Gorz afirma que “o trabalho que desaparece é o trabalho abstrato, o trabalho em si, mensurável, quantificável, separável da pessoa que o “fornece”, suscetível de ser comprado e vendido no “mercado de trabalho”. Em suma, o trabalho mercadejável, o trabalho-mercadoria, inventado e imposto pela força e com muita dificuldade pelo capitalismo manufatureiro a partir do fim do século XVIII” (GORZ, 2004, p. 67).

determinação histórico. A utopia “dual-microeletrônica” de Gorz, não reivindica a supressão da esfera heterônoma, diga-se bem, da esfera da racionalidade econômica, mas sim, sua subordinação à esfera da autonomia⁴⁷. (BRAGA, 1996, p. 57-58).

Sendo assim, os argumentos de Gorz apontam que os ganhos que o capital passa a ter após o avanço das forças produtivas, ou seja, sua valorização é cada vez mais apartada da exploração da força de trabalho, daí a existência da não-classe. Não há conflito entre capital e o trabalho, ambos se relacionam cada vez menos, e resta ao trabalhador conquistar sua autonomia. A realidade nos mostra o contrário; como observamos, é tendência dos aspectos da acumulação no capitalismo contemporâneo, uma ação intensiva do capital sobre o trabalho, além de o trabalhador não conquistar a tal “autonomia” proposta por Gorz, pois ele ainda vive o desemprego crônico que o coloca na condição de “supérfluo”, e de uma classe trabalhadora cada vez mais segregada da socialização da riqueza produzida. Há, na verdade, uma asfixia dos verdadeiros produtores de valor; o capital tende a explorar cada vez mais tempo de trabalho com a capacidade técnica gerada pela ciência e pela tecnologia, intensifica o nível de exploração e gera mais trabalhadores “supérfluos”.

Como afirma Lessa, “o sistema do capital em sua totalidade ainda continua tão dependente do trabalho produtor do ‘conteúdo material da riqueza’ no intercâmbio orgânico com a natureza quanto no século XIX”. O desenvolvimento das forças produtivas alcançadas nas últimas décadas, além de ter intensificado a abundância e ampliado o leque das atividades humanas exploradas pelo capital, também se expressa na redução do número relativo e absoluto dos proletariados (LESSA, 2011, p. 315).

Outro autor que defende uma nova sociabilidade nos marcos do capitalismo em que o trabalho perde também a sua centralidade devido aos avanços da técnica, é o filósofo Jürgen Habermas. Fundamentado nas reflexões do cientificismo da técnica como determinante nas relações de produção, contrapondo-se à teoria marxista do valor-trabalho e crítico da análise de Habermas, Braga julga que, para aquele, a ciência e a técnica transformam-se na primeira força produtiva, ou seja, as

⁴⁷ A esfera da heteronomia para Gorz “garante a produção programada, planejada, de tudo o que é necessário à vida dos indivíduos e ao funcionamento da sociedade, o mais eficazmente possível e, por conseguinte, como o menor consumo de esforços e de recurso”; a esfera da autonomia, “os indivíduos produzem de forma autônoma, fora do mercado, sozinhos ou livremente associados, bens e serviços materiais e imateriais, não necessários mais de acordo com os desejos e gastos e a fantasia de cada um” (GORZ, 1982, p. 117).

forças produtivas não precisariam mais do trabalho humano, mas apenas do potencial progressivo da técnica, portanto a força de trabalho estaria em um segundo plano das necessidades imediatas da produção capitalista. Braga considera que o importante aspecto a ser destacado a respeito das forças produtivas

não é, de forma alguma, sua enumeração e substituição pela ciência enquanto “primeira” força produtiva, como quer Habermas, mas sim a processualidade contraditória do seu desenvolvimento, visto tal processualidade encontrar-se diretamente vinculada à natureza das relações de produção vigentes e à estrutura do modo de produção. (BRAGA, 1996, p. 21 e p. 27, grifo do autor).

Nos estudos desenvolvidos por Lessa a respeito dos teóricos defensores do “adeus ao trabalho”, o autor discute a tese central de Habermas elaborada em *Teoria do agir comunicativo*, centrando sua análise principalmente na concepção que Habermas terá no debate da luta de classes. Uma das teses é a que a sociedade democrática fundada na luta de classes seria o fundamento do atraso. Segundo Habermas, enquanto o trabalho representar a categoria fundante do mundo dos homens será impossível ultrapassar a razão instrumental e passar à era da razão comunicativa. Segundo Lessa, para o autor, “nesta nova era não haverá mais conflito e sim o consenso entre as classes”, sendo necessária a atuação imprescindível das instituições político-democráticas. Habermas desenvolverá, baseado na razão comunicativa, um “mundo da vida”, definido como “espaço transcendental”. Nesta concepção de mundo, a sociedade é mais justa e humana, não havendo conflito, e “o consenso substituiria a coerção da mesma forma como a razão instrumental seria substituída pela razão comunicativa” (LESSA, 2011, p. 77-78).

Segundo Braga, este ponto da discussão nos remete às considerações de Habermas sobre o “esgotamento das energias utópicas” entre as quais figura destacadamente o projeto revolucionário. Para ele, atualmente os apelos utópicos ou transcendentais de construção de um mundo novo e justo (os socialismos) parecem ter esgotado suas possibilidades de convencimento. O autor acrescenta que o fim de uma determinada utopia apontaria inequivocamente para o esgotamento das possibilidades do tipo de sociedade que teria suportado tal projeto; trata-se da sociedade do trabalho:

a utopia de uma sociedade do trabalho perdeu sua força persuasiva – e isso não apenas porque as forças produtivas perderam sua inocência ou porque a abolição da propriedade privada dos meios de

produção manifestamente não resulta por si só no governo autônomo dos trabalhadores. Acima de tudo, a utopia perdeu seu ponto de referencia na realidade: a força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato (HABERMAS *apud* BRAGA, 1996, p. 24).

Tal concepção é defendida por Habermas ao afirmar que a revolução microeletrônica, por possibilitar um aumento da produtividade e diminuição do trabalho necessário, estaria esgotando as lutas de classes que por ora se baseavam na conquista da diminuição da jornada de trabalho. Haveria, portanto, uma dissolução da sociedade do trabalho, este enquanto categoria central do modo de produção também deixaria de ter sua importância (BRAGA, 1997).

Seguindo as perspectivas analíticas defensoras do salto de produtividade alcançada pelos avanços tecnológicos no modo de produção capitalista que tendem a diminuir o trabalho vivo no processo produtivo, uma delas é a do sociólogo Antonio Negri. Uma produção elaborada pouco tempo após a de Habermas e do próprio Gorz, cada um à sua maneira. Os estudos de Maria Turchetto sobre o “operarismo” italiano e as elaborações do pensamento proposto por Negri nos ajudam a compreender as ideias defendidas pelo mesmo. De acordo com Turchetto, para Negri, “não é mais o trabalho que cria riqueza, mas a ciência e a técnica, o *general intellect* que não reside na fábrica e sim na sociedade” (TURCHETTO, 2004, p. 96, grifo da autora).

Sendo assim, a ideia é a de que, com o avanço das forças produtivas, o trabalho tende a migrar para o campo da sua imaterialidade, “o produto deixa de ser criado pelo trabalhador individual imediato para ser resultado mais de uma combinação de atividade social que da simples atividade do produtor”, a transformação da matéria pelo trabalhador individual, mesmo no chão da fábrica, depende das “dinâmicas imateriais, comunicativas, linguísticas, efetivas” (VILLELA, 2014, p. 142).

Segundo Negri, dadas as transformações apresentadas no cenário social, especificamente nas formas de trabalho e das forças produtivas, estas criam uma nova forma de produção, situação que implica, de um lado, “o tempo de trabalho e, do outro, o critério de medida desse tempo (e, portanto a lei do valor) [que] representam menos como elementos centrais, quantificadores, da produção”. Assim, será o indivíduo social e coletivo que determinará o valor da produção, “pois sendo o trabalho organizado em formas comunicativas e linguísticas, e o saber

sendo algo cooperativo, a produção dependerá sempre mais da unidade de conexões e de relações que constituem o trabalho intelectual e linguístico” (NEGRI, 2003, p. 93).

Para o autor, o tempo de trabalho enquanto norma para fixar uma ordem do trabalho no mundo torna-se irrelevante devido ao grau alcançado pelo desenvolvimento do capitalismo que transforma o trabalho em forças cada vez mais intelectuais, ou seja, o trabalho torna-se cada vez mais imaterial, dependente das “energias intelectuais e científicas”, como apontado por Marx em *Grundrisse*. Negri reforça a sua hipótese da seguinte forma:

se antes, para produzir uma mercadoria, era necessário um certo número de horas de trabalho simples (outra ilusão naturalista), ou de qualquer maneira, se para produzir um número maior de mercadorias era necessário um aumento da massa de trabalho, hoje observamos, ao contrário, que cada aumento de produção nasce da expressão de atividades intelectuais, da força produtiva da descoberta científica e sobretudo da esteira de aplicação da ciência e da tecnologia à elaboração da atividade de transformação da matéria. Consequentemente, estamos diante de uma modificação radical da função do tempo produtivo (e do tempo histórico). Será evidente, por exemplo, que se torna muito mais importante o tempo dos processos de formação do que o tempo de aplicação imediata à produção; tornar-se-á sempre mais importante o tempo das relações externas que alimentam o conhecimento e o empurram para atos e decisões mentais, mais do que acumulação de pequenas quantidades temporais de trabalho que não constituem, como ocorreria no passado, a condição de decolagem da realização do valor. (NEGRI, 2003, p. 92-93).

Para Negri, é evidente que as relações de trabalho adquirem um cunho imaterial, materializado no indivíduo coletivo que seria o responsável pela perda da centralidade do tempo de trabalho na produção. Assim, ciência e tecnologia seriam os “responsáveis” pelo tempo de trabalho necessário na produção de mercadorias. Para Negri, “hoje nos encontramos em uma forma de existência e em um mundo produtivo que se caracteriza pela hegemonia do trabalho intelectual”, “uma nova acumulação originária” na qual o próprio General Intellect se torna a chave. Para o autor, a força produtiva, de fato, nasce dos sujeitos e se organiza na cooperação, porém, na época do General Intellect, esta não era mais imposta pelo capital, mas, “pela habilidade da força-trabalho imaterial, do trabalho mental que só pode ser cooperativo, bem como do trabalho linguístico que só pode expressar-se de forma cooperativa” (NEGRI, 2003, p. 94, p. 96-97).

De acordo com Turchetto, a literatura que acompanha, sobretudo, nos anos 80 (incluindo Negri) o advento das novas tecnologias é clamorosamente apologética, carrega um otimismo, e belas promessas para o imaginário coletivo mais que a produção do conhecimento. A autora considera que tais elaborações teóricas “mostrava[m] uma tecnologia onipotente diante de uma sociedade totalmente maleável” que “se encarregaria de corrigir as deficiências do capitalismo, incluindo seus atos mais graves perpetrados contra a humanidade e a natureza”. Tais perspectivas criam dois mitos: o da denominada “sociedade pós-industrial”, uma sociedade totalmente atomizada pautada na produção imaterial e do mito do “fim do trabalho” (TURCHETTO, 2004, p. 98).

O trabalho, para a autora, funda-se na generalização de dois aspectos:

de um lado, o fato de que muitas das novas tecnologias são tecnologias de automação, e assim comportam a substituição do trabalho humano; de outro lado, o fato de que as reestruturações são acompanhadas sempre de amplos processos de expulsão de mão-de-obra (bem mais extensas do que o próprio processo de automação). (TURCHETTO, 2004, p. 97).

Para a autora,

estes mitos agradam aos operaristas. A ideia da “sociedade pós-industrial” agrada-os porque parece confirmar a velha ideia da fábrica que se difunde e se dilui na sociedade até desaparecer. O mito do “fim do trabalho” agrada-os naturalmente porque a ideia da inutilidade do comando capitalista – no sentido precedentemente considerado – une-se alegremente à ideia da automação total que se considera já em prática, adiada apenas por uma perversa vontade de prolongar os limites da necessidade histórica da estrutura de poder existente. Nessa ótica, o comando capitalista é cada vez mais separado da produção material e da fábrica. No final, é apenas um modo de pensar, de representar a realidade, de produzir sentido e regras linguísticas, difundido em toda parte e interiorizado por todos: operários “inteligentes” da fábrica integrada, engenheiros eletrônicos, gerentes, intelectuais. Todos pertencemos ao mesmo conceito “força de trabalho cognitiva” desse sistema enquanto o aceitamos; mas todos somos igualmente “intelectualidade de massa” capaz de retirar-se a si próprio [...]. Agradam-lhes, em geral, as palavras que alimentam os novos mitos e que são usadas para imaginar futuros sujeitos antagonistas que fazem lembrar o “operário qualificado”, o “operário massa”, o próprio “operário social” que – ai de mim! – nunca se manifestou. (TURCHETTO, 2004, p. 98-99, grifos da autora).

Considerando que a técnica precisa ser explicada pelo desenvolvimento e que as forças sociais de produção se apresentam em cada contexto histórico,

Lukács critica Bukharin por desconhecer que a ciência e a tecnologia são decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas e não causas determinantes deste mesmo desenvolvimento. Analisando as reflexões feitas por Marx sobre o capitalismo moderno e o processo de transição do artesanato para a manufatura, Lukács observa que o avanço da técnica é dado por um percurso longo de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas; aquela, por sua vez, possibilita o capital alterar suas formas de produção, portanto, a técnica é “a consumação do capitalismo moderno”:

a divisão capitalista do trabalho e suas relações de poder (dissolução da economia natural) que procuram uma mudança qualitativa. As premissas sociais das modernas técnicas mecanizadas, por conseguinte, surgiram primeiro; eram o produto de uma revolução social de cem anos. A técnica é a consumação do capitalismo moderno, não sua causa inicial. Somente apareceu depois do estabelecimento de seus pré-requisitos sociais quando as contradições dialéticas das formas primitivas de manufatura tinham se resolvido, quando “ao alcançar certo grau de desenvolvimento, sua própria base técnica, estreita, tornou-se compatível com as necessidades da produção que ela mesma havia criado”. (LUKÁCS, 1989, p. 47-48).

Sendo assim, afirma Lessa, os autores que consideram a técnica a causa determinante do desenvolvimento histórico (a exemplo do próprio Gorz, especificamente na obra *Adeus ao trabalho*) acabam defendendo sua neutralidade, assim como a da própria ciência. Enfatiza Lessa que,

nada indica que o mero desenvolvimento de tecnologia estaria hoje em dia varrendo as relações capitalistas de produção para a lata do lixo da história, abolindo as classes sociais ou dissolvendo a contradição antagônica proletariado/burguesia. (LESSA, 2011, p. 261).

É necessário mencionar, declara Mészáros, que “a articulação histórica entre ciência e tecnologia e a forma como elas moldam nossas vidas é totalmente ininteligível sem o reconhecimento da sua inserção nas determinações socioeconômicas, tanto na escala temporal quanto em relação às estruturas dominantes contemporâneas”. Para o referido autor, a ciência moderna, ao longo do seu desenvolvimento, foi submetida aos meios da expansão do valor de troca no sistema de produção orientado para o mercado, “estando sujeita aos ditames da concentração e da centralização do capital, como também às necessidades de lucro sobre a composição orgânica do capital”. Neste sentido, é preciso considerar que a ciência não é uma entidade atemporal e que opera segundo sua vontade, mas sim

uma ciência de uma ordem social historicamente específica (MÉSZÁROS, 2004, p. 260-270).

Para Lessa, Lukács, ao se contrapor as ideias de Bukharin sobre a técnica, considera que tais afirmações são “uma concepção de objetividade social, muito próxima ao ‘materialismo burguês’ que cancela o fato de que ‘todos os fenômenos econômicos ou sociológicos derivam das relações sociais entre os homens’”. Ou seja, a técnica só pode se substanciar enquanto meios de produção (ferramenta, máquina, etc.), ou seja, como mediação entre o homem e seu objeto de trabalho (LESSA, 2011, p. 262, grifos do autor).

O autor levanta alguns questionamentos pertinentes, reafirmando a técnica como instrumento necessário e fundante para o desenvolvimento das forças produtivas no atual estágio do capitalismo contemporâneo. Vejamos:

há algum setor econômico, da moda à indústria bélica, do cinema à medicina, que não tenha nas necessidades de reprodução do capital o motor predominante do desenvolvimento tecnológico? Não é o enorme desenvolvimento do complexo industrial militar e do asfixiante peso da guerra no século XX, uma indicação precisa de como é o capital que move a técnica, e não o contrário? Hoje, tantas décadas após um Mallet, e já nos anos suficientes após um Scharr, Negri ou Lojkine, o desenvolvimento tecnológico elogiado por eles conduziu a qualquer coisa que não seja a reprodução das relações capitalistas de produção? A nossa história recente não é testemunha do fato de que cada modo de produção desenvolve técnicas necessárias à sua própria reprodução e, portanto, que entre técnica e as relações de produção o momento predominante cabe a estas últimas? A evolução tecnológica contemporânea não é mais uma evidência de qualquer ‘desenvolvimento da força produtiva do trabalho’ se destina a ‘baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista’? Não é a tecnologia ‘meio para a produção (*mittel zur produktion*) de mais-valia’? (LESSA, 2011, p. 256, grifos do autor).

Nesse sentido, podemos afirmar que, o fundamento do trabalho enquanto condição ontológica do ser social necessita em cada tempo histórico de meios de produção que proporcionem ao homem conforme suas necessidades a possibilidade de transformar esta natureza, seja em qualquer construção social. Nos marcos do capitalismo, esta característica fundamenta-se em criar as possibilidades de forma a proporcionar ao capital extrair mais-valor do trabalho. Ou seja, os avanços na ciência, e conseqüentemente da técnica no atual desenvolvimento das forças

produtivas permitem ao capital produzir mercadorias no menor tempo possível, diminuindo o trabalho necessário (a jornada necessária para o trabalhador se manter) e, conseqüentemente, extraindo mais sobretrabalho. Entretanto, nessa mediação o trabalho continua a ser responsável por produzir a riqueza social e garantir o processo de valorização do capital. Este é o único responsável pela geração do valor, alcançando, portanto, maior produtividade proporcionada pelo desenvolvimento das forças produtivas atuais.

“[...] o capital globalmente competitivo tende a reduzir a um mínimo lucrativo o “tempo de trabalho necessário (ou o “custo de trabalho na produção”), e assim inevitavelmente tende a transformar os trabalhadores em força de trabalho supérflua”
(István Mészáros).

5 A AMPLIAÇÃO DOS TRABALHADORES “SUPÉRFLUOS” NO LITORAL SUL DA BAHIA PÓS “CRISE” DA LAVOURA CACAUEIRA

As transformações no campo brasileiro a partir da ampliação do capital financeiro criam um novo espaço para a acumulação do capital. A relação capital/trabalho se revela como ampliação do trabalho assalariado e subordinação cada vez mais acentuada das relações não-capitalistas de produção. Consequentemente, a força de trabalho, estrategicamente na condição de supérflua, se torna móvel para estar a serviço do capital e ampliar as formas perversas de exploração reveladas na precarização crescente das relações de trabalho. A condição de ser andarilho se revela na incerteza de não encontrar labor. Segundo Conceição (2007), ser andarilho significa garantir a necessidade do capital,

a perda dos direitos trabalhistas e o crescente desemprego favorecem a desrealização do ser na condição de sujeitos assujeitados ao capital, aceitando qualquer tipo de contrato precarizado, parcial, temporário, submetendo-se à racionalidade do capital e à lógica do mercado. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 95).

Na condição de andarilho, de se sujeitar a condições deploráveis de existência humana, o trabalhador se submete à exploração da sua força de trabalho em tempos e espaços cada vez mais curtos. A incerteza do labor é condição de sua asfixia necessária. A exploração do mais-valor relativo – condição primeira para a maior extração do valor – na atual materialidade das relações sociais via capital mundializado e de sua crise estrutural, intensifica a incerteza do labor, o que impõe, na maioria das vezes, afirma Conceição (2014), uma espécie de trabalho mais temporário, com curto ciclo. Esta possibilidade é criada através de novas formas de acumulação flexibilizada, as quais objetivam aumentar a produtividade pela intensificação do trabalho na combinação das formas de extração do mais-valor tanto absoluto quanto relativo (mobilidade, tecnologia e horas de trabalho).

Há, neste novo formato de exploração da classe trabalhadora, segundo Silva (2003), uma grande desqualificação; os efeitos se materializam em “maior rotação dos postos de trabalho, sobretudo no trabalho em linha de montagem em que os operários são pensados como instrumentos intermutáveis”, ou pelo contrário, forma que confinam, durante anos, um indivíduo a mesma tarefa ou operários polivalentes e assim muito mais móveis, garantindo maior rentabilidade para a classe capitalista. Assim, afirma a autora, a característica da evolução do capitalismo contemporâneo é geralmente estabelecida por uma mobilidade forçada, “estratégia de perfeição tendencial da mobilidade do trabalho, onde o axioma de funcionamento do capital encontra o seu processo de realização” ou ainda “estratégia em que o desemprego parece hoje constituir o inegável indicador; sendo móveis, os desempregados fazem parte também dos efeitos de uma política de mobilidade forçada” (SILVA, 2003, p. 32).

No livro primeiro de *O Capital*, Karl Marx, ao refletir a respeito do mais-valor absoluto e relativo, afirma que,

a extensão da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente do valor de sua força de trabalho, acompanhada da apropriação desse mais-trabalho pelo capital – nisso consiste a produção do mais-valor absoluto. (MARX, 2013, p. 578).

Ela forma a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida para a produção do mais-valor relativo. Nesta última, a jornada de trabalho está desde o início dividida em duas partes: “trabalho necessário e mais-trabalho [...]. A produção do mais-valor absoluto gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção do mais-valor relativo revoluciona inteiramente os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais” (MARX, 2013, p. 578).

Ainda para Marx, é necessário pontuar que a tendência do desenvolvimento histórico social do capitalismo depende de maior apropriação do mais-valor relativo, logo, de maior produtividade do trabalho social. As questões que envolvem a produtividade do trabalho e o processo de valorização do trabalho por meio da extração do mais-valor, assim como a lei geral que rege a acumulação de riqueza através da geração de uma superpopulação (exército industrial de reserva) permitem ao capital uma autovalorização com base em uma maior exploração da força de trabalho, isto é, de um caráter móvel, fluido e flexível do trabalho.

Assim, para Souza, conforme a lógica de usurpação do tempo livre, o capital traz consigo condições degradantes para os indivíduos trabalhadores, com aumento acentuado do exército de reserva. Apesar das contradições que esse fator traz para o processo de acumulação em tempo de crise estrutural do capital, a função da sobrepopulação garante níveis de exploração exacerbados e uma ampliação do lucro capitalista. Na condição de desempregados, os trabalhadores aceitam qualquer tipo de labor, tornando-se cada vez mais móveis a fim de garantir a exploração do seu tempo de vida para o capital (SOUZA, 2011).

Na era do desemprego estrutural da qual nos fala Mészáros em *Para além do capital*, o sistema sociometabólico do capital entra em contradição quando, devido à sua crise estrutural que afeta a totalidade das relações de produção, nega trabalho a milhões de “sujeitos “supérfluos”” em condição de miséria e fome em todo o mundo. No excerto sobre a crise estrutural, Mészáros argumenta a respeito do caráter da autorreprodução ampliada do capital e dos grandes obstáculos que encontram nas necessidades humanas. A “devastação sistêmica da natureza e a acumulação contínua do poder de destruição” evidenciam “a lógica absurda do desenvolvimento do capital” quando apresenta em seu percurso de reprodução “a negação completa das necessidades elementares de incontáveis milhões de famintos”. O que está em jogo e é fundante nas contradições inerentes ao próprio capital é “o papel do trabalho no universo do capital” e seu nível de produtividade alcançado neste momento histórico. Se a forma da funcionalidade do capital é movida por contradições, nesse aspecto, “os seres humanos são ao mesmo tempo absolutamente necessários e totalmente supérfluos para o capital” (MÉSZÁROS, 2002b, p. 800-802).

Conforme o referido autor, apesar de o capital criar, em escala crescente, “tempo supérfluo”, não reconhece “a existência de jure de tal tempo excedente como tempo disponível potencialmente criativo”; ao contrário, “deve assumir uma atitude negativa/destrutiva/desumanizadora para com ele”, desconsiderando, portanto, que o conceito de “trabalho supérfluo” na realidade se refere a seres humanos vivos e possuidores de capacidades produtivas úteis, ainda que capitalisticamente redundantes ou implacáveis (MÉSZÁROS, 2002, p. 620). Como observamos, o capital tende a criar trabalho excedente, tempo disponível, assim como a aumentar a população excedente. Na atualidade histórica do desenvolvimento destrutivo do capital, seres humanos são cada vez mais descartáveis, o que reforça a tendência

apontada por Max de que o aumento da população é o principal meio para reduzir o trabalho necessário.

Nesse sentido, afirma Souza, “[n]a reestruturação global baseada na acumulação flexível, na era do capital mundializado as relações de trabalho tornam-se mais precarizadas, intensificando as formas de exploração em todos os ramos produtivos”. Acompanhada dos avanços tecnológicos, ao mesmo tempo em que possibilita um alto nível de produtividade (capaz de alimentar os milhões de famintos que vivem os efeitos do desemprego estrutural), contraditória e perversamente faz do trabalhador verdadeiro escravo para o capital. As formas de trabalho se tornam mais supérfluas, caracterizando uma mão-de-obra mais móvel e descartável (SOUZA, 2011, p. 151).

Com a tendência asfixiante do capital sobre o trabalho, as determinações envolvidas nas relações de trabalho, acompanhadas do caráter expansivo do sistema capitalista (em seu estado de crise) evidenciam uma reestruturação espacial que reestabelece uma nova lógica de reprodução do capital no espaço agrário do litoral Sul da Bahia. Em nossos trabalhos anteriores⁴⁸, apontamos questões – a exemplo da tendência da desvalorização do trabalho e sua intensiva precarização, tanto no campo como na cidade – ao lado de uma nova lógica de produção para a monocultura cacaujeira. Nesse contexto, a relação estado-capital ganha materialidade através da elaboração de projetos de cunho modernizador e sustentável a partir de sistemas agroflorestais como a iniciativa da *Mars Incorporated*⁴⁹ em parceria com a CEPLAC⁵⁰ da Universidade Estadual de Santa Cruz,

⁴⁸ A realidade do espaço agrário do litoral Sul da Bahia foi historicamente definida pela produção da monocultura do cacau. A necessidade de compreender as novas configurações espaciais a partir da intensificação da mobilidade do trabalho partiu dos caminhos apontados nas discussões elaboradas pela autora desta tese em sua dissertação de Mestrado intitulada *Do chão da terra ao chão da fábrica: as formas contraditórias de apropriação do capital no espaço agrário* vinculada ao “Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamento Territorial”. Nesse momento, foi possível perceber as novas investidas do capital a partir dos efeitos da “crise” cacaujeira e como, mesmo no processo de diminuição da produção, com o esvaziamento do campo e a intensificação da migração, a força de trabalho ganha outra materialidade no processo de exploração capitalista: primeiro há um aumento das relações de parcerias e arrendamentos, que garante aos latifundiários a extração da renda da terra; e segundo, a intensificação da mobilidade do trabalho, na qual os trabalhadores passam a vender sua força de trabalho em outros setores da economia, a exemplo do capital industrial. O Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamento Territorial é vinculado ao CNPq e é coordenado pela Prof.^a Dr.^a Alexandrina Luz Conceição. Site do grupo: <http://grupogpect.org/>.

⁴⁹ “A *Mars Incorporated* é uma empresa familiar originária dos Estados Unidos, que hoje atua mundialmente no ramo de alimentos: alimentos para animais, sendo a maior fabricante de ração animal do mundo, bebidas, chicletes, cacau e marcas. No Brasil, se posiciona como grande

Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), entre outros apresentados no ano de 2010 ⁵¹. Ao ser lançado, a iniciativa do projeto traz objetivamente a tentativa de “solução” da “crise” da monocultura cacaujeira, discurso hoje defendido de forma diferenciada pelos representantes do capital. Não há uma “crise”, e sim uma nova lógica de “desenvolvimento” para o Sul da Bahia que retoma uma nova posição dos polos científicos e tecnológicos a fim de dar suporte – ao que inicialmente já estava posto, a partir dos projetos vinculados aos Sistemas Agroflorestais através da relação público-privada – à criação do Centro de Formação em Tecnologia e Ciências e ao Centro de Formação em Ciências e Tecnologias Agroflorestais do Sul da Bahia, definido como Parque Tecnológico do Sul da Bahia, lançado no ano de 2015.

O presente capítulo busca abordar a ampliação dos trabalhadores “supérfluos” na realidade estudada, e como as novas determinações que envolvem as relações capitalistas e sua forma de reprodução no espaço abrigam o fortalecimento das políticas de investimentos por meio do Estado e parcerias privadas a fim de fortalecer a produção de cacau.

Nesse sentido, observa-se uma intensificação do caráter móvel do trabalho que se materializa por um caminho cada vez mais incerto de venda da força de trabalho, seja no campo ou na cidade. A maioria dos trabalhadores migrantes passa a viver os efeitos do desemprego estrutural tornam-se cada vez mais superfúos, fazem parte do exército industrial de reserva que transita pelo caminho da informalidade, realizando trabalhos temporários, tendendo a ocupar os setores de serviços, construção civil, entre outros. As “garantias trabalhistas” representadas no sistema de carteira assinada quase não existem. Esses trabalhadores são levados a uma asfixia necessária pelos imperativos do lucro capitalista em sua reprodução

forneecedora de ração, sendo pequena em chocolate; possui as 15 marcas de cacau vendidas no mundo, no país ela é líder em confetes” (SOUZA, 2011, p. 102).

⁵⁰ O fortalecimento das políticas do Estado direcionadas à monocultura de cacau se estabelece com a criação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC a partir de projetos de ações voltadas para aumentar a produtividade na conjuntura em que a agricultura brasileira se insere dentro da lógica do plano de desenvolvimento e crescimento para o capital, ampliando sua forma de acumulação no campo e na cidade. É a instituição que garante que o modelo de produção da monocultura cacaujeira seja inserido nos pacotes tecnológicos através das políticas de créditos, ampliando o mercado produtor de cacau em nível nacional, ao mesmo tempo em que favorece matéria prima para as empresas multinacionais processadoras de cacau que se instalam no Estado da Bahia. Na década de 1970, se insere na região do litoral Sul. Torna-se, nesse processo, o órgão principal para direcionar o desenvolvimento da cacauicultura brasileira, principalmente na Bahia. (SOUZA, 2011, p. 56)

⁵¹ Para mais detalhes a respeito do cunho do projeto apresentado e suas linhas de ações, ver Souza (2011, p. 98-109).

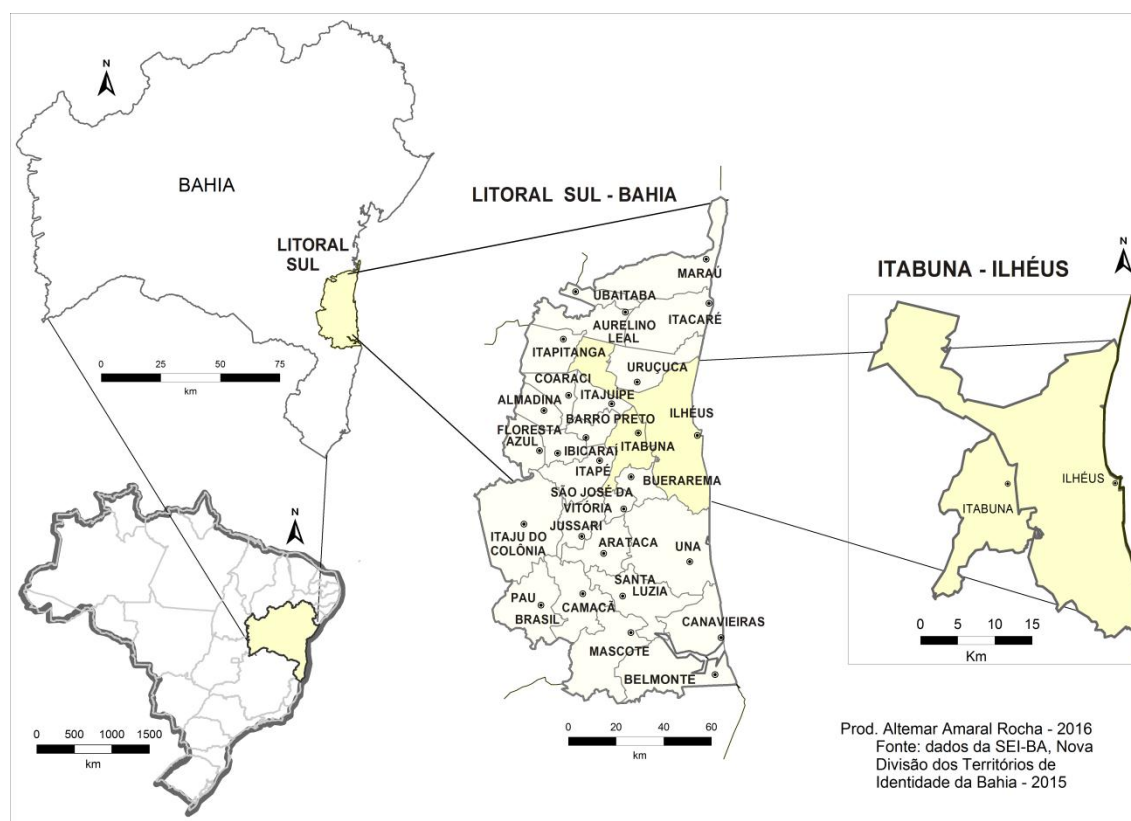
ampliada, na qual as contradições que envolvem a relação capital e trabalho são cada vez mais evidentes.

5.1 As novas investidas do capital no espaço agrário

Os aspectos relacionados ao trabalho tanto no campo como na cidade se manifestam, por um lado, em um “esvaziamento” da população no campo, ao passo que intensificam a mobilidade do trabalho para as cidades, sobretudo, em Ilhéus e Itabuna-BA (Figura 3), assim como para outros Estados do país: São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, etc. (Figura 4). Através dos questionários aplicados, foi possível perceber que, embora as migrações em sua maior parte se caracterizem como migração interna é evidente uma intensificação do caráter móvel dos trabalhadores de forma significativa para outros estados do país. Esta realidade se revela em um movimento de ir e vir em tempos cada vez mais curtos, em que os trabalhadores migrantes se deparam com relações de trabalho temporário, contratos mais curtos, se caracterizando no trabalho cada vez mais móvel e incerto.

O movimento migratório no litoral Sul da Bahia se fortalece a partir dos anos 1990, logo após a chegada do vírus da vassoura de bruxa, o qual desempregou milhares de trabalhadores do campo.

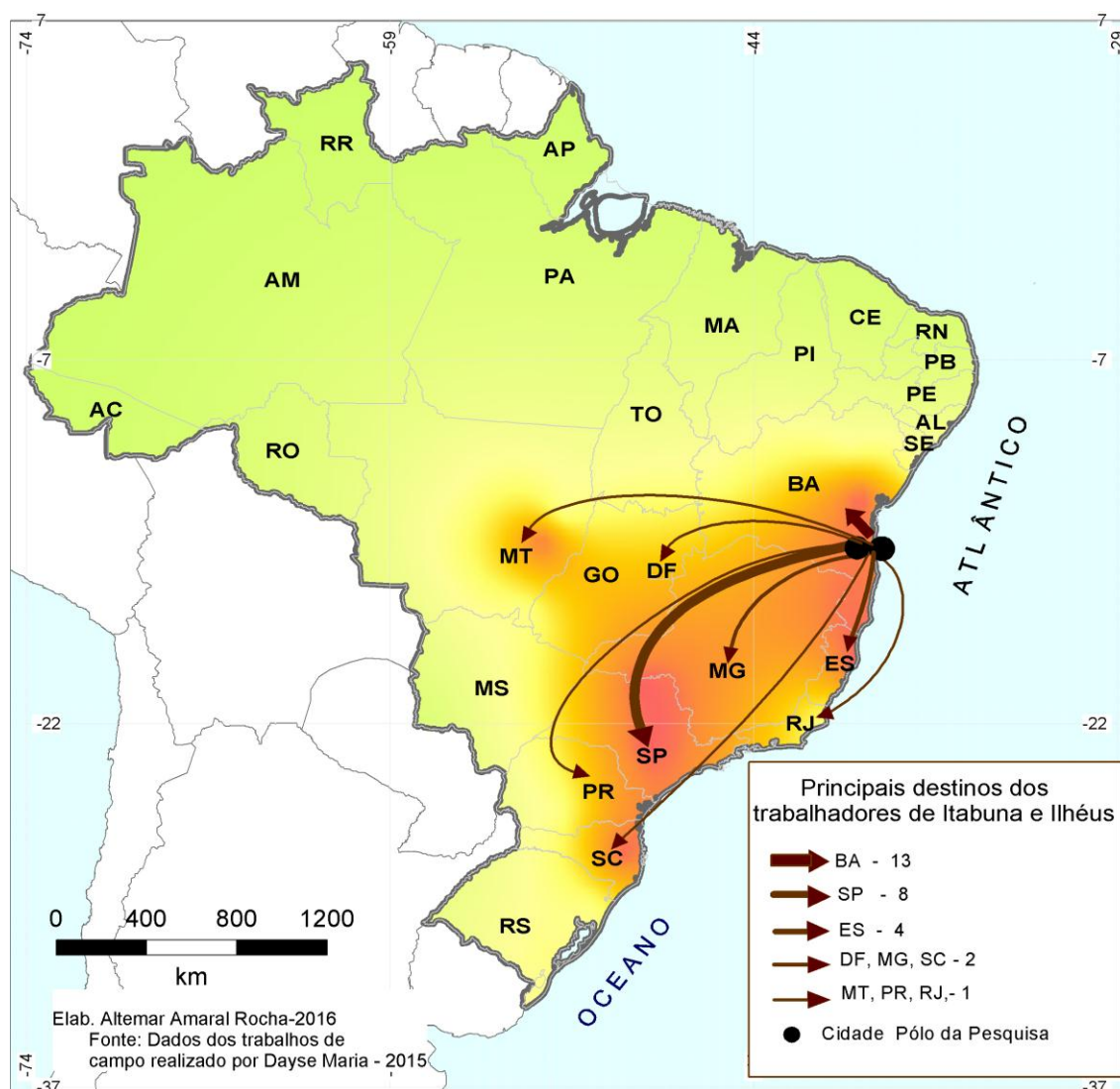
Figura 3- Mapa de localização das cidades de Itabuna e Ilhéus-BA.



Fonte: Rocha (2016) e Souza (2016).

Porém, é necessário observar que a força de trabalho migrante na monocultura cacaueira sempre esteve presente. Este tipo de lavoura necessita de grande quantidade de força de trabalho. O período de safra ocorre o ano inteiro, e a colheita se define durante dois períodos definidos do ano, intercalados pelo período de paradeiro, da safra e do temporão. Estes trabalhadores migrantes na fase de grande produtividade do cacau costumavam vender sua força de trabalho em várias propriedades durante o período de entre safras até a fase da colheita, caracterizando um trabalhador em sua maioria móvel. Esta é característica predominante nos trabalhadores do campo na condição de desempregados, expropriados, sujeitos supérfluos, tornam-se andarilhos a fim de garantir sua existência seja no campo ou na cidade.

Figura 4- Principais Estados da mobilidade do trabalho partindo de Itabuna e Ilhéus-BA.



Fonte: Rocha (2016) e Souza (2016).

De acordo com Souza, o processo de reestruturação do modelo de produção na monocultura cacaujeira na Bahia ganha força, sobretudo, no final dos anos de 1980. A economia passará por uma grande instabilidade econômica devido à competição internacional de mercado provocada pelos países da África, entre eles Gana e Costa do Marfim, os quais passarão a cultivar o produto de maneira ampliada, alterando a sua posição no mercado mundial:

depois de sucessivos investimentos a fim de aumentar a produção em nível nacional que se inicia, sobretudo, na década de 1970 com as políticas modernizantes direcionadas pela CEPLAC, a produção irá sofrer uma queda brusca, alterando a posição do Brasil no *ranking* dos principais países produtores de cacau no mercado mundial, afetando a economia baiana que detinha mais de 85% da produção nacional. Um dos fatores que provocou queda da produção foi a

chegada do vírus denominado *crinipelles pernicioso* (conhecida popularmente como vassoura-de-bruxa) por volta de 1989, alterando as relações de produção e de trabalho no espaço agrário da região litoral Sul da Bahia. (SOUZA, 2011, p. 91).

De acordo com a autora, observa-se que o momento de perda da produtividade na monocultura cacaujeira se encontra diante de um processo mais global de competição no mercado internacional. Cabe reforçar que existia um projeto a nível nacional, o PROCACAU⁵², voltado para ampliar a lavoura cacaujeira alterando os espaços de produção da amêndoa por todo país, a exemplo da expansão da produtividade no Estado do Amazonas. O objetivo central era garantir a competitividade no mercado internacional e delinear uma política a nível federal voltada para a produção da amêndoa.

A situação de crise econômica se acentua com a chegada da vassoura-de-bruxa, porém, não se torna a causa principal, a mesma se intensifica com a diminuição da produção. Tem-se nesse processo uma competição mundial entre outras nações que passam a produzir cacau, o que provocou uma diminuição das vendas nos mercados internacionais, já que a oferta se torna maior e nesses outros espaços o capital não tinha o impedimento do vírus da “vassoura-de-bruxa” que desvalorizava a qualidade das amêndoas, além de não exigir tanto recursos. Esse quadro da posição do país no mercado mundial fez acentuar o processo de crise de superprodução. O vírus foi apenas um fato a mais para agravar o problema relacionado à produtividade que, apesar das políticas de expansão da produtividade terem proporcionado rendimentos significativos, não foi suficiente diante do quadro apresentado com a diminuição brusca da produção no início da década de 1990.

Entre as políticas de recuperação da monocultura do cacau desde a “crise”, umas das mais recentes, como afirmado anteriormente, é o projeto apresentado pela Mars, CEPLAC, universidades e instituições públicas que abrem caminho para uma nova lógica de “desenvolvimento” visando à inserção do Brasil na produção mundial

⁵² “O Programa Nacional para Expansão da Cacaucultura Brasileira – PROCACAU, criado em 1976 e finalizado em 1985, o programa definiu a política brasileira de cacau, dando resultados importantes para aumentar a produção e a produtividade do cacau, elevando o nível de empregos, estimulando os produtores a investirem na ampliação de suas áreas, bem como melhorar as condições de infraestrutura de seus imóveis. O foco principal de atuação se dá na região Amazônica, nos Estados do Pará, Rondônia, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Acre e Goiás; os dois primeiros representavam mais de noventa por cento da área de cacau implantada na região” (SOUZA, 2011, p. 62).

de cacau, assim como evidenciam uma nova parceria entre Estado e capital a fim de assegurar a apropriação do processo de acumulação nesse território.

Lançado em 2010, o projeto teve como principal função promover o “desenvolvimento sustentável” em propriedades produtoras de cacau no Estado da Bahia, cuja área de referência é o município de Barro Preto-BA, local onde se encontra o Centro de Pesquisa do Cacau da Mars e que serve de modelo para a realização inicial do projeto. Segundo entrevista concedida, o representante da empresa responsável pela coordenação do projeto afirma que tal escolha se apresenta pelo fato de ela apresentar um nível de preservação ambiental mais significativo do Brasil em áreas de reserva de mata atlântica, perdendo sua posição apenas para Ilha Bela no Estado de São Paulo. Com duração inicial de cinco anos, o Projeto Barro Preto teve sua primeira conquista desde o início da sua implementação com a aprovação da Lei da Cabruca⁵³ na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 realizada no Brasil no ano de 2012⁵⁴ (Figura 5).

⁵³ A cabruca é um sistema produtivo que conserva espécies da Mata Atlântica, mas que não se caracteriza como floresta, principalmente porque não apresenta os aspectos sucessionais típicos das florestas, quais sejam o bosque, sub-bosque e vegetação rasteira. Na cabruca, o sub-bosque é o próprio cacau, uma cultura econômica praticada há séculos na região. COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA, *Projeto Barro Preto de Conservação Produtiva*, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/restrito/lerNoticia.asp?id=1952>>.

⁵⁴ O primeiro reconhecimento por parte do governo do Estado da Bahia em relação ao projeto Cabruca ocorreu com a aprovação do artigo 117 A, da Lei Ambiental do Estado, Lei nº 12.377 de 28 de dezembro de 2011. O artigo da presente legislação afirma que: “o cacau cabruca é um sistema agroflorestal (agrossilvicultural) que proporciona benefícios ambientais econômicos e sociais. Manejo, plantio, condução e interferências silviculturais nos elementos arbóreos serão disciplinados em disposições regulamentares, ouvindo o órgão agrônomo responsável pela política cacaueira da Bahia, a CEPLAC – SUEBA”.

Figura 5- Área de experimentos do Centro de Pesquisa do Cacau da Mars em Barro Preto-BA.



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

Atualmente o projeto conta com 11 propriedades credenciadas. Os ganhos entre as propriedades variam de R\$1000 por hectares, e a intenção é alcançar 900 quilos por hectares, possibilitando um aumento da renda para R\$6000. Aliada ao aumento da produção há o uso do Selo de Certificação que valoriza ainda mais a produção. O conjunto destas ações está aliado também à produção de madeira legalizada, uma vez que o município é considerado umas das áreas de maior diversidade de espécie nativa de árvores do mundo. Além da comercialização da madeira, há a intenção da comercialização de sementes com preços que podem atingir, a depender da espécie selecionada, até R\$5000 (Figura 6).

Figura 6- Propriedade credenciada pelo Projeto Barro Preto – Barro Preto-BA.



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

De acordo com Rangel (2013), o sistema de conservação da cabruca permitiu o surgimento de novas práticas em relação à produção de cacau além de ações diferenciadas dos chamados remanescentes de Mata Atlântica. A “produção cacaueira no Sul da Bahia, ao longo de 250 anos de existência acabou por contribuir com a conservação de parte da Mata Atlântica existente”. Embora tenha havido casos de práticas de desmatamentos em algumas áreas de maior concentração desses remanescentes, a exemplo da cidade de Camacã em Barro Preto, a comercialização de madeira ilegal foi uma das ações representativas por parte de muitos proprietários da região, principalmente após os efeitos da “crise”, assim como a expansão da pecuária extensiva que representa grande parte dos desmatamentos ocorridos em cidades anteriormente produtoras de cacau (RANGEL, 2013, p. 466).

Segundo a referida autora, a prática de conservação da cabruca perpassa os interesses de uma busca por aparatos legais a fim de criar uma valorização dessas áreas, seja mantendo as florestas em pé ou transformando essas áreas em unidade de proteção⁵⁵. Para os proprietários da cabruca, seu reconhecimento como sistemas agroflorestais tem as seguintes consequências:

⁵⁵ “A microrregião Ilhéus-Itabuna possui 19 RPPNs de administração federal e 1 estadual ocupando área de 2.633 hectares. A conservação ambiental nas áreas de cabruca ou não, resultou também na criação de 2 unidades de conservação de proteção integral, cujo objetivo, segundo o Sistema Nacional de unidades de conservação, ‘[...] é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei’. São ambas de administração federal e mais duas estaduais, correspondendo a 41.529 hectares de terras. Ainda para autora, em relação às unidades de conservação de uso sustentável, a microrregião tem 22 sob a

a) Permissão legal para a comercialização da madeira oriunda do novo raleamento da cabruca; b) voltar a produzir o cacau-cabruca com possibilidade de haver a certificação de origem e melhor preço da amêndoa do cacau no mercado por ser produzido dentro dos princípios da conservação produtiva; c) obtenção de ações extensionistas da CEPLAC no manejo da cabruca; d) abertura de linhas de financiamento oficiais como o Programa de Financiamento de Sustentabilidade Ambiental – FNE VERDE, do Banco do Nordeste; e) associação público-privada, como a da Mars Cacau e CEPLAC, como o Projeto Barro Preto [...]. (RANGEL 2013, p. 470-471).

Tais aspectos põem em questão uma nova lógica de apropriação da natureza enquanto mercadoria atrelada ao falso discurso da sustentabilidade e da preservação vinculada apenas à questão ambiental, ocultando o caráter mercadológico da sociabilidade que define as relações capitalistas de produção e transforma tanto o trabalho como a natureza em mercadoria. De acordo com Conceição (2005), a proposta de sustentabilidade é criada como alternativa de associar crescimento econômico pelo equilíbrio entre as condições ecológicas aos valores ambientais, principalmente com o discurso ideológico da existência do capital humano social e cultural. No entanto, esquece-se de analisar como as ações do desenvolvimento estão associadas à transformação do trabalho e da natureza em mercadoria.

Para a autora, o objetivo da produção reificada e alienante alimenta potencialidades produtivas em realidades destrutivas. A relação homem-natureza é subsumida no poder de gestão do grupo produtor, uma vez que se estabelece na economia de exceção, dos inclusos, responsável pela sustentabilidade ecológica no devir do desenvolvimento, o qual não se define pela apropriação social, mas pela capacidade de participação e solidariedade na produção para o mercado. O discurso da sustentabilidade é veiculado à necessidade do desenvolvimento econômico a partir de recursos *in natura* mediante uma gestão racional da comunidade local. Assim, o discurso ideológico da preservação com base na lógica neoliberal transmite a ideia de que as pequenas reservas existentes no globo estarão alheias ao toque do mercado, ao lucro capitalista, porém como afirma a autora, “assumir o discurso do desenvolvimento humano a partir do sistema capitalista é afirmar a condição

responsabilidade administrativa federal e 7 estaduais em 528.66 hectares. Todas as unidades de conservação foram criadas após a década de 1980, portanto, durante a delimitação temporal da crise cacaujeira” (RANGEL 2013, p. 472).

determinante da insustentabilidade do desenvolvimento sustentável” (CONCEIÇÃO, 2005, p. 7 e p. 12).

De acordo com Souza (2011), o uso do espaço agrário de Barro Preto como precursor dessa estratégia global de inserção do país numa nova lógica de produtividade do cacau não trouxe ganhos significativos para a classe trabalhadora do campo. O discurso de garantia da renda ao produtor significa assegurar maior extração de renda da terra, do lucro capitalista, concretizado, mais uma vez, numa apropriação desigual dos resultados da produção. A intenção, portanto, é inserir o país no mercado mundial e torná-lo referência na produção de cacau.

A função da Mars Cacau como precursora do projeto em parceria com a CEPLAC durante cinco anos da primeira etapa do projeto foi construir espaços para garantir a produtividade das grandes propriedades do município. Em nenhum momento, desde a apresentação do projeto, os pequenos produtores foram inseridos nestas ações. Para os representantes dos Movimentos Sociais (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, Movimento de Luta Pela Terra – MLT e a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado da Bahia – FETAG), a finalidade do projeto jamais poderia beneficiar a “agricultura familiar”, pois o problema já se apresenta com o objetivo da atuação da CEPLAC na região. Para os representantes dos movimentos sociais, esta já surge com o caráter de beneficiar o latifúndio, os grandes proprietários, e hoje não é diferente. O grande problema é que ao ser um órgão público, suas ações evidenciam um beneficiamento para poucos e, sobretudo, para o capital privado. As ações da Mars Cacau no município de Barro Preto não trazem grandes benefícios; elas apresentam uma assistência mínima em relação às reais necessidades da população, principalmente a do campo.

Outro fato agravante segundo a entrevista com o representante dos Movimentos dos Trabalhadores sem Terra J.F.O. é que ao torna-se um país de maior produção de cacau do mundo, o Brasil deixou de investir na questão principal transforma-se no produtor de excelência de chocolate. Para o mesmo,

(...) Sul-Bahia era de conhecimento do mundo inteiro, clima, tudo bom aqui, mas não conseguimos fazer parte do mais importante, porque quem produz amêndoa de cacau fica com 7%, quem produz e vende chocolate fica com 100%, com 73%, então 73% sai da porteira para fora. Já produzia uma riqueza imensa, já imaginou só com 7%, imagina com 100%. Então essa região aqui é muito rica e

se entrar na discussão da economia da Mata Atlântica, a gente tem cosmético, resina, vários produtos farmacêuticos para curar várias doenças, então o bioma mata atlântica é riquíssimo, apesar de estar muito pequeno. Eles negaram essa condição da região, a CEPLAC foi no ponto fundamental para isso, para negar essa região, inclusive negar o jequitibá, o jacarandá, as madeiras nobres que tinham aqui eles faziam derruba total e plantava eritrina, que trouxe lá de Paris (...).

(...) Com a crise da vassoura de bruxa, quebrou todo mundo e agora, além de negação, tem ódio. Todo mundo acha que isso aqui é rico, é milionária essa região, hoje aqui é a maior pobreza que tem depois da região metropolitana de Salvador. Tem o maior número de gente com Bolsa Família e essa região se transformou daqui de Itabuna ao extremo sul a mais violenta em termo de número de pessoas. 70% do povo que sai do campo, a maioria está na periferia e a outra parte está na cadeia ou está no tráfico [...] porque nós trocamos nosso destino, agora é preciso que a gente recomponha a perspectiva e encontre nosso destino aqui dentro dessa região (...).

Para os movimentos sociais, outro problema apresentado pelo projeto é a venda de madeira legalizada. Além dos aspectos que beneficiam o alcance de uma maior produtividade de amêndoas de cacau dos grandes proprietários, estes surgem com o intuito de legalizar a destruição da Mata Atlântica com a comercialização da madeira. Ainda para os mesmos, o que deveria ser importante neste projeto seria uma perspectiva de ação para recuperação da mata, a qual sofreu, durante este período pós “crise”, um intenso processo de desmatamento, ou seja, seriam ações que viabilizassem plantio e não a retirada.

Ainda para o representante do MST J.F.O., coordenador do Assentamento Terra a Vista (Figura 7), é necessário repensar e direcionar ações que viabilize outra perspectiva para a cultura do cacau no sul da Bahia. O assentamento que surge no ano de 1994, é referência da luta pela terra na região e no Brasil. Atualmente desenvolve suas ações pautadas em três pilares: primeiro a soberania alimentar, segundo produzir para se ter uma renda digna e terceiro elevar o nível de educação, conhecimento, ciência e tecnologia.

Figura 7: Assentamento Terra a Vista – Arataca/BA



Fonte: pesquisa de campo, 2015; acervo fotográfico do Assentamento Terra a Vista.

Baseados nesses três pilares produzem chocolate gourmet e desenvolvem trabalhos no campo da educação, a exemplo do Centro Integrado Milton Santos, que possui sete cursos técnicos (Agroecologia, Meio Ambiente, Informática, Zootecnia, Agroindústria, Agroextrativismo e Segurança do Trabalho) e uma pós-graduação em Agroecologia. O projeto visa atender não apenas os assentados, mais os municípios vizinhos e as comunidades rurais. Hoje o Centro Integrado Milton Santos, abrange 11 municípios, representando um número em torno de 197 mil pessoas. Para o representante do Assentamento é necessário “ir formando as cabeças pensantes, tem que mudar essa região em outra perspectiva”. Ainda na área da educação, o desafio é implementar um curso a nível de Mestrado.

Então esse é o desafio nosso aqui e nós fomos longe, há 8 anos fazendo a pesquisa na questão do cacau orgânico, já chegamos no cacau fino, chocolate, mas estamos sentido que [...] primeiro, nós sozinhos não tocamos isso, segundo precisamos de uma estrutura industrial para fazer nosso chocolate e precisa de uma capital de giro para colocar nosso trabalho feito, tem um marketing até bom, mas precisa ter volume de mercadoria e levar ao mercado mais distante e também criar um chocolate que não seja só para a elite. O chocolate tem que ser para todas as camadas da sociedade. Isso é um desafio muito grande, e que sozinho não vamos fazer. A outra coisa para entrar nessa questão do chocolate e outras coisas mais afinada aqui, precisamos ter uma escola que se dedique a esse estudo, a esse conhecimento. Estamos nessa caminhada e com essa questão que não fazemos nada sozinho, construir uma teia de agroecologia, polos da cabruca e da Mata Atlântica; e tamo (*sic*) incluindo indígena, quilombola, pequenos produtores, outros assentamentos, na ideia de fazer um grande ajuntamento das pessoas, trabalhar a questão do conhecimento desse povo que está aí e encontrar saída para essa região (...).

Indo na contramão dos projetos do grande capital, os camponeses assentados revelam uma perspectiva diferenciada para os problemas que enfrentam na região. Propõem uma produção de cacau baseada no fortalecimento da agroecologia, preservando a mata atlântica, caminhando em defesa da soberania alimentar e produzindo espaços de formação de conhecimento para emancipação humana e social. A relação homem e natureza não se caracterizam na destruição e apropriação indevida das capacidades produtivas que a mesma possibilita. É a produção para preservação. A produção final do cacau é controlada pelos assentados a fim de ter autonomia em relação ao seu produto (produção e uso; excedente para a venda no mercado). É o conhecimento para transformar a natureza e garantir as necessidades de uso e não do lucro.

Como observado, os projetos contrários caminham a todo vapor, apresentando assim um falso discurso de “preservação e conservação da natureza”. Uma das questões centrais que envolvem a intensão do projeto da Mars Cacau em andamento, por exemplo, é garantir o pagamento por serviços ambientais por lei, situação já resolvida a partir da aprovação do Decreto nº 15.180 de 02 de junho de 2014 que regulamenta a gestão das florestas e das demais formas de vegetação do Estado da Bahia, assim como a Lei nº 13.223 de 12 de janeiro de 2015 que institui a política estadual de pagamento por serviços ambientais.

Todo este aparato legal é acompanhado de uma estratégia global, visando oferecer suporte às necessidades apresentadas pela produção de cacau atualmente, por exemplo, suprir as demandas das indústrias comercializadoras de produtos com chocolate pelo mundo e, o mais importante, garantir melhor posição do país em relação à competitividade internacional do mercado de cacau. Embora os países africanos dominem 70% da produção mundial de cacau, a Costa do Marfim, líder nessa produção, apresenta problemas: não há tecnologia adequada, a qualidade da amêndoa não é a mesma encontrada no Brasil. A intenção é colocar o Brasil no patamar de primeiro produtor de cacau do mundo.

A CEPLAC possui o maior acervo de pesquisa sobre o cacau do mundo. Durante toda a sua existência, sua função foi garantir o suporte aos latifundiários e empresas privadas que dominam o controle da produção de cacau no Brasil, assim como no período de “crise” da produtividade. Um exemplo claro apresentado na atualidade é a nova investida por parte do Estado e da parceria entre os órgãos de pesquisa (CEPLAC, UFSB, UESC, entre outros) para a criação do Parque

Tecnológico do Sul da Bahia que irá agregar o Centro de Formação em Tecnologia e Ciências e o Centro de Formação em Ciências e Tecnologias Agroflorestais do Sul da Bahia.

Seguindo outras ações, os empreendimentos que representam as novas investidas do capital na região é a construção do Complexo Porto Sul e da Ferrovia Leste-Oeste. A construção do primeiro, por exemplo, vem acompanhado de um discurso ideológico do “desenvolvimento”, em que possibilitará aumento na geração de emprego, elevando o quadro socioeconômico da mesma. O projeto que foi lançado em 2008, via parceria do Governo do Estado e BAMIN (Bahia Mineração S.A.) visa suprir as necessidades de escoamento da produção de minério de ferro, principalmente as jazidas localizadas na cidade de Caetité no sudoeste baiano. Além de servir a cadeia do Agronegócio localizado, principalmente no oeste baiano, mais especificamente na cidade de Barreiras, entre outros. A intenção de ambos os projetos, o Complexo do Porto Sul, e a construção da Ferrovia Leste-Oeste, é criar as condições para favorecer aos latifundiários do agronegócio e das empresas (nacionais e internacionais); configurando-se novos focos de investimentos de capitais privados na Bahia e em outras partes do país, legitimado e garantido pelo Estado.

Em evento oficial para a assinatura do termo de concessão do terreno doado pela CEPLAC, ocorrido no dia 9 de junho de 2015, as três instituições parceiras do projeto estiveram presentes, além da presença dos órgãos estatais vinculados à agricultura no Estado, prefeituras municipais das cidades de Itabuna e Ilhéus, entre outros (Figura 8). O terreno doado pela CEPLAC possui uma área de 37 hectares. A construção do Centro de Formação em Tecnologia e Ciências e o Centro de Formação em Ciências e Tecnologias Agroflorestais nesta respectiva área inaugura uma nova forma de atuação das universidades e do próprio órgão para garantir o suporte necessário às novas políticas implementadas no Litoral Sul da Bahia, não apenas no que diz respeito ao cultivo do cacau, mas em todo um complexo de ações voltadas para a agricultura que envolve as potencialidades produtivas da silvicultura, dendê, café, banana, entre outros.

Figura 8- Evento realizado para assinatura do termo de concessão do terreno doado pela CEPLAC e UFSB no ano de 2015 – Itabuna-BA.



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

Neste sentido, a transformação da natureza na sociedade perpassa diferentes níveis de evolução, apresentando, em cada tempo histórico, um domínio específico dos meios de produção. As transformações na tecnologia são exemplos marcantes da relação entre homem e natureza, definidores de uma forma específica de sociabilidade. Nos marcos do sistema capitalista, o aparato tecnológico proporcionará um desenvolvimento cada vez mais ampliado das forças produtivas, sua característica mais desenvolvida. Segundo Marx (2013), ocorrerá no surgimento do capitalismo industrial, fato que evidencia a condição essencial para o processo de autovalorização do capital, o aumento da produtividade do trabalho a partir da diminuição do tempo de trabalho necessário, o qual garante maior extração de mais-valor (mais-valor relativo). O que significa um aparato tecnológico cada vez mais sofisticado para o desenvolvimento social nos marcos capitalistas? Uma nova forma organizacional de produção que proporciona ao capitalismo ampliar sua forma de produção e garantir maior controle tanto do trabalho (homem) quanto da natureza.

Smith (1984) amparado pela teoria marxista, afirma que o desenvolvimento capitalista envolve um desenvolvimento quantitativo mais do que qualitativo da relação com a natureza. Sua relação terá como ponto central a transformação do valor de uso e o valor de troca. Neste sentido, para o autor, “com o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial e a generalização das relações de trabalho assalariadas, a relação com a natureza é, antes de mais nada, uma relação de valor de troca”. Ou seja, a lógica da produção capitalista e sua apropriação da natureza são acompanhadas, não para necessidades naturais do uso, mas “pela satisfação

de uma necessidade em particular: lucro. Na busca do lucro, o capital corre o mundo inteiro” (SMITH, 1984, p. 93-94).

Não podemos perder de vista, afirma Harvey, que “tecnologias e formas organizacionais caíam do céu. Elas são produzidas a partir de concepções mentais. Também surgem de nossas relações sociais e em resposta às necessidades práticas da vida cotidiana, ou dos processos de trabalho” (HARVEY, 2013b, p. 193). Os aparatos científicos e tecnológicos de maior suporte para as determinações envolvidas na produção da agricultura foram a criação da CEPLAC, principalmente para o suporte da monocultura do cacau em seu momento de maior ascensão, sendo, portanto, estrategicamente o principal parceiro para a criação do Parque Tecnológico do Sul da Bahia. A instituição é criada em 1957 com a tentativa de reestabelecer o equilíbrio econômico dos produtores do cacau (acarretada pelo desequilíbrio no mercado internacional que reduzia a competitividade do cacau baiano), centrando suas ações nas áreas de créditos, e posteriormente dando suporte à economia cacaueira através de um programa integrado de longo alcance que atingia a produção agrícola, a comercialização, a infraestrutura e o desenvolvimento regional (DINIZ; DUARTE, 1983).

Atualmente seu principal objetivo centra-se nas seguintes questões:

promover a competitividade e sustentabilidade dos segmentos agropecuários, agroflorestal e agroindustrial para o desenvolvimento das regiões produtoras de cacau [...]. A prioridade atual consiste na recuperação da economia regional; na promoção da diversificação vertical e horizontal da atividade agropecuária, com o apoio à implantação de agroindústrias e o plantio e/ou expansão de novos cultivos e, na implementação de ações voltadas para a conservação ambiental, através de parcerias com organizações públicas e não governamentais, visando o desenvolvimento de atividades agrônômicas sustentáveis e a preservação dos fragmentos florestais remanescentes, por estar inserido em dois dos mais estratégicos ecossistemas do Brasil – a mata atlântica e a floresta amazônica. (COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA, 2015).

De acordo com Souza, a criação da CEPLAC, assim como o Instituto do Cacau, criado em 1931 na Bahia, participou de uma política direcionada pelo Estado, cujo objetivo era o estímulo à concentração de capitais no setor da agricultura, focalizando o aumento da produtividade, ao passo que representava a consolidação da monocultura do cacau como um dos principais produtos responsáveis pela acumulação de capital para o país. Ainda para a autora, a

elaboração de políticas de desenvolvimento, através de órgãos institucionais, desvenda o caráter conciliatório entre Estado e capital, uma vez que ambos são inseparáveis no interesse do acúmulo lucrativo, ainda que contraditoriamente busquem maior ou menor intensidade de atuação nos espaços possíveis para garantia de sua expansão. O que subjaz a esta lógica é o benefício aos grupos que detêm o controle dos meios de produção e o direcionamento dos aparelhos do Estado para garantir um maior controle da terra e do trabalho (SOUZA, 2011).

5.2 A relação Estado-Capital-Trabalho e os espaços “possíveis” para a exploração

De acordo com Souza, quando se estabelece a necessidade de alterações no modelo de produção, o sistema do capital desenvolve suas ações a fim de manter o processo de acumulação intacto e, longe de promover a socialização das soluções de forma homogênea produz espaço dialeticamente desigual, ampliando cada vez mais as contradições que emanam da sua própria essência:

analisando as alterações que se materializam espacialmente no decorrer da formação histórica da economia cacaueira – a qual se relaciona mundialmente ao sistema global capitalista – as denominadas situações de crise de produção que se evidenciam em diferentes momentos históricos devem ser compreendidas a partir das formas contraditórias de o capital produzir espaço e como ele se amplia desigualmente. (SOUZA, 2011, p. 84).

Ainda para a autora, a parceria inseparável entre Estado e capital na primeira metade do século XX – e de forma mais consolidada na segunda metade do mesmo século – fez com que nos momentos de “crise” de produção na monocultura cacaueira fossem elaboradas intervenções políticas que favorecessem a lógica de acumulação globalmente articulada, ou seja, era o momento em que ocorria a expansão do sistema capitalista no Brasil. A atuação do Estado se torna fundamental para criar os espaços possíveis para exploração, alterando as relações de produção e de trabalho existentes, e caminhando no sentido de garantir que tanto a agricultura como a indústria atendam ao novo modelo de reprodução capitalista. As políticas de créditos através das instituições criadas para o financiamento e estruturação da economia regional (ICB, CEPLAC, PROCACAU, etc.), o processo de ampliação das indústrias de processamento da amêndoa de cacau a partir da

década de 1960, a política de ampliação da produção de cacau em nível nacional (principalmente para a região da Amazônia) para atender as demandas das indústrias e elevar o país ao primeiro lugar na competição dos maiores produtores de cacau são ações inseridas no processo mais geral da acumulação capitalista (SOUZA, 2011).

As intervenções políticas na economia cacaueira, portanto, sempre estiveram atreladas às necessidades da classe burguesa concretizada na figura dos coronéis do cacau e do setor comercial e financeiro das casas de exportação e, mais recentemente, às empresas multinacionais e toda a cadeia produtiva do cacau interligada internacionalmente. O Estado, em todo o processo histórico firmou-se para atender a esses interesses e fazer com que os trabalhadores, tanto do campo quanto da cidade, sofressem as ações perversas do domínio do capital:

o Estado enquanto funcional ao capital sempre se manteve alheio aos verdadeiros produtores. Sua criação torna-se fundamental para garantir a exploração de uma classe sobre a outra, sua existência é uma pré-condição para o desenvolvimento do capitalismo. As intervenções políticas que se materializam na sociedade, por exemplo, são postas como garantia para a expansão e acumulação do capital a partir da exploração do trabalho. O Estado enquanto instrumento concreto da representação da classe dominante é responsável em criar alternativas para que o capital domine o espaço e os diferentes territórios de acordo com a necessidade de sua expansão. Neste sentido, a sua atuação é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. (SOUZA, 2011, p. 74).

É interessante pontuar, afirma Dutra Júnior, que “a sociedade baseada no modo de produção do capital aprofundou intensamente a exploração e a miserabilidade do trabalhador”. Portanto, as contradições que emanam da própria produção social necessitam de um controle para garantir o bom funcionamento do *status quo*, e o Estado é uma força no sentido de garantir este funcionamento (DUTRA JÚNIOR, 2010, p. 21):

na condição sociometabólica do capital, o Estado é fundamental como arquiteto da construção/divulgação da ideologia capitalista e germinador da semente do capital (mecanismo de extrair sobretrabalho), perpetua a produção da mais-valia oferecendo condicionantes infraestruturais (financiamento e obras diversas – apropriadas privadamente) e na dimensão jurídico-política e ideológica (o controle do poder político é imprescindível para qualquer empreitada relativa à reprodução das relações de produção). (DUTRA JÚNIOR, 2010, p. 23).

Dessa forma, a atuação do Estado é um maquinário importante para o sistema capitalista. Como as ações do capital transitam globalmente, é imprescindível que no processo de acumulação os espaços sejam mapeados conforme as condições que farão com que a extração do mais valor se efetive. Na divisão do trabalho estabelecida para garantir o seu controle, as classes dominantes se firmam como poderio implacável para direcionar as políticas de intervenção e se beneficiam diretamente à custa da miséria dos trabalhadores que estão sujeitados ao capital para produzir tanto no campo quanto na cidade.

Segundo Souza, a partir da década de 1980, a monocultura cacaueteira passou por um processo de reestruturação econômica no seu modelo de produção. A diminuição dos preços do cacau, o aumento da concorrência nos mercados internacionais (com destaque para Costa do Marfim e Malásia), o endividamento por parte dos produtores, as irregularidades climáticas, e a chegada do vírus *crinipipelles pernicioso* (conhecido popularmente como vassoura-de-bruxa) trouxeram consequências nas relações econômicas, políticas e sociais da região cacaueteira. O Estado continuará atuando de forma de garantir que os efeitos da “crise” sejam combatidos. Pouco mais de duas décadas após a diminuição da produção, manteve suas políticas de recuperação da lavoura cacaueteira direcionadas pela CEPLAC, através de pesquisas visando o melhoramento genético (o processo de clonagem é um exemplo disso), além da inserção de novas culturas voltadas à política do agronegócio tais como a da borracha, tendo como missão o combate à vassoura-de-bruxa, a promoção da diversidade agroindustrial e a implementação de ações voltadas para gestão ambiental, através do incentivo à agricultura sustentável e à preservação dos remanescentes de mata atlântica (SOUZA, 2011).

Considera a autora, que, a primeira intervenção criada a fim de garantir a recuperação da lavoura cacaueteira após a intensificação da “crise” é lançada através do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueteira (PRLCB). Criado em 1995, teve como objetivo beneficiar os produtores de cacau das regiões baianas afetadas pelo vírus da vassoura-de-bruxa e garantir o aumento da produção de cacau, facilitando o acesso aos recursos financeiros para o manejo da cultura e controle da doença entre os anos de 1995 a 2003. Um dos resultados obtidos durante os experimentos das diversas pesquisas foi o processo de produção de clones tolerantes à vassoura-de-bruxa. Para favorecer a multiplicação em larga escala das mudas clonais, é criado o complexo Biofábrica de Cacau, com a parceria entre a

Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI) e a CEPLAC. Outra política significativa voltada para o desenvolvimento se concretiza com a criação do Plano Executivo para a Aceleração do Desenvolvimento e Diversificação do Agronegócio na Região Cacaueira do Estado da Bahia (PAC do Cacau) que propõe, sobretudo, a revitalização da produção do cacau, assistência técnica, renegociação das dívidas dos produtores frente aos efeitos da crise, novas alternativas para produção de outros produtos (borracha, dendê, etc.), o que sinaliza o fortalecimento do agronegócio. Além do projeto “Costa do cacau” que visa à parceria com a iniciativa pública e privada a fim de promover o desenvolvimento do turismo (SOUZA, 2011).

Ao passo que se verifica a implementação de políticas voltadas para reerguer o setor produtivo da monocultura cacaueira, neste mesmo contexto percebe-se uma alteração no modelo de desenvolvimento direcionado pelo Estado com forte presença do capital industrial. A partir de 1998 cresce a atuação de grupos empresariais no Estado da Bahia, a exemplo da Trifil-Indústria de Meias Scalina Ltda., localizada na cidade de Itabuna-BA e principalmente as do setor calçadista, como o grupo Vulcabras Azaleia localizado na cidade de Itapetinga-BA, os quais sustentam seus lucros com o excedente de mão-de-obra que se apresenta, principalmente, nos municípios da região do litoral Sul e Sudoeste do Estado. De acordo com Souza,

os investimentos industriais nos dois polos de desenvolvimento regional da região litoral Sul, Itabuna e Ilhéus – se caracterizam respectivamente, na presença de setores no ramo de calçados e confecções. Em Ilhéus, além do polo de confecções, é predominante o polo de informática, que surge em 1995 em parceria com o projeto PROBAHIA. É necessário pontuar que a proposta de investimentos no setor industrial voltada para diversidade e interiorização no Estado, especificamente em Ilhéus e Itabuna, diz respeito ao processo considerado para muitos como motivador para uma nova lógica de desenvolvimento local e a busca da superação da crise da monocultura cacaueira. (SOUZA, 2011, p. 162).

Os investimentos em capital industrial ocorrem justamente pela possibilidade de extrair lucro fundamentado na exploração da força de trabalho de milhares de trabalhadores do campo, que na condição de supérfluos migram para as periferias das cidades a procura de labor. O mapeamento de espaço capaz de gerar uma quantidade maior de extração do lucro capitalista se dá, sobretudo, pela procura de mão de obra barata (nesse caso, a função do exército de reserva torna-se

fundamental, mantendo a possibilidade de intensificar a exploração do trabalho, assim como garantir a diminuição dos salários, logo um maior lucro), diminuindo os custos de produção.

Nesse sentido, tanto o capital como o trabalho se tornam móveis para acumular mais-valor e garantir o processo de reprodução capitalista. O processo de interiorização industrial da Bahia, a vinda de industriais do Sul e Sudeste, principalmente do ramo de calçados, implicou, sobretudo no interior do processo de concorrência capitalista, uma nova territorialização do capital a fim de extrair sobretrabalho, projetando assim uma produção satisfatória para fazer jus às leis de mercado. Nesse caso, a mobilidade do capital, para garantir seus investimentos na Bahia ocorre devido à possibilidade de encontrar essa reserva de força de trabalho capaz de ser explorada, e ainda de ser submetida a intensas horas de trabalho com baixos salários. Se em um momento essa exploração se deu no campo com a produção do cacau, este impõe outro formato de exploração dessa reserva: no chão da fábrica.

No contexto atual, foi evidenciado que a empresa Vulcabras Azaleia, umas das que mais empregava força de trabalho no raio espacial que transcende a região Sudoeste da Bahia, desempregou quase o total de trabalhadores que chegava ao número de 20 mil. As demissões em massa iniciaram com mais força no ano de 2012. Segundo matérias do site Bahia Notícias, a empresa fechou 12 unidades industriais localizadas em vários municípios do Sudoeste baiano, demitindo quatro mil empregados. Tal justificativa, de acordo com a reportagem, se deu pelo fato de que, a empresa

tem registrado sucessivos e elevados prejuízos financeiros em decorrência do aumento da competição, causado pela excessiva entrada de produtos importados a preços muito baixos, não compatíveis com a estrutura de custos da empresa em território baiano.

Em pesquisa realizada sobre o processo de exploração de trabalhadores, sobretudo migrantes do campo na empresa de calçados em questão, apontávamos que a tendência da mesma era migrar para outros espaços, principalmente pelos problemas acarretados no mercado de calçados mundial naquele momento, além dos avanços das importações de produtores asiáticos que provocaram a queda das exportações brasileiras. O efeito desta crise de competitividades foi acompanhado

do fechamento de empresas no Sul do país e uma intensa migração de capitais do ramo calçadista para outras áreas do país, como por exemplo, Bahia, Sergipe e Ceará⁵⁶. Na Bahia, o efeito da crise ocorreu com grandes demissões da Vulcabras Azaleia no município de Itapetinga já no ano de 2011, e com a divulgação oficial no site da empresa de que fecharia suas portas a fim de migrar para Nova Délhi, capital da Índia (nesses novos espaços a força de trabalho é mais barata, possibilitando um menor custo de produção e maior extração do valor)⁵⁷.

Com menos de um ano de grandes demissões da maior matriz de produção de calçados da Bahia, em parceria com o Estado, os novos capitalistas tecem estratégias para buscar outras formas de exploração. Antes mesmo do fechamento de todas as unidades da empresa em questão, atualmente apresentam-se na região novas instalações de fábricas que migram do Sul do país, especificamente de Santa Catarina, a exemplo das empresas calçadistas do ramo feminino, Renata Melo Calçados, Lia Line e Barbara Krás. Além disso, foi notificado pela empresa Vulcabrás Azaleia no início de 2016 que haverá possibilidades de novas contratações para realização de empregos na sede da mesma localizada em Itapetinga.

O discurso oficial, principalmente mediado pelo Estado, era de grande insatisfação em relação às demissões em massa praticadas pela Vulcabras Azaleia. Problemas com o pagamento do seguro desemprego de inúmeros trabalhadores, ações seguidas de processos pleiteados pelo Ministério do Trabalho contra a empresa também foram exemplos dessas insatisfações, entre outros. O foco eram os grandes problemas acarretados pela instalação da empresa e seu descompromisso com a população desempregada.

Com menos de um ano da ocorrência de graves problemas com o futuro fechamento da empresa, hoje o discurso é voltado para a grande expectativa do mais novo polo calçadista do Sudoeste baiano. O discurso do “desenvolvimento” e da nova geração de empregos é evidenciado pelo discurso oficial e, mais uma vez, os grandes capitalistas com suas asas de rapina se vangloriam com as possibilidades da exploração da força de trabalho de homens e mulheres (jovens)

⁵⁶ Para conhecimento da atuação de empresas do ramo calçadista e o processo de mobilidade do trabalho no Nordeste, especificamente no Estado de Sergipe, ver dissertação elaborada por José Renato de Lima *Do torrão da vida à marcha forçada rumo ao apito das gaiolas de pedra: mobilidade do trabalho e a dialética campo-cidade no município de Ribeirópolis -SE*.

⁵⁷ Para maiores informações ver Souza (2011).

que na condição de supérfluos passam agora a servirem novamente à extração dos lucros do grande capital.

5.2.1 Os eternos andarilhos rumo ao desconhecido: a ampliação da camada do exército industrial de reserva e os caminhos da incerteza

Umas das características apresentadas nas formas de reprodução capitalista na lógica da acumulação flexível é a intensificação da mobilidade do trabalho, as formas de submissão cada vez mais perversas do trabalho ao capital, seguidas do movimento de precarização e fluidez da força de trabalho. Atrelada à crise estrutural e ao desemprego estrutural, a condição do caráter móvel do trabalho ganha materialidade diferenciada nas formas de reprodução do capitalismo no século XXI.

O crescimento migratório no mundo segundo dados oficiais de diferentes organismos e instituições nacionais e internacionais – Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas (ONU), Ministério do Trabalho no Brasil, entre outros – tem apresentado um número significativo, principalmente em relação a períodos anteriores à crise. Na Europa, por exemplo, os efeitos da crise estrutural, atrelada às novas ações imperialistas entre as grandes potências mundiais a fim de dominar e controlar as riquezas petrolíferas de países asiáticos, entre outras questões, trazem grandes consequências para a população que vive nesses países, a qual acaba sendo expulsa dos seus territórios de origem em virtude da intensificação de guerras, além de seculares conflitos religiosos.

De acordo com Kurz (2005), as guerras contemporâneas de ordenamento do mundo precisam ser explicadas a partir de uma análise concreta do desenvolvimento global social. A mesma explicação vale para os problemas dos movimentos migratórios socioeconômicos. Para o autor,

[...] a migração no mundo não é um processo possível de ser explicado a partir de si mesmo. Não é um fenômeno de uma mudança meramente cultural, na qual se demonstra um novo caráter nômade ou até a “essência humana” “propriamente” nômade, como alguns filósofos pós-modernos afirmam. A migração, como a guerra, apenas podem ser explicadas como fenômeno de um desenvolvimento social concreto. (KURZ, 2005, p. 1, grifos do autor).

Para o autor, a migração atual tem uma característica universal e global, ou seja, no sistema do capitalismo globalizado e em crise, os trabalhadores se tornam

cada vez mais sujeitos “supérfluos” e não podem nem ao menos vender sua força de trabalho:

os ‘supérfluos’ estão sendo expelidos para circuitos subordinados, seja como empresários da miséria na circulação (ambulantes), como catadores de lixo, seja como força de trabalho doméstica barata; ou, então caem em miséria absoluta. (KURZ, 2005, p. 2-4, grifo do autor).

Por outro lado, grande parte dessa migração da miséria desmobilizada também não encontra nos “oásis” da rentabilidade nenhuma ocupação regular. Em consequência disso, formaram-se, em menos de duas décadas, verdadeiras aglomerações urbanas monstruosas de uma população que não mais é integrável ao sistema produtor de mercadorias.

Há mais de duas décadas, trabalhadores que migram do campo para a cidade no Litoral Sul da Bahia, convivem com um cotidiano pautado na busca por moradia e trabalho; em meio à intensificação da pobreza vivem o desemprego e caminham na incerteza do labor. Os bairros pesquisados, produto de ocupações urbanas, formam o cenário de uma cidade apartada dos que nela convivem. Os grandes aglomerados urbanos no capitalismo contemporâneo são cada vez mais preenchidos por trabalhadores “supérfluos” e que vivenciam uma asfixia cotidiana, no e pelo trabalho.

Compreendendo os aspectos que movem os movimentos migratórios no Brasil, Silva (2003) afirma que é importante que as análises desses movimentos do trabalho sejam elaboradas principalmente a partir dos anos 1960 e 70, quando se percebe no Brasil um maior efeito da crise do paradigma fordista de produção e o nascimento de um novo modelo que concentra forças a partir de um trabalho mais flexível:

desde os anos 80 observam-se os primeiros sinais do novo período do desenvolvimento capitalista, fundado numa flexibilização crescente em nível econômico e social. A passagem para um novo regime de acumulação acompanhou algumas mudanças fundamentais que se apresentam nos modos de produção e consumo, nas transações, nos mecanismos institucionais de regulação das relações sociais, na reestruturação espacial da sociedade, na definição de conteúdos ideológicos dos espaços, além do estabelecimento da nova divisão social do trabalho e na criação de novos espaços de produção e consumo. Podemos perceber como vem se processando, pouco a pouco, o velho e o novo discurso justificado de estratégia de acumulação do capital nos seus efeitos sobre o uso da força de trabalho. (SILVA, 2003, p. 36).

A forma de expansão do sistema capitalista iniciada no século XX se consolida com a atuação mundializada do capital financeiro, da atuação dos grandes grupos empresariais (multinacionais, transnacionais, etc.) em escala global, modelando a nova divisão internacional do trabalho. O processo de mundialização se caracteriza como “a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914”, ao mesmo tempo em que “as políticas do liberalismo econômico seguidas dos processos de privatizações, desregulamentações e desmantelamento de conquistas sociais e democráticas aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan”, tornaram-se ações políticas indispensáveis para que tanto o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais se expandissem e explorassem os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes fosse conveniente (CHESNAIS, 1996, p. 34).

Ainda para Silva, em meio ao desenvolvimento capitalista, a produção da mobilidade do trabalho segue seu curso em tempo e espaços diversos, mantendo as suas particularidades. Portanto, “o movimento histórico de produção da mobilidade de trabalho é dialético”, o foco das análises não só necessitam recair sobre “as estratégias de subordinação dos trabalhadores ao capital”, mas também “sobre as contraestratégias de insubordinação daqueles a estes”. Os processos de transformação que vão definir a produção do trabalho móvel incidem sobre a esfera econômica (SILVA, 2003, p. 38).

Aliado ao alto avanço tecnológico que proporciona uma maior produtividade de mercadorias nas diferentes formas de produção espalhadas mundialmente, contraditoriamente se encontra um número cada vez mais reduzido de trabalhadores empregados (evidenciando o desemprego estrutural), materializados no sistema de subcontratação e informalidade. Para Mészáros, o desenvolvimento histórico, o qual o sistema capitalista alcançou até o momento tem como traço dominante o desemprego que constitui “uma malha de interrelações e indeterminações pelas quais hoje se torna impossível encontrar remédios e soluções parciais para o problema”:

nos últimos anos, um grande número de discursos propagandearam as virtudes universalmente benéficas da “globalização”, deturpando a tendência de expansão e integração globais do capital como um fenômeno radicalmente novo destinado a resolver todos os nossos problemas. A grande ironia da tendência real do desenvolvimento –

inerente à lógica do capital desde a constituição inicial desse sistema séculos atrás, e que atinge sua maturidade em nosso próprio tempo de uma forma inexoravelmente associada à sua crise estrutural – é que o avanço produtivo desse modo antagônico de controle do metabolismo social lança uma parcela cada vez maior da humanidade na categoria de trabalho supérfluo. (MÉSZÁROS, 2007, p. 145, grifo do autor).

É importante assinalar que não há sociabilidade sem trabalho. Nas diversas análises sobre o trabalho na sociedade moderna, principalmente as que marcam os anos de 1960 até os dias atuais, como observamos nos debates que antecede este capítulo, há uma defesa contundente da possibilidade da perda da centralidade do trabalho.

Por ora, compreendemos que, ao invés da perda da centralidade do trabalho no atual estágio de reprodução capitalista, há uma necessidade de resgate da teoria do valor trabalho desenvolvida por Marx, uma vez que a submissão do trabalho ao capital na sua relação autodestrutiva de ser põe em evidência uma maior exploração do trabalho, uma subjugação maior do trabalho ao capital, seja a partir do desenvolvimento das forças produtivas que garantem uma produtividade maior do trabalho, seja a partir da manipulação perversa do exército industrial de reserva (evidencia-se aqui o processo de desemprego estrutural) que desvaloriza a força de trabalho e intensifica o caráter móvel do trabalho rumo aos caminhos da incerteza do labor, tornando os trabalhadores eternos andarilhos para os lucros do capital⁵⁸.

O perfil desse processo de alta exploração do trabalho se materializa historicamente em todo o sistema capitalista. No processo de reprodução ou/e de acumulação, a força de trabalho é a condição de sua expansão, e tem de incorporar-se continuamente ao capital; “sua escravização ao capital se dissimula apenas com a mudança dos capitalistas a que se vende, e sua reprodução constitui, na realidade, um fator de reprodução do próprio capital”, o que significa que “acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado”. Esses trabalhadores, quando não garantem as necessidades de expansão adquiridas em determinadas condições sociais do capital, automaticamente tornam-nas supérfluas (MARX, 2010, p. 716-717):

⁵⁸ A título de debate que tece críticas à leitura do fim do trabalho, o livro de Sérgio Lessa *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo* nos dá uma excelente contribuição para o aprofundamento das discussões.

a lei da acumulação capitalista, mistificada em lei natural, na realidade significa que sua natureza exclui todo o decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada. (MARX, 2010, p. 724).

Com a massa de desempregados advinda do processo de investimentos em capital constante a fim de saciar os desejos expansivos do sistema sociometabólico do capital isto traz para os trabalhadores um processo de compensação materializada na desvalorização dessa força de trabalho, ao passo que aumenta o número deste à disposição da exploração capitalista, açoitando de maneira mais terrível a classe trabalhadora. No Brasil, a realidade dos bolivianos, haitianos, chilenos, equatorianos, e, mais recentemente, os sírios revela como estes sujeitos migrantes são recrutados na maior parte das vezes, para trabalhos precarizados nos mercados informais de trabalho, e até mesmo em sistemas de escravidão nas indústrias paulistas. Por outro lado, além de se submeterem a condições mais desumanas de trabalho, grande parte dessa população de migrantes vive os efeitos do desemprego estrutural.

Nesse sentido, uma das características do novo padrão de acumulação capitalista é tornar a força de trabalho cada vez mais móvel precarizada, descartável, supérflua; sujeitos andarilhos que, como afirma Conceição (2015), se submetem cada vez mais, aos preceitos do ciclo reprodutivo do capital ampliando a camada do exército industrial de reserva. Para a autora,

a ruptura do padrão fordista gerou outro modo de trabalho e de vida pautado na flexibilização e na precarização do trabalho, como existências do processo de financeirização da economia, que viabilizaram a mundialização do capital num grau nunca antes alcançado. Embora contraditoriamente possa representar-se alienígena ao processo de tecnificação da economia, a flexibilização do mercado de trabalho possibilitou a precarização do trabalho. Os trabalhadores, expropriados dos direitos trabalhistas e diante da intensa deflação se tornam vulneráveis, sem segurança, submetem-se ao capital no processo de acumulação ilimitada. (CONCEIÇÃO, 2015, p. 8).

Em *Grundrisse*, Karl Marx, ao debater o processo de reprodução e acumulação do capital, parte das reflexões que envolvem o papel da superpopulação para a realização do processo de valorização, traçada de forma contundente pelo autor. Na primeira condição do trabalhador livre, já está implícita a simples existência de trabalho vivo – “[...] sem existência objetiva como capacidade

de trabalho para sua realização” –; na segunda, a condição fundada sobre o capital é a de que o trabalhador produza sempre mais trabalho excedente, assim “ao desenvolvimento do trabalho excedente corresponde o desenvolvimento da população excedente”. Dessa forma, as não-condições capitalistas de produção e a superprodução equivalem ao pauperismo. Será apenas nessa lógica de produção que este último se apresenta como resultado do próprio trabalho, do desenvolvimento da força produtiva do trabalho (MARX, 2011, 502-503).

Sobre esse debate, Marx expõe que “o trabalho necessário aparece como supérfluo, porque o supérfluo não é necessário”. Ele só é necessário na medida em que é condição para a valorização:

a redução do trabalho relativamente necessário aparece como aumento da capacidade de trabalho relativamente supérfluo como [setzen] de superpopulação. Se esta última é conservada, não o é a partir do fundo do trabalho, mas da renda de todas as classes. Tal conservação não se dá pelo trabalho da própria capacidade de trabalho – não mais pela reprodução normal como trabalhador, mas, como ser vivo, será mantido pela piedade alheia; por isso devem lúpen e pobre; o trabalhador, pelo fato de que não mais se mantém pelo seu trabalho necessário, ou seja, não mais pela troca como uma parte do capital, fica fora das condições da relação aparente da troca e de independência; em segundo lugar: a sociedade se encarrega, em partes alíquotas, da tarefa de conservar em bom estado para o Sr. Capitalista o seu instrumento de trabalho virtual – seu desgaste natural – como reserva para a utilização posterior. O capitalista se dispensa em parte dos custos de reprodução da classe trabalhadora e pauperiza, assim, em seu benefício, uma parte remanescente da população. Por outro lado, como se reproduz continuamente como capital excedente, o capital tem tanto a tendência de pôr como de abolir esse pauperismo. (MARX, 2011, p. 507).

O autor reforça:

[...] ele atua em direções opostas, de modo que ora predomina uma, ou a outra. Finalmente, no pôr do capital excedente está implícito o seguinte: 1) ele requer uma população crescente para ser posto em movimento; 2) se ele requer uma parte da população desocupada (ao menos relativamente); uma superpopulação relativa, para ter uma população reserva imediatamente disponível para o crescimento do capital excedente; 3) a um dado nível das forças produtivas, o valor excedente pode estar presente, mas não na massa, na proporção exigida para ser utilizada como capital. Supõe não apenas um mínimo do nível de produção, mas sua expansão. Nesse caso, capital excedente, população excedente. (MARX, 2011, p. 508).

A relação entre trabalho necessário e excedente, “tal como é posto pelo capital, converte-se, portanto, em seu contrário, de modo que uma parte do trabalho

necessário – o trabalho que reproduz a capacidade de trabalho – é supérflua”, e, por isso,

essa própria capacidade de trabalho é utilizada como um excedente da população trabalhadora necessária, ou seja, da fração da população trabalhadora cujo trabalho necessário não é supérfluo, mas necessário para o capital. (MARX, 2011, p. 507).

Nas condições em que há um aumento do desenvolvimento das forças produtivas, há uma tendência do capital em aumentar a força de trabalho “supérflua”, uma vez que a capacidade de trabalho determinada pelo potencial produtivo dos meios de produção advindo dessa força produtiva requer uma quantidade menor de trabalho necessário. Portanto, população excedente, para Marx, significa pauperismo.

Nesse sentido, o alto nível de produtividade alcançado no capitalismo mundializado, requer ao mesmo tempo, um aumento da produção de riqueza e uma intensificação da produção de miséria. No seu momento de crise estrutural e do desemprego estrutural, milhões de sujeitos se tornam “supérfluos”, seguido, como já apontava o próprio Marx, de um nível de pauperismo cada vez mais acentuado. A condição da venda da força de trabalho é cada vez mais incerta, pondo o trabalhador em formas cada vez mais deploráveis da condição humana, materializando uma asfixia necessária aos preceitos do lucro capitalista.

As formas da incontrollabilidade do capital, ao qual nos aponta Mészáros em *Para além do capital*, põem em evidência o lado destrutivo da condição humana existente nas formas de reprodução sociometabólica do capital, nos apresentando como possível, apenas seu poder autodestrutivo para se reproduzir. Ao analisar os fatores que levam à incontrollabilidade do capital na sua ânsia pela produção do mais-valor, logo, da exploração máxima da força de trabalho, tais aspectos nos remetem à afirmação de Marx de que o capitalismo é a própria contradição em processo, uma vez que sua forma de existência (o trabalho, o tempo de trabalho necessário) é permanentemente suprimida ao longo do seu desenvolvimento histórico social. O próprio Mészáros aponta em suas reflexões as razões pelas quais a crise do capitalismo atual se estabelece na condição de ser uma crise estrutural. Isto ocorreria porque ele, o capital, como uma contradição em processo, nega o próprio trabalho, nega a condição de autovalorização para produção do valor. Portanto, afirma Marx:

o próprio capital é a contradição dada que procura permanentemente suprimir o tempo de trabalho necessário (isso significa, ao mesmo tempo, a redução do trabalhador ao mínimo, sua existência como mera capacidade de trabalho vivo), mas o tempo de trabalho excedente só existe de maneira antitética, só antítese ao tempo de trabalho necessário, de modo que o capital põe o trabalho como necessário para a condição de sua reprodução e valorização. Em determinado ponto, um desenvolvimento das forças produtivas materiais – que é, ao mesmo tempo, desenvolvimento das forças da classe trabalhadora – abala o próprio capital. (MARX, 2011, p. 448).

5.2.2 A questão da cidade como “possível”: a intensificação das migrações no litoral Sul da Bahia

A realidade do sul da Bahia e o processo de exploração do trabalho, em particular no campo, em grande parte se alteram a partir das novas configurações espaciais, que tiveram início, de forma mais incisiva, após os efeitos da “crise” do monocultivo do cacau. Primeiro, com as novas políticas de recuperação da lavoura cacaueira implementadas na década de noventa, e seus efeitos não tão significativos em termos de produtividade, provocando alterações nas relações de trabalho, sendo o sistema de parcerias o que mais se destacou. Algumas pesquisas elaboradas, a exemplo de Baiardi (1984), Rocha (1998), Rocha (2006), Souza (2008), Souza (2011), e Freitas (2009) evidenciam a tendência para tais relações de trabalho no campo.

Segundo Souza, em pesquisa realizada no ano de 2008 na região, após a chegada do vírus da “vassoura-de-bruxa” e das condições de mercado apresentadas pela competição dos países produtores de cacau, os problemas em relação à vida dos trabalhadores se agravaram ainda mais:

com a chegada do vírus *crinipellis pernicioso*, a falta de investimentos nas lavouras, irregularidades de preços, competitividade do produto com outros países e fatores climáticos, tornou a situação ainda mais crítica. Tendo como consequência a expulsão de milhões de trabalhadores que viviam do trabalho nas lavouras cacaueiras, e que foram para as cidades em busca de melhores perspectivas de vida. A maioria dos municípios da região diminui seus quadros populacionais e entra em estado de decadência, já que estes tinham como base econômica a monocultura de cacau. (SOUZA, 2008, p. 65).

A autora aponta, em sua pesquisa, a tendência do desemprego nas pequenas e médias cidades em virtude da diminuição dos postos de trabalho nas fazendas de cacau, a intensa migração de trabalhadores do campo rumo às áreas periféricas.

Tais alterações ocorrem de forma mais acentuada entre as décadas de 1990 a 2000, na medida em que a “crise” se acentuava. A maior parte dos trabalhadores passa a residir nas periferias das cidades, ocupando os terrenos à procura de moradia e trabalho, e grande parte, os que permanecem no campo, desenvolvem trabalhos temporários (diárias), sendo predominantes as relações de parcerias:

[...] inicia-se um rápido processo de decadência da lavoura cacaueteira, ocasionando uma acentuada segregação social, tanto na cidade como no campo, aumentando o desemprego, proporcionando a saída de milhares de trabalhadores do campo para cidade. Estes indivíduos que chegam a localidades maiores, como no caso, as cidades de Itabuna, Ilhéus, Porto Seguro, Salvador, São Paulo são expropriados do sistema urbano, morando nos locais periféricos, fazendo surgir assim os denominados bolsões de miséria, o aumento da marginalidade, da criminalidade, o crescimento desordenado dessas cidades. Se submetendo às formas mais precárias de trabalho (quando estes encontram), a exemplo de setores de construção civil e de serviços, com baixos salários, dentre outros. (SOUZA, 2008, p. 68).

Nesse processo, ao mesmo tempo em que capitalistas e latifundiários desenvolvem relações de trabalho assalariada de forma precarizada, este desenvolve também, relações de trabalho temporário, que significam uma maior mobilidade por parte dos trabalhadores. Mas o que define atualmente as relações de trabalho são as parcerias. (SOUZA, 2008, p. 77).

Além das relações de trabalho ocorridas no sistema de parcerias há sobre esse tipo de contrato de trabalho um processo de irregularidades acentuadas, acarretando uma submissão maior do trabalho ao capital, o que representa, na realidade, nas atuais relações de parceria, um trabalho cada vez mais precarizado com o aumento das horas de trabalho. Tirando-lhe a possibilidade das garantias de direitos trabalhistas, “o capital de forma perversa cria a ideia do ‘trabalhador parceiro’ que nada mais é do que a garantia de maior exploração da força de trabalho” (SOUZA, 2011, p. 128).

Como afirma Souza, a alternativa de se tornar migrante é uma característica da maioria dos trabalhadores do campo na condição de desempregados, expropriados, sujeitos “supérfluos”, tornam-se andarilhos a fim de garantir sua existência. Para a autora, a “crise” no modelo produtivo do cacau, além de ter expulsado grande parte dos trabalhadores, representa ao mesmo tempo, a consolidação de relações contraditórias no espaço agrário, uma vez que, tanto a

terra como o trabalho ainda estão sob o controle dos grandes latifundiários⁵⁹. Em pesquisa no ano de 2011, a autora aponta as contradições do crescimento das relações de trabalho não-capitalistas no campo, sobretudo no município de Barro Preto-BA, a exemplo do sistema de parcerias, arrendamentos, meia que caracterizam grande parte das relações de trabalho no campo:

no espaço agrário, observou-se que as relações de trabalho terão como principal característica as formas de assalariamento, assim como um número significativo de relações de parcerias. Com as perdas advindas das primeiras políticas de recuperação da lavoura cacaueteira, as dívidas dos produtores aumentaram, continuam não empregando trabalhadores em suas propriedades, e se ainda empregam, permanecem com um número reduzido. (SOUZA, 2011, p.112).

[...] com a crise na monocultura, as relações de trabalho se tornam mais precárias. Com a presença das relações de parcerias, ou meia, por exemplo – embora estejam voltadas para a lógica da divisão dos resultados da produção entre patrão e empregado –, o trabalhador precisa de dedicação ampliada para se ter uma colheita que garanta sanar a sua fome (o que muitas vezes se torna instável, já que pouco se consegue com os resultados da produção de uma colheita), além dos empréstimos concedidos via bancos para investir na produção que o mantém aprisionado. (SOUZA, 2011, p. 114).

Para a autora, o que está na ordem do dia no processo de acumulação capitalista e em verdade sempre esteve é a exploração máxima do trabalho para garantia do lucro, hoje materializada no trabalho cada vez mais precarizado e móvel para o capital. A função do exército de reserva, como já afirmava Marx, é a condição necessária para o processo de acumulação capitalista. Se o trabalho do campo na forma do sistema da monocultura cacaueteira não é funcional ao capital a fim de gerar grandes lucros, ele se tornará móvel para satisfazer um novo modelo de produção, alterando assim as formas de exploração do trabalho. Porém, evidencia-se que mesmo no processo de diminuição da produção, com o “esvaziamento” considerável do campo, essa força de trabalho ganha outra materialidade, se revelando nas relações de parcerias e assalariamento, garantindo aos capitalistas latifundiários a

⁵⁹ De acordo com Freitas (2009), embora haja uma ascensão dos movimentos de luta pela terra na região do litoral Sul da Bahia, a estrutura fundiária não sofreu grandes alterações. A autora aponta que em 2006 verificou-se que 65 dos estabelecimentos existentes são definidos pela agricultura familiar, mas abrangem apenas 17,33% da área total, enquanto 34 % dos estabelecimentos são de agricultura empresarial, mas esses controlam 82,67% da área total. Para a autora, apesar da crise produtiva da cacauicultura, a terra continua sendo um elemento definidor das relações desiguais de poder entre as classes sociais no território litoral Sul da Bahia. As conquistas territoriais dos camponeses e dos trabalhadores rurais decorreram da organização política em movimentos sociais de luta pela terra que se especializaram na geografia desigual e combinada do desenvolvimento capitalista (FREITAS, 2009, p. 135-138).

extração da renda da terra, além da mobilidade de parte desses trabalhadores que buscam vender sua força de trabalho em outros setores da economia, ou mesmo no campo em outras localidades.

Sendo assim, a intensificação dos processos migratórios ocorre de forma acentuada após a crise da monocultura cacauzeira. Os trabalhadores do campo na condição de andarilhos passam a migrar, principalmente para as grandes capitais do país, à procura do labor. Um dos focos de intensidade dos movimentos migratórios dessa população que dependia da venda da sua força de trabalho ganha formas diferenciadas com o processo de interiorização industrial, como apontamos anteriormente. Parte da força de trabalho supérflua migra à procura de trabalho nessas fábricas, sobretudo, as do ramo de calçados e confecções (Azaléia na cidade de Itapetinga-BA, Trifil e Penalty em Itabuna-BA).

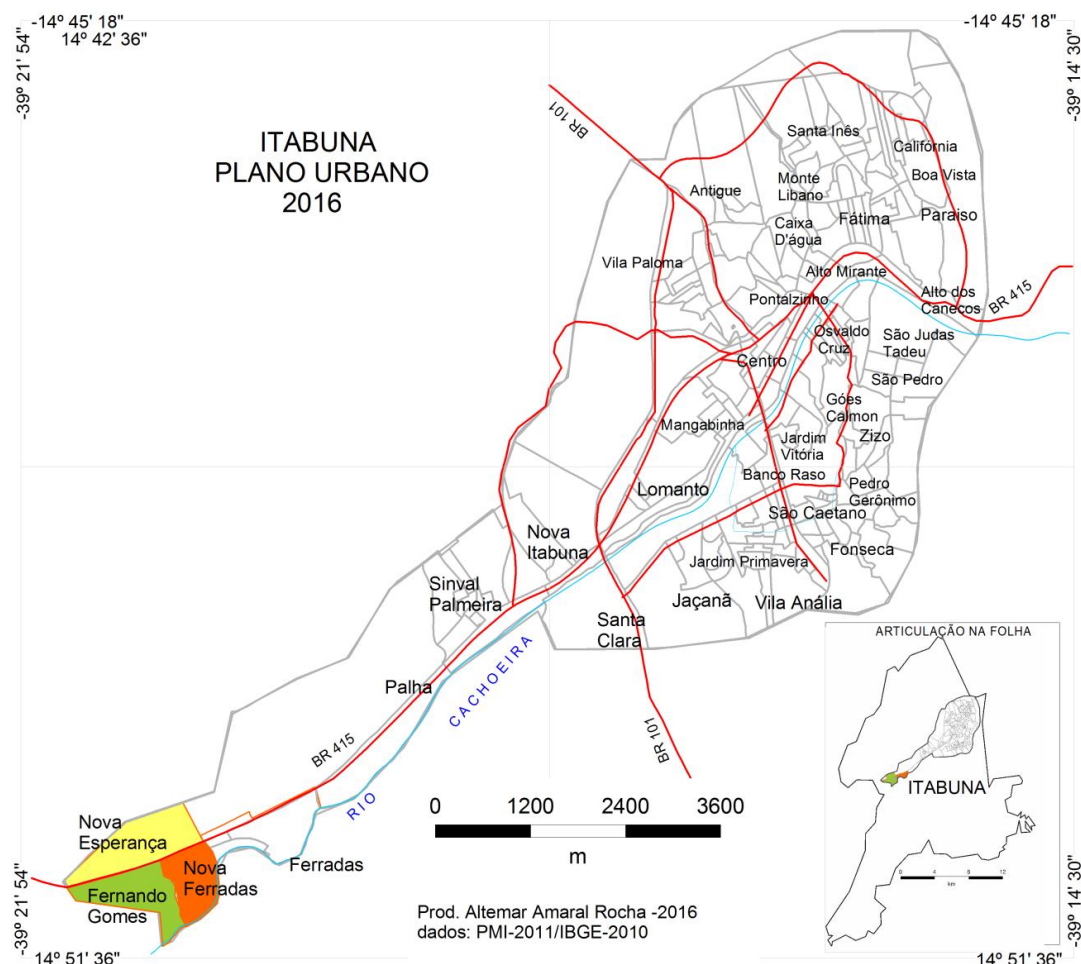
A característica do trabalhador boia-fria, “errante”, sempre à procura de emprego é fato corrente nas antigas áreas de produção de monoculturas pelo país, sendo presente também na produção de cacau. Esses trabalhadores em meio ao processo de diminuição da produção permanecem andarilhos, agora vendendo sua força de trabalho no chão da fábrica que passam a se instalar no interior da Bahia a partir de 1998 ⁶⁰.

Além das migrações externas, há uma significativa concentração da população do campo para as principais cidades da região, a exemplo de Itabuna e Ilhéus. De acordo com Gloria (2011), as distintas trajetórias dos migrantes que chegaram à cidade de Itabuna a partir da década de 1960, por exemplo, se enlaçaram nos diversos bairros populares: “os caminhos percorridos por estes trabalhadores rurais delinearam o nascimento de alguns destes espaços da cidade” (GLÓRIA, 2011, p. 1).

Entre as ocupações urbanas mais recentes (que já existem há 20 ou 30 anos) e que espacialmente são nossa referência de análise nesta tese, os bairros Nova Ferradas, Fernando Gomes, Nova Esperança localizados na cidade de Itabuna-BA fazem parte da extensão urbana a Oeste da cidade, como mostra a figura 9. E na cidade de Ilhéus-BA, os bairros Teotônio Vilela e Novo Ilhéus:

⁶⁰ Para mais detalhes sobre o processo de mobilidade dos trabalhadores para fábricas de calçados na Bahia, ver pesquisas de Menezes (2007), Souza (2011), e Mascarenhas (2014).

Figura 9- Localização dos bairros Nova Ferradas, Fernando Gomes e Nova Esperança em Itabuna-BA.



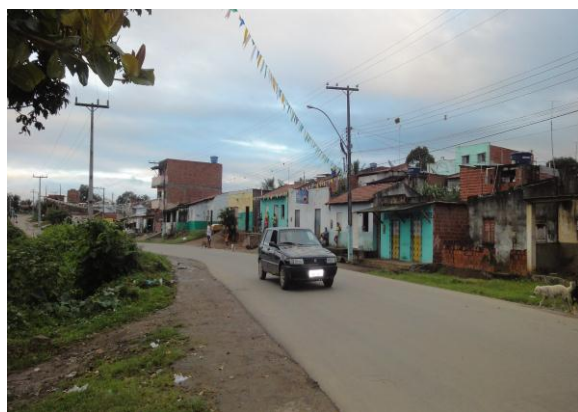
Fonte: Rocha (2016) e Souza (2016).

Os locais de nosso estudo empírico têm um histórico de intensas migrações de trabalhadores ou filhos de trabalhadores rurais que passam a residir nessas áreas periféricas das cidades. Parte desses migrantes chega à cidade e as dificuldades em encontrar moradia são predominantes. A solução encontrada é ocupar áreas urbanas em bairros populares, favelas, loteamentos para população de baixa renda, áreas de proteção ambiental (a exemplos dos manguezais em Ilhéus), entre outras.

No caso específico da cidade de Itabuna, as respectivas áreas de expansão têm um histórico de fortes ocupações urbanas ocorridas em meados da década 1980 e início de 1990, a exemplo dos bairros Fernando Gomes e Nova Esperança (figuras 10 e 11). Os trabalhadores passaram a lutar pelo direito à cidade, organizando e resistindo às diferentes pressões por parte da prefeitura local, como a

atuação de forças policiais, ordens de despejo, entre outras. Em entrevistas com moradores antigos, eles afirmaram que após travarem muitas lutas, a prefeitura cedeu os terrenos, transformando as áreas de ocupações em bairros. Porém, até conseguirem a posse dos terrenos, foram muitos anos de luta com o fim de estruturar minimamente as condições de moradia, de enfrentar problemas de infraestrutura, transporte, sistema de esgoto, falta de água (que até hoje apresenta problemas). No bairro Nova Esperança, por exemplo, segundo os moradores, localizava-se o lixão e a partir de muitas reivindicações o terreno foi aberto e passou a concentrar novos moradores, constituindo-se em bairro. Os migrantes eram de origem de cidades vizinhas que dependiam do trabalho nas fazendas de cacau e passaram a buscar possibilidades de trabalho em Itabuna. A exemplo das cidades de Barro Preto, Itapé, Itajuípe, Ibicaraí, Itororó, Ilhéus, Aurelino Leal, Ibicuí, Buerarema, Uruçuca, Camacã, Una, Ubaitaba, Gandu, São José do Panelinha, Iguai, São José da Vitória.

Figura 10- Bairro Fernando Gomes em Itabuna-BA.



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

Figura 11- Bairro Nova Esperança em Itabuna-BA.



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

De acordo com um dos entrevistados, muitos dos trabalhadores que residem no bairro perderam seus empregos nas fazendas, passando a buscar oportunidade de vender sua força de trabalho nas cidades, principalmente em Itabuna e Ilhéus. Para J. S., de 61 anos, é difícil encontrar trabalho nas fazendas existentes, sendo necessário migrar em busca de uma vida melhor, embora, para ele, na cidade tenha que enfrentar problemas como: a violência, o tráfico de drogas, a falta de emprego. Na condição de migrante, começou a trabalhar aos 17 anos de idade. Migrou com sua família, saindo da cidade de Boa Nova, localizada no Sudoeste da Bahia, para a cidade de Buerarema. Reside na cidade de Itabuna há quase quarenta anos e no bairro Fernando Gomes há vinte e sete anos. Após trabalhar grande parte da sua vida nas colheitas do cacau, realizou também trabalho em empresas de energia e hoje é vendedor autônomo. Com o trabalho nas fazendas de cacau diz não ter conseguido nada, e afirma que quase ninguém que dependia do trabalho nas fazendas conseguiu algo, como uma casa por exemplo.

Ainda por meio de trabalho de campo, no município de Itabuna, verificou-se que não apenas as áreas urbanas foram ocupadas pelos trabalhadores, mas também as áreas rurais, a exemplo da Roça do Povo. Com 25 anos de existência, a área foi fundada no ano de 1991, fruto também da resistência dos pequenos produtores. As terras foram doadas pela prefeitura, possuindo na época 340 lotes com famílias de migrantes vindas de várias partes da região. Atualmente os lotes contabilizam mais de 400. A sede possui uma escola de ensino fundamental, uma sede da Associação Roça do Povo, padaria, mercado, entre outros (Figura 12).

Figura 12- Roça do Povo, Itabuna-BA.



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

De acordo com a presidente da associação, M.S., 41 anos, formada em magistério, a maioria dos moradores atualmente é de Itabuna e outras regiões. Ao longo dos anos, muitas pessoas venderam os lotes, principalmente aqueles moradores mais antigos, já que não tinham condições de trabalhar. Os que residem atualmente são em grande parte aposentados, ou pessoas que buscam um lugar mais tranquilo para morar. Ainda para a entrevistada, a Roça do Povo possui muitos jovens, a maioria desempregados. Alguns trabalham com os pais na lida com a terra, mas são poucos, já que grande parte não gosta de trabalhar no campo e prefere a cidade.

M.S. sempre residiu na cidade, mesmo os pais sendo trabalhadores rurais. Quando migrou da cidade de Feira de Santana para Itabuna no ano de 2007, realizou trabalho como costureira na empresa Trifil. Com as condições de trabalho na fábrica acabou adoecendo, com sintomas de depressão, o que levou a família a decidir morar na roça. Para ela, o trabalho na roça acabou contribuindo com uma vida melhor, principalmente porque o tempo de trabalho com a terra é diferente da fábrica, é mais prazeroso:

porque na fábrica pra quem tem interesse financeiro é bom a princípio porque você trabalha se o patrão gostou ou não seu salário está ali no final do mês. E na roça não, você tem que estar ali cada dia, cada minuto que você trabalha você está trabalhando pra si próprio, trabalha com amor na hora que você quer fazer. Então, nem se compara, mas tem que fazer por prazer que talvez a pessoa está ali porque tem que comer, aí fala não tem que plantar para comer... Mas quando você faz as coisas por prazer mesmo que ela tenha pouca remuneração, mas você se sente feliz (informação verbal).

É necessário considerar que as origens desses trabalhadores migrantes dos bairros pesquisados são de áreas rurais ou de pequenas cidades da região. Em sua maioria são desempregados, com pouca qualificação e que se encontram na incerteza do labor. Constatou-se que poucos atualmente possuem moradia fixa, uma vez que suas residências eram localizadas nas fazendas em que trabalhavam. Ou seja, além de perderem o emprego, o vínculo com a terra, esses trabalhadores perdem também a moradia. Verificou-se, entre os trabalhadores entrevistados que, ao passarem a residir na cidade, a maioria foi obrigada a ocupar barracos nas favelas e tentar viver da venda da sua força de trabalho na esperança de uma vida melhor, certos de que era possível encontrar um emprego e tentar sobreviver no cotidiano da cidade.

Rangel (2013) aponta que entre o período de 1980-1991, a população rural da microrregião de Ilhéus e Itabuna diminui em 0,90%. Entre os anos de 1991-2000, a população rural diminui 32,73%, processo de decréscimo que continuou entre a década de 2000-2010 com queda de 25,74%, configurando um êxodo rural bem acentuado em relação à Bahia e ao Brasil. Para a referida autora, as perdas populacionais absolutas dos períodos 1980-1991, 1991-2000 e 2000-2010 apontam que 220.381 mil pessoas migraram das áreas rurais no período analisado. Em alguns casos, os municípios perderam mais de 50% de sua população rural (RANGEL, 2013, p. 322).

A tabela a seguir evidencia o número de população total dos municípios que compõem o litoral Sul da Bahia, respectivamente entre os anos de 1980 a 2015. Nas cidades de Ilhéus e Itabuna, a diminuição da população segue em queda em todos os anos analisados. Apenas no ano de 2015 a cidade de Itabuna apresenta um relativo aumento populacional, chegando a 219 mil pessoas a população total do município. Nas cidades com menor índice populacional, percebe-se uma queda brusca em todos os anos, a exemplo das cidades de Almadina, Barro Preto, Floresta Azul, Pau Brasil e Una. O restante segue em queda, porém com menor quantidade. É interessante observar que parte dos migrantes que deixaram as áreas rurais nas pequenas cidades da região passa a ocupar os bairros pobres destas cidades. Em pesquisa de campo, foi possível observar que a maior parte dos entrevistados é de origens desses pequenos municípios, entre eles: Ibicuí, Ubaitaba, Ibicaraí, Uruçuca, Camacã e Barro Preto (Figura 13).

Tabela 4- População residente total dos municípios do território de identidade do litoral Sul - Bahia - 1980/2015

Municípios	População Total Residente				
	1980	1991	2000	2010	2015*
Almadina	9.144	10.004	7.862	6 357	6 145
Arataca	-	13.594	11.218	10 392	11 737
Aurelino Leal	16.363	15.737	17.149	13 595	13 089
Barro Preto	8.209	10.601	8.602	6 453	6 492
Buerarema	24.868	20.839	19.118	18 605	19 283
Camacã	40.498	37.023	31.055	31 472	33 197
Canavieiras	42.118	33.019	35.322	32 336	33 268
Coaraci	27.416	31.064	27.852	20 964	19 770
Floresta Azul	18.434	13.940	11.614	10 660	11 313
Ibicaraí	30.985	30.560	28.861	24 272	24 029
Ilhéus	131.454	223.750	222.127	184 236	180 213
Itabuna	153.342	185.277	196.675	204 667	219 680
Itacaré	13.211	18.431	18.120	24 318	27 619
Itaju do Colônia	10.832	9.773	8.580	7 309	7 353
Itajuípe	24.991	24.931	22.511	21 081	21 754
Itapé	11.396	15.644	14.639	10 995	10 228
Itapitanga	10.393	10.474	10.382	10 207	10 800
Jussari	-	8.470	7.556	6 474	6 378
Maraú	14.301	17.496	18.366	19 101	21 175
Mascote	19.212	20.178	16.093	14 640	14 877
Pau-Brasil	18.792	16.179	13.048	10 852	10 905
Santa Luzia	-	16.319	15.503	13 344	13 626
São José da Vitória	-	8.768	6.210	5 715	6 118
Ubaitaba	16.019	21.062	23.854	20 691	20 813
Una	37.610	23.757	31.261	24 110	22 105
Uruçuca	21.939	30.763	20.323	19 837	21 849

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980, 1991, 2000, 2010 e 2015.

Organização: SOUZA, Dayse Maria.

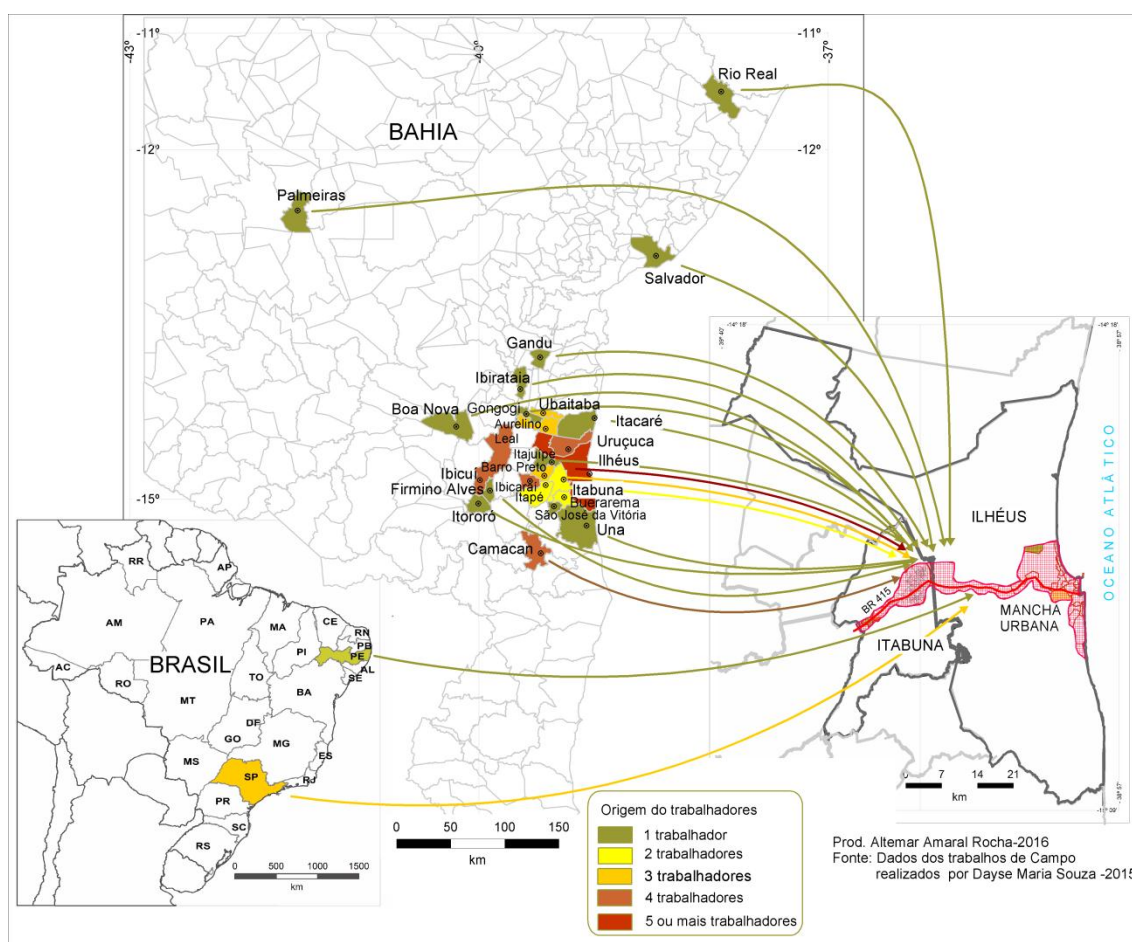
NOTAS:

(*) População estimada para o ano de 2015

Os dados da tabela 4 apontam municípios em situações diversas. Alguns na última década tiveram pequenos acréscimos em relação ao número populacional ou

se mantiveram estáveis em termos de quantitativo populacional. Dos que apresentaram um decréscimo representativo, estão os municípios de Buerarema, Camacã, Canavieiras, Ibicaraí e outros. Ressalta-se a situação de Ilhéus, onde ocorreu perda significativa da população e Itabuna onde se obteve ganho significativo. Porém, em toda a série histórica analisada, ambos tiveram acréscimo do número populacional, ao contrário do computado, nos outros municípios da região, com exceção de Itacaré, já que observa-se um número de acréscimo populacional no decorrer de todos os anos, apresentando um número maior entre os dois últimos anos. Neste caso, um dos fatores que contribuíram para uma intensa migração para o município, foi a abertura para o turismo nacional e mesmo internacional, fato que estimulou a criação de serviços específicos que, possivelmente, atraiu população em busca de empregos, repercutindo em significativo acréscimo da população.

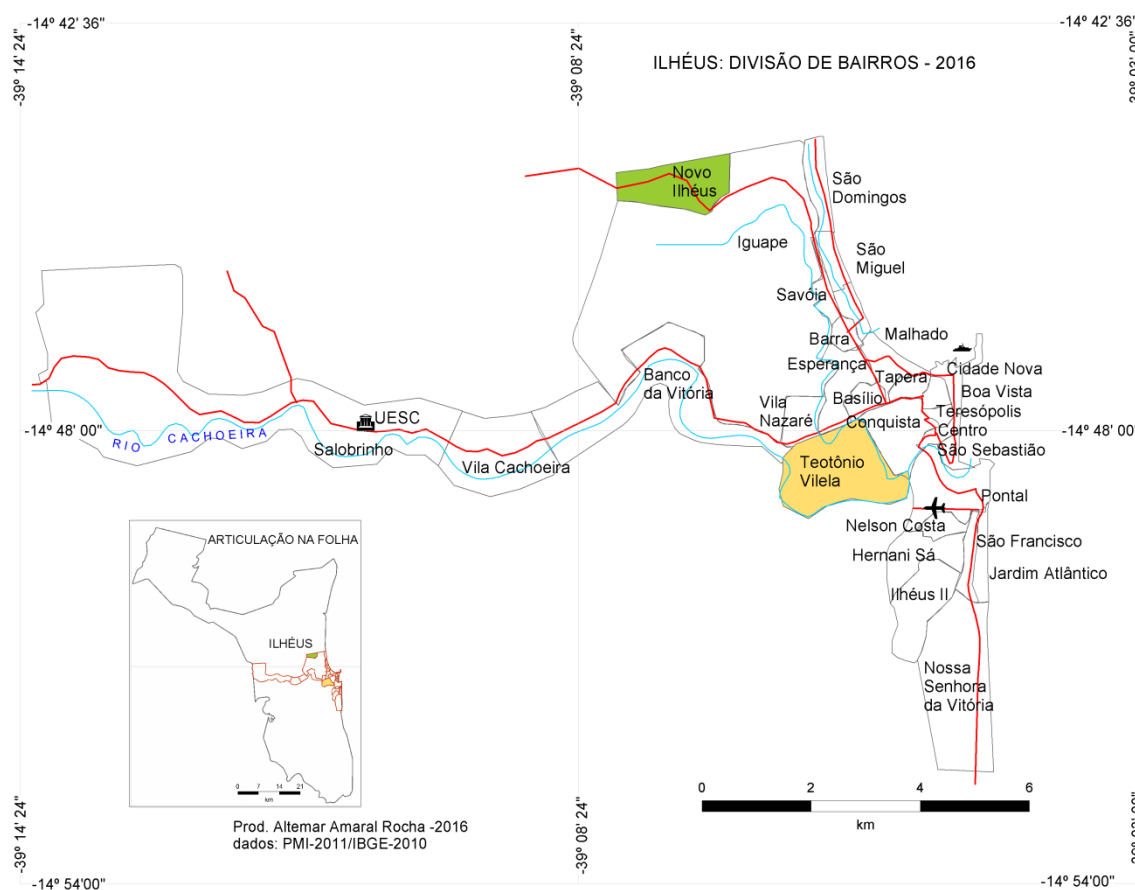
Figura 13- Cidade de origem dos trabalhadores em Itabuna e Ilhéus-BA.



Fonte: Rocha (2016) e Souza (2016).

Na cidade de Ilhéus, analisando os bairros Teotônio Vilela e Novo Ilhéus (Figura 14), foi possível perceber que a intensidade das migrações ocorre justamente com o agravamento da “crise” da cacauicultura. Os efeitos deste processo são concretizados com várias ocupações urbanas também na cidade.

Figura 14- Localização dos bairros Teotônio Vilela e Novo Ilhéus – Ilhéus-BA.



Fonte: Rocha (2016) e Souza (2016).

Em entrevista ao presidente da Associação de Moradores do Bairro Teotônio Vilela, M.S. de 34 anos afirmou que o bairro é fruto de históricas ocupações, primeiro na década de 1970 em que já residiam moradores com pequenas propriedades que extraíam dendê, produziam farinha. A localidade era conhecida como Gomeira por conta da qualidade da goma destinada à venda nos centros das cidades (Figura 15). Devido ao problema do êxodo rural, a área começou a ser ocupada, intensificando as migrações, sobretudo, na década de 1980. Com o aumento dos movimentos de ocupação, para tentar amenizar o conflito, a prefeitura elabora uma política de loteamento e, devido ao descaso das irregularidades na distribuição dos lotes, alguns moradores se revoltam e organizam mais ocupações.

As seis ruas que iniciam o bairro foram resultado do projeto de loteamento. Até hoje, o local sofre com problemas de infraestrutura. A rua principal, assim como outras áreas que existem hoje no bairro, foi fruto de muitas lutas por parte dos moradores e da atuação da associação que existe desde 1987. Assim, para o presidente da associação:

foram as primeiras ruas organizadas loteadas pra tentar segurar e organizar as ocupações, aí foram dados os lotes ali, mas as pessoas começaram a vim para cá, e veio e tinha um mundão de área de terra aí, então aí não parou de ter ocupação, então a maior parte daqui do Teotônio Vilela foi feito de ocupação, e uma boa parte de ocupação com pessoas do êxodo rural (informação verbal).

Vieram de fora, as pessoas foram atraídas pelo trabalho né? Para as fazendas de cacau depois fugiram das fazendas de cacau por conta da crise. Só que aí essas pessoas muitas vezes foram para as fazendas, também vieram de outras cidades, de outros lugares, e não tinham um amparo uma referência aqui na cidade, mas aí elas correram para Itabuna e Ilhéus (informação verbal).

Figura 15- Bairro Teotônio Vilela – Ilhéus-BA.



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

De acordo com Moreira, no bairro Teotônio Vilela, grande parte da população pobre que já residia em outras áreas da cidade passou a buscar a possibilidade de garimpar um lote, porém, devido ao descaso do poder público municipal e às irregularidades em relação à distribuição dos lotes, muitos moradores ocuparam essas áreas, passando a lutar por um lugar de moradia (MOREIRA, 2011).

É preciso que se considere que a atuação do poder público não se estabelece de forma ingênua ou desproposita e se consolida exatamente na exacerbação das contradições da sociedade de classes, referendando os lugares destinados à reprodução da classe trabalhadora. Essa se estende desde as condições mínimas

de moradia até a negação ao direito à cidade. Em ambas as cidades foi possível perceber problemas com água, saneamento básico, saúde. Os principais problemas apontados pelos entrevistados foram: falta de água tratada, infraestrutura, segurança, entre outros (Figura 16).

Figura 16- Bairro Teotônio Vilela – Ilhéus-BA.



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

É necessário considerar, afirma Carlos (2008), que a cidade como forma de apropriação do espaço urbano produzido aparece como um bem material, consumido de acordo com as leis da reprodução do capital, o qual será determinante para indicar os modos de ocupação do espaço pela sociedade baseada no mecanismo de apropriação privada. Portanto, a cidade se apresentaria como a materialização das condições gerais do processo de reprodução do capital em sua totalidade.

Assim, para a autora, as formas como vive hoje a sociedade são determinadas pelo modo como o capital se reproduz. Isto significa dizer que “o trabalhador não foge do ‘controle’ do capital, nem quando está longe do local de trabalho, pois o espaço de moradia tende a subjugar às necessidades e perspectivas da acumulação do capital”, mas por outro lado, “o trabalhador também terá acesso à moradia, e possibilidades limitadas de escolha para morar”. As contradições deste processo emergem assim, na paisagem, uma vez que os contrastes e as desigualdades de renda afloram, já que “o acesso a um pedaço de terra, o tamanho, o tipo e material de construção vão espalhar mais nitidamente as diferenças de classe” (CARLOS, 2008, p. 95). Este processo apresenta duas características básicas:

a primeira diz respeito à segregação espacial, tanto das pessoas de maior rendimento financeiro, como também das de menor poder aquisitivo. As primeiras tendem a localizar-se em bairros arborizados, amplos, com completa infraestrutura, em zonas onde o preço da terra impede o acesso a “qualquer um”. Há também, os condomínios exclusivos e fechados, com grandes áreas de lazer e até shoppings com grande aparato de segurança. Os segundos têm como opção os conjuntos habitacionais, geralmente localizados em áreas distantes dos locais de trabalho da população que lá mora; os bairros operários com insuficiência ou mesmo com ausência, de infraestrutura, e as áreas periféricas onde abusam as autoconstruções. (CARLOS, 2008, p. 95-96).

Ainda para Moreira, em pesquisas realizadas respectivamente nos anos de 2003 e 2011 na cidade de Ilhéus, o bairro Teotônio Vilela é um retrato das contradições que envolvem a apropriação desigual do espaço urbano. Estes moradores residem na cidade de Ilhéus mais vivem apartados dela, fora do circuito da riqueza da cidade turística, constituindo-se em áreas degradadas, com moradias precárias, lixões, poluição e miséria. Segundo a autora, de acordo com dados do IBGE no ano de 2000, o bairro contava com o total de 25 mil habitantes, passando a um número populacional de 39 mil habitantes no ano de 2010, um aumento de 14 mil pessoas (SOUZA, 2011, p. 195-196).

No bairro Novo Ilhéus, as ocupações iniciam em 1995. O lugar era de pequena produção, sendo cultivado o cacau e a laranja (Figura 17). De acordo com M.C., de 82 anos, moradora do bairro há 33 anos, quando começou a residir ali, havia apenas pessoas que tinham pequenas propriedades; hoje a maioria é de fora. Muitos moradores migram a fim de encontrar trabalho nas fábricas que ficam localizadas na zona industrial da cidade, ou encontrar trabalho como motoristas, pedreiros, trabalhadores rurais. Segundo outro morador entrevistado, R.T., que trabalha como pedreiro e também é pescador, no bairro residem muitas pessoas oriundas de outras cidades, principalmente Uruçuca, São Paulo, Castelo Novo, pessoas que segundo ele têm pouco dinheiro e migram em busca de emprego e moradia mais barata. A maior parte das moradias recentes é fruto de ocupações. Há quase dois anos, abriu uma usina nas proximidades do bairro, empregando alguns moradores, porém, estas obras são pouco significativas para as necessidades da cidade. Para R. T., “sempre quando está perto das eleições eles fazem algo. Essa usina é recente tem menos de dois anos, fazem para comprar os eleitores” (informação verbal).

Figura 17- Bairro Novo Ilhéus – Ilhéus-BA.



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

Para outra entrevistada, R.S., de 35 anos, trabalhadora autônoma que reside no bairro desde o ano de 2000, existem muitos moradores no bairro que trabalham com reciclagem, porém a maior parte está desempregada, segundo ela, “muitas pessoas estão migrando daqui para o Espírito Santo e outros lugares, e uns dizem que Vitória da Conquista é bom para emprego por causa do gado, mas reclamam muito do frio” (informação verbal). Declarou ainda que os irmãos migraram para o extremo Sul da Bahia:

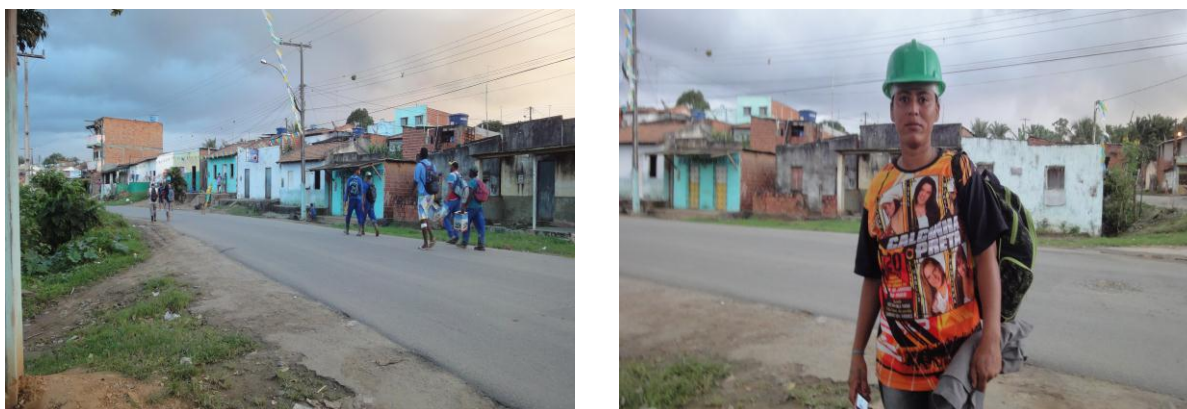
meus irmãos saíram todos daqui por falta de emprego. Minha irmã saiu daqui foi para Vitória do Espírito Santo trabalhar em uma montadora de veículos. Meu irmão trabalha em um hospital em Teixeira de Freitas na cozinha, minha irmã trabalha na padaria, a outra é dona de casa, e a outra trabalha em uma loja de lingerie (informação verbal).

É perceptível nos bairros pesquisados que os trabalhadores, além de se depararem com a luta pelo direito à moradia, precisam, por outro lado, sobreviver nela. O direito à cidade é negado para grande parte desses moradores. São lugares que em sua maioria existem há 20-30 anos, e os trabalhadores padecem de condições mínimas para se viver. Precisam conviver com a violência que tende a se ampliar nessas áreas, a falta de fornecimento de água de qualidade, atendimento médico, transporte público, serviços de creches para as crianças, entre outros. São problemas que, segundo os entrevistados, precisam ser melhorados já que há um descaso do poder público municipal. Nos bairros que possuem associações de moradores atuantes, as melhorias são garimpadas graças à luta empreendida pelos moradores como, por exemplo, abertura de postos de saúde, construção de áreas

de lazer, projetos sociais com mulheres, como é o caso do Teotônio Vilela em Ilhéus.

No caso dos bairros da cidade de Itabuna, o que prevalece na paisagem sob os efeitos da expansão urbana é o crescimento das áreas de grandes loteamentos, na sua maioria, construídos em áreas populares, que seguem uma apropriação do solo urbano seguido de uma valorização que também põe à margem a população pobre que reside nessas áreas. Para muitos trabalhadores, tais projetos de loteamentos, como Minha Casa e Minha Vida, elaborado pelo governo federal, são hoje responsáveis por empregar grande parte dos trabalhadores que residem no bairro, além de outras áreas residenciais como condomínios fechados (Figura 18). É o que gera possibilidades de renda atualmente para aqueles que estão empregados, além dos trabalhos como trapicheiro (descarregador de mercadorias), trabalho autônomo, diaristas, entre outros.

Figura 18- Trabalhadores chegando do trabalho nas áreas de construção do projeto Minha Casa e Minha Vida. Bairro Fernando Gomes – Itabuna-BA.



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

É preciso considerar que os projetos de loteamentos existentes no bairro Nova Esperança já existem há quase três anos, com obras inclusive consideradas atrasadas pelos entrevistados. Assim que findar as obras, segundo eles, a perspectiva é de ficarem desempregados sem esperança de arrumar outro emprego. Como foi assinalado, o problema da situação do desemprego é vivido pela maior parte dos trabalhadores entrevistados, que na condição de andarilhos, vivem uma constante caminhada à procura de labor.

5.3 Os andarilhos sem trabalho: submissão do trabalho ao capital em tempos de desemprego estrutural

Gaudemar (1977), partindo dos fundamentos de Marx, afirma que o capital não apenas provoca a procura de trabalho de que tem necessidade, mas produz também a oferta pela criação de operários supranumerários, satisfazendo suas necessidades imediatas e futuras. A segunda ocorre com o movimento dos salários como definidor do ritmo de acumulação do capital. Nesse processo, os homens não se deslocam no espaço por melhores salários, mas para satisfazerem às exigências do capital. A terceira tese é que não há acumulação sem mobilidade do trabalho. A quarta é a junção das três condições necessárias para garantir o aumento da baixa tendencial da taxa de lucro, assim, a mobilidade irá permitir uma baixa relativa no valor da força de trabalho, a redução da mão-de-obra permanente, a submissão efetiva do trabalho às exigências sempre novas do capital.

A condição de trabalhador móvel ganha materialidade na própria subsunção do trabalho ao capital já no processo de acumulação primitiva. Como observamos, em cada escala de tempo do desenvolvimento histórico nos marcos do capitalismo, o capital intensificou estas formas de exploração. No seu formato moderno – com uma característica peculiar que se apresenta desde a revolução da grande indústria –, a condição de subsunção do trabalho ao capital possibilitou níveis de exploração cada vez mais degradantes aos reais sujeitos da produção. Uma das intensificações deste processo são os efeitos do desemprego estrutural que põe milhões de pessoas no mundo sem trabalho. Assim, ao passo que a tendência à ampliação dos supérfluos torna esta força de trabalho cada vez mais móvel, por outro lado, resulta também para o capital, em um aumento das suas próprias contradições, ativando seus limites absolutos.

Para Menezes (2007), na atualidade, o desemprego estrutural, é o dado concreto de que o capital não consegue mais encontrar possibilidades de exploração direta dessa gigantesca massa de força de trabalho e, por outro lado, é o próprio limite da reversão histórica rumo à desvalorização do capital e da própria produção do valor. Tais contradições são inerentes ao processo de acumulação de capital, porém na sua atual crise estrutural eles tendem a se intensificar. Primeiro este processo representa para o capital maior exploração do trabalho, extraindo mais valor como nunca antes possibilitado pelas forças produtivas, seguido de uma

desvalorização porque nega a própria substância que o faz existir, o trabalho vivo. As consequências são as mais variadas no que tange ao formato de acumulação ampliada do capital, e como observamos, uma das mais explosivas é o desemprego crônico.

Seguindo a tendência da busca de sua valorização, o capital, ao mesmo tempo em que cria novos mecanismos de exploração, “precariza, informaliza e expulsa da produção uma infinidade de trabalhadores que se toram sobrantes, descartáveis e desempregados” (ANTUNES, 2013, p. 14). Na realidade estudada, foi possível perceber que a tendência do desemprego se torna presente, seguido de uma intensificação do caráter móvel do trabalho. Os trabalhadores transformam-se em eternos andarilhos a procura de vender sua força de trabalho seja no campo ou na cidade.

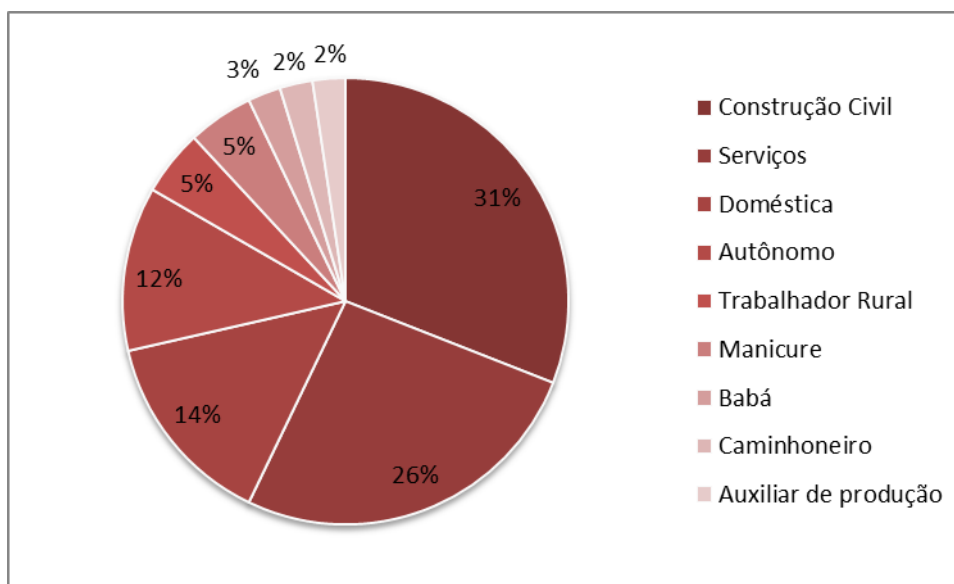
A maior parte dos que migram, quando encontram emprego, são submetidos às péssimas condições de precarização, seja na construção civil, no comércio, nas fábricas, como domésticos, vendedores ambulantes, entre outros. O gráfico dois aponta que 57% dos entrevistados que estão empregados realizam trabalho na construção civil e no setor de serviços, os 43% restante, variam entre trabalhadores autônomos, doméstica, trabalhador rural, manicure, baba, entre outros. Neste quadro de trabalhadores, os que mantem vínculos empregatícios não possuem carteira assinada, e a maior parte complementa a renda familiar com os benefícios da Bolsa família do governo federal.

De acordo com Graça Druck, o conteúdo dessa (nova) precarização é dado pela condição de instabilidade, insegurança, fragmentação dos coletivos de trabalhadores e brutal concorrência entre eles. Uma precarização que atinge a todos indiscriminadamente e cujas formas de manifestação diferem em grau e intensidade, mas têm como unidade e sentido de ser ou estar precário numa condição não mais provisória, mas permanente. Ainda para a autora que analisa os resultados dessa precarização no Brasil, seu caráter abrangente, generalizado e central resulta em três processos: 1) atinge tanto as regiões mais desenvolvidas do país (por exemplo, São Paulo) quanto as regiões mais tradicionalmente marcadas pela precariedade; 2) está presente tanto nos setores mais dinâmicos e modernos do país (indústria de ponta) quanto nas formas mais tradicionais de trabalho informal (trabalho por conta própria, autônomo etc.); 3) atinge tanto os trabalhadores mais qualificados quanto os menos qualificados”. Para Druck,

essa precarização se estabelece e se institucionaliza como um processo social que instabiliza e cria uma permanente insegurança e volatilidade no trabalho, fragiliza os vínculos e impõe perdas dos mais variados tipos (direitos, emprego, saúde e vida) para todos que vivem do trabalho. (DRUCK, 2013, p. 56 e p. 61).

Segundo o manifesto elaborado pela Associação de Combate à Precariedade (2014) – Precários Inflexíveis, lançado no ano de 2014, a precariedade e o trabalho precário remetem a uma vida de instabilidade constante e um futuro incerto. Tais efeitos acarretam a desigualdade na relação laboral, fragilizando os vínculos de trabalho e agravando os níveis de exploração. Por outro lado, também tendem a degradar as condições de trabalho e a retirada de direitos que já eram estabelecidos como básicos.

Gráfico 2- Formas de trabalho realizadas pelos trabalhadores de Itabuna e Ilhéus-BA.



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

De acordo com os estudos elaborados por Antunes sobre as novas formas de trabalho, evidencia-se que nas últimas décadas tem ocorrido uma significativa expansão dos assalariados médios e de serviços. Tal tendência “permitiu a incorporação de amplos contingentes oriundos do processo de reestruturação produtiva industrial e também da desindustrialização”. Por outro lado, há também uma diminuição deste tipo de trabalho devido às mutações organizacionais e tecnológicas e à mudança nas formas de gestão. Os exemplos desses efeitos são os casos de diminuição do trabalho bancário, privatização dos serviços públicos, entre outros (ANTUNES, 2009, p. 111).

Respectivamente o setor produtivo de ambas as cidades analisadas sempre foi movido em grande parte pela produção de cacau, na atualidade percebe-se que o setor agropecuário apresenta queda significativa, como mostra os dados do Ministério do Trabalho e Emprego no ano de 2016, enquanto os setores de serviços, comércio e construção civil seguem como principais setores que mais empregam. No caso de Itabuna, o destaque vai respectivamente para os serviços, comércio e construção civil; em Ilhéus, segue com a mesma tendência como mostra as Tabelas 5 e 6. As demissões seguem em alta em ambas as cidades pesquisadas. Porém, é evidente, como observado na primeira Tabela, que se emprega mais ou menos a mesma quantidade que desemprega, não havendo uma variação significativa, apenas a mera substituição. No ano de 2012 até 2016, por exemplo, o setor de serviços e comércio foram os que mais demitiram nas cidades de Itabuna e Ilhéus. Os dados obtidos seguem uma tendência do aumento do desemprego no país que fechou o ano de 2016 com taxa de 12,6% segundo o IBGE.

Tabela 5 - Os setores de atividade e a situação do emprego e desligamentos em Itabuna-BA.

Admissões e desligamentos por setores de atividade no município de Ilhéus - Bahia - 2012/2016									
Setores de atividades	Admissões				Desligamentos				
	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	
Extrativa Mineral	28	21	25	29	13	18	34	43	
Indústria de Transformação	967	1.221	1.095	757	1.145	1.271	1.427	1.179	
Serviço Industrial de Utilidade Pública	2	80	87	13	5	74	49	29	
Construção Civil	718	703	1.678	1.318	675	814	942	1.562	
Comércio	3.019	2.488	2.273	2.153	2.918	2.762	2.689	2.429	
Serviços	3.024	3.440	4.339	3.497	3.054	3.436	4.364	3.711	
Administração Pública	16	8	30	113	6	8	24	41	
Agropecuária, Extração vegetal, Caça e Pesca	772	420	485	523	735	615	561	531	
Total	8.546	8.381	10.012	8.403	8.551	8.998	10.090	9.525	
Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego, 2016									

Organização: SOUZA, Dayse Maria.

Tabela 6- Os setores de atividade e a situação do emprego e desligamentos em Ilhéus-BA.

Admissões e desligamentos por setores de atividade no município de Itabuna - Bahia - 2012/2016								
Setores de atividades	Admissões				Desligamentos			
	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016
Extrativa Mineral	13	29	16	3	25	28	19	8
Indústria de Transformação	2.560	1.515	1.651	1.086	2.371	2.095	1.681	1.616
Serviço Industrial de Utilidade Pública	99	143	89	53	165	100	56	87
Construção Civil	1.482	1.092	1.689	1.607	1.440	1.273	1.320	2.300
Comércio	4.218	4.256	4.231	3.274	4.359	4.373	4.426	3.808
Serviços	3.686	4.017	4.669	3.860	3.541	3.771	4.236	4.279
Administração Pública	61	132	106	116	41	91	99	85
Agropecuária, Extração vegetal, Caça e Pesca	387	355	567	487	458	497	530	619
Total	12.506	11.539	13.018	10.486	12.400	12.228	12.367	12.802

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego, 2016

Organização: Souza, Dayse Maria.

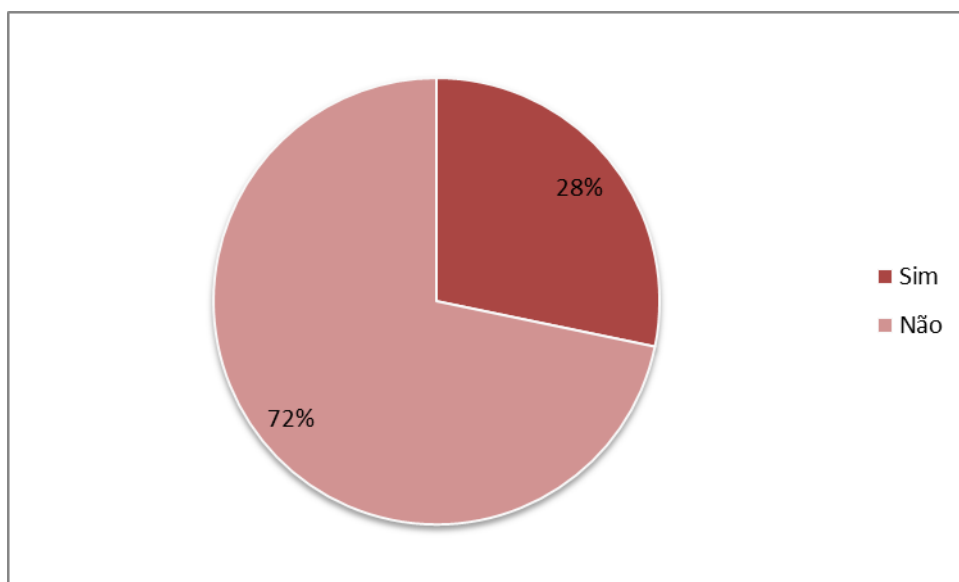
Observando os dados da tabela 6, verifica-se que na maioria dos setores mais se demitiu do que se empregou na extração mineral, indústria, construção civil, comércio e agropecuária. No setor de serviços, observa-se uma relação mais ou menos estável entre demissões/admissões e outros setores como administração pública e serviços industriais de utilidade pública tiveram um pouco mais de admissões do que desligamentos, algo irrelevante para se pensar alternativas para os milhares de sujeitos ávidos a qualquer tipo de trabalho. A Tabela também evidencia que a cidade de Ilhéus apresentou um número maior de admissões nos setores da construção civil e de serviços.

Em pesquisa de campo, foi possível observar que do total dos entrevistados, 72% encontram-se na condição de desempregados, sendo a maior parte dessas mulheres; 44% afirmam já ter realizado trabalho fora da cidade que residem (Gráfico 3). O desemprego vivenciado pela maior parte dos trabalhadores entrevistados são em ambas as realidades pesquisadas, consideradas desumanas. Em sua maioria, as famílias vivem do Bolsa Família, ou de ajuda de familiares; além de realizarem bicos, quando surgem. Dos desempregados, também a aqueles que possuem pelo menos um membro da família que está empregado, porém, a renda que se apresenta no mês não é suficiente para o sustento da família. É possível observar que entre o número de pessoas na família, que variam entre 4 a 7, apenas um trabalha; evidenciando assim um quadro acentuado de desemprego.

O entrevistado J.R., morador do bairro Nova Esperança na cidade de Itabuna, afirma que já migrou para três Estados do país: São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais. Foi metalúrgico, trabalhou em comércio, empresa de telefonia, entre outros. Hoje por motivo de doença está parado. Atualmente encontra-se desempregado,

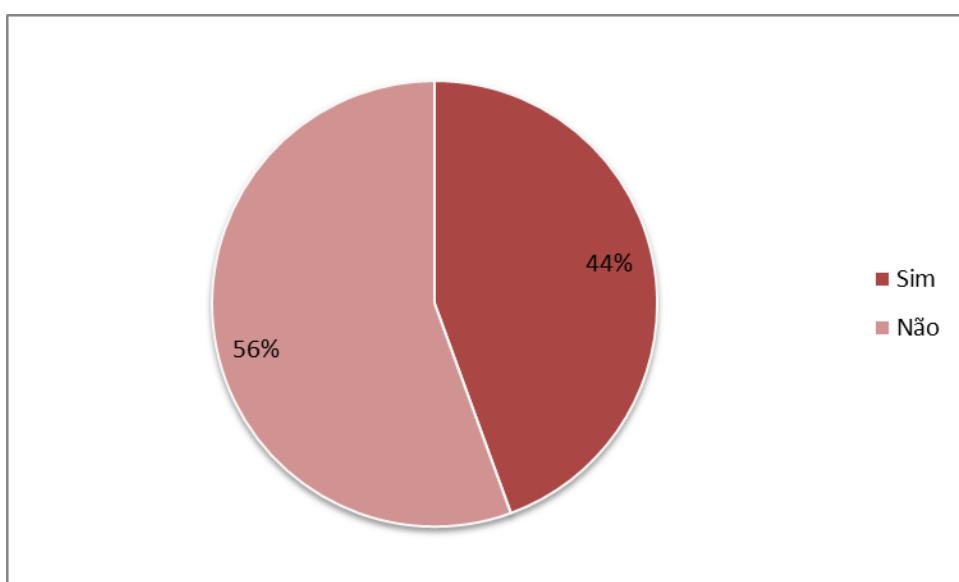
não possui nenhuma renda, vive da ajuda dos filhos. Conseguiu comprar o barraco, mesmo passando por situações difíceis. Recebia a renda do INSS pelo afastamento por problemas de saúde, porém o recurso foi suspenso, com a alegação de que a doença que possui tem cura.

Gráfico 3- Números de trabalhadores empregados em Itabuna e Ilhéus-BA.



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

Gráfico 4- Números de trabalhadores que já trabalharam em outras cidades, Estados ou países em Itabuna e Ilhéus-BA.



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

Outro entrevistado morador do mesmo bairro, A.C., de 44 anos, da cidade de Camacã, migrou para Itabuna com os pais aos sete anos de idade. Foi trabalhador rural e já realizou diferentes tipos de trabalho: encarregado de obras, conferente, estoquista em lojas, arrumador, confecções em geral. Já residiu nas cidades de Salvador, Guanambi e São Paulo. Atualmente está desempregado. Segundo ele, ficou sem emprego depois de questionar aumento de salários em uma empresa localizada no Mato Grosso – que desenvolve sementes para plantação de capim. Dos que foram convocados para o trabalho na empresa, era o único do Estado da Bahia. O patrão prometeu alguns benefícios e quando passou a trabalhar disse que tudo mudou, não cumprindo com o acordo estabelecido no contrato de trabalho. Para ele, o lugar era muito caro, “lá é lugar de reduto de fazendeiros, é produtor de soja, é muita gente rica na região, lá você tem que competir com os milionários” (informação verbal). Também tentou emprego em uma empresa na cidade de São Paulo recentemente e, por conta da idade, não foi admitido. Outro desafio que ele diz enfrentar, “além dos estudos que é pouco” (informação verbal).

Outra trabalhadora entrevistada, R.A., de 39 anos, moradora do bairro Fernando Gomes, nascida na cidade de Uruçuca, destaca que os pais eram trabalhadores rurais, e os avós possuíam terra. Migrou para Itabuna à procura de emprego. Reside há 18 anos no bairro. Atualmente está desempregada, realiza apenas serviços de diarista, vende acarajé e cachorro quente nos finais de semana para complementar a renda, que não chega um salário mínimo no final do mês. Já realizou trabalho na empresa Trifil por um período de quatro anos como auxiliar de produção.

Se no campo ou na cidade, a lógica é garantir espaços para realização do capital, hoje caracterizado cada vez mais pela exploração da força de trabalho que se torna mais móvel e desprovida de qualquer certeza de labor, a volatilidade, a efemeridade e a descartabilidade do que se produz impõem processos ágeis de produção e trabalho. Trabalhadores flexíveis que se submetem a quaisquer condições de subordinação de trabalho para atender ao novo tempo do capital (CONCEIÇÃO, 2015). Com o processo da mundialização e financeirização da economia, o trabalho deixa de ser fixo para ser móvel, ficando disponível ao tempo curto cíclico da circulação do capital. Assim,

no processo de acumulação ilimitada de capital, a precarização do trabalho é a estratégia de dominação, possibilitada pelo alto grau de vulnerabilidade estrutural do trabalho, garantindo a quase absoluta submissão e subordinação do trabalho ao capital, como única via de sobrevivência para os trabalhadores. (CONCEIÇÃO, 2015, p. 8).

Fica evidente nas análises desenvolvidas sobre os aspectos que envolvem o caráter móvel do trabalho no litoral Sul da Bahia, que este se apresenta cada vez mais imbuído de um percurso obscuro e incerto. Ao tempo em que nos deparamos com processos de expropriação do trabalho no campo caracterizados por um alto nível de exploração, seja a partir do sistema de parcerias (tendência forte dos trabalhos realizados desde o processo de “crise” da produção cacaueteira), seja pelo sistema de assalariamento (número pouco significativo). Por outro lado, percebe-se uma significativa diminuição da população do campo. A maior parte dos que migram encontram-se nas periferias das cidades em condições precárias de vida, vivendo o efeito do desemprego estrutural. As famílias que residem nos bairros pesquisados são migrantes, filhos de pais andarilhos que nos caminhos da incerteza do labor percorrem os espaços possíveis para vender sua força de trabalho e garantir suas necessidades imediatas. Os andarilhos sem trabalho se deparam com a lógica irracional da acumulação capitalista no processo de valorização e desvalorização do capital que tem como lei a exploração do trabalho vivo. O capital provoca uma asfixia necessária aos verdadeiros produtores de valor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No seu atual estágio de desenvolvimento, o capitalismo e a sua ânsia brutal de ampliar sua lucratividade e garantir uma expansão cada vez mais destrutiva impõem seus princípios de irracionalidade sobre o trabalho, tornando-o “supérfluo”. A produção de riqueza possibilitada pelo desenvolvimento das forças produtivas é a mesma que produz miséria para a classe trabalhadora e que tendencialmente amplia a camada do exército industrial de reserva. Marx já afirmava em seus escritos que a mesma força produtiva que possibilita ao capital maior produtividade do trabalho, logo maior extração de mais-valor, é a mesma que aumenta a camada dos supérfluos.

A epígrafe que ora inicia este trabalho de tese resulta das reflexões de Marx em *Grundrisse* na qual ele aponta a necessidade que tem o capital de se autovalorizar e, para que isso ocorra, necessita garantir uma capacidade produtiva para produção de sua riqueza, construir os meios para sua autovalorização. Para ser produtivo, precisa então desenvolver suas forças produtivas.

Marx afirma que este papel que o próprio capital exerce de desenvolver as capacidades produtivas de forma ampliada também cria os limites para o seu desenvolvimento. Declara nosso autor que “o capital incita continuamente em sua ilimitada mania de enriquecimento e nas condições em que exclusivamente ele pode realizá-lo, [o capital] avançou a tal ponto que a posse e a conservação da riqueza universal, por um lado, só requer um tempo de trabalho mínimo de toda a sociedade” (MARX, 2011, p. 255).

Isso Marx havia analisado em um tempo histórico em que o capitalismo ainda não tinha alcançado as potencialidades produtivas que se apresentam nos dias atuais. Esta afirmativa é uma das leis do sistema capitalista que por ora são válidas até os nossos dias, como observamos ao longo das reflexões aqui elaboradas. Neste aspecto, o autor desenvolveu sua análise apontando as necessidades irrestritas que tem o capital de se autovalorizar e, na medida em que aumenta a sua capacidade produtividade, tende ao mesmo tempo, diminuir o trabalho necessário na produção.

Partindo do pressuposto de que nos colocamos o desafio de pontuar como as novas determinações que movem a produção capitalista evidenciam maior ampliação dos supérfluos, materializando uma força de trabalho móvel para as

necessidades do capital, foi possível observar que no seu atual estágio de desenvolvimento, o aumento da força produtiva do trabalho torna os níveis de exploração desumanos, precários, e mais do que isso, a venda da força de trabalho incerta.

Além disso, como observamos através das leituras teóricas e da realidade estudada, quanto maior a força produtiva do trabalho possibilitada pelo desenvolvimento das forças produtivas do capital, a força de trabalho tende a se desvalorizar, aumentando os níveis de precarização, ou ainda, ela se torna cada vez mais “supérflua”. Esta é uma das condições da existência do modo de produção capitalista. Uma população excedente necessária para o desenvolvimento da riqueza, sempre pronta a ser explorada: única substância capaz de garantir o processo de valorização.

Sendo assim, como afirma Mészáros, na atualidade histórica do capitalismo e sua crise estrutural, “o que está realmente em jogo é o papel do trabalho no universo do capital”, uma vez que o capitalismo alcançou um nível muito alto de produtividade tornando a sua forma de produção cada vez mais destrutiva e irracional. Os efeitos dessa relação para o trabalho é que “seres humanos são, ao mesmo tempo, absolutamente necessários e totalmente supérfluos para o capital” (MÉSZÁROS, 2017, p. 802).

A realidade do desemprego em massa, que passa a assumir proporções crônicas está presente em toda parte, mesmo nas mais privilegiadas áreas do sistema do capital. Ainda para Mészáros, os remédios elaborados para dar seguimento às deficiências e “disfunções” causadas pelo desemprego crônico são “uma maior disciplina do trabalho” e uma “maior eficiência”, que resultam na redução dos níveis salariais, na crescente precarização da força de trabalho até nos países capitalistas avançados e no aumento generalizado do desemprego. Eis uma das contradições do capital, a multiplicação irracional da força de trabalho “supérflua”. Portanto, a fim de solucionar suas “dificuldades de acumulação e expansão lucrativa, o capital globalmente competitivo tende a reduzir a um mínimo lucrativo “o tempo necessário de trabalho na produção” (ou o “custo do trabalho na produção”), e assim inevitavelmente tende a transformar os trabalhadores em *força de trabalho supérflua*”, subvertendo as condições vitais de sua própria existência (MÉSZÁROS, 2002b, p. 226).

Neste sentido, para comprovação da nossa tese foi preciso buscar responder aos seguintes questionamentos: como, na lógica irracional e destrutiva do capital, o aumento dos supérfluos garante subsistir às contradições que ele mesmo intensifica e nega? Como, nas atuais determinações históricas do seu desenvolvimento, o capital tende a negar cada vez mais o trabalho enquanto potência criadora que garante a sua existência? Como a intensificação dos supérfluos e os efeitos da crise estrutural põem os verdadeiros produtores de mais-valor nos caminhos da incerteza do labor?

Na realidade estudada foi possível evidenciar como os efeitos do desemprego estrutural impõem que homens e mulheres, asfixiados pela ânsia do lucro capitalista, passem a fazer parte da camada dos supérfluos, tornando-os móveis para garantir as necessidades da acumulação. Os andarilhos se deparam com o crescente desemprego crônico, vivendo num constante ir e vir nos espaços possíveis para a venda da sua força de trabalho. Quando conseguem vendê-la, se submetem às mais desumanas formas de trabalho, seja no campo ou na cidade. Os bolsões de riqueza do agronegócio no campo, por exemplo, são acompanhados de níveis de exploração extenuante, materializados em condições de trabalho, a exemplo das relações análogas à escravidão.

Os processos de expropriação da força de trabalho por parte das grandes potências mundiais que investem seus lucros nos lugares estratégicos do terceiro mundo, ou até mesmo em países desenvolvidos revelam, por um lado, que a exploração da força de trabalho se apresenta como forma imprescindível do processo de valorização, representando um aumento mais intenso dos níveis de exploração, materializado na extração intensa de mais-valia absoluta e relativa. Por outro lado, este mesmo grau de possibilidades produtivas tende a diminuir o trabalho necessário à produção, aumentando o exército industrial de reserva que não mais representa tantas vantagens ao sistema do capital, uma vez que a explosão populacional, representada no aumento cada vez mais intenso dos “supérfluos”, impõe contradições e limites ao próprio funcionamento do sistema.

Entende-se que o trabalho, enquanto categoria fundante do ser social é ainda hoje a mediação necessária para as formas de produção nos marcos do capitalismo. Longe de um suposto “fim do trabalho” ou um “adeus ao trabalho”, ou ainda a possível perda da “centralidade do trabalho” pregada pelos teóricos que apontam a teoria do valor trabalho de Marx como ultrapassada, a realidade atual nos

mostra o contrário. As leis que fundamentam a exploração do trabalho são as mesmas: o conflito capital e trabalho se mantêm mais acentuado. O aumento da produtividade do trabalho mais do que nunca, nas atuais determinações que envolvem a busca pelo lucro, continua garantindo a extração do mais-valor por meio da exploração da força de trabalho com os mesmos princípios levantados por Marx em *O Capital*, ampliando a camada dos “supérfluos”, desvalorizando a força de trabalho, produzindo mais riqueza em função da miséria de quem realmente garante a produção do valor.

Tais condições são sempre mediadas por contradições e estas, como observado, são as mesmas que, ao garantir uma expansão autoampliada do capital, por outro lado, ativam seus limites absolutos, a exemplo do aumento do desemprego crônico, atingindo dessa forma, a “massa de consumidores” tão necessária à garantia da sua autovalorização. A tendência é à medida que a produção de riqueza se amplia, a pobreza e a miséria da classe trabalhadora aumentam, evidenciando o caráter destrutivo e irracional do sistema sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2002b).

Sendo assim, afirma Marx, esta forma de ser das relações de produção não possui um caráter unitário, mas dúplice, em que, por um lado, se produz riqueza e também se produz miséria. O mesmo desenvolvimento das forças produtivas é aquele que também produz força produtiva repressora: “essas relações só produzem a riqueza burguesa, isto é, a riqueza da classe burguesa, sob o aniquilamento contínuo da riqueza dos membros integrantes dessa classe e da produção de um proletariado cada vez maior” (MARX, 2013, p. 721).

Nas circunstâncias atuais de reprodução do capital, afirma Lessa, as formas de emprego e de contratação, a informalidade, as novas tecnologias, formas gerenciais e organizacionais surgem e se desenvolvem tão somente à medida que facilitam a intensificação da exploração dos trabalhadores pelo capital. (LESSA, 2011, p. 346). Apenas alteram-se as formas da exploração e não o fim dela. As novas tecnologias mais o avanço da ciência como forças produtivas do capital garantem a extração de mais riqueza nos processos produtivos. O capital, pelos princípios que regem a acumulação, jamais, irá possibilitar uma “autonomia” como afirma Gorz, ou uma “liberdade” da classe trabalhadora nos marcos do capitalismo, Pelo contrário, estas condições de liberdade e de igualdade substantivas só serão possíveis de se efetivar em outra forma de sociabilidade futura, a do socialismo. A

superação do trabalho enquanto valor de troca é impossível nas condições objetivas que regem o mundo das mercadorias.

Sendo assim, como afirma Lessa, as potencialidades criadas pelo desenvolvimento das forças produtivas nos marcos do capitalismo atual se apresentam como uma capacidade produtiva na qual a sociedade precisa “de cada vez menos horas destinadas ao intercâmbio orgânico com a natureza para produzir os bens materiais indispensáveis à reprodução social”. Tais condições, para o autor, representam duas consequências importantes: uma delas é que “mesmo sob a forma irracional e perdulária, ‘destrutiva’ no dizer de Mészáros, de produção de novas necessidades sob o capital, a abundância é um dado objetivo cada vez mais determinante, o que abre amplas possibilidades históricas para a superação do capital”. Esta tendência, já pontuada por Marx, “foi significativamente potencializada pelos últimos desenvolvimentos”. Todavia, ainda para Lessa, esta abundância além de ampliar o leque das atividades humanas exploradas pelo capital, tem uma segunda consequência que é a redução do número relativo e absoluto dos proletariados. Dessa última consequência a qual, para o autor, representa uma condição natural da ordem capitalista (a diminuição do proletariado), não significa que houve uma diminuição também do papel revolucionário do proletariado. (LESSA, 2011, p. 314).

Assim, para Mészáros o que se põe como necessário para irmos além do capital é o “controle e a radical superação, pelos produtores individuais associados, do sistema alienado de comando sobre o trabalho”. Para o nosso autor, o capital sendo uma forma de controle sociometabólico incontrolado e incontrolável, subjulga tudo que estiver no seu caminho para garantir a sua expansão. O seu caráter destrutivo alimentado por sua irracionalidade, portanto, confere ao projeto socialista marxiano, maior relevância nos dias de hoje, uma vez que “apenas a busca do verdadeiro objetivo da transformação socialista – ir para além do capital – torna possível enfrentar, com alguma chance de sucesso duradouro, até mesmo os perigos mais imediatos” (MÉSZÁROS, 2002b, p. 934).

Sendo assim, nas palavras do próprio Marx, as possibilidades de superação do modelo de produção do capital se dão contraditoriamente pelas condições que o mesmo cria. Dessa forma, “como a aspiração incansável pela forma universal da riqueza, o capital impele o trabalho para além dos limites de sua necessidade natural e cria assim os elementos materiais para o desenvolvimento da rica individualidade”.

O potencial produtivo alcançado pelo desenvolvimento das forças produtivas, ainda que de forma irracional, nos marcos do capitalismo contemporâneo, contraditoriamente impõe os limites ao próprio modo de existência do capital, uma vez que, por um lado, o “seu papel histórico é o de criar esse trabalho excedente, trabalho supérfluo do ponto de vista do simples valor de uso”; por outro, é ele que garante aos produtores associados a “livre individualidade” e as possibilidades de superação desse modelo de produção (MARX, 2011, p. 255).

REFERÊNCIAS

ALFREDO, Anselmo; BAITZ, Ricardo; BRANQUINHO, Evânio dos Santos; DAMIANI, Amélia Luisa; GONÇALVES, Jean Pires de Azevedo; MARINI, Luciano; ROCHA, Alexandre Souza; SILVA, Flávia Elaine da; SILVA, Márcio Rufino. **O futuro do trabalho**: elementos para a discussão das taxas de mais-valia e de lucro. AGB-SP/Labur/Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo/Departamento de Geografia. São Paulo, 2006.

ALVEZ, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ASSOCIAÇÃO DE COMBATE À PRECARIIDADE. **Manifesto**: a combater a precariedade, rebeldes nos terão. Portugal, 2014. Disponível em: <http://www.precarios.net/?page_id=3977>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BAIARDI, Amílcar; ROCHA, João Henrique. A crise da cacauicultura baiana: uma revisão histórica. In: **Congresso brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Poços de Caldas: SOBER, 1998.

BAHIA (ESTADO). Decreto nº 15.180 de 02 de Julho de 2014. **Diário Oficial [do] Estado da Bahia**. Poder Executivo, Salvador, BA, 03 de jul. 2014.

BAHIA (ESTADO). Lei Nº 13.223 de 12 de janeiro de 2015. **Diário Oficial [do] Estado da Bahia**. Poder Executivo, Salvador, BA, 13 de jan. 2015.

BASSO, Pietro. Imigração na Europa: características e perspectivas. In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BERTOL, LURDES. **A região Cacaueira da Bahia**: uma abordagem fenomenológica. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFS, São Cristóvão, 2006.

BRAGA, Ruy Gomes Neto. **Crise contemporânea e restauração do capitalismo**: da crítica ao economicismo dominante à análise das lutas de classes. Dissertação (Mestrado em Sociologia), UNICAMP, Campinas, 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 2008.

CARVALHO, Edmilson. **A produção dialética do conhecimento**. São Paulo: Xamã, 2008.

CARVALHO, Ruy de Quadros. **Tecnologia e trabalho industrial**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

CHENAIS, François. **A mundialização do capital**. Trad. de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. **Projeto Barro Preto de Conservação Produtiva**. Brasília: Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento, 2012. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/restrito/lerNoticia.asp?id=1952>>.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2015. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/paginas/ceplac/ceplac.asp>>.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável. In: **Revista Eisforia**, Florianópolis, ano 02, v. 2, n. 2, p. 79-91, 2005.

_____. Jovens andarilhos do curto ciclo do capital. In: **Revista Okara: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 152, 2007.

_____. O contexto e o cotidiano do trabalho educativo em Geografia [Conferência]. In: **VII Encontro Nacional de Ensino em Geografia**: fala professor. Universidade Federal de Sergipe, 2011, São Cristóvão.

_____. Reestruturação produtiva e as novas configurações espaciais no campo. In: ENCONTRO LATINO DE GEÓGRAFOS, 2014, Cuba. **Anais do encontro latino de geógrafos**. La Havana: Palácio de las Convenciones, 2014 .

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 2011.

DINIZ, José Alexandre Felizola; DUARTE, Aluísio Capdeville. **A região cacaueira da Bahia**. Recife: SUDENE, 1983.

DRUCK, Graça; ANTUNES, Ricardo. A epidemia da terceirização. In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

DRUCK, Graça. A precarização social do trabalho no Brasil. In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

DUTRA JÚNIOR, Wagnervalter. **A Geografia da acumulação**: territórios do trabalho (abstrato) e da riqueza (abstrata) ... Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. de José Oliveira Paes. 3. ed. São Paulo: Global Editorial, 1986 (Coleção Bases 45).

_____. As grandes cidades. In: **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 67-116. Tradução de: *Dies Lage Der Arbeitenden Klasse in England*.

_____. **Dies Lage Der Arbeitenden Klasse in England**. Leipzig: Otto Wigand Verlag, 1845.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2010.

FREITAS, Hingryd Inácio de. **A questão (da reforma) agrária e o desenvolvimento territorial rural no litoral Sul da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GLORIA, Priscila Santos da. Entre a roça e a cidade: vivências de migrantes em Itabuna – BA. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

_____. **Miséria do presente, riqueza do possível**. São Paulo: Annablume, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.

_____. **Condição pós-moderna**. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. **Os limites do capital**. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013a.

_____. **Para entender o capital: Livro I**. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013b.

HIRATA, Helena. **Nova divisão social do trabalho?** São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. In: **Caderno CRH**. Salvador, v. 24, n.spe1, pp.15-22.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa mensal de emprego**. Brasília, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Perfil do Município**. Brasília, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:
http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf
 Rio de Janeiro, 2010. Acesso em 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/censo2000_populacao.pdf Rio de Janeiro, 2000. Acesso em 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Ministérios do Trabalho e Previdência Social. **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/160509_bmt60.pdf. Brasília, 2016. Acesso em 2016.

KURZ, Robert. **Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial**: para uma caracterização da situação contemporânea da sociedade mundial. Conferência. In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2005, Porto Alegre.

Quarenta anos de imigração nas mídias francesa e norte-americana. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, mai. 2015.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Para compreender a Ontologia de Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, 2004.

LIMA, José Renato. **Do torrão da vida à marcha forçada rumo ao apito das gaiolas de pedra**: mobilidade do trabalho e a dialética campo-cidade no município de Ribeirópolis/SE. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFS, Sergipe, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. **Introdução à Economia Política**. São Paulo: Livraria Martins Fontes; Ltda, 1969.

_____. **A acumulação do capital**. Trad. de Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar, 2. ed., 1976.

LUKÁCS, Gyorgy. Tecnologia e relações sociais. In: **Bukhárin**: teórico marxista. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

MALTHUS, Thomas Robert. **Ensaio sobre a população**: os economistas. Trad. de Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu e Antônio Alves Cury. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. Migrações internacionais contemporâneas. In: Instituto Migrações e Direitos Humanos, Brasília, 2005. Disponível em:

<<http://www.migrante.org.br/index.php/refugiados-as2/143-migracoes-internacionais-contemporaneas>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

MARX, Karl. **A Origem do Capital**: a acumulação primitiva. Trad. de Walter S. Maia. São Paulo: Fulgor, 1964.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política. Trad. de Mário Duayer e Nélío Schneider. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Trad. de José Carlos Bruino. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Coleção Os Pensadores).

_____. **O capital**: crítica da Economia Política. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital**: crítica da Economia Política. Livro II: o processo de circulação do capital. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **O capital**: crítica da Economia Política – Volume 3.t.1. O processo global da produção capitalista. Trad. de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. Para a crítica da Economia Política. In: **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Trad. de José Carlos Bruino. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1978.

_____. Salário, preço e lucro. In: **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Trad. de José Carlos Bruino. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: teses sobre Feuerbach. São Paulo: Centauro, 2002.

MASCARENHAS, Pedro Saulo. **A precarização do trabalho na indústria de calçados em Vitória da Conquista – Ba**. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2014.

MATOS, Domingos. Ceplac se habilita para licenciamento ambiental da conservação produtiva. **Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira**. Itabuna, 06 de set. 2012. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/restrito/lerNoticia.asp?id=1952>>. Acesso em: 15 de ago. 2015.

MENEZES, Sócrates Oliveira. **De “supérfluos” a sujeitos históricos na contramão do capital**: a Geografia do (des) trabalho. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFS, São Cristóvão/SE, 2007.

MÉSZÁROS, István. A ciência como legitimadora de interesses ideológicos. In: **O poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. As tarefas à nossa frente. In: **Debate Socialista**. n. 5. p. 04-21. São Paulo, 2009.

_____. **Crise estrutural do capital**. Trad. de Francisco Raul Cornejo. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. Trad. de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2002a.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. de Paulo César Castanheiros e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002b.

_____. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. Trad. de Maria Izabel Lagoa. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOREIRA, Gisélia Lemos. **O turismo no processo de reprodução do espaço urbano litorâneo: uma análise das transformações socioespaciais de Ilhéus no Sul da Bahia a partir de 1990**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, USP, São Paulo, 2012.

NEGRI, Antonio. **Cinco lições sobre o império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Taxa de desemprego 2012, 2013, 2014 e 2015. Paris, 2016.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PERPETUA, Guilherme M. **A mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel: um estudo a partir de Três Lagoas (MA)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Grande Dourados, Dourados, 2012.

PÓVOA NETO, Hélio. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: novos desafios para análise. In: **Revista Experimental. Departamento de Geografia/USP**, São Paulo, n. 2, p.11-24, 1997.

PRADO, Eleutério F. S. Da posição e da deposição histórica do valor-trabalho. **Revista do NIEP Marx**: Marx e o marxismo. Niterói/RJ, v. 1, n. 1, jul./dez. 2013.

RANGEL, Maria Cristina. **A crise da território-região cacauêira da Bahia**: os nós discursivos nas tramas do poder local para manter o território: 1980 – 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós- Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

ROCHA, Lurdes Bertol. **A região cacauêira da Bahia**: uma abordagem fenomenológica. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

SALIM, Celso Amorim. Migrações: o fato e a controvérsia teórica. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1992, São Paulo. **Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. São Paulo: ABEP, v. 3, 1992. p. 119-144.

SANTOS, Jânio R. D.; SOUZA, Suzane T.; SOUZA, Dayse M. A categoria trabalho na relação sociedade natureza: contribuições para o debate. In: **Dinâmicas da natureza e desigualdades socioespaciais**: leitura para o debate. Organizadora Raimunda Áurea de Souza. Recife: EDUPE, 2016.

SANTOS, Vinicius Oliveira. **Trabalho imaterial e teoria do valor em Marx**: semelhanças ocultas e nexos necessários. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SHIMADA, Shiziele de Oliveira. **Dos ciclos e das crises do capital, às formas de travestimento da barbárie do trabalho canavieiro**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFS, São Cristóvão, 2014.

SILVA, Nelmiros Ferreira da. **Adeus, Cascalho**: jovens sergipanos na odisseia do trabalho temporário. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFS, São Cristóvão, 2003.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.

SOUZA, Dayse Maria. **Do chão da terra ao chão da fábrica**: as formas contraditórias de apropriação do capital no espaço agrário. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFS, São Cristóvão, 2011.

_____. **Produção do espaço urbano periférico de Barro Preto/Ba a partir da mobilidade do trabalho no campo e na cidade**. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2008.

TURCHETTO, Maria. Antonio Negri e o fim do “operarismo” italiano. In: **Revista crítica marxista**. São Paulo, n. 18, p. 84-99, 2004.

VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precarização: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. Pobreza típica...de trabalho atípico. In: **Revista outubro**. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, n. 11, 2004.

VETORAZZO, Lucas. Desemprego em 2016 foi maior entre pretos, pardos, mulheres e jovens. **Folha de São Paulo**, São Paulo, fev. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/02/1861327-desemprego-em-2016-foi-maior-entre-pretos-pardos-mulheres-e-jovens.shtml>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

_____. Desemprego vai a 12,6 no trimestre, maior índice desde 2012. **Folha de São Paulo**, São Paulo, fev. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/02/1861641-desemprego-vai-a-126-no-trimestre-maior-indice-desde-2012.shtml>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

VILLELA, Fábio F. As cidades do intelecto coletivo: a indústria da construção civil, suas novas tecnologias e modos de socialização. In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

VILLEN, Patrícia. A nova configuração da imigração no Brasil sob a óptica do trabalho. In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE I

UNIVERSIDADE DE FEDERAL DE SERGIPE-UFS
PRO -REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA – POSGRAP
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NPGeo
ORIENTADORA - PROF^a. Dra. ALEXANDRINA LUZ CONCEIÇÃO
DISCENTE – DAYSE MARIA SOUZA
PESQUISA DE CAMPO
Local:

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE CAMPO
ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS TRABALHADORES

Data:_____ Hora:_____
Localidade:_____

1. Nome:_____
2. Idade:_____ Sexo: () masculino () feminino
3. Grau de Escolaridade:
Não alfabetizado ()
Ensino Fundamental Completo () Incompleto ()
Ensino Médio Completo () Incompleto ()
Ensino superior Completo () Incompleto ()
4. É natural desta localidade? Sim () Não ()
Se não, onde residia antes?_____
Quanto tempo?
1 ano () 2 anos () 3 a 5 anos ()
Em que trabalhava?_____
Por que migrou para esta cidade?_____
5. Atualmente trabalha? Sim () Não ()
Se sim, em que trabalha?_____
Há quanto tempo?
3 a seis meses () 1 ano () 2 anos () 3 a 5 anos ()

Trabalha quantos dias na semana? _____

De segunda a sexta () De segunda a sábado ()

De domingo a domingo () De segunda a sexta e feriados ()

Quantas horas trabalhadas? _____

Faz hora extra? Sim () Não ()

Como conseguiu o trabalho? _____

O trabalho é com carteira assinada? Sim () Não ()

Está satisfeito com o trabalho? Sim () Não ()

Se não, por quê? _____

Executa trabalho complementar? Sim () Não ()

Se sim, por quê? _____

6. Participa de Sindicato? Sim () Não ()

Se sim, qual a importância do Sindicato? _____

7. A Renda recebida dá para o sustento da família? Sim () Não ()

Quantas pessoas vivem na sua residência? _____

Outras pessoas trabalham para ajudar na renda familiar? Sim () Não ()

Se sim, quantos? _____

Recebem salário? Sim () Não ()

Qual o tipo de trabalho que executam? _____

Qual a renda mensal de sua família?

Menos de 1 salário mínimo ()

1 a 2 salários mínimos ()

2 a 3 salários mínimos ()

Acima de 3 salários mínimos ()

8. Você já realizou outros tipos de trabalho? Sim () Não ()

Se sim, quais tipos de trabalho? _____

Já trabalhou em outras cidades, estados, ou países? Sim () Não ()

Se sim, quais? _____

Quanto tempo ficou residindo nessas localidades? _____

9. Há quanto tempo mora no Bairro? _____

Reside em casa:

Própria () Alugada () Outra situação ()

Você é?

Casado () Solteiro () Outros ()

Tem filhos? Sim () Não ()

Se sim, Quantos? _____

Existe aposentado na família? Sim () Não ()

Gosta de morar no Bairro? Sim () Não ()

Se sim, por quê? _____

Quais os principais problemas que existem no Bairro?

10. Recebe algum benefício do Governo? Sim () Não ()

Se sim, qual? _____

11. Seus pais são naturais desta localidade? Sim () Não ()

Se não, de onde vieram? _____

Em que trabalhavam? _____

Já tiveram terra? _____

12. Quais os projetos para o futuro? _____

Obs.: _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ORIENTADORA - PROF^a. Dra. ALEXANDRINA LUZ CONCEIÇÃO
DISCENTE – DAYSE MARIA SOUZA
PESQUISA DE CAMPO
Local:
Data:

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE CAMPO – **CEPLAC**

1. Qual o papel da CEPLAC no processo de melhoria da produção de cacau na região Litoral Sul da Bahia?

2. Quais as principais pesquisas desenvolvidas para a monocultura do cacau atualmente?

3. Como estas pesquisas chegam aos produtores? Como são recebidas?

4. Quais são os critérios para a implementação dessas pesquisas nas propriedades dos municípios da região?

5. Como estas pesquisas chegam aos produtores? Como são recebidas?

6. Quais as principais dificuldades encontradas nesse processo de monitoramento?

7. A CEPLAC mantém algum convênio/contato com outros órgãos de pesquisa nacionais e internacionais? Quais?

8. Quais os principais cuidados que se deve ter no cultivo do cacau?

11. Quais os principais problemas no manejo das técnicas de melhoramento do fruto?

13. Qual o andamento do Projeto Cacau Cabruca desenvolvido no município de Barro Preto-BA em parceria com a MARS Cacau e a CEPLAC?

Observações:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ORIENTADORA - PROF^a. Dra. ALEXANDRINA LUZ CONCEIÇÃO
DISCENTE – DAYSE MARIA SOUZA
PESQUISA DE CAMPO

Local:

Data:

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE CAMPO – **MARS Cacau**

1. Nome: _____
2. Função: _____
3. Há quanto tempo trabalha com isso? _____
4. Quais os principais objetivos da empresa? _____
5. Quais os trabalhos voltados diretamente para a produção de cacau na região? _____

6. Além da produção de cacau, que outros cultivos, ou produtos, são privilegiados pelo empresa? _____

7. Existem projetos voltados à agricultura tipicamente camponesa? Com este se desenvolve? _____

8. Quais os principais projetos desenvolvidos pela empresa em curso hoje na região? _____

9. Qual o público alvo desses projetos? _____
10. A MARS mantém algum convênio/contato com outros órgãos de pesquisa nacionais e internacionais? Quais? _____

11. O projeto Barro Preto Cidade Cacau Cabruca desenvolvido pela MARS Cacau em parceria com a CEPLAC, Sindicatos, Secretárias, dentre outros, lançado há quase cinco anos foi desenvolvido a fim de investir em novas formas de produção do cacau, financiando produtores, entre outras ações? Como está o andamento do projeto?_____

12. Como as tecnologias e pesquisas vêm sendo disponibilizada aos produtores da região?_____

13. O quadro de funcionários atende a demanda existente?_____

14. Como são selecionados os produtores atendidos?_____

15. Que tipo de orientação vem sendo dada quanto ao cultivo do cacau?_____

16. Vocês atuam no sentido da produção de mudas de cacau? Como é realizada a seleção dos produtores?_____

17. Como são destinados os investimentos e como se dá o pagamento por parte dos produtores?_____

18. Vocês atuam na fiscalização do desenvolvimento dos projetos? Como isso é feito?_____

OBSERVAÇÃO: _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE –UFS
PRO -REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA – POSGRAP
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NPGeo
ORIENTADORA - PROF^a. Dra. ALEXANDRINA LUZ CONCEIÇÃO
DISCENTE – DAYSE MARIA SOUZA
PESQUISA DE CAMPO

Local:

Data:

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE CAMPO
ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO

Data: _____ Hora: _____

Localidade: _____

1. Nome Completo: _____

2. Escolaridade:

Ensino Fundamental	Completo ()	Incompleto ()
--------------------	--------------	----------------

Ensino Médio	Completo ()	Incompleto ()
--------------	--------------	----------------

Ensino Superior	Completo ()	Incompleto ()
-----------------	--------------	----------------

3. Qual a sua função na Associação? _____

4. Como surgiu o Bairro? _____

5. Atualmente existem quantos moradores? _____

Quais as principais cidades de origem dos moradores? _____

6. Existem alguns moradores que já trabalharam no campo? _____

7. Há quando tempo existe a Associação? _____

8. Qual o objetivo da Associação? _____

9. Há quanto associados?_____

10. Quais as principais reivindicações dos associados?_____

11. Como é eleita a direção da associação?_____

12. Quais os principais projetos desenvolvidos pela associação?_____

13. Como surgiu o Bairro_____

Observação:_____

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ORIENTADORA - PROF^a. Dra. ALEXANDRINA LUZ CONCEIÇÃO
DISCENTE – DAYSE MARIA SOUZA
PESQUISA DE CAMPO

Local:

Data:

**QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE CAMPO – Representante dos
Movimentos Sociais**

- 1 Em que momento surge o movimento? _____
- 2 Quantas ocupações existem atualmente? _____
- 3 A maior parte dos trabalhadores é da região? _____
Há nas ocupações ou nos assentamentos migrações de trabalhadores a procura de emprego em outras cidades ou estados? _____
- 4 Quais as principais políticas públicas que o movimento participa? _____
- 5 Como se dá a relação de meia ou parceria com os proprietários para garantir a permanência na terra? _____

- 6 Existe parceria com outros Movimentos Sociais de Luta pela Terra na região? _____

- 7 O que acha da atuação da CEPLAC na região do Litoral Sul da Bahia? _____

- 8 Tem conhecimento do Projeto Barro Preto Cacau Cabruca desenvolvido pela Mars Cacau, Ceplac? Qual sua opinião? _____
- 9 Como surgiu a ocupação da fazenda? _____
- 10 Como está distribuída a relação de produção no Assentamento ou Ocupação?
- 11 Quantas famílias participam? _____

12 Quais as principais cidades de origem dessas famílias? _____

13 Qual a importância da Luta pela Terra? _____

14 O que a terra significa para você? _____

Observações: _____
